



**Semeando e cultivando a agroecologia  
na metrópole de Belo Horizonte:  
agriculturas do Baixo Onça**

---

**Victor Gabriel de Souza Lima Alencar**

Belo Horizonte, 2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Instituto de Geociências**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**Victor Gabriel de Souza Lima Alencar**

**SEMEANDO E CULTIVANDO A AGROECOLOGIA**  
**NA METRÓPOLE DE BELO HORIZONTE:**  
**agriculturas do Baixo Onça**

**Belo Horizonte**  
**2022**



**Victor Gabriel de Souza Lima Alencar**

**SEMEANDO E CULTIVANDO A AGROECOLOGIA  
NA METRÓPOLE DE BELO HORIZONTE:  
agriculturas do Baixo Onça**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do espaço.

Linha de pesquisa: Produção do espaço, ecologia, política, cultura, educação em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloisa Soares de Moura Costa

**Belo Horizonte  
2022**

A368s  
2022

Alencar, Victor Gabriel de Souza Lima.

Semeando e cultivando a agroecologia na metrópole de Belo Horizonte [manuscrito] : agriculturas do Baixo Onça / Victor Gabriel de Souza Lima Alencar. – 2022.

284 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientadora: Heloisa Soares de Moura Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2022.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura, Educação em Geografia.

Bibliografia: f. 267-275.

Inclui apêndices e anexos.

1. Agricultura urbana – Belo Horizonte (MG) – Teses. 2. Ecologia agrícola – Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Periferias urbanas – Teses. I. Costa, Heloisa Soares de Moura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 631:711(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

### FOLHA DE APROVAÇÃO

**"SEMEANDO E CULTIVANDO A AGROECOLOGIA NA METRÓPOLE DE BELO HORIZONTE:  
AGRICULTURAS DO BAIXO ONÇA"**

**VICTOR GABRIEL DE SOUZA LIMA ALENCAR**

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 16 de setembro de 2022, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, constituída pelos seguintes professores:

**Heloísa Soares de Moura Costa**

IGC/UFMG

**Doralice Barros Pereira**

IGC/UFMG

**Valéria de Marcos**

FFLCH/USP

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Soares de Moura Costa, Professora do Magistério Superior**, em 16/09/2022, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Doralice Barros Pereira, Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 16/09/2022, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valeria de Marcos, Usuário Externo**, em 16/09/2022, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1655519** e o código CRC **A24D2DA2**.

---

## **Agradecimentos**

Às agricultoras e aos agricultores do Baixo Onça, pela receptividade e tempo cedido, pelos diálogos, pelos alimentos e por me inspirarem todos os dias.

Às/aos integrantes do COMUPRA e do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, pelo acolhimento, pelas conversas, pelas comidas e pelas festas. Vocês me instigam e me inspiram!

À Heloisa Costa, pela orientação cuidadosa deste trabalho, pela leitura e provocações, pelos aprendizados e diálogos, pelo seu tempo, carinho e atenção em todo o processo.

À Valéria e à Doralice, pela leitura atenta, pelos questionamentos, apontamentos e sugestões, que possibilitaram o avançar da pesquisa e os resultados deste trabalho.

Às/aos integrantes do grupo AUÊ!/UFMG, por me ensinarem cotidianamente a trabalhar de forma coletiva e colaborativa, por me fazerem acreditar na pesquisa, no ensino e na extensão, e por me proporcionarem diálogos, trocas de saberes e vivências. Especialmente, agradeço à Dani, Luisa, Marina e Gabriel, por acreditarem no meu processo, pela força, suporte e parceria na caminhada.

Ao José, pelo apoio, atenção e carinho em todo o processo, pela companhia e parceria nas idas ao Baixo Onça e ao COMUPRA, pelas conversas teóricas, metodológicas e aleatórias. Sem você, boa parte deste trabalho não teria acontecido.

À minha mãe Celia, ao meu pai Alencar, às minhas irmãs Barbara e Fabiana, aos meus cunhados e à minha sobrinha Maria Clara, por me proporcionarem a estrutura que sustentou toda essa caminhada.

Aos meus amigos e amigas – do CEFET, da Escola de Arquitetura e da vida, pelas conversas, trocas e carinhos de sempre, fundamentais para me manter firme em todo o processo.

Às/aos professoras/es do Programa de Pós-Graduação em Geografia e às/aos funcionárias/os do colegiado e da secretaria, sempre atentas/os, prestativas/os e dedicadas/os.

A todas/os as/os companheiras/os de luta pela agricultura urbana e agroecologia, por me fazerem acreditar que existem outros caminhos possíveis para a nossa sociedade.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo suporte financeiro à pesquisa.

## Resumo

A pesquisa tem como foco as diferentes experiências e práticas de agricultura localizadas em Belo Horizonte, especialmente as agriculturas do Baixo Onça (sub-bacia da bacia hidrográfica do Ribeirão Onça, localizada nas regionais nordeste e norte do município). Elas têm evidenciado a riqueza de diferentes sujeitos, saberes, formas de organização social e espaços, assim como sua capacidade de fornecimento de alimentação de qualidade, dentre outros elementos explorados. Mais especificamente, têm mostrado o papel que a agricultura urbana e a agroecologia podem desempenhar em uma metrópole, principalmente nas periferias urbanas, que tensionam as diferentes dicotomias criadas entre cidade e natureza. Mesmo que as agriculturas apresentem diversos benefícios para as cidades e seus habitantes, ainda ocupam um lugar de invisibilidade e enfrentam diferentes e combinados processos de desigualdade. Assim, o objetivo da pesquisa é refletir e analisar as diferentes formas e perspectivas que as agriculturas do Baixo Onça apontam para a produção do espaço metropolitano, em que desigualdade social, ambiental e econômica se misturam e se associam, mas também são enfrentadas. Além de compreender os benefícios e perspectivas, parte importante foi analisar e refletir o quanto a agricultura contribui para a reprodução social desses sujeitos, assim como sua representatividade e centralidade nas vidas cotidianas. A partir de uma metodologia de pesquisa qualitativa, essa dissertação apresenta quais caminhos as experiências estão percorrendo e como estão se articulando, assim como quais conflitos, contradições e possibilidades concretas apontam para a construção e/ou permanência de práticas espaciais baseadas em princípios da agroecologia em contextos urbanos. Ainda, provoca uma reavaliação das concepções que se criaram em torno das periferias urbanas, como o lugar subalterno frente a outros espaços da cidade.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Agroecologia. Agriculturas. Periferias. Metrópole.

## **Abstract**

The research focuses on the different agriculture experiences and practices located in Belo Horizonte, especially the agricultures of the Baixo Onça (sub-basin of the Ribeirão Onça watershed, located in the northeast and north regions of the municipality). They have shown the richness of different subjects, knowledge, forms of social organization, and spaces, as well as their capacity to supply quality food, among other elements explored. More specifically, they have shown the role that urban agriculture and agroecology can play in a metropolis, especially in the urban peripheries, which tension the different dichotomies created between city and nature. Even if agricultures present several benefits for cities and their inhabitants, they still occupy a place of invisibility and face different and combined processes of inequality. Thus, the objective of the research is to reflect and analyze the different ways and perspectives that the agricultures of the Baixo Onça indicates for the production of the metropolitan space, in which social, environmental, and economic inequality are mixed and associated, but also faced. Besides understanding the benefits and perspectives, an important part was to analyze and reflect on how much agriculture contributes to the social reproduction of these people, as well as its representativeness and centrality in their everyday lives. Thus, based on a qualitative research methodology, this dissertation presents which paths the experiences are taking and how they are articulating themselves, as well as which conflicts, contradictions and concrete possibilities point to the construction and/or permanence of spatial practices based on agroecology principles in urban contexts. It also provokes a re-evaluation of the conceptions that have been created around the urban peripheries, as a subordinate place in relation to other spaces in the city.

Keywords: Urban agriculture. Agroecology. Agricultures. Peripheries. Metropolis.

## Lista de figuras

Figura 1. Localização do Baixo Onça na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano .....	23
Figura 2. Funções da Agricultura Urbana divididas por dimensões.....	53
Figura 3. Dimensões políticas e principais tipos de agricultura urbana .....	54
Figura 4. Belo Horizonte e localização na RMBH.....	72
Figura 5. Vetores de expansão da RMBH .....	74
Figura 6. Estabelecimentos agropecuários na RMBH.....	78
Figura 7. Agriculturas mapeadas pelo AUÊ!/UFMG na RMBH .....	81
Figura 8. Unidade de Planejamento da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, municípios integrantes e localização no estado de Minas Gerais. ....	89
Figura 9. Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e Unidades Territoriais Estratégicas.....	90
Figura 10. Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça e suas sub-bacias. ....	91
Figura 11. Baixo Onça e regionais administrativas de Belo Horizonte.....	92
Figura 12. Localização e alguns elementos estruturantes do Baixo Onça.....	93
Figura 13. Águas do Baixo Onça. ....	99
Figura 14. Ribeirão Onça e alguns marcos no seu percurso.....	100
Figura 15. Fotos dos principais marcos do Ribeirão Onça.....	101
Figura 16. Área de inundação do Ribeirão Onça nos bairros Novo Aarão Reis, Ouro Minas, Ribeiro de Abreu e Maria Teresa. ....	102
Figura 17. Localização da série de eventos realizados pelo movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. ....	107
Figura 18. Primeira e atual logomarca do movimento “Deixem o Onça Beber Água Limpa”, respectivamente.. ....	108
Figura 19. Divulgação e programação do 13º Deixem o Onça Beber Água Limpa realizado no formato online em 2021.....	109
Figura 20. Divulgação e programação do 14º Deixem o Onça Beber Água Limpa.....	110
Figura 21. Divulgação e programação do 14º Deixem o Onça Beber Água Limpa – evento presencial em 2022. ....	111



Figura 22. Parque do Onça - projeto preliminar elaborado pela PBH, COMUPRA e Deixem o Onça Beber Água Limpa, CBH Velhas e Subcomitê da Bacia do Ribeirão Onça.....	114
Figura 23. Mapa de Estrutura do Parque, com destaque para as áreas de indicação para a agricultura urbana. ....	116
Figura 24. Inundação da rua Antônio Ribeiro de Abreu, no ano de 2011.....	119
Figura 25. Imagens da rua Antônio Ribeiro de Abreu antes das remoções.....	119
Figura 26. Primeiras remoções na rua Antônio Ribeiro de Abreu, em 2016. ....	120
Figura 27. Primeiros mutirões promovidos pelo COMUPRA para reutilização da área em 2017. ....	120
Figura 28. Primeira área que passou pelo processo de remoções das famílias no Ribeiro de Abreu. ....	121
Figura 29. Atual área que passou pelo processo de remoção e reapropriação pelas/os moradoras/es do Ribeiro de Abreu.. ....	121
Figura 30. Fotos atuais da área após a reapropriação do espaço pelas/os moradoras/es. ....	122
Figura 31. Mapa síntese com as atualizações a partir das oficinas promovidas pela Urbel, COMUPRA e Deixem o Onça Beber Água Limpa, em 2019 e 2020. ....	124
Figura 32. Agriculturas mapeadas no Baixo Onça.....	129
Figura 33. Agriculturas do Baixo Onça. Mapeamento realizado pelo autor, em 2021 e 2022. ....	130
Figura 34. Paisagem de parte do bairro Ribeiro de Abreu e outros que constituem o Baixo Onça.....	145
Figura 35. Espécies cultivadas nas calçadas e nos interiores dos lotes do Ribeiro de Abreu.	146
Figura 36. Quintais agroecológicos identificados no Ribeiro de Abreu e bairros do entorno. ....	148
Figura 37. Localização Maria José no Baixo Onça. ....	150
Figura 38. Localização do terreno da Maria José no bairro Ribeiro de Abreu.....	151
Figura 39. Quintal agroecológico da Maria José e sua diversidade de plantas. ....	153
Figura 40. Maria José e seu marido mostrando os plantios no quintal durante visita realizada em janeiro de 2022 .....	153
Figura 41. Terreno da Maria José.....	155

Figura 42. Alguns cultivos no quintal da Maria José. ....	157
Figura 43. Catálogo de produtos da Magaton elaborado em 2020 por integrantes do COMUPRA em parceria com Maria José. ....	158
Figura 44. Localização do quintal da Dona Julia no Baixo Onça. ....	161
Figura 45. Localização do terreno da Julia no bairro Ribeiro de Abreu. ....	162
Figura 46. Quintal agroecológico da Julia e as diversas áreas de cultivos e criação animal. .	163
Figura 47. Antiga Horta Comunitária Frutos da União. ....	164
Figura 48. Fotos tiradas em um dos mutirões realizados na Horta Frutos da União em 2015. ....	165
Figura 49. Fotos tiradas em visita na Horta Frutos da União em 2016. ....	166
Figura 50. Localização Dona Julia, nascente e Horta Comunitária Frutos da União. ....	168
Figura 51. Quintal da Dona Julia. ....	169
Figura 52. Algumas das formas de produção do quintal de Julia. ....	170
Figura 53. Localização Dona Vera no Baixo Onça. ....	174
Figura 54. Localização das áreas de cultivos da Vera no bairro Ribeiro de Abreu. ....	175
Figura 55. Quintal agroecológico da Vera e as áreas de cultivos e criação animal. ....	175
Figura 56. Vera em seu quintal agroecológico. ....	177
Figura 57. Áreas de produção agroecológica da Vera. ....	179
Figura 58. Formas e áreas de plantio de Vera. ....	180
Figura 59. Criação de galinhas, produção de composto orgânico e captação de água de chuva no quintal da Vera. ....	181
Figura 60. Feira Terra Viva. ....	182
Figura 61. Feira Agroecológica da UFMG. ....	184
Figura 62. Localização das Unidades Produtivas Coletivas e Comunitárias acompanhadas pela SUSAN/PBH. ....	194
Figura 63. Tipos de produção das 41 UPS Coletivas e Comunitárias acompanhadas pela SUSAN/PBH. ....	195
Figura 64. Objetivos da produção das 41 UPs Coletivas e Comunitárias acompanhadas pela SUSAN/PBH. ....	196

Figura 65. Hortas coletivas e comunitárias do Baixo Onça. ....	202
Figura 66. Localização das hortas do COMUPRA no Baixo Onça.....	203
Figura 67. Localização das áreas de cultivos do COMUPRA.....	204
Figura 68. Fazenda que sedia as atividades do COMUPRA. ....	205
Figura 69. Horta Comunitária e Agrofloresta do Ribeiro de Abreu.....	205
Figura 70. Alunas/os da Escola Estadual Bolivar Tinoco em oficina de plantio na horta comunitária. ....	207
Figura 71. Horta da Escola Estadual Bolivar Tinoco. ....	207
Figura 72. Mutirão para implementação da agrofloresta em 2020.....	210
Figura 73. Identificação das espacialidades da fazenda. ....	212
Figura 74. Espaços de cultivos e criação animal na sede do COMUPRA. ....	213
Figura 75. Área da fazenda que sedia o COMUPRA.....	214
Figura 76. Mutirão realizado em janeiro de 2022 para manutenção de umas das áreas de cultivo da sede. ....	215
Figura 77. Barraginha e cisternas da fazenda. ....	216
Figura 78. Localização da Horta e Agrofloresta Comunitária do Ribeiro de Abreu no Espaço Vitrine. ....	217
Figura 79. Horta e Agrofloresta Comunitária do Ribeiro de Abreu.....	218
Figura 80. Mutirão realizado na Horta Comunitária do Ribeiro de Abreu, em março de 2022.....	219
Figura 81. Tipos de cestas semanais oferecidas pela CSA Bai Onça.....	220
Figura 82. Cestas entregues semanalmente para as/os associadas/os do CSA Bai Onça.....	220
Figura 83. Localização da Horta Seu Geraldo no Baixo Onça.....	222
Figura 84. Localização da Horta Seu Geraldo no bairro Novo Aarão Reis. ....	223
Figura 85. Visão geral da Horta Seu Geraldo.....	224
Figura 86. Um dos primeiros mutirões de limpeza e expansão da horta comunitária.....	227
Figura 87. Antes e depois da Horta Seu Geraldo. ....	227
Figura 88. Fotos do mutirão realizado em maio de 2022. ....	229

Figura 89. Fotos das áreas de cultivos da Horta Seu Geraldo. ....	230
Figura 90. Atividade realizada na Horta Seu Geraldo em parceria com Escola Municipal Hebert José de Souza, como parte das atividades do Dia Mundial da Água.....	231
Figura 91. Localização da Horta Comunitária Tudo Saudável no Baixo Onça. ....	233
Figura 92. Localização da Horta Comunitária Tudo Saudável entre os bairros Vitória e Pausada Santo Antônio.....	234
Figura 93. Áreas de cultivos da Horta Comunitária Tudo Saudável. ....	235
Figura 94. Áreas das hortas comunitárias Tudo Saudável e Ebenezer.....	236
Figura 95. Localização da Horta Comunitária Coqueiro Verde em relação às outras hortas comunitárias pesquisadas. ....	238
Figura 96. Área onde foi implementada a Horta Comunitária Coqueiro Verde.....	240
Figura 97. Transformação do espaço a partir da implementação da Horta Comunitária Tudo Saudável.. ....	241
Figura 98. Mapa com os limites do Parque Ecológico e Cultural Fernando Roquete Reis, área da Horta Tudo Saudável e nascentes cadastradas pela PBH. ....	242
Figura 99. Vista da Horta Tudo Saudável. ....	244
Figura 100. Algumas áreas e formas produtivas da Tudo Saudável. ....	245
Figura 101. Algumas áreas e formas produtivas da Tudo Saudável. ....	246
Figura 102. Agricultoras/es da Tudo Saudável guiando e mostrando as áreas de cultivos em visita realizada em março de 2022. ....	247
Figura 103. Logo da Feira da Agricultura Urbana promovida pela SUSAN/PBH.. ....	248
Figura 104. Espaço de apoio e convivência construído a partir das parcerias. ....	250
Figura 105. Espaço de apoio e convivência construído a partir das parcerias. ....	251
Figura 106. Localização da Horta Maria no Baixo Onça. ....	253
Figura 107. Localização da Horta Maria no bairro São Gabriel. ....	254
Figura 108. Visão geral da Horta Maria. ....	255
Figura 109. Transformação do espaço a partir das atividades da Horta Maria. ....	257
Figura 110. Canteiros cultivados na Horta Maria. ....	259
Figura 111. Canteiros cultivados na Horta Maria.. ....	260

## **Lista de tabelas e quadros**

Tabela 1. Número de registros por ano dos eventos de cheias relatados nas áreas de inundação identificadas na pesquisa realizada pela PBH .....	103
Quadro 1. Principais atividades econômicas do território metropolitano. ....	73
Quadro 2. Eventos realizados pelo movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa .....	106
Quadro 3. Dimensões e questões utilizadas para compreensão das iniciativas.....	127
Quadro 4. Agriculturas do Baixo Onça identificadas por tipos.....	131
Quadro 5. Espécies identificadas no quintal de Maria José. ....	157

## **Abreviaturas e siglas**

ABA: Associação Brasileira de Agroecologia

AMAU: Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana

ANA: Articulação Nacional de Agroecologia

AU: Agricultura Urbana

BH: Belo Horizonte

BNH: Banco Nacional de Habitação

BRT: *Bus Rapid Transit*

CBA: Congresso Brasileiro de Agroecologia

CBH Velhas: Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

CEAPA: Central de Penas Alternativas

CEVAE: Centro de Vivência Agroecológica

CM-AU: Cadastro Municipal de Agricultura Urbana

CNAU: Coletivo Nacional de Agricultura Urbana

COMUPRA – Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CRESAN: Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional

CSA: Comunidade que Sustenta a Agricultura

CTA-ZM: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

DAP: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiares Rurais

DFAB: Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento

DGA: Diretoria de Gestão das Áreas Verdes

EMATER/MG: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENA: Encontro Nacional de Agroecologia

ETE Onça: Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão Onça

GEFAU: Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana

GT: Grupo de Trabalho

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGC: Instituto de Geociências

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LIFE: *Local Initiative Facility for Urban Environment*

ME: Microorganismos Eficientes

MUDA SP: Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo

NPGAU: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

ONG: Organismo Não Governamental

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PANCs: Plantas Alimentícias Não-Convencionais e Tradicionais

PBH: Prefeitura de Belo Horizonte

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODECOM: Programa de Desenvolvimento de Comunidades

PRÓ-MORADIA: Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público

PT: Partido dos Trabalhadores

PUC-Minas: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

REDE: Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas

Rede CAU: Rede Carioca de Agricultura Urbana

RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

R.U.A. Metropolitana: Rede Urbana de Agroecologia da RMBH

RUCA: Rede Urbana Capixaba de Agroecologia

SAF: Sistema Agroflorestal

SCBH Onça: Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça

SMAB: Secretaria Municipal de Abastecimento

SMAPU: Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano

SMASAC: Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

SMMA: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SPG: Sistema Participativo de Garantia

SUDECAP: Superintendência de Desenvolvimento da Capital

SUSAN: Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UP: Unidade Produtiva

UPA Norte: Unidade de Pronto Atendimento da Regional Norte

UTE: Unidade Territorial Estratégica

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>17</b>
Contexto da pesquisa: inquietações e pressupostos	17
Territórios e sujeitos: agriculturas de Belo Horizonte e do Baixo Onça	21
Aspectos teóricos e metodológicos: a perspectiva socioespacial	26
<b>Capítulo 01</b>	
<b>Agricultura urbana e agroecologia: a cidade é nossa horta!</b>	<b>32</b>
Urbano, natureza e agricultura: relações (im)possíveis?	33
Notas sobre urbanização e produção do espaço	34
Apontamentos sobre o contexto brasileiro	40
Agricultura como uma prática espacial urbana	47
Agricultura urbana: conceitos e dimensões	49
Agroecologia ampla e conexões com o urbano	59
<b>Capítulo 02</b>	
<b>Belo Horizonte e o Baixo Onça: agroecologia, águas e ação social</b>	<b>70</b>
Alguns dados e informações sobre as agriculturas da RMBH e as redes metropolitanas	77
O Baixo Onça: nadar, pescar e brincar	86
COMUPRA e o movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa	104
Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça: a potência de um rio não canalizado	113
Caracterizando e mapeando as agriculturas do Baixo Onça	125



<b>Capítulo 03</b>	
<b>Resistência e sociobiodiversidade dos quintais agroecológicos do Ribeiro de Abreu</b>	<b>135</b>
Sobre algumas formas e funções dos quintais urbanos nas cidades brasileiras	136
Quintais agroecológicos do Ribeiro de Abreu	143
Saberes, cultivos e remédios da Maria José	150
Biodiversidade, cuidados e conexões da Dona Julia	161
Cultivos, espaços e articulações da Dona Vera	174
<b>Capítulo 04</b>	
<b>Coletividades e ações socioambientais a partir das hortas coletivas e comunitárias do Baixo Onça</b>	<b>187</b>
Apontamentos sobre experiências coletivas e comunitárias de agricultura urbana	188
Hortas coletivas e comunitárias do Baixo Onça	200
COMUPRA e sua Comunidade Solidária em Agroecologia (CSA): trabalho comunitário e experimentações	203
Horta Comunitária Seu Geraldo: reapropriação e trabalho coletivo	222
Horta Comunitária Tudo Saudável: saúde e recuperação ambiental	233
Horta Maria: trabalho comunitário e apropriação do espaço	253
<b>Horizontes da agroecologia urbana: algumas considerações</b>	<b>263</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>267</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>276</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>280</b>

## Introdução

Esta pesquisa tem como fonte de inspiração as diferentes práticas e experiências de agricultura localizadas em Belo Horizonte e sua região metropolitana - RMBH. Elas têm evidenciado a riqueza de diferentes sujeitos, saberes, formas de organização social, princípios e valores e espaços, assim como sua capacidade de fornecimento de alimentação de qualidade, dentre outros elementos a serem explorados. Mais especificamente, as agriculturas do Baixo Onça (território da bacia hidrográfica do Ribeirão Onça, localizado nas regionais nordeste e norte de Belo Horizonte), tem mostrado o papel que a agricultura pode desempenhar em uma metrópole, principalmente nas periferias urbanas, que tensiona as diferentes dicotomias criadas entre urbano e natureza.

Para compor as reflexões e análises, a aproximação com os sujeitos, suas perspectivas e interesses, seus processos de trabalho, suas interações e seus envolvimento com o espaço se fazem centrais. Para mim, esses são elementos importantes para pensar sobre as diferentes formas de produção do espaço urbano, principalmente sobre os espaços produzidos com e a partir da agricultura. Em minha trajetória de atuação e de envolvimento promovidos pelo processo de elaboração desta pesquisa, os modos de fazer estiveram conectados com os sujeitos que constroem e fortalecem a agroecologia na RMBH e no Baixo Onça.

### **Contexto da pesquisa: inquietações e pressupostos**

Ao longo da minha formação em Arquitetura e Urbanismo pude me inserir em diversos processos de pesquisa, ensino e extensão que, em sua maioria, convergiram para a atuação no campo do planejamento urbano e metropolitano e no campo da agroecologia e agricultura urbana<sup>1</sup>. O envolvimento com esses campos se deu por meio de minha participação no grupo

---

<sup>1</sup> Assim como Bourdieu (1983), compreende-se por campo um conjunto de relações entre indivíduos, instituições e outros atores sociais que interagem, competem e/ou confluem em torno de um mesmo objeto. Há uma força de coesão entre esses atores, podendo também haver disputas e conflitos. A exemplos, há o campo político que se torna a cada dia mais complexo, assim como o campo da cultura, dentre outros.

AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (AUÊ! – IGC/UFMG)<sup>2</sup>, em que estou desde 2015.

Um marco importante dessa trajetória foi a elaboração do trabalho de conclusão de curso intitulado “Agroecologia: para além do rural e urbano na RMBH”, em 2018. Neste trabalho apresentei algumas reflexões sobre as dicotomias ainda reafirmadas entre rural e urbano, campo e cidade, e a necessidade de avançar no trato dessas questões para além de categorias e formulações setorializadas e fragmentadas. Com isso, acredita-se que o potencial transformador da agroecologia possa contribuir para a construção de ações coletivas, institucionais, de gestão e planejamento territorial em busca de superar diversos desafios enfrentados na atualidade, principalmente em regiões metropolitanas (ALENCAR, 2018).

Já no grupo AUÊ!, desde o início, estive conectado com as ações do eixo de trabalho “Caracterização e Mapeamento das Agriculturas Metropolitanas” (iniciado em 2013, junto com a criação do grupo), o qual tem o objetivo de identificar, compreender, visibilizar e promover debates sobre a diversidade de práticas e experiências de agricultura presentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Acredita-se que esse eixo de trabalho possa consolidar uma base de dados e informações que subsidie a elaboração de políticas públicas, propostas de planejamento territorial, debates e ações dos movimentos sociais em prol do fortalecimento dessas práticas. A partir da minha inserção nesse eixo de trabalho, foi possível me aproximar de diferentes agricultoras/es da RMBH, assim como dos diversos espaços agrícolas, em especial aquelas associadas de forma ampla à agricultura urbana e agricultura familiar.

As atividades deste eixo têm forte conexão com os processos de planejamento territorial da RMBH, contribuindo com a inserção dessas temáticas nas proposições do Macrozoneamento Metropolitano – MZ-RMBH, e no processo de revisão de 11 Planos Diretores municipais da RMBH, ambos norteados pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH – PDDI/RMBH<sup>3</sup>. Tive a oportunidade de me inserir nesses processos de planejamento a partir do

---

2 No site do grupo é possível encontrar informações sobre as atividades desenvolvidas, projetos em curso e uma biblioteca com produções do grupo e de outras organizações e instituições, dentre outras publicações sobre agricultura urbana e agroecologia: <https://aueufmg.wordpress.com/>.

3 A elaboração do PDDI/RMBH marca a retomada do planejamento metropolitano, interrompida após a extinção, em 1996, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL), com atuação na década de 1970 e 80. A construção do PDDI teve início em 2009 e inaugurou um novo arranjo institucional no governo do estado de Minas Gerais e uma forte interação entre universidade, setor público e sociedade civil. O PDDI foi finalizado em 2011 e, em 2013, se deu início ao processo de desenvolvimento de um se seus Programas, o Macrozoneamento Metropolitano (finalizado em 2015), como um de seus desdobramentos.

olhar para a agricultura, o qual também me proporcionou maior aproximação com diferentes espaços metropolitanos e outras/os sujeitos sociais (tanto ligados às instituições, aos governos estaduais e municipais, associações, cooperativas, agricultoras/es e produtoras/es). Neste processo também me conectei com outros estudos e proposições de temáticas diversas, como a questão ambiental metropolitana, as dinâmicas de uso e ocupação do solo, a questão da habitação e da moradia, formulações de políticas públicas e ações governamentais, dentre outros temas. Através dos inúmeros diálogos com outras/os pesquisadoras/es e com as/os integrantes do AUÊ!, algumas questões sobre as interações entre a agricultura e o planejamento territorial surgiram:

O que o planejamento urbano tem a ver com a agricultura? Será possível pensar e planejar as cidades e as metrópoles a partir desta temática? Este tema é muito trabalhado nas políticas e propostas de desenvolvimento rural, mas é possível superar a ideia de incompatibilidade, inviabilidade e irrelevância da agricultura no urbano? (ALENCAR; ORNELAS; COSTA, 2020, p. 286)

Apesar do planejamento urbano não ser o foco desta pesquisa, essa temática tem forte influência na elaboração das minhas questões no que se refere às dinâmicas territoriais e às possibilidades de construção de alternativas de enfrentamento de alguns problemas presentes na RMBH, principalmente no que se refere às disputas de uso do solo, às desigualdades socioespaciais (e socioambientais) e ao fortalecimento e promoção do uso agrícola agroecológico. O eixo de Caracterização e Mapeamento das Agriculturas tem centralidade neste trabalho e traz aspectos metodológicos e conceituais fundamentais, uma vez que boa parte das escolhas realizadas, dos modos de fazer, assim como das reflexões e análises presentes, são fortemente influenciados pelos diálogos e construções coletivas realizadas no âmbito do AUÊ! e suas parcerias.

Ao longo dessa trajetória foi possível identificar algumas imprecisões e ambiguidades presentes na compreensão das práticas da agroecologia e da agricultura urbana na RMBH e em diversos territórios brasileiros. De forma geral, compreende-se o campo agroecológico a partir do tripé ciência-movimento-prática (WEZEL *et al.*, 2009), que se orienta a partir do reconhecimento e promoção de formas de agriculturas alinhadas a princípios contra hegemônicos, como a solidariedade, o cooperativismo, o trabalho justo, a valorização de

---

Já em 2017, se iniciou um novo processo de planejamento, com foco nos planos diretores municipais - PDs, em que 11 municípios da RMBH aderiram ao chamamento de apoio para as revisões de seus planos (processo finalizado em 2019).

saberes populares e tradicionais, dentre outros. Já a agricultura urbana, apesar de ser uma prática antiga, tem sido conformada como um campo político e acadêmico mais recentemente. Compreende-se esta forma de agricultura como um conjunto de práticas e experiências que tem como caráter principal sua relação com as dinâmicas urbanas e metropolitanas e não apenas o fato de estarem localizadas em zonas urbanas (intra ou periurbana). O exercício de compreender as especificidades destas agriculturas na RMBH se faz a partir do diálogo com outras regiões e com suas redes e articulações de escala regional, estadual e nacional, assim como no diálogo com outras instituições de ensino e pesquisa

Dentre as lacunas para elaboração dessa dissertação, foi possível identificar a difícil tarefa de levantar e sistematizar dados e informações, assim como produzir análises e produtos (tanto científicos quanto em outros moldes) sobre essas experiências<sup>4</sup>. Essa tarefa não é exclusiva das instituições de pesquisa e ensino, como as universidades, institutos, dentre outros, mas também das articulações, organizações, dos movimentos sociais e diversas instituições que buscam construir conhecimentos e saberes para fortalecer suas atuações. As poucas conexões entre os campos de pesquisa e atuação das instituições e organizações também têm apresentado uma dificuldade em lidar com a agroecologia e sua relação com o urbano, uma vez que as dicotomias são constantemente reafirmadas (entre rural e urbano, campo e cidade, principalmente) e só recentemente começa-se a nominar a agroecologia urbana, como um campo explícito de saberes e de atuação por parte das/os agricultoras/es e seus movimentos.

Outra lacuna que merece destaque é a insuficiência de ações e políticas públicas de Estado. É histórica a atuação do Estado brasileiro na modernização da agricultura e com a estruturação do agronegócio como um setor econômico, que na atualidade não perde força. Entretanto, não se pode negar e esquecer o avanço importante, principalmente na escala

---

4 Parte dessa dificuldade está atrelada à indisponibilidade de dados informações nas fontes oficiais de pesquisas ou nas definições dos recortes de seus objetos, como as desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que não inclui no Censo Agropecuário as hortas em quintais urbanos ou outras formas de agricultura urbana que serão apresentadas nessa dissertação. Outras dificuldades estão atreladas aos recortes espaciais distintos entre as pesquisas (como as do Censo Demográfico, Pesquisa Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE), definições conceituais sobre a agricultura e as formas produtivas, temporalidades das pesquisas (algumas anuais e outras com maior periodicidade), dentre outros elementos que impedem fazer cruzamentos e análises com maior rigor. Essas dificuldades e outras especificidades do conjunto de dados e informações disponíveis sobre a agricultura em contextos metropolitanos foram abordadas em alguns trabalhos (ALENCAR; ORNELAS; COSTA, 2020; ALMEIDA *et al.*, 2018; COSTA; SANTOS; COSTA, 2013) (ALENCAR; COSTA, 2020; ALMEIDA, 2016; ALMEIDA *et al.*, 2018).

nacional, da construção de políticas voltadas para a agricultura familiar e abastecimento<sup>5</sup>, e, mesmo que ainda não tenham ações executadas, bem estruturadas e/ou ainda em processo de construção e aprovação, também aquelas voltadas para a agricultura urbana, a agroecologia e os orgânicos (como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, e a Política Nacional de Agricultura Urbana – PNAU)<sup>6</sup>.

Diante desse contexto, a pesquisa busca contribuir com dados, informações e análises sobre o conjunto diverso de experiências e práticas de agricultura urbana e agroecologia presentes em contextos metropolitanos. Busca-se também refletir sobre o alcance e as limitações de políticas públicas ligadas ao nível municipal, bem como a atuação dos movimentos sociais que articulam a agroecologia às questões ambientais urbanas e, de forma menos direta, às questões habitacionais.

### **Territórios e sujeitos: agriculturas de Belo Horizonte e do Baixo Onça**

Atualmente, a RMBH é composta por 34 municípios e outros 16 que compõem o Colar Metropolitano<sup>7</sup> (Figura 1), que apresentam dinâmicas diversas, sejam relacionadas aos processos de metropolização quanto às especificidades regionais e de cada município. Em 2019, a partir da estimativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a RMBH possuía 5,35 milhões de habitantes<sup>8</sup> e, o Colar Metropolitano, 608,32 mil habitantes. Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), 98,12% da população da RMBH residiam em áreas consideradas urbanas, enquanto da população do Colar 91,28% se encontravam na mesma

---

5 Como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e a Política de Aquisição de Alimentos – PAA, dentre outras.

6 Almeida (2016) apresenta uma importante sistematização das trajetórias de construção das políticas públicas relacionadas a esses temas.

7 Segundo Tonucci Filho (2012), o Colar Metropolitano conforma o entorno metropolitano, que corresponde ao espaço de polarização imediata da RMBH. A sua constituição se deu a partir de uma definição legal (Lei Complementar nº 26, de 14 de janeiro de 1993) e, em grande parte, a incorporação dos municípios se deu por motivações políticas. Além do Colar Metropolitano, Tonucci (ibidem) aponta que o entorno metropolitano também é composto por pólos econômicos importantes conectados às dinâmicas da RMBH, tais como a região do Consórcio de Desenvolvimento do Alto do Paraopeba (CODAP), a Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA), Curvelo, Sete Lagoas, Itabira, Ouro Preto/Mariana e Divinópolis/Itaúna/Pará de Minas.

8 Quase meio milhão a mais de pessoas se comparado com o indicado pelo Censo Demográfico de 2010 - 4,89 milhões de habitantes.

situação (97,43% da população no total da RMBH e Colar), tornando-a a terceira maior e mais populosa região metropolitana do Brasil, além de representar o centro político, econômico, cultural e demográfico do estado de Minas Gerais (TONUCCI FILHO, 2012).

Esta região, apesar das invisibilidades e do caráter periférico que a agricultura e a agroecologia ocupam na agenda metropolitana, assim como na agenda urbana em geral, tem sido reconhecida dentro do campo agroecológico por sua trajetória de articulações e movimentos sociais vinculados à agricultura urbana, pelas políticas públicas na área da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, e pela quantidade significativa de práticas e experiências agrícolas. Além das políticas em escala nacional com execução em diferentes municípios da RMBH, vale destacar a trajetória de políticas municipais de Belo Horizonte – BH, na área de Segurança Alimentar e Nutricional e de abastecimento que atualmente estão sob responsabilidade da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (SUSAN/PBH)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Ornelas (2020), em sua dissertação apresenta a trajetória dessas políticas em Belo Horizonte, assim como a análise da atuação de movimentos sociais e atores estatais na incorporação da agroecologia no âmbito da política de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte.

# Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano

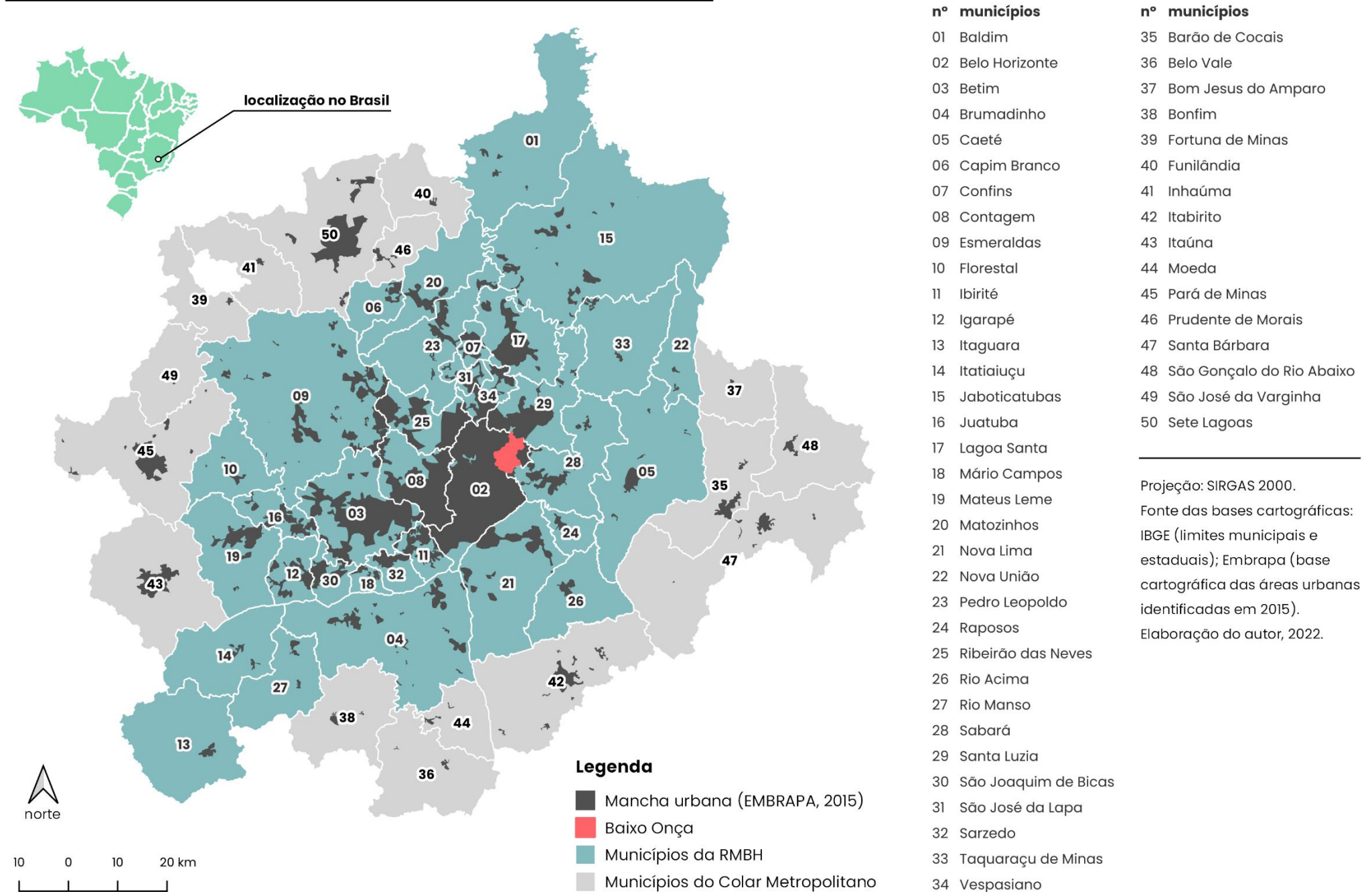


Figura 1. Localização do Baixo Onça na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano. Elaboração do autor, 2022



Neste território há uma expressiva quantidade de experiências de agriculturas que desenvolvem ações importantes para sua permanência e sobrevivência, assim como tem inspirado o surgimento de novas práticas. As diferentes formas de agricultura na RMBH têm mostrado uma expressiva pluralidade, compreendendo agricultoras/es urbanas/os e familiares, em zonas urbanas e rurais dos municípios da RMBH. De forma geral, a agricultura nos municípios metropolitanos pode ser encontrada nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, em territórios quilombolas e indígenas, nas sedes e espaços de instituições e organizações (como escolas, centros de saúde, centros culturais, institutos, universidades, sedes de associações de bairro, etc), em loteamentos populares, em vilas e favelas, em condomínios e loteamentos residenciais de alta renda, às margens dos rios e córregos, em espaços vazios e subutilizados, em sítios e chácaras, e até mesmo em shopping centers e outros grandes equipamentos privados.

Em termos quantitativos, o AUÊ! por meio do trabalho de Caracterização e Mapeamento já identificou mais de 1.000 agriculturas na RMBH em contextos territoriais diversos. Já o Censo Agropecuário do IBGE, em 2017, identificou e caracterizou 8.523 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 344.707,00 hectares (cerca de 36,39% da extensão territorial metropolitana).

Tendo em vista essa pluralidade e quantidade significativa de iniciativas, tem-se buscado construir uma abordagem teórico-metodológica para lidar com esse conjunto de agricultoras/es e os diferentes contextos territoriais em que estão inseridas/os. O termo *agriculturas metropolitanas* tem sido utilizado pelo grupo AUÊ! como forma de evidenciar os diferentes arranjos e combinações possíveis entre os sujeitos, suas práticas e seus territórios, explorando e ampliando concepções não dicotômicas e complementares entre rural e urbano. Busca-se criar meios e eventualmente critérios para compreender os arranjos contemporâneos ligados à organização da produção-destinação de alimentos e das estratégias de reprodução dos indivíduos, das famílias e dos grupos. O adjetivo “metropolitanas” busca, portanto, delimitar o recorte empírico destas reflexões que tem como ponto de partida principal as regiões metropolitanas e suas complexas dinâmicas relacionadas à urbanização, nas quais muitas manifestações de ruralidades coexistem com uma dinâmica socioterritorial fortemente marcada pela metropolização.

Mesmo com toda essa expressiva presença das agriculturas na RMBH, ainda é possível encontrar em espaços de debates e construção de políticas públicas e planejamento, uma leitura que vincula a agricultura à uma atividade residual e a um setor irrelevante para a economia dos

municípios (TUPY; ALMEIDA; MELGAÇO, 2015). Segundo as/os autoras/es, essa leitura também associa à agricultura uma certa inviabilidade de promoção e desenvolvimento nos municípios, principalmente devido ao alto custo da terra e da competição com atividades mais lucrativas (como a indústria, a mineração e as atividades imobiliárias, por exemplo). Além disso, o uso agropecuário do solo, em muitos casos, é associado a diversos impactos ambientais e à incompatibilidade com a preservação ambiental. Essas compreensões, apesar de darem visibilidade às disputas relacionadas ao uso da terra, reproduzem generalizações e simplificações que não consideram as especificidades dos municípios que compõem a RMBH, as diversidades de experiências e práticas agrícolas e seus espaços, o papel da produção local para o abastecimento regional e invisibilizam outras formas de produção mais sustentáveis, como aquelas alinhadas à agroecologia (TUPY; ALMEIDA; MELGAÇO, 2015).

Em relação aos espaços, nesta pesquisa pretende-se realizar um maior aprofundamento na compreensão sobre onde as experiências e práticas de agricultura se desenvolvem e a diversidade das relações com a terra existentes (que inclui tanto a dimensão da produção, quanto a reprodução social), importantes para a manutenção e sobrevivência das agricultoras/es e suas práticas. De forma mais abrangente, essa compreensão também passa pelo entendimento de quais dinâmicas espaciais, sociais, econômicas e ambientais em que a agricultura está inserida e quais são as implicações de estarem em contextos metropolitanos. Nessa direção, busca-se compreender, analisar e refletir sobre as agriculturas em contextos urbanos, conectadas principalmente com os princípios da agroecologia, no território do Baixo Onça (sub-bacia localizada nas regionais norte e nordeste de Belo Horizonte), como forma de pensar os caminhos atuais e futuros para a produção do espaço metropolitano.

Centro da RMBH e capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte concentra cerca de 2.375.151 pessoas (48,6% do total da população metropolitana) em 331,4 km<sup>2</sup> (3,5 % da área total da RMBH). Sua população é considerada 100% urbana, devido à legislação urbanística do município não registrar zonas rurais desde 1996. Belo Horizonte passou e ainda passa por um intenso processo de urbanização que expandiu seu tecido urbano para além de seus limites municipais e na atualidade impacta e influencia uma região cada vez mais ampla. Apesar do que à primeira vista possa parecer, na capital é possível encontrar diferentes experiências de apropriação e produção de espaços baseadas em lógicas não capitalistas, das quais a agricultura faz parte, principalmente em suas periferias.

Uma de suas periferias, a região do Baixo Onça (Figura 1) se destaca por confluir diferentes processos de produção de espaços comunitários e coletivos em que bens naturais,

seres humanos e não-humanos convergem e fazem emergir espaços diferenciados. O Baixo Onça, assim conhecido por boa parte da população e outros sujeitos da região, conforma uma das subdivisões da sub-bacia Ribeirão Onça, o qual é parte constituinte e estruturante da região. O ribeirão é um dos afluentes do Rio das Velhas (importante bem natural que contribui para Rio São Francisco e parte estruturante de sua bacia hidrográfica), e é alimentado por um conjunto diverso de córregos e nascentes em diversos bairros da capital.

Os sujeitos atuantes nesse território, sejam elas/es moradoras/es, movimentos e articulações sociais locais e regionais, assim como de agentes do poder público e de instituições, conformam uma complexa rede social que constrói propostas e ações para a região, que convergem principalmente para a melhoria socioambiental e requalificação do Ribeirão Onça e de suas margens. Neste contexto, a agricultura urbana e a agroecologia são mobilizadas e constituem parte importante da reestruturação territorial da região, assim como apresentam dinâmicas diversas de promoção de segurança alimentar e nutricional, alternativas de renda, mobilização social, requalificação ambiental de áreas degradadas, dentre outras dimensões que serão exploradas neste trabalho.

### **Aspectos teóricos e metodológicos: a perspectiva socioespacial**

A principal referência teórica e também metodológica desta pesquisa é o espaço e sua análise, a produção do espaço, já que contém o social, assim como a dimensão espacial. A concepção de espaço se baseia na teoria lefebvreana<sup>10</sup> de que este não é apenas uma materialidade (com suas características físicas e geomorfológicas) que funciona como um suporte inerte que dá base para as relações sociais, mas ele próprio é uma realidade social – o espaço social (LEFEBVRE, 2013 [1974])<sup>11</sup>. Assim, o espaço representa um componente importante das relações sociais, contendo-as, mas também interferindo na sua conformação – em uma dialética sócio-espacial.

---

<sup>10</sup> Tendo como base principal sua teoria sobre a produção do espaço e o espaço social, complementando com outras obras do autor, como “O direito à cidade” (2008 [1968]) e “A Revolução Urbana” (1999[1970]).

<sup>11</sup>É utilizada neste trabalho a edição espanhola da obra – as citações diretas foram traduzidas a partir desta edição.

Henri Lefebvre parte de uma realidade empírica distinta daquela abordada nesta pesquisa (espacial e temporal), mas ao tratar da produção do espaço traz elementos fundamentais para refletirmos sobre o contexto brasileiro e a atualidade, principalmente no que se refere às leituras sobre o espaço e suas transformações a partir do processo de urbanização. Tal referencial mais amplo se articula ainda à perspectiva da urbanização periférica, tanto no sentido da produção das periferias metropolitanas quanto da urbanização nos países do Sul (COSTA; MENDONÇA, 2012; KOWARICK, 1979). Além de utilização da perspectiva teórica de inspiração lefebvreana, nesta pesquisa pretende-se construir uma base também metodológica para analisar e refletir sobre as dinâmicas espaciais de Belo Horizonte e do Baixo Onça, com foco nas agriculturas metropolitanas.

O conceito de produção do espaço de Lefebvre traz elementos importantes para pensar e analisar a sociedade e o espaço, principalmente a partir da ideia de que o espaço é produzido através de um processo centrado na relação entre agentes específicos: “o espaço (social) é um produto (social)” (LEFEBVRE, 2013, p. 86). Para o autor, a *produção* vai além de um processo que dá origem a mercadorias, que inclui as relações de produção e as forças produtivas sob o modo de produção capitalista, mas também a realização social e sua reprodução no espaço<sup>12</sup>. Quem [re]produz são as/os sujeitos (individuais ou coletivos), reconhecidas/os como agentes portadores de uma prática social, que podem criar, dela se apropriar e transformar. Como forma de ampliar sua concepção de produção, Lefebvre inclui a ideia de *criação de obras*, reconhecendo a capacidade criativa e inventiva do ser humano de dar origem a materialidades reconhecidas e vividas a partir de seus valores de uso<sup>13</sup>.

Além de “quem” (sujeitos/atores), “o que” (objetos) e “como” (modo de produção-forças produtivas-relações de produção), também acrescenta: “por quê e para quem?”. Estas perguntas remetem às relações sociais que dão origem aos objetos e também a seus usos (quem

---

<sup>12</sup> Evidentemente essa relação não é tão direta e simples, mas a intenção é focar na ampliação que o autor faz da concepção de “produção”.

<sup>13</sup> O autor retoma a ideia de Marx (2011 [1867]), de que o uso, a coisa útil (que pode ser sob diversos aspectos), por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer tipo, tornando-se assim um valor de uso. “Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 2011, p. 158). Para Lefebvre, essa concepção também se amplia para o espaço e sua materialidade. Produtos e obras são objetos de naturezas muito diversas – uma pintura, um monumento, um jardim, um parque, uma ponte, um edifício e/ou até mesmo a cidade. Lefebvre reconhece que a separação entre obra e produto é complexa e funcionam como um par dialético, uma vez que ambos resultam das forças produtivas e das relações de produção de um dado período histórico. A distinção acontece a partir da qual a obra, em certo sentido, se estabelece como algo que supera o produto a partir da realização de seu valor de uso. A obra também pode se distinguir como algo único, irreproduzível (LEFEBVRE, 2013).

se apropria e se beneficia, por exemplo). Os objetos não se emancipam da atividade, da necessidade, do seu uso – do *ser social* e da prática social; assim como das motivações, seus imaginários, suas simbologias – as representações. Assim, o espaço não é formado apenas por objetos (e suas formas), mas também por conteúdos – “o caráter social do espaço (as relações sociais que implica, contém e dissimula)” (LEFEBVRE, 2013, p. 139). Além das formas-conteúdos, Lefebvre também acrescenta que esses são indissociáveis de suas funções e da estrutura social – a totalidade.

A produção do espaço também incorpora as relações sociais de reprodução e estas, por sua vez, podem ser compreendidas de forma mais ampla – a reprodução das relações sociais, assim como em um nível mais micro – como a reprodução da comunidade, do grupo ou da família. Evidentemente as duas formas estão imbricadas e com o capitalismo se complexificam. Lefebvre afirma que essas combinações, a partir do neocapitalismo moderno, dão origem à reprodução social – “a reprodução da sociedade que se perpetua nas sucessivas gerações apesar dos conflitos, enfrentamentos, lutas e guerras” (LEFEBVRE, 2013, p. 91). Essas relações se complexificam em três níveis articulados: o da reprodução biológica (a família); o da reprodução da força de trabalho (a classe operária); e o da reprodução das relações sociais de produção (trabalho-capital). Esses níveis formam o tripé que sustenta a sociedade capitalista, segundo o autor.

Associada a esses três níveis, especificamente na projeção e articulação com o espaço, Lefebvre apresenta sua célebre tríade: as representações do espaço; os espaços de representação; e as práticas espaciais. São três dimensões importantes que vão horizontalmente perpassar sua teoria, principalmente no que se refere aos atores e grupos sociais. O primeiro, as representações do espaço, se refere às relações e ao modo de produção e à decorrente ordem que impõem. É o espaço concebido pelos planejadores, tecnocratas e capitalistas. Já os espaços de representação são aqueles dos habitantes e dos usuários que projetam sobre o espaço seus imaginários e motivações, criando símbolos e códigos específicos – “expressam simbolismos complexos ligados ao clandestino e ao subterrâneo da vida social” (LEFEBVRE, 2013, p. 92). É o espaço vivido, utilizado e apropriado a partir dos símbolos e códigos dos grupos sociais. Por último, a prática espacial é a que produz e reproduz o espaço, que assegura a sua (des)continuidade – o espaço percebido, visível em sua materialidade.

A prática espacial consiste em uma projeção “sobre o terreno” de todos os aspectos, elementos e momentos [geográficos, econômicos, demográficos, sociológicos, ecológicos, políticos, etc] da prática social, separando-os e sem abandonar durante um

só instante o controle global: ou seja, perceber a sujeição da sociedade como um todo à prática política, ao poder do Estado (LEFEBVRE, 2013, p. 69, tradução do autor).

Sua tríade coloca para a análise do espaço e da sociedade as dimensões física-material e social de forma dialética – as relações sociais de produção-reprodução. Contudo, as práticas espaciais se tornam um elemento importante para conceber e se aproximar das realidades vividas, tanto em termos de transformações materiais, quanto das representações, ideologias e motivações dos agentes sociais. Portanto, os atores e grupos sociais diversos, como as organizações da sociedade civil, as instituições, as empresas e outros atores, motivadas/os pelos seus interesses, representações e identidades, produzem objetos e dão a eles conteúdos sociais.

Ainda sobre as relações sociais de produção-reprodução e os conteúdos sociais atrelados aos espaços, o autor apresenta dois distintos resultados da atuação dos agentes: o espaço abstrato e o espaço diferencial. O espaço abstrato pode ser como compreendido como o produto do processo de apropriação de agentes específicos em prol da acumulação capitalista, em que torna o espaço lugar privilegiado da produção e consumo. Aparentemente, o espaço abstrato parece ser hegemônico, mas as possibilidades de produção de espaços diferenciais se contrapõem – é o espaço da primazia do uso. Mesmo que essa abstração promovida pela produção hegemônica do espaço engendra diferentes assimetrias de poder, coexistem “refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (ibidem, p. 6). Como se verá, alguns desses embriões de espaços diferenciais podem ser identificados nas experiências analisadas nesse trabalho.

Diante dos pressupostos dessa pesquisa apresentados até aqui, o principal objetivo que a orienta é compreender as formas pelas quais ocorre a produção do espaço pelas experiências de agricultura do Baixo Onça (uma das sub-bacias da bacia hidrográfica do Ribeirão Onça, localizada na região nordeste de Belo Horizonte), como forma de identificar e refletir sobre os elementos transformadores representados pela agroecologia e pela agricultura urbana em contextos metropolitanos. Mais especificamente, quais são as características constituintes dessas experiências e práticas espaciais, assim como quais caminhos apontam para o enfrentamento de desigualdades sociais e qual papel ocupa na reprodução social dos sujeitos. Para isso é importante compreender e analisar:

- Os principais elementos do debate contemporâneo relacionados à agricultura urbana e à agroecologia, em diálogo com estudos e pesquisas sobre as dinâmicas urbanas e elementos de ruralidade em território metropolitano;
- Compreender e analisar as dinâmicas territoriais do Baixo Onça e quais são as estratégias e proposições dos movimentos locais para a região, principalmente aquelas que incorporam a agroecologia e agricultura urbana, na produção de um espaço de resistência e reprodução conformadores de um espaço diferencial;

Para compreender de quais formas as experiências produzem os espaços, utiliza-se da metodologia de caracterização e mapeamento, inspirada no eixo de trabalho do grupo AUÊ!-UFMG, em que a partir de visitas de campo e com o apoio de um roteiro busca-se a aproximação com o território e o diálogo com os sujeitos das agriculturas metropolitanas – o que constitui parte estruturante do trabalho. Antes de iniciar as visitas, identificar os espaços e os sujeitos constitui uma primeira etapa do trabalho, que contou com uma pesquisa a partir de algumas fontes oficiais, da base de dados e informações do eixo de trabalho do AUÊ! e de indicações de outras/os pesquisadoras/es e da rede de organizações atuantes no tema em Belo Horizonte. Nesta etapa, mapear as experiências identificadas é fundamental para o levantamento de outros dados, como informações em documentos oficiais sobre a região e outras referências bibliográficas.

Assim, foi possível aproximar das realidades vividas pelas/os agricultoras/es e outros sujeitos do território do Baixo Onça, interagindo, aprendendo e analisando as dimensões fundamentais envolvidas nessas práticas (o detalhamento dessa metodologia será apresentado no capítulo 02, no subtópico *Caracterizando e mapeando as agriculturas do Baixo Onça*). Busca-se apontar quais caminhos as experiências estão percorrendo e como estão se articulando, assim como quais conflitos, contradições e possibilidades concretas apontam para a construção e/ou permanência de práticas espaciais baseadas em princípios da agroecologia em contextos urbanos. Isto é, quais elementos essas práticas carregam, se alimentam e mostram para a constituição de potenciais espaços diferenciais.

Nesse sentido, optou-se neste trabalho por utilizar metodologias de pesquisa qualitativa, incorporando alguns métodos da etnografia, como a vivência no e a partir do território e com os sujeitos, incorporando entrevistas exploratórias, etnográficas e narrativas (KAPP, 2020). Esses procedimentos metodológicos contribuirão para obter um quadro mais amplo do

contexto em que os sujeitos estão inseridos, na tentativa de melhor se aproximar das suas práticas cotidianas, suas motivações e interesses, assim como observar e analisar na realidade concreta as transformações dos espaços que realizaram e realizam. Em alguns casos, principalmente a partir do envolvimento com uma das organizações locais – o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA), que foi o primeiro contato realizado com o território e os sujeitos – pode-se definir que foram utilizadas ferramentas da pesquisa participante e da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986), em que estive conectado e contribuindo com as ações da organização.

A pesquisa se estruturou a partir de quatro etapas, sendo que a primeira teve como o objetivo elaborar a abordagem teórica-conceitual e metodológica, bem como aprofundar nos estudos e pesquisas relacionadas aos campos da agroecologia e da agricultura urbana no contexto brasileiro e na RMBH. Na segunda etapa, a partir da revisão de literatura e de estudos sobre as dinâmicas territoriais, realizou-se a sistematização e análises de dados secundários e as primeiras visitas a campo, pautadas na compreensão e análise das dinâmicas territoriais e a atuação dos movimentos locais do Baixo Onça – principalmente a partir do envolvimento com o COMUPRA. Neste momento também foram levantadas e identificadas, a partir das fontes disponíveis, quais experiências e práticas de agricultura urbana existem no território, o que culminou em um mapeamento das agriculturas do Baixo Onça (o que será apresentado no Capítulo 02). A partir do mapeamento foram selecionadas algumas iniciativas para o aprofundamento na pesquisa, especialmente os quintais agroecológicos e as hortas comunitárias, o que constituiu a terceira etapa da pesquisa – fundamentou-se principalmente em visitas a campo e diálogos com os sujeitos envolvidas com as experiências selecionadas. E a última etapa teve como objetivo a sistematização e análise dos dados levantados em campo, alguns diálogos complementares, assim como a elaboração do texto, de mapas, quadros, tabelas e organização das imagens.

A partir disso, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos, sendo que o primeiro concentra boa parte da discussão teórica-conceitual. O Capítulo 02 apresenta os principais resultados da pesquisa bibliográfica e documental sobre Belo Horizonte e o Baixo Onça, em diálogo com as observações e o levantamento de dados primários a partir das vivências no território. Já os capítulos 03 e 04 apresentam descrições e análises das experiências selecionadas, que contam também com uma discussão teórica-conceitual mais específica sobre as agriculturas de quintais e de hortas comunitárias. Ao longo dos capítulos também há o detalhamento de alguns aspectos metodológicos utilizados.



## Capítulo 01

### **Agricultura urbana e agroecologia: a cidade é nossa horta!**

A agricultura urbana, juntamente com outras experiências centradas na coletividade, na solidariedade, no cooperativismo e na busca por autonomia que incorpora a natureza como bem coletivo, mostra caminhos importantes para reimaginar e reinventar os espaços urbanos. Como Clausen (2018) aponta em suas reflexões sobre os mais de 150 projetos de agricultura urbana na Alemanha – “A cidade é nossa horta!”<sup>14</sup> – “esses espaços livres têm o potencial de catalisar a imaginação de uma cidade diferente — e, ao mesmo tempo, o ato de agarrar uma pá e começar a construí-la” (n.p.)<sup>15</sup>.

Entretanto, existem atualmente diferentes concepções sobre o que seria a agricultura urbana, em que algumas revelam um certo estranhamento entre os termos. Em primeiro plano por a agricultura ser tradicionalmente vinculada a um conjunto de práticas ligadas ao campo e ao modo de vida rural; e as concepções em torno do urbano, dissociam desse a agricultura e outros elementos da natureza, como se fossem uma espécie de contradição. Assim, compreender a agricultura enquanto uma prática espacial urbana, principalmente a que se orienta pela agroecologia, requer superar algumas generalizações em torno do que é a cidade e o urbano, assim como a ideia de incompatibilidade de práticas agrícolas e da permanência de ruralidades com o modo de vida urbana.

Dessa forma, busca-se apresentar um diálogo possível e potente entre agricultura, natureza e urbano, trazendo elementos para analisar e refletir sobre as realidades vivenciadas nas cidades brasileiras. E, como se verá, no recorte empírico da pesquisa, todos esses elementos estão imbricados na vida cotidiana da população, nas pautas dos movimentos locais e nas práticas das/os agricultoras/es do Baixo Onça. Será apresentado nos próximos três subtópicos desse capítulo, essencialmente teóricos, mas conectado à empiria da pesquisa, que a agricultura urbana e a agroecologia podem e devem ser visibilizadas e valorizadas a partir das mediações possíveis e reais vividas nas dinâmicas sócio-espaciais, especialmente nas periferias, e nos espaços socialmente produzidos nesses contextos.

---

14 “A cidade é nossa horta!” foi o nome dado ao manifesto elaborado por esse conjunto de projetos de agricultura urbana da Alemanha em 2014, na tentativa de definir coletivamente os objetivos políticos compartilhados pelas experiências (CLAUSEN, 2018).

15 Não paginado.

## **Urbano, natureza e agricultura: relações (im)possíveis?**

No Brasil é possível identificar diferentes concepções que, de maneira geral, reafirmam leituras sobre cidade e campo, urbano e rural, como diferentes formas sociais, culturais, políticas, ambientais, econômicas e territoriais com funções distintas<sup>16</sup>. No âmbito das políticas públicas e outras ações de governo – dentre elas a de planejamento e regulação do território, é comum encontrar uma setorização que lida com as questões rurais e urbanas em estruturas de governo diferentes e que ainda pouco dialogam<sup>17</sup>; nas articulações e nos movimentos sociais as pautas e reivindicações tendem a reafirmar distinções entre “lutas da cidade” e “lutas do campo”; e na construção do conhecimento acadêmico já existem conexões e convergências importantes mas, no geral, perpetuam a divisão entre estudos urbanos e estudos rurais/agrírios.

Nessa dissertação adotam-se perspectivas teóricas-conceituais que identificam as tensões e contradições entre urbano e rural – campo e cidade, sem, contudo, reafirmar que são espaços em oposição e demasiadamente distintos – assim como compreende Lefebvre (1999; 2008), Singer (1983), Santos e Silveira (2006), Monte-Mór (2006; 2007), Costa (2015, 2021). Essas/es autoras/es apresentam como ponto de encontro a análise do processo de urbanização e industrialização, sob a lógica capitalista, como motores de um processo de transformações profundas na sociedade que modificam a totalidade do espaço incidindo sobre as categorias campo e cidade, vistas como elementos distintos de uma divisão social, política, econômica e territorial, em que a natureza também se inclui nas tensões e contradições.

A seguir serão apresentadas algumas abordagens sobre o que seria a cidade e o processo de urbanização, ampliando-as a partir do debate ambiental e sobre a natureza, e as transformações em sua relação com o campo/rural. Logo em seguida, utiliza-se desse referencial para apresentar algumas especificidades no contexto brasileiro, a fim de caracterizar

---

16 Na coletânea de artigos publicados no livro “Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural” (SPOSITO; WHITAC, 2006), é possível ter um panorama geral dos principais elementos que constituem concepções semelhantes, convergentes ou antagônica sobre a relação urbano-rural no Brasil.

17 O que é possível notar a partir das estruturas de prefeituras, do executivo estadual e federal, em que os temas “cidade/urbano” e “agrário/agricultura/rural” aparecem em secretarias e ministérios distintos. Isso se desdobra também em políticas públicas temáticas que acabam por aprofundar em determinados recortes que raramente associam urbano/cidade e agricultura/agrário.

alguns elementos constituintes das dinâmicas socioespaciais das metrópoles brasileiras e dos contextos em que a agricultura está inserida.

*Notas sobre urbanização e  
produção do espaço*

Partindo de uma perspectiva mais geral, a partir da análise dos referenciais teóricos, pode-se dizer que a cidade se constituiu graças ao desenvolvimento das forças produtivas do campo (principalmente ligadas à produção agropecuária), que passa a produzir um excedente alimentar que proporciona a ocupação de parte da população em outras atividades. O surgimento das cidades também se fundamentou em uma distinção de classes que pressupõe, para sua existência, relações de dominação e de exploração, assim como instituições sociais – o Estado, a igreja, entre outras (SINGER, 1983). Essa separação estabelece uma divisão social entre produção e apropriação do excedente, fazendo com que cidade e campo se diferenciem inicialmente a partir da natureza das atividades e da divisão social do trabalho e do poder – no campo as atividades produtivas e a classe trabalhadora; na cidade a classe dominante e atividades não-produtivas (guerra e religião, por exemplo) (LEFEBVRE, 1999; SINGER, 1983).

Ampliando e enriquecendo as leituras sobre as relações campo-cidade, ao valorizar o processo mais amplo, profundo e dialético, de urbanização da sociedade, Lefebvre em “A Revolução Urbana” (1999), apresenta uma série de inflexões no decorrer do tempo e no espaço, que geram transformações amplas nas estruturas socioespaciais nas sociedades europeias baseadas na distinção entre campo e cidade. Dentre essas inflexões, vale ressaltar o momento de transição, ou de descontinuidades, de uma “era agrária” para a “industrial”, em um processo que durou séculos na Europa.

Esse processo se inicia a partir da integração do mercado e da mercadoria à cidade, onde novos elementos são incorporados que modificam a organização da vida social em sua forma (arquitetônica e urbanística) e estrutura – a cidade comercial (LEFEBVRE, 1999). A cidade, além de ser o lócus do poder, da administração e da regulação, se torna o espaço do mercado e se insere no circuito produtivo ao aumentar suas atividades e suas forças produtivas (SINGER, 1983). As relações campo e cidade a partir desse momento não se baseiam apenas numa relação de captura do excedente do campo para apropriação na cidade, mas a partir de trocas

importantes, principalmente do comércio e consumo de produtos – da cidade produtos manufaturados, ferramentas, etc, e do campo alimentos e outros produtos da agricultura.

A cidade como o lócus desse mercado, cada vez mais em ascensão, passa a ter um peso maior no conjunto social, “não aparece mais [...] como uma ilha urbana num oceano camponês [...]. Ela entra na consciência e no conhecimento” (LEFEBVRE, 1999, p. 23). Assim, as relações campo-cidade se mostram complementares, e o espaço urbano se torna mediador das relações dos distintos atores sociais.

A transformação mais profunda se dá com a industrialização e o movimento das indústrias que inicialmente se instalam no campo, próximas às fontes de energia, de matérias-primas e das reservas de mão-de-obra (LEFEBVRE, 1999). A fábrica – moderna unidade de produção – leva consigo um processo de urbanização – devido à construção de infra-estrutura e à grande demanda de mão-de-obra. “Quando a fábrica não surge já na cidade, é a cidade que se forma em volta dela” (SINGER, 1983, p. 25). Com isso há uma transformação da organização do campo, pois a atividade agrícola também passa a incorporar instrumentos de produção da indústria que acaba secundarizando a produção de subsistência (SINGER, 1983).

Esse processo histórico se relaciona com o movimento de implosão-explosão das cidades industriais, que se caracteriza pela concentração de pessoas, atividades, riquezas, dentre outros elementos na cidade, e a imensa dispersão e projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos no campo, além das atividades existentes – periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc (LEFEBVRE, 1999). Com isso, há uma transformação da organização do campo e uma migração da população em direção à cidade e, logo após, ao encontrar a cidade e o capital comercial, a industrialização reestrutura a relação cidade-campo, a exemplo da chamada revolução verde e do agronegócio (como será apresentado brevemente nos subtópicos a seguir).

O processo de implosão-explosão é responsável pela extensão do fenômeno urbano ao campo através do tecido urbano. Este tecido, compreendido por Lefebvre (2008) como um suporte de um modo de viver, ao se expandir não se detém apenas na presença de uma infraestrutura urbano-industrial, mas também da vida social e cultural oriunda da cidade. Ele inclui os sistemas de objetos – eletricidade, carro, mobiliário, televisão, utensílios de plástico, dentre outros, e os sistemas de valores – lazer, costumes, modas, etc. Por outro lado, mesmo com essa extensão do tecido urbano e a penetração da sociedade e da vida urbana no campo, impulsionada pela industrialização, a ruralidade não deixa de existir – entre o tecido urbano haverá *ilhas de ruralidade pura*, como se refere o autor a povoados e comunidades camponesas e seus modos de vida. Assim, a relação urbanidade-ruralidade não desaparece, intensifica-se. O

rural não deixa de existir, mas se transforma a partir da expansão do fenômeno urbano – “Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o ‘tecido urbano’” (LEFEBVRE, 2008, p. 12).

A expansão do tecido urbano também provoca uma série de transformações nos espaços, que inclui a apropriação e expropriação da natureza. A industrialização e a urbanização aproveitam-se dos recursos naturais, como terra, água, madeira, alimentos, etc, seja através da utilização de insumos para viabilizar as atividades produtivas e a construção de infraestruturas, assim como na geração cada vez mais intensiva de alimentos, para a subsistência das/os trabalhadoras/es e a população como um todo. Mesmo que grande parte dos bens naturais tenha sido apropriada pela indústria ou impactados por ela, esses ainda resistem e são apropriados de outras formas por diversos povos e comunidades. Já a urbanização, por mais que pareça se tornar a cada dia mais homogênea (a partir do que costumam nomear como ambiente construído), não foi (e não é) um processo hegemônico. Como aponta Monte-Mór:

A natureza veio sendo progressivamente apropriada e transformada para servir às necessidades da civilização industrial, e assim do capital, entendido como relação que permanentemente atribui valores de troca a novas mercadorias identificadas no mundo concreto e no próprio desejo das pessoas, cada vez mais tomadas/domadas pelas necessidades que lhes são criadas (MONTE-MÓR, 2015, p. 59).

Constitui-se, portanto, uma sociedade fundamentada nas lógicas urbano-industriais, sob as bases capitalistas, e conseqüentemente diversas transformações socioespaciais são postas em curso. Neste movimento pode-se dizer que há um duplo processo de industrialização e urbanização, mas não se pode limitar o urbano à realidade dominada pela indústria. Singer (1983) aponta que, a partir do fenômeno urbano-industrial, a divisão social e econômica entre campo e cidade sofre uma transformação tão ampla que se pode duvidar de sua distinção. A população rural passa a se dedicar a funções urbanas e a prática agrícola (industrializada) que se torna hegemônica e em pouco ou nada se distingue das demais atividades urbanas – o autor se refere à agricultura nos moldes da Revolução Verde. Nos países industrializados a população do campo foi completamente incorporada ao mercado da grande indústria, boa parte emigrando para as cidades (SINGER, 1983), enquanto nos países com industrialização tardia esse processo tem suas especificidades, mas também se encontra numa etapa em que processos semelhantes já foram colocados em curso.

Essa realidade cria uma crise profunda que anuncia uma fase crítica, em que a problemática urbana se impõe a uma escala ainda maior e o potencial transformador do urbano em formação se torna um campo cego. Assim, o urbano “define-se [...] não como realidade

acabada, situada, em relação à realidade atual [urbano-industrial] [...], mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (LEFEBVRE, 1999, p.28). A época industrial caminha para seu fim, “o urbano, velado, escapa ao pensamento que se cega e se fixa apenas nas luminosidades atrasadas em relação ao atual” (LEFEBVRE, 1999, p. 47).

Para Lefebvre (1999), o urbano não pode ser confundido com as lógicas hegemônicas originadas pelo processo de industrialização sob o modo de produção capitalista – essas, de forma geral, são definidas como urbano-industrial. Por outro lado, “a realidade urbana aparece mais como um caos e uma desordem – que contém uma ordem a descobrir” (ibidem, p. 61). O fenômeno urbano, apesar de difícil compreensão na realidade atual, compreende um conjunto complexo de relações sócio-espaciais que caminham para a criação de outros valores, baseados nos valores de usos, que incorporam diferentes signos e significados e vários níveis:

o das modalidades da vida cotidiana (objetos e produtos, signos de troca e do uso, da extensão das mercadorias e do mercado, signos e significações do *habitar* e do *habitat*<sup>18</sup>); o da sociedade urbana no seu conjunto (semiologia do poder, da potência, da cultura considerada globalmente ou na sua fragmentação); o do espaço-tempo urbano particularizado (semiologia das características próprias à determinada cidade, à sua paisagem e à sua fisionomia, a seus habitantes). Caso houvesse, no espaço urbano, um único sistema de signos, vinculado aos objetos ou aos atos, ele reinaria e dele não poderíamos escapar (LEFEBVRE, 1999, p. 55)

O urbano, nessa perspectiva, extrapola a cidade, concentrando e reunindo um conjunto de objetos e valores anunciados por ela, mas caminha para as relações sociais imbricadas e surgidas no/do espaço transformado pelo tecido urbano – “o fenômeno urbano manifesta-se como um movimento” (LEFEBVRE, 1999, p. 158). “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimento e reconhecimentos recíprocos (inclusive confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 15). Ele reúne tudo, “as matérias e conteúdos heterogêneos, a ordem e a desordem anteriores. [...] Como forma de trans-forma, o urbano des-estrutura e re-estrutura seus elementos, as mensagens e códigos egressos do industrial e do agrário” (LEFEBVRE, 1999, p. 159).

Já a cidade se fragmentou, mas o antigo núcleo urbano se mantém – “transbordando, frequentemente deteriorado, às vezes apodrecendo”, mas não desaparece (o que comumente nomeamos como o “centro da cidade”). Seus limites estão difusos e são difíceis de serem

---

<sup>18</sup> O autor distingue *habitar* de *habitat*, de forma geral sendo o primeiro o ato de viver não só a moradia, mas a cidade, seu entorno, assim como na participação da vida urbana, enquanto *habitat* se restringe apenas à moradia, ao ambiente construído.

definidos, mas ainda conserva um caráter em sua forma a partir do que compreendemos como infraestrutura urbana (ruas, avenidas, edifícios, etc). Apesar de todos os contrastes existentes e inerentes às cidades, principalmente entre riqueza e pobreza, ambiente construído e natural, a cidade ainda deve ser concebida em seu valor de uso (LEFEBVRE, 2008). É sobre essa concepção de cidade que o autor define o termo *Direito à Cidade*, que se pode ampliar para o direito à natureza, aos bens coletivos e comuns (COSTA, 2015), ou direito ao espaço sob a lógica de uso social não-produtivo e coletivo. É o direito à vida urbana, “o lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível” (LEFEBVRE, 2008, p. 117). Mesmo que o valor de troca esteja em processo crescente de generalização, ou “a generalização da mercadoria”, como se refere o autor, na cidade e na realidade urbana coexistem “refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (ibidem, p. 6). Como se verá, alguns desses embriões podem ser identificados nas experiências analisadas nesse trabalho.

Sob influência do pensamento lefebvriano, outras/os autoras/es também ampliam as leituras sobre a cidade, o processo de urbanização e o urbano, considerando a questão ambiental e os elementos da natureza como parte indissociável dos processos. À princípio, como aponta Costa (2021), é comum pensar a cidade e o urbano de forma dissociada da natureza, ou até mesmo como antítese do que seria o natural. Ainda, são atribuídos às cidades e ao processo de urbanização diversos impactos ambientais e origens de distintos e combinados processos de riscos e vulnerabilidades, assim como injustiças ambientais.

De fato os processos de urbanização, principalmente no contexto brasileiro – como será apresentado a seguir, foram responsáveis por transformações dos espaços naturais – aniquilando-os ou deles se apropriando (COSTA, 2021). Assim como apontam Heynen, Kaika e Swyngedouw (2006), as cidades foram produzidas através de mudanças sócio-ambientais, atreladas às condições sociais e físicas de cada território, assim como a urbanização transformou um *ambiente natural* em um *ambiente construído*. Entretanto, áreas verdes, águas, biodiversidade, ar, alimentos, dentre outros elementos naturais estão presentes nas cidades e a urbanização não é um processo de transformação total dos ambientes, principalmente a urbanização em contextos periféricos. Assim, os ambientes urbanos produzidos coletivamente abrem caminhos para se compreender a complexa interação de processos políticos, econômicos e sociais que moldam e remodelam as paisagens e a natureza nos contextos urbanos (HEYNEN; KAIKA; SWYNGEDOUW, 2006).

Mesmo que nas cidades, a natureza assuma principalmente a forma social de mercadoria, ou lhe seja atribuído valor de troca, é necessário reforçar o valor de uso coletivo, como diversos atores e movimentos sociais têm apontado e reforçado (como iremos ver nos movimentos locais do Baixo Onça). Assim, reconhecer a predominância de situações de impactos ambientais e potenciais conflitos em ambientes urbanos é necessário, mas também compreender os processos de produção capitalista do espaço urbano, em que situações de injustiças sociais se encontram na base da distribuição e localização de algumas populações, principalmente as de baixa renda. Por outro lado, é necessário incorporar a potência do ambiente natural urbano sob a lógica de uso social não-produtivo e coletivo, confluindo e ampliando a ideia de direito à cidade. Assim, como Costa:

[...] considerar dialeticamente os elementos da natureza na cidade – terra, água, energia, ar – em sua dupla caracterização – valor de uso/valor de troca, bem comum/mercadoria – significa ampliar o debate sobre o direito à cidade e à natureza como o direito ao comum, como valor de uso coletivo em permanente embate com as pressões pela valoração econômica, como luta por um espaço potencializador de mudanças, logo, como espaço diferencial (2015, p. 42).

A cidade em boa parte do mundo se expandiu e fragmentou-se levando para o campo todo um conteúdo relacionado ao urbano-industrial, assim como no contexto brasileiro – como vamos ver adiante. Entretanto, “o urbano-industrial ganhou nova perspectiva, novas oposições, e se ainda não deixou de ser hegemônico certamente perdeu sua absoluta legitimidade” (MONTE-MÓR, 2015, p. 60). Cabe na atualidade compreender quais são as coexistências, as continuidades ou os novos embriões de uma revalorização do valor de uso das cidades, que nos mostram caminhos para contornar a expansão e evolução do capitalismo que traz para as sociedades processos muito desiguais baseadas em variadas assimetrias de poder por parte de grupos sociais distintos – atualmente alcançando escalas globais.

Assim, busca-se compreender a produção do espaço sob lógicas capitalistas – que Lefebvre (2013) define como espaço abstrato<sup>19</sup> –, mas valorizando as possibilidade de produção de espaços diferenciais – “um espaço em que cada ‘sujeito’ individual ou coletivo, reconstituído sobre esse novo fundamento, se habituaria ao uso e ao desfrute, é na atualidade um espaço em estado nascente, quase balbuciante” (ibidem, p. 413); que só através da prática espacial será possível construí-lo e produzi-lo. Nesse sentido, é na construção de espaços

---

19 “O espaço do consumo, que coincide com os lugares históricos de acumulação do capital, com o espaço da produção e o espaço produzido; se trata do espaço do mercado, o que recorrem os fluxos e que controla o Estado, espaço estritamente quantificado” (LEFEBVRE, 2013, p. 385)



diferenciais, que se enquadram as práticas espaciais que buscam a (re)política da cidade e do urbano estendido, assim como a natureza em seu valor de uso. Como aponta Monte-Mór:

se o urbano-industrial vem produzindo de forma hegemônica o espaço em que vivemos, parece que só o urbano-natural pode garantir o espaço em que podemos viver. A chamada sustentabilidade urbana demanda o resgate radical da natureza, uma imbricação do tecido urbano com o espaço natural, a extensão da natureza dentro do urbano extensivo. Assim, o urbano que se anuncia é também o urbano-natural, cada vez mais fortemente impregnado na vida cotidiana, na produção de alimentos, nos parques lineares, nas matas urbanas, nos espaços de apropriação coletiva – espaços (e objetos) comuns (2015, p. 63).

Compreende-se aqui que a agricultura urbana e a agroecologia, enquanto um conjunto diverso de práticas espaciais e experiências concretas, apresentam possibilidades de transformações da cidade e do urbano, baseadas nesses valores em construção que não dissociam reprodução da vida e da natureza, no caminho para a produção de espaços diferenciais. Assim, acredita-se que esse conjunto de experiências, assim como tantas outras presentes nas cidades brasileiras e no mundo, renovam e questionam as relações entre natureza e cidade, assim como ensina a vê-las e imaginá-las a partir dos elementos da natureza, em especial terra, biodiversidade e água, (re)colocando o urbano como espaço de vida e ampliando a ideia de direito à cidade, incorporando a consolidação de outros direitos.

#### *Apontamentos sobre o contexto brasileiro*

No contexto brasileiro, assim como na América Latina como um todo, a distinção entre campo e cidade parte de uma divisão entre poderes e atividades, em que a cidade inicialmente é o lócus do controle das Metrôpoles (Portugal e Espanha) sobre o excedente produzido no campo das colônias. As cidades, neste contexto, desempenhavam essencialmente a função de concentrar e potencializar a força de coerção da Europa sobre a sociedade colonial – via Igreja, corpos de tropa e burocracia civil (SINGER, 1983), assim como nelas residiam aqueles que trabalhavam no comércio, nos ofícios mecânicos e no funcionalismo (troca, regulação e serviços) (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Já o campo, foi o lócus do estabelecimento de um modo de produção novo para aquele território – com a introdução de produtos agrícolas, capaz de produzir um excedente apropriado pela Europa (SINGER, 1983). O sistema urbano criado tinha como objetivo básico sustentar o sistema de exploração, sendo a cidade o lugar que irradiava o poder colonial sobre a população indígena e a população de origem africana, e posteriormente aniquilando quilombos e expropriando e redistribuindo terras (SINGER, 1983).

Deste modo, pode-se compreender que a estrutura da sociedade colonial era baseada em uma divisão territorial do trabalho. O trabalho, por sua vez, pressupõe diversas formas de controle – a escravidão, a servidão, a reciprocidade e o trabalho assalariado (QUIJANO, 2005).

É sobre essa base construída pela colonização – com grandes assimetrias de poder, que a sociedade brasileira vai se desenvolver. Até mesmo depois da independência formal (1822), a estrutura do país ainda se encontrava com essas divisões socioespaciais, pois o processo de urbanização ainda não tinha sido capaz de criar uma dinâmica nacional (de fluxos e de domínio da economia) (SANTOS, SILVEIRA, 2006). No pós-independência, as classes dominantes estavam voltadas para preservar e ampliar suas fronteiras, manter o regime e a ordem, assegurar a coleta de impostos e, com a ajuda da Igreja, unificar a língua (ibidem). As diversas regiões, produzindo para o mercado externo, tinham suas dinâmicas socioespaciais e econômicas quase que diretamente relacionadas ao estrangeiro e com pouca conectividade entre si – o distanciamento entre as cidades foi determinante para a conformação de um *arquipélago brasileiro* (SANTOS, SILVEIRA, 2006), caracterizado por um conjunto de cidades e campos isolados com poucas conexões entre si e sob forte influência europeia.

A urbanização brasileira ocorre de forma mais significativa só na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, quando o primeiro impulso rumo ao desenvolvimento industrial do país acontece (principalmente a partir da instalação das indústrias de base). Neste momento, se dá o início da construção de uma rede brasileira de cidades, com uma hierarquia clara baseada na divisão territorial do trabalho. A integração nacional se instaura, de fato, a partir do pós-Guerra (1945), quando os investimentos se voltam para a construção da infraestrutura necessária ao processo de industrialização iniciado. Em 1956, com o governo de Juscelino Kubitschek e seu ideal nacional-desenvolvimentista, a indústria ganha outro impulso e, com ela, a urbanização atinge um novo patamar (SANTOS; SILVEIRA, 2006; MONTE-MÓR, 2007).

Sob a lógica do desenvolvimento – industrial e capitalista – as cidades passam a ocupar lugar no discurso e nas práticas de governo como sinônimos de avanço e modernidade, em contraposição ao campo, que passa a ser definido como o lugar do atrasado, do rústico e da barreira ao desenvolvimento – a natureza ocupando um lugar central. Esse projeto baseado na indústria já é bastante conhecido e questionado na atualidade, uma vez que o discurso e prática do crescimento econômico só agravaram as assimetrias de poder no país, assim como criaram generalizações que não correspondem à realidade e às potências das regiões do Brasil.

Segundo Monte-Mór (2007), nesse momento (pós-Guerra), o meio urbano era representado pelas grandes, médias e pequenas cidades que ainda eram o lócus do poder político, jurídico e social. Além disso, era sede das festas religiosas e cívicas, das artes, centros de informação e manifestação cultural, mas também o espaço da concentração do excedente, sede dos capitais financeiros, comerciais e industriais, da concentração dos trabalhadores assalariados e das relações capitalistas de produção, do trabalho regulado e o mercado de terras (MONTE-MÓR, 2007). Isso significa que ocupa um lugar na estrutura social de concentração do poder e regulação/controle da sociedade, mas agora com parte da classe trabalhadora disputando espaço com as elites.

O meio rural, por sua vez, o campo, era tido como o lugar onde aconteciam a agricultura, os latifúndios, a monocultura exportadora e o território do isolamento. O campo era o lugar das fazendas, das grandes, médias e pequenas propriedades agrícolas e das relações de produção pré-capitalistas, familiares, servis, parceiros, meeiros, colonos, agregados, entre outros (MONTE-MÓR, 2007) – uma forte presença de uma estrutura herdada pelo período colonial. Ainda se tinha uma base de produção agroexportadora disputando o território com a subsistência dos excluídos, dos não-proprietários, ao mesmo tempo o espaço da ausência de serviços públicos (MONTE-MÓR, 2007).

É possível, nesse momento, fazer uma aproximação com o que Lefebvre designa como sendo a inflexão do agrário para o urbano no Brasil. A urbanização acompanha o processo de expansão da indústria, estendendo-se pelo espaço regional na medida em que as relações de produção e forças produtivas capitalistas criam as condições socioespaciais necessárias para a acumulação continuada – essas condições são necessariamente urbano-industriais, nas suas formas sociais e espaciais (MONTE-MÓR, 2006). Essa expansão se estende para além das cidades e penetram virtualmente todo o espaço regional, integrando-os à um sistema urbano-industrial-capitalista que incorpora desde o centro mais dinâmico até as diversas periferias do país. Além disso, essa expansão também impõe uma *práxis urbana* e o sentido de cidadania (MONTE-MÓR, 2006). Esse caráter extensivo – a urbanização extensiva – se alinha à “expansão da base material requerida pela sociedade e economia contemporâneas e das relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço” (MONTE-MÓR, 2006, p. 12).

Segundo Monte-Mór (2007), o que antes era chamado de *arquipélago urbano* e seus campos dominados, a partir da década de 1970, se transformou em uma rede complexa de metrópoles cada vez mais dominantes de seus espaços regionais. Graças a uma política

territorial concentradora, integradora e conservadora – alinhada à uma base econômica capitalista agro-exportadora e mono-industrial – o tecido urbano, como já mencionado, se estende para além das metrópoles e se impõe aos espaços rurais e regionais (MONTE-MÓR, 2006). Assim, as fronteiras entre espaços rural e urbano são cada vez mais complexas e difusas, e os processos socioespaciais sob a lógica urbano-industrial organizam todo o espaço social, fazendo com que seja cada vez mais difícil de distinguir o que é rural e urbano na atualidade (MONTE-MÓR, 2007), se considerados critérios tradicionais.

Nessas décadas, houve um intenso processo de deslocamento da população do campo e das cidades pequenas e médias para os grandes centros mercantis e para as cidades políticas regionais. Esses centros comandavam amplas regiões em processos de industrialização ainda incipientes, os quais vieram a conformar as regiões metropolitanas (institucionalizadas na década de 1970). Em suas periferias emergiram diversas práticas rurais, se sobrepondo à economia urbano-industrial em formação, dentre elas: economias domésticas de subsistência de fundo de quintal completando o orçamento familiar; grupos de parentesco e compadrio dominando relações e controles sociais; relações de produção pré-capitalistas coexistindo com relações (sub)assalariadas marcando uma inserção particular na economia urbana (MONTE-MÓR, 2007). Nesse sentido, a relação urbanidade-ruralidade não desaparece, intensifica-se, e no país não só apresentam elementos socioespaciais complementares, mas também conflitantes, confluentes e híbridos.

Essa urbanização extensiva para muitos é compreendida como um processo desordenado de crescimento das cidades, mas, assim como Kowarick (1979) e Maricato (2000) apresentam, há uma lógica nessa desordem, em que o Estado se ausenta dessas expansões e repartições da cidade. Nesse processo, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, tem-se no Brasil a constituição de amplas e numerosas periferias – loteamentos populares, conjuntos habitacionais – nas suas mais variadas formas, que se somam a outras formas de urbanização periférica – favelas, vilas operárias, dentre outros<sup>20</sup>. Ambos as/os autoras/es também trazem

---

20 As questões relativas à constituição e dinâmicas atuais das periferias urbanas, apesar de serem importantes, não serão aprofundadas nessa pesquisa. Há um amplo debate e um campo de pesquisa dedicado a esse tema na contemporaneidade, que perpassa pelas condições de moradias e de qualidade de vida, assim como os papéis que os sujeitos periféricos ocupam na estrutura social atual. Autoras/es como Kowarick (1979) e Maricato (2000), apresentam parte desse debate, principalmente sobre as dinâmicas ocorridas nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000; e outras/os apresentam questões mais contemporâneas, como os trabalhos de Richmond e Kopper (RICHMOND et al., 2020; KOPPER; RICHMOND, 2020), e D'Andrea (2020).

para suas análises o papel do mercado e da sociedade civil nessa expansão, evidenciando quem produz o espaço urbano, principalmente as periferias.

Kowarick (1979), em sua exposição sobre a lógica da desordem, conecta dois processos: o crescimento econômico e a pauperização das classes trabalhadoras. Essa pauperização inclui a baixa qualidade de vida e as precárias condições de trabalho que, no movimento das empresas e do mercado de atribuir aos trabalhadores o custo da reprodução da força de trabalho, a moradia, assim como outras bases para a reprodução (como o transporte, a alimentação, dentre outros), passa a ser atribuída à uma responsabilidade individual. Esses trabalhadores se deparam com uma forte atuação do mercado imobiliário e, por possuírem baixos rendimentos, acabam por não acessar esse mercado formal. Isso se agrava na medida em que o Estado não atua no sentido da real provisão de habitações de interesse social, restando para esses trabalhadores a informalidade e/ou a autoconstrução de suas moradias – em bairros distantes do centro, em favelas, em cortiços, etc. Nesse movimento, a cidade se expande a partir de uma fórmula baseada na informalidade, na precariedade, na ausência do Estado e na forte atuação do mercado imobiliário. A expressão cunhada por Kowarick – *espoliação urbana* – acopla a somatória de explorações existentes na esfera do trabalho àquelas associadas à moradia na cidade, articulando as esferas da produção e da reprodução social.

Na base desses conflitos está a histórica concentração de terras que, de acordo com Ribeiro (2015), é um dos principais motivadores para a geração de problemas – principalmente as intensas desigualdades socioespaciais presentes nas cidades brasileiras. González (2009) salienta o fato de que a propriedade da terra é um elemento importante para o desenvolvimento capitalista, especialmente na configuração dos usos nas cidades, que, a partir dos movimentos gerados pelo mercado de terras<sup>21</sup>, vai determinar a localização das classes trabalhadoras, em uma espécie de divisão de classes sociais do território e a decorrência segregação espacial. Desse modo, a dinâmica imobiliária vai impactar o funcionamento espacial das cidades com poucos acordos com o bem estar social – como condições básicas de infraestrutura urbana, mobilidade, acesso à moradia de qualidade, dentre outros direitos fundamentais.

Ribeiro (2015) identifica que o Estado, à priori, seria o agente capaz de intervir nesse mercado, corrigindo as irracionalidades do uso do solo e promovendo a equidade na distribuição

---

21 O autor apresenta ainda os principais elementos desse movimento do mercado de terras, que inclui as reconfigurações em torno das alterações de preços; a incidência do ramo da construção no mercado e o desdobramento de diferentes arranjos no setor; e o impacto na acumulação capitalista geral e as respectivas relações de classes (GONZÁLEZ, 2009).

socioespacial da riqueza. Por outro lado, ao analisar as realidades do Brasil, assim como da América Latina, aponta que os governos foram incapazes de intervir nos mecanismos de valorização da terra. No sentido das ausências do Estado e todo o aparato de governo, as periferias ocupam um lugar fora das ideias (MARICATO, 2000). Ou seja, a problemática da terra e da moradia não ocupa as principais ideias e proposições para a solução das questões urbanas por parte dos governos, ocupando um lugar de invisibilidade. Por outro lado, Maricato (2000), apresenta dados evidenciando que a ilegalidade referente à terra e à moradia constituem mais uma regra do que exceção nas grandes cidades. Assim, aponta um resultado complexo em que os principais instrumentos de governo e de ações do Estado, como o planejamento urbano, estão voltados para uma parcela da cidade (com interesses diversos) e que a segregação passa por diversas exclusões: “mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns...” (MARICATO, 2000, p. 125).

Esses processos caracterizam boa parte da urbanização das grandes cidades brasileiras, sua extensão para áreas mais amplas dos espaços regionais e nacionais e sua modificação em função da expansão da tecnologia e da informação (SANTOS, 2013), criando as bases para a transformação socioespacial que tem se observado no início do século XXI no Brasil. Segundo Monte-Mór (2007), a metrópole vem se expandindo não apenas sobre as regiões circunvizinhas, mas também sobre as periferias distantes, criando padrões e externalidades que se impõem, fazendo-se sentir em todo o espaço nacional - a metrópole brasileira tem repercussões e rebatimentos até mesmo na distante fronteira agrícola. Ainda, de acordo com Costa e Mendonça:

as manifestações das desigualdades socioespaciais – periferias, favelas, etc - deixaram de ser vistas como “um corpo doente”, [...] um “crescimento desordenado das cidades“, para serem compreendidas como partes integrantes da lógica socioespacial do capitalismo periférico, que tem nas metrópoles cada vez mais estendidas, sua mais contundente expressão espacial (COSTA; MENDONÇA, 2012, p. 48–49).

De forma geral, o processo de metropolização brasileira é caracterizado pela concentração da população e da pobreza (SANTOS; SILVEIRA, 2006), configurando nas grandes cidades espaços de poder (reúnem as estruturas de organização e de decisão), ao mesmo tempo em que se dá a produção e/ou reprodução do capital. Passam, portanto, a configurar espaços de disputas entre as diversas atividades produtivas e o poder, sem, contudo, incluir todo o corpo social nas decisões e nos usos próprios da cidade (como lazer, acesso à infraestrutura, etc), o que ainda torna atual a luta pelo direito à cidade. Mesmo que a lógica urbano-industrial tenha alcançado todo o território nacional e continue de forma extensiva, é possível identificar

a permanência da natureza e das ruralidades em diversos contextos espaciais, pressionadas e resistindo a esse processo homogeneizador.

Como aponta Costa (2015), no caso brasileiro, marcado por uma urbanização sob a lógica centro-periferia, depara-se nas metrópoles com uma configuração espacial de dispersão da riqueza (como a tendência atual de produção de condomínios e loteamentos privados em áreas rurais) e concentração seletiva da pobreza (o aumento da densidade populacional em áreas periféricas já existentes), com várias implicações socioambientais. A dinâmica de décadas de pouco investimento em infraestrutura urbana e com ausência de alternativas habitacionais, “relegaram às populações de baixa renda os espaços não utilizados pelo capital imobiliário, seja por serem inadequados para a habitação formal, seja por constituírem áreas de proteção, importantes para o equilíbrio ambiental” (COSTA, 2021, p. 148). Por outro lado, a dispersão da população de alta renda, também ocupa áreas de interesse ambiental e, em sua maioria, também não constrói infraestruturas e formas compatíveis para lidar com o volume de resíduos gerados. Assim, cenários como os de “escorregamentos de encostas, enchentes, transbordamentos de rios são cada vez mais frequentes, incidindo sobre áreas vulneráveis das cidades com efeitos dramáticos sobre as populações atingidas” (ibidem, p. 148). Ainda, “com honrosas exceções, o processo de expansão nas cidades brasileiras ocorreu historicamente ignorando e desafiando a natureza, mas também tirando partido e se apropriando dela como elemento de valorização fundiária e imobiliária” (COSTA, 2021, p. 149).

As ruralidades tomadas no seu sentido campestre, rústico, no seu sentido cultural, evidentemente continua existindo. “É o sentido do que chamamos de roça, a simplicidade da autonomia em oposição à sofisticação da vida citadina; a ruralidade em oposição à urbanidade” (MONTE-MÓR, 2007, p.15). As ruralidades também podem ser vistas nas cidades, como nas práticas e experiências de agricultura urbana, em que a relação ruralidade-urbanidade fica em evidência. Primeiro por ser uma prática vinculada a uma função do campo que, a partir dos processos de transformações e migrações campo-cidade, passam a ser uma prática na cidade – principalmente em suas periferias. Entretanto, não se deve reduzir a agricultura urbana ao processo de migração e resquício do rural, pois na contemporaneidade é um movimento cada vez mais presente que se conecta com pautas, motivações e projetos de transformação dos contextos socioespaciais, econômicos, políticos e ambientais da cidade e do urbano.

Algumas questões podem então ser colocadas: seria o urbano-utópico lefebvriano, definido aqui muito simplificadaamente como o espaço social (e diferencial) dos encontros, das possibilidades, das representações, das potencialidades, das invenções, das liberdades e das diversidades, uma alternativa ainda possível, em partes expressivas do Brasil, e por certo do mundo? É possível seu fortalecimento onde já existe, e sua germinação onde já se perdeu, através da promoção do encontro entre modos de integração econômica distintos, da diversidade de modos de vida complexos e mais expostos à percepção contemporânea? Seria possível produzir espaços e desenvolver relações sociais de produção diversas e compatíveis com a multiplicidade de possibilidades e potenciais, de encontros, de invenções e livres expressões que o anunciado urbano da utopia lefebvriana necessita? Reconstruir ou inventar democracias radicais, com (re)qualificações diversas, seria o caminho comum necessário? Estas são algumas das imensas dúvidas que orientam o sentido regressivo-progressivo de um pensamento sobre o urbano-utopia inspirado em Lefebvre (MONTE-MÓR, 2015, p. 58).

Assim, em um contexto de aceleração do desenvolvimento global, as práticas agrícolas nas cidades, assim como outras tantas iniciativas e experiências locais de base solidária e popular, oferecem alternativas e possibilidades concretas de outras formas de ocupação e produção do espaço. No seu ritmo próprio, conhecendo os ciclos de seus lugares, a prática agrícola apresenta para os sujeitos alternativas de outros modos de vida e permanência de tradições – ou até mesmo a criação de novas culturas – de outras relações em sociedade e também a construção de espacialidades próprias em que a natureza se faz presente. Além disso, apresenta-se como alternativa de trabalho e renda com diferentes graus de autonomia, como será apresentado a seguir.

## **Agricultura como uma prática espacial urbana**

Desde seu surgimento no mundo, a agricultura expressa uma dialética socioespacial sociedade-natureza, e tem como origem a racionalização da produção de alimentos para subsistência e trocas, essenciais para a reprodução da vida humana. Segundo Mazoyer e Roudart (2010), toda forma de agricultura praticada em um determinado tempo e lugar aparece como um objeto ecológico e econômico complexo, dado que cada localidade e o conjunto de técnicas disponíveis vão originar alimentos muito distintos e espécies completamente diferentes, assim como relações sociais complexas relacionadas à destinação e consumo.

Boa parte dos produtos de origem agrícola nos processos históricos se transformou em mercadoria. Entretanto, existem, assim como agriculturas diversas, diferentes perspectivas em torno da produção (como o autoconsumo, as trocas e doações) e da comercialização (como



aquelas visando a reprodução da vida em um mundo capitalista, e não necessariamente voltadas para a acumulação de capital, por exemplo).

No Brasil contemporâneo, a agricultura tem configurado um campo de complexas disputas. A consolidação do cenário de intensos conflitos e injustiças socioespaciais remonta a épocas coloniais, mas tal qual o conhecemos hoje tem seu início no século passado. As alterações significativas nas formas de produção, junto com o intenso processo de industrialização e urbanização, transformam profundamente a agricultura, assim como complexificam as distinções entre campo e cidade, rural e urbano, em especial nos contextos metropolitanos, como vimos.

Essa prática, ou um conjunto de formas produtivas-reprodutivas, tradicionalmente não é associada ao urbano, se vinculando majoritariamente a concepções e leituras do campo e do rural. Entretanto, essa relação remonta a épocas antigas, sendo que alguns estudos apontam para o surgimento e desenvolvimento simultâneo da agricultura e da cidade (SOJA, 2013). Em sua construção geo-histórica da humanidade, Soja (2013) aponta que a agricultura se desenvolveu devido ao estímulo das primeiras aglomerações urbanas, dada a demanda por novas fontes de alimentos (antes se relacionavam à colheita e à caça). Essa leitura contribui para reforçar as relações campo-cidade como complementares, assim como questionar a incompatibilidade da agricultura com o urbano.

Desta forma, a agricultura se encontra nas tensões e contradições sociais e espaciais da cidade-campo, mas também aponta uma construção possível e real de transformação das realidades espaciais. Nos contextos urbanos, essas práticas apresentam um complexo emaranhado de culturas e saberes de origens rurais e urbanas que se combinam no cotidiano dos espaços em que se encontram. Assim, como aponta Monte-Mór (2007), “pode-se pensar segundo lógicas funcionais e culturais modernas (antigas), mas estarão sempre presentes o hibridismo e a complexidade das formas e processos sócio-espaciais contemporâneos”. Sempre estarão presentes as ruralidades-urbanidades nos espaços urbanos, necessitando, assim como aponta Soja (2013), construir uma nova consciência espacial em busca de coalizões entre os diferentes contextos de injustiças.

Nesse sentido, a abordagem que se busca fundamentar sobre a agricultura enquanto uma prática espacial urbana não é reafirmar as dicotomias, mas compreender, a partir das evidências, que um conjunto diverso de práticas sociais aponta para a transformação e a produção de espaços sob lógicas híbridas (rurais e urbanas) e contra hegemônicas nas cidades brasileiras. Essas práticas são dotadas de saberes e conhecimentos de sujeitos que possuem experiências

prévias sobre o fazer agrícola, mas também aprendem a partir do envolvimento com a terra, com as plantas, com os animais, entre pessoas e com o lugar, ou seja, no e a partir do cotidiano das cidades.

Esses e outros elementos serão explorados a seguir, na sistematização das principais abordagens encontradas na literatura sobre a agricultura urbana, buscando refletir sobre as dimensões espaciais presentes e quais dinâmicas de transformação apontam para realidades vivenciadas nas cidades brasileiras. Essas reflexões também são baseadas no conjunto de experiências e práticas que estiveram em contato com essa pesquisa, que serão aprofundadas nos capítulos 03 e 04.

Compreender a agricultura como uma prática espacial, requer, como Lefebvre (2013[1970]) aponta, reconhecer todos os aspectos, elementos e momentos (geográficos, econômicos, demográficos, sociológicos, ecológicos, políticos, etc) que *projetam sobre o terreno* e são afetadas por ele. Assim, a agricultura enquanto uma prática espacial urbana requer compreender os elementos da produção do espaço urbano que as afetam, mas também as perspectivas que apontam para as transformações das dinâmicas locais e regionais.

Assim, a agricultura urbana, enquanto um conjunto diverso de práticas agrícolas e pecuárias que estão presentes no mundo e no Brasil há séculos, é realizada por sujeitos que, a partir de seus imaginários e motivações, criam em seus espaços produtivos-reprodutivos uma vida social complexa, fortemente atrelada ao seu entorno e à sua comunidade. Parte dessa vida social pode ser percebida a partir do resultado das práticas espaciais desses sujeitos (obras e produtos), como os canteiros, os pomares, os jardins, as agroflorestas e tantas outras formas resultantes, mas é nas interações que podemos nos aproximar das representações, ideologias e motivações desses agentes sociais. Como um exercício de aproximação dessas formas e funções da agricultura urbana, assim como das dimensões que ela mobiliza e traz para o debate sobre os espaços urbanos, serão apresentados a seguir alguns conceitos e perspectivas teóricas sobre esse campo em construção no Brasil.

### *Agricultura urbana: conceitos e dimensões*

As práticas de agricultura nas cidades e as relações entre agricultura e urbano não são uma especificidade do mundo contemporâneo. Entretanto, a sua institucionalização e seu reconhecimento enquanto objeto de políticas públicas e de mobilizações sociais, de pesquisas e aprofundamento de estudos acadêmicos é recente. A temática da agricultura urbana – AU,

ainda se encontra nas margens ou nas fronteiras entre campos disciplinares e carece de uma literatura consolidada ou de uma tradição de pesquisa (ALMEIDA, 2015). De forma geral, essa temática nos últimos anos tem se associado aos campos dos estudos urbanos e ambientais, e ainda constitui uma lacuna no campo da agroecologia. Por outro lado, Alves *et al.* (2019) apontam que as principais áreas de pesquisa identificadas que abordam o tema são as ciências ambientais, ciências sociais e ciências agrícolas e biológicas. Ao mesmo tempo é possível notar um avanço nas pesquisas e estudos, que tem se multiplicado a cada dia, que podem estar associados às tendências recentes de surgimento de uma profusão de novas iniciativas.

Segundo Almeida (2016), só na década de 1990 que se amplia o reconhecimento formal da agricultura nas cidades, incorporando-a em temas de atuação de agências de cooperação bilateral e organizações internacionais para o desenvolvimento sustentável, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos e programas que fazem parte do Sistema das Nações Unidas. A atuação dessas organizações gerou uma série de debates, conferências e cursos na temática, assim como o incentivo a políticas públicas nacionais e em outras escalas em países da América Latina, África e Ásia (*ibidem*)<sup>22</sup>. As leituras sobre a realidade das experiências de agricultura nesses contextos se justificam, de forma geral, pelo reconhecimento de que são uma estratégia de sobrevivência já praticada por pobres urbanos em diferentes partes do mundo e oferecem oportunidades para as cidades de se tornarem ambientalmente sustentáveis e promoverem a segurança alimentar e nutricional da população urbana. Entretanto, a influência das organizações internacionais na construção de políticas públicas governamentais pode gerar controvérsias, como não evidenciar e pautar os reais motivos da degradação ambiental promovida pela urbanização capitalista, o aumento das desigualdades socioeconômicas promovidas pelas crises econômicas e políticas que emergiram após décadas de desenvolvimento neoliberal (ALMEIDA, 2016).

Não só no Brasil, mas no mundo, as iniciativas têm se multiplicado nos últimos anos e apresentam motivações e interesses diversos que apontam caminhos para outras formas de apropriação e transformação dos espaços urbanos. De forma geral, podem ser compreendidas como práticas espontâneas (auto-organizadas ou não) e/ou como fruto de políticas públicas,

---

22 A autora traz um resgate importante da atuação dessas organizações internacionais em sua tese de doutorado, indicando uma série de políticas e programas que promoveram em diversos países, a partir da cooperação dos governos locais, que resultaram em uma série de novas iniciativas de agricultura urbana, especialmente experiências coletivas e comunitárias em grandes cidades.

programas e projetos de governos e ações institucionais que incluem diálogos e conexões com processos internacionais (COUTINHO; COSTA, 2011; ALMEIDA, 2016).

Um marco importante na visibilização da AU no contexto nacional foi a pesquisa intitulada “Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção” (SANTANDREU; LOVO, 2007), que identificou, sistematizou e produziu análises sobre as diferentes iniciativas em regiões metropolitanas<sup>23</sup> e foi responsável pela seguinte formulação conceitual:

a agricultura urbana é um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 13).

Esse conceito tem fortes influências das elaborações internacionais, como o proposto por Mougeot (2000, 2005)<sup>24</sup>, que contribuiu para construir ferramentas mentais e operacionais para melhor compreender, interagir e modificar as experiências concretas. Ainda é necessário evoluir, a partir da necessidade de refinar percepções sobre este fenômeno mundial, destacando os aspectos referentes à localização das iniciativas. Para além de estarem associadas às localidades da cidade e seus arredores (intra e periurbano), a agricultura urbana deve ser analisada a partir dos múltiplos arranjos e interações com o ecossistema urbano (que compreende o sistema econômico e ecológico urbano) (ibidem). Essa integração seria o que a distinguiria de uma agricultura rural, e não necessariamente sua localização.

No contexto brasileiro essa elaboração vem sofrendo alterações, adaptações e reelaborações, principalmente a partir dos debates em torno das definições de legislações, das

---

23 O estudo teve como referência as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiânia, Belém, Fortaleza, Recife e Salvador. Foi coordenado pela Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas (ONG sediada em Belo Horizonte) e pelo Instituto IPES – Promoção do Desenvolvimento Sustentável (sediado em Lima, no Peru).

24 Segundo o autor, a agricultura urbana é uma prática social localizada dentro (intraurbana) ou à margem (periurbana) de uma cidade ou de uma metrópole, que cultiva, produz, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares, utilizando em grande parte recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados nessa área urbana e em seu redor (MOUGEOT, 2005).

redes e organizações sociais, assim como acadêmicas. É importante compreender as apropriações diversas, tendo em vista os diferentes interesses e perspectivas dos sujeitos que estão envolvidos nas práticas, com as especificidades de cada lugar e região, assim como as abordagens escolhidas pelas ações governamentais e das agendas internacionais. Em relação à inserção conceitual e política da AU em diferentes movimentos, articulações e organizações de base da sociedade civil<sup>25</sup>, são definidas e ressaltadas as seguintes dimensões: alternativa de renda, acesso à alimentação adequada e de qualidade, apropriação de territórios subutilizados como forma de criação de sociabilidade e lazer, prestação de serviços ambientais, dentre outros.

Já nas agendas de governos, a AU pode se enquadrar nas ações e interesses pela promoção da segurança alimentar e nutricional, e em alguns casos no apoio à geração de renda de populações vulneráveis e até mesmo em agendas ambientais, como as de promoção de cidades ecológicas, produtivas e inclusivas (COUTINHO; COSTA, 2011). Na agenda do Governo Federal, a agricultura urbana foi inserida principalmente nas políticas públicas voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional – SAN, com destaque para o Programa Fome Zero (governo Lula, entre 2003 e 2006) (ALMEIDA, 2016).

Contudo, assim como aponta Coutinho e Costa (2011), a inserção da agricultura urbana nessas agendas requer um aprofundamento no entendimento dos reais interesses dos agentes governamentais e políticos. O reconhecimento da agricultura urbana e de seus sujeitos pelos governos revelam interesses (neoliberais) de apropriação do trabalho, o que a coloca como atividade para o embelezamento, lazer e melhoria ambiental das cidades, sem considerar que é fruto de um trabalho que demanda uma jornada de atividades (COUTINHO; COSTA, 2011). Nesse sentido, essas práticas podem assumir perspectivas diferentes, como “um projeto contra-hegemônico favorável à cooperação e às transformações sociais profundas ou pode favorecer um ideário conservador, com respostas pontuais às carências urbanas e que neguem os problemas estruturais” (ibidem, p. 95). Por outro lado, devido à complexidade e à heterogeneidade de formas e funções que as práticas agrícolas podem assumir, não

---

25 No Brasil há diferentes articulações pautadas pela agricultura urbana com trajetórias diversas, como por exemplo o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana – CNAU, que reúne boa parte dessas articulações (<https://www.facebook.com/cnagricurbana/>); a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana na RMBH (<https://www.facebook.com/amaurbmh/>); a Rede Urbana Capixaba de Agroecologia – RUCA, no estado do Espírito Santo (<https://www.facebook.com/ruca.agroecologia/>); a Rede Carioca de Agricultura Urbana – Rede CAU, no Rio de Janeiro (<https://www.facebook.com/redecau/>); o Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo – MUDA SP (<https://www.facebook.com/mudasppoficial/>); dentre outros.

necessariamente apontam para a produção de novos usos dos territórios e de relações sociais baseadas em valores não capitalistas (ALMEIDA, 2015).

A partir da diversidade de formas pelas quais as iniciativas de agricultura urbana podem se desenvolver, compreende-se que apresentam diversas funções para as cidades e metrópoles. Além da produção de alimentos e a promoção de relações mais próximas entre produtor-consumidor, a multifuncionalidade da agricultura urbana se expressa através de objetivos e benefícios diversos. Mougeot (2000) aponta que a agricultura urbana tem sido estimulada nos lugares a partir de uma complexa rede de fatores ainda não muito claros, mas se conectando em muitos casos aos interesses de combate à pobreza urbana e sua estreita relação com a insegurança alimentar. Já Curan e Marques (2021) apresentam de forma esquemática as principais funções ressaltadas por pesquisas sobre a agricultura urbana no Brasil:



**Figura 2. Funções da Agricultura Urbana divididas por dimensões.**

**Fonte: Curan e Marques (2021, p. 216).**

As distinções feitas por Veenhuizen (2006), também contribuem para refletirmos sobre os aspectos que a agricultura urbana pode assumir, definindo-as a partir de três dimensões políticas: a dimensão social, que incorpora experiências e práticas orientadas para a subsistência; a dimensão econômica que abrange experiências orientadas para o mercado e para a geração de renda; e as multifuncionais, que se conectam principalmente com a dimensão ecológica. Evidentemente não são categorias rígidas, uma vez que uma mesma experiência pode apresentar a combinação das três dimensões, assim como outros arranjos e combinações possíveis. No diagrama a seguir (Figura 3), podem ser vistas, em linhas gerais, as principais características de cada dimensão apresentadas pelo autor.



**Figura 3. Dimensões políticas e principais tipos de agricultura urbana.**

**Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Veenhuizen (2006, p.11).**

Há também outro conjunto de experiências de agricultura urbana que se alinham a outras dimensões, como as práticas sociais definidas como ativistas (ou de guerrilha<sup>26</sup>). Seus principais elementos se associam ao engajamento de grupos, coletivos e sujeitos que combinam o cultivo de alimentos com outros processos e dimensões – como a ocupação de terras públicas ociosas – a fim de (re)politizar e (re)significar os territórios das cidades em prol de uma coletividade e de usos e funções sociais (NAGIB, 2020). Nessas experiências são comuns metodologias de construção e trabalho coletivo, como os mutirões autogestionados, podendo ser ações pontuais, eventuais ou atividades contínuas e de longo prazo.

Federici (2019) também traz dimensões importantes para essas práticas, em especial as relacionando com os debates conceituais e políticos dos comuns e com as (re)construções feministas. Por comuns, a autora compreende um conjunto diverso de objetos, materiais ou imateriais, como terra, água, ar, comuns digitais, de serviço, direitos, conhecimentos, línguas, etc. Em sua elaboração sobre os comuns<sup>27</sup>, a partir de uma perspectiva feminista – “na qual ‘feminista’ se refere a um ponto de vista constituído pela luta contra a discriminação sexual e sobre o trabalho reprodutivo” (ibidem, p. 306), Federici inclui como exemplos concretos de proteção e promoção de comuns as práticas e iniciativas de hortas urbanas. A autora aponta que essas iniciativas, em muitos casos com protagonismo das mulheres, constroem ações para retomar o controle da produção de alimentos, regenerar o meio ambiente, criar coesão na comunidade, tornando-se assim mais autônomas as formas de subsistência da população.

As hortas urbanas abriram o caminho para um processo de ‘rurbanização’ que é indispensável se quisermos retomar o controle da nossa produção de alimentos, regenerar nosso meio ambiente e tomar conta de nossa subsistência. As hortas são muito mais do que fonte de segurança alimentar. São centros de sociabilidade, produção de conhecimento, troca cultural e intergeracional (FEDERICI, 2019, p. 310).

Outra dimensão também visibilizada refere-se às diversas experiências ligadas às religiões e culturas de matriz africana. Destacam-se aqui os quilombos urbanos e comunidades

---

26 Segundo Nagib (2020), as práticas chamadas de horticultura ou jardinagem de guerrilha, cujo termo em inglês *guerrilla gardening*, representam as mais enfáticas e radicais ações ativistas em prol da agricultura urbana. Essa terminologia se refere ao ato de ocupar um terreno público ou privado ocioso, sem prévia autorização, como forma de reivindicá-lo para usos e funções sociais.

27 A perspectiva política do comum apresenta como embate principal a tentativa atual do modo de operar capitalista (neoliberal) de subordinar toda forma de vida e conhecimento à lógica de mercado. Isso “aumentou nossa consciência do perigo de viver em um mundo onde já não temos acesso a mares, árvores, animais e seres como nós, a não ser pela lógica do dinheiro” (ibidem, p. 304). Para Federici (2019), o conceito de comuns oferece uma alternativa lógica e histórica para além do Estado e do mercado, reconsiderando possibilidades políticas que não se esgotam nessas duas instâncias.



tradicionais de terreiro, que cultivam e utilizam uma diversidade de plantas e alimentos de origem animal como parte fundamental de suas práticas (incluindo as espirituais e religiosas), ligadas aos saberes dos sujeitos e outras expressões culturais afro-brasileiras (GOMES, 2009).

O caráter plural das experiências de agricultura urbana também se relaciona às formas próprias dos arranjos das experiências, seja devido às organizações dos sujeitos (individuais ou coletivas, mais ou menos auto-organizados), às formas de produção (alinhadas ou não às formas ecológicas), aos tipos de produtos (hortaliças, frutas, legumes, de origem animal, processados e/ou beneficiados, dentre outros) e à escala de produção (em grandes ou pequenas áreas produtivas com maior ou menor produtividade). No que se refere à dimensão espacial, podem diferir a partir da localização (áreas centrais ou periféricas, mais ou menos dotadas de infraestrutura, dentre outros aspectos) e dos tipos de espaços (quintais, lajes, espaços públicos, em vazios urbanos, em espaços de instituições, em terreiros, em ocupações, etc). No que concerne à destinação da produção, podem estar associadas à comercialização e aos mercados, ao autoconsumo, às trocas e doações, conformando estratégias importantes para a reprodução das/os sujeitos – o que será aprofundado nas experiências estudadas nos capítulos 03 e 04.

É importante demarcar também que não são todas as práticas de agricultura urbana que apresentam caminhos de superação das lógicas hegemônicas atuantes nas cidades e na realidade urbana, podendo reproduzir lógicas capitalistas de acumulação, de mercantilização do alimento e certo distanciamento da natureza – como é o caso de recentes empreendimentos de produção agrícola em galpões, estufas e outras estruturas (muitas vezes denominados como fazendas verticais urbanas), que utilizam de tecnologias para reproduzir alguns ciclos da natureza (com usos de iluminação artificial, por exemplo), para automatizar o trabalho e intensificar a produção voltada exclusivamente para o mercado. Ainda se utilizam do discurso sustentável, propagando a produção sem utilização de insumos químicos de base orgânica<sup>28</sup>. Assim, as aproximações entre agricultura urbana e agroecologia apresentam uma perspectiva distinta (o que será apresentado no tópico a seguir), em que a reprodução da vida e da natureza passa a ser

---

28 Em pesquisa rápida pela internet, é possível encontrar diversos empreendimentos desse tipo. Algumas reportagens apontam que essas formas de produção da agricultura urbana são uma tendência no mundo todo, ressaltando os benefícios da aproximação entre consumidor-produtor para aquisição de alimentos de qualidade e sem utilização de insumos químicos, assim como o melhor aproveitamento dos espaços disponíveis em grandes centros urbanos. Merecem destaque algumas reportagens: “Fazendas verticais: conheça essa tendência de produção agrícola urbana” (PLANETA CAMPO, 2021); “O que são fazendas verticais e por que viraram tendência?” (COELHO, 2022); “Maior fazenda vertical da América Latina fica em São Paulo” (EXAME, 2022).

um dos elementos estruturantes. É sobre essas experiências que este trabalho se detém, principalmente na reflexão a partir da sua dimensão socioespacial.

Como vimos, são muitos os aspectos que podem ser levantados ao analisarmos as práticas e iniciativas de agricultura urbana, como aqueles relacionados às dimensões dos modos de vida, do cotidiano e culturas, assim como às relacionadas às formas ativistas e à militância. A perspectiva principal que essa pesquisa assume refere-se à dimensão socioespacial, na qual essas práticas propiciam uma outra lógica de produção do espaço urbano, principalmente no que se refere às relações entre humanos e bens naturais, animais, bichos, plantas, dentre outros seres, ou ainda entre natureza urbana e recursos criados. É possível notar de forma transversal nas iniciativas analisadas (capítulo 04 e 05), as relações com o planejamento territorial; com temáticas ambientais, como conservação e manutenção ambiental; com o fortalecimento comunitário, articulações e redes, promoção da cidadania, além de serem práticas essenciais na reprodução e manutenção da vida dos sujeitos envolvidos.

Em todas as experiências de agricultura urbana a espacialidade é um componente nitidamente estruturante, assim como os recursos que podem ser criados a partir dali, que impactam as formas de organização, as expressões materiais e/ou objetivos a serem alcançados – como sugere a definição de prática espacial de Souza (2013). Segundo o autor, a maioria das práticas humanas são dependentes de seus espaços, ou estão impregnadas da dimensão espacial, que vão influir nas identidades dos grupos e dos indivíduos, assim como da organização da sociedade como um todo. Assim, as práticas espaciais são “práticas sociais densas de espacialidade” (SOUZA, 2013, p. 246), podendo estar conectadas a paradigmas de dominação, manutenção das hierarquias, imposições e normas que regulam a vida de indivíduos e de grupos. Por outro lado, podem apresentar caminhos para a construção de processos autônomos que visem à emancipação, autodeterminação, autogestão e instituição de normas e leis próprias.

Assim, pode-se relacionar que as práticas espaciais que caminham para ganhos de autonomia e autogestão de grupos, assim como outros valores mencionados, como cooperação e solidariedade, se alinham à produção de espaços diferenciais (LEFEBVRE, 2006), em que reprodução da vida e da natureza se associam e se combinam com a reprodução material necessária para a continuidade de grupos e indivíduos diversos em um mundo capitalista. Pode-se dizer então, que a agricultura urbana a partir de sua dimensão socioespacial, se insere nessas dualidades, mas, ao se incorporar princípios da agroecologia, se apresentam como práticas espaciais que produzem espaços diferentes daqueles apropriados e transformados pelos agentes e lógicas hegemônicas capitalistas.

De forma geral, é possível identificar nas práticas de agricultura urbana que seguem os princípios da agroecologia fundamentos da ideia de *práxis*, em que a ação (ou conjunto de ações) visa gerar transformações da realidade, assim como a partir da ação pode-se compreender as estruturas de poder e opressão que permeiam as cidades e as realidades urbanas. De forma geral, essas experiências se relacionam com as particularidades de cada lugar que “resistem ou nascem a cada dia, e que podem, eventualmente, estar conectadas a redes transescalares de mobilização e de enfrentamento da lógica de produção capitalista do espaço” (ALMEIDA, 2016, p. 431). Estas práticas se materializam nos territórios e são resultados da vida cotidiana, do trabalho e da interação entre diferentes sujeitos da sociedade (ALMEIDA, 2015). Sendo assim, há de se reconhecer uma dimensão política no cotidiano dessas práticas:

O trabalho cotidiano de cultivar a terra e cuidar da criação animal leva a observar, aprender e interagir com os ciclos da natureza presente no espaço urbano e viver a experiência de empregar o tempo na transformação do espaço. As mudanças no cotidiano e no espaço imediato geram valores e aprendizagens sobre o uso da biodiversidade cultivada e podem ter reflexos sobre uma maior autonomia, no cuidado com a saúde e na redução da dependência da indústria de alimentos e remédios. Da mesma forma, as práticas de trocas e doações de mudas, sementes, alimentos, remédios caseiros, muito frequentes entre quem cultiva na cidade, nutrem sistemas de trocas e cooperação que operam, independentemente das regras do mercado capitalista (ALMEIDA, 2015, p.434).

Nesse sentido, como aponta Santos (2020), na escala do lugar há cooperação e conflito que são a base da vida em comum: “Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade” (ibidem, p. 2018). O lugar é referência da vida cotidiana, da qual é possível compreender as ordens sociais vigentes, mas “é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 2020, p. 218).

Assim, a agricultura urbana inscrita em cada lugar, mobiliza a dimensão conflituosa e também do encontro de “mundos sensíveis distintos – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições” (SANTOS, 2020, p. 218), ou, ainda, entre espaço concebido (instituído por agentes externos), percebido (visível) e vivido (permeado pelas representações dos sujeitos). O cotidiano, a partir da sua dimensão de cooperação e conflito, carrega em si o exercício de fazer política ou a necessidade de politizar o cotidiano.

O cotidiano das práticas agrícolas urbanas revela, portanto, as conexões com os lugares e sua dimensão vinculada à *práxis espacial*. É na escala do lugar, do espaço vivido e cultivado que os sujeitos da agricultura urbana constroem seus saberes e suas interações com seu entorno,

assim como são ativos na construção de suas materialidades e lhes dão conteúdos diversos centrados na solidariedade, na cooperação e na coletividade – racionalidades que tensionam o processo homogeneizador do modo de produção capitalista contemporâneo –, mas, também, aprendem e negociam a partir dos diversos conflitos e tensões existentes entre as pessoas, com a vizinhança, com o poder público e com as dificuldades referentes às dinâmicas de cada espaço (como a gestão dos recursos, por exemplo).

Essas relações sociais construídas entre os sujeitos, entre si e com a população no geral, apontam para uma politização dos seus modos de fazer, enquanto uma prática coletiva, centrada no valor de uso que nasce de experiências concretas. Isto é, elementos para fazer avançar a ação e a reflexão em torno dos espaços diferenciais. Assim, identificá-las, reconhecê-las e buscar formas de fortalecê-las se apresentam como caminhos possíveis para enfrentamento de diversas questões e problemas urbanos, além da apropriação e reconhecimentos das problemáticas existentes na comunidade e na cidade. Partindo dessas reflexões, serão apresentadas a seguir algumas conexões com o campo da agroecologia, apontando algumas abordagens teórica-conceituais e as confluências percebidas nas experiências agrícolas em contextos urbanos.

## **Agroecologia ampla e conexões com o urbano**

A agricultura no Brasil contemporâneo se apresenta como um campo de complexos conflitos. A consolidação do cenário de intensos conflitos socioambientais, atrelado à questão agrária-rural, remonta a épocas coloniais, mas tal qual a conhecemos hoje (mesmo com forte presença de continuidades históricas), tem seu início no século passado. A chamada Revolução Verde<sup>29</sup> e a decorrente modernização conservadora da agricultura<sup>30</sup> são marcos importantes

---

29 A Revolução Verde se refere à grande produção técnica-científica no setor agropecuário (décadas de 1940 e 1950), responsável pela difusão de um pacote tecnológico (maquinários, insumos químicos, agrotóxicos, dentre outros), centrado no aumento da produtividade alinhado ao modo industrial e capitalista de produção. Existe uma ampla bibliografia referente à origem e difusão desse modo de produção agrícola, assim como críticas referentes aos impactos gerados por esse modelo, como os trabalhos de Gliessman (2002); Sevilla Guzmán (2006); Altieri (2006); Petersen (2009); Caporal e Azevedo (2011), dentre outros.

30 A modernização conservadora ocorrida nas décadas de 1960 e 1970 se refere, de forma geral, ao processo de incorporação da Revolução Verde no Brasil, em que o Estado tem forte papel na difusão e apoio, mas com uma distribuição social, setorial e espacial dos incentivos. Segundo Martine (1991), as grandes propriedades tiveram acesso à crédito, a subsídios, à pesquisa, à tecnologia e à assistência técnica, além de já contarem com terras mais produtivas. A produção desenvolvida nessas grandes propriedades estava voltada quase que exclusivamente para o mercado externo ou para a agroindústria. Já os pequenos produtores, menos capitalizados, produziam utilizando

dessa história, assim como o intenso processo de industrialização e urbanização, como vimos anteriormente.

A agricultura e suas mais variadas formas de produção no Brasil contemporâneo têm consolidado um campo de intensas e complexas disputas, que tem como elemento fundante de conflitos a complexa cadeia produtiva e financeira do agronegócio. O agronegócio é a expressão atualizada, contemporânea e com fortes dinâmicas de financeirização de uma estrutura que pouco se alterou ao longo da história do Brasil – tendo suas bases em uma agricultura patronal, monocultora e escravocrata que, ao se industrializar e incorporar o pacote tecnológico da Revolução Verde, se transforma em um setor com fortes características empresariais-capitalistas e dependente de mercados internacionais dominados por grandes complexos agroindustriais (PETERSEN, 2009)<sup>31</sup>.

Esse modo de produção na agropecuária ainda promove um cenário de conflitos socioambientais de naturezas diversas. Segundo o relatório da IPES-FOOD – *International Panel of Experts on Sustainable Food Systems* (2019), o modelo de agricultura industrial é responsável pela degradação da terra e erosão do solo, por boa parte da emissão de gases de efeito estufa, pela contaminação e escassez de água, pela perda da biodiversidade e desequilíbrios nos ecossistemas, dentre outros impactos ambientais. Na dimensão social, o relatório aponta as precárias condições de trabalho, as diversas contribuições ao agravamento do problema da fome e miséria, insegurança alimentar, impactos na saúde coletiva, surgimento de doenças, aumento da competição por terra, dentre outras (IPES-FOOD, 2019).

No Brasil, além dos impactos gerados a partir do modelo e das formas organizativas da cadeia produtiva do agronegócio, a concentração e a disputa pela terra também marcam uma série de conflitos. Segundo o Atlas do Agronegócio (2018), os latifúndios brasileiros, em soma de área, seriam o 12º maior território do planeta – com 2,3 milhões de quilômetros quadrados, o que representava cerca de 27% do território brasileiro. Segundo Bombardi (2019), em 2015, 365 imóveis rurais (0,006% do total) ocupavam 18% da área total destes imóveis no Brasil – sendo boa parte terras griladas. Ainda, neste setor, são atreladas diferentes denúncias em torno

---

práticas tradicionais e mão-de-obra familiar para a produção de subsistência e para a comercialização nos mercados urbanos.

31 Esse retrato do agronegócio pouco se alterou na contemporaneidade, tornando-se mais complexo. Pompeia, em seu livro “Formação Política do agronegócio” (2021), aprofunda na história de formação do agronegócio, enquanto um segmento político-econômico, e traz elementos importantes na atualidade para analisar as diferenças internas desse setor e influências que ainda exercem no campo político brasileiro. O cenário ainda é desafiador para a agenda ambiental e para a garantia de direitos fundamentais da população brasileira.

da informalidade, ilegalidade e violências diversas (BOMBARDI, 2019). Além de processos trabalhistas, há constantemente processos de inconstitucionalidades, ilegalidades do ponto de vista da legislação ambiental, dentre um conjunto diverso no âmbito da regulação e de direitos fundamentais.

Por outro lado, a agroecologia nas últimas três décadas consolida-se como um campo que denuncia o modelo do agronegócio e de sua agricultura industrial, ao mesmo tempo em que anuncia, visibiliza e promove alternativas de produção-destinação de alimentos baseadas em práticas e experiências já existentes, em transformação e inovações baseadas em tecnologias sociais. Compreende-se a agroecologia como um movimento social, uma ciência e uma prática social (WEZEL *et al.*, 2009), que busca construir, sistematizar e promover um conjunto de princípios, conceitos, teorias e metodologias que orientam a construção de um novo paradigma para a agricultura. Além dessa concepção, bastante utilizada no Brasil, a agroecologia tem sido recorrentemente associada a um campo acadêmico e político que faz convergir diferentes sujeitos, perspectivas, leituras de mundo, cosmovisões, lutas e construções sociais em torno da agricultura e todos os temas e pautas que ela mobiliza.

Pautas e campos como os da segurança alimentar e nutricional, sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar, campesinato, dentre outros, se mobilizam e dialogam com a agroecologia em busca de alternativas de enfrentamento aos diversos impactos e desigualdades promovidos pela agricultura industrial e capitalista. Pode-se relacionar à agroecologia uma base epistemológica – teórica, conceitual e metodológica, fundamentada nos estudos ecológicos e agronômicos, assim como nos estudos rurais de forma geral, e percebe-se iniciativas e movimentos diversos que ampliam essa tradição e incorporam perspectivas socioculturais, espaciais e alinhadas aos debates étnico-raciais, de gênero e sexualidade, por exemplo.

Além disso, o campo agroecológico se estrutura a partir de um enfoque multidimensional – econômico, ambiental, social e político - de diálogos de saberes científicos, tradicionais e populares, e através das redes de diferentes atores em prol de um sistema alimentar (produção, distribuição/acesso e consumo), baseado em relações solidárias, populares e alinhadas aos ciclos naturais dos diferentes territórios. Como o próprio termo sugere, há uma forte conexão deste campo com a questão socioambiental, uma vez que em seus princípios há centralidade na compreensão da relação homem-natureza em busca de uma nova consciência social e ecológica, incorporando componentes biológicos, técnicos, culturais e econômicos (ALMEIDA, 2003).

Parte dos esforços do movimento agroecológico no Brasil tem se dedicado ao combate ao uso de agrotóxicos e outros produtos do que convencionalmente nomeiam como o *pacote convencional da Revolução Verde*, compreendendo-o como uma das peças-chave para a promoção de injustiças ambientais – certamente a propriedade da terra constitui o principal elemento das variadas injustiças. Esses esforços vão em direção à promoção de diferentes espaços de debates, oficinas, cursos, seminários, dentre outros espaços de diálogo; do desenvolvimento de pesquisas científicas e de sua divulgação; da articulação em rede na incidência em políticas públicas e outras ações governamentais, em processos judiciais e legislativos de regulamentação, fiscalização e de garantia do cumprimento dos direitos; na mobilização da sociedade civil para compor uma frente de resistência, assim como a divulgação ampla para a sociedade dos inúmeros riscos para a saúde e ao meio ambiente provocado pela grande volume de utilização no Brasil.

Concomitante, fazem parte das pautas e temas de atuação do movimento agroecológico as questões relacionadas ao acesso à terra, à água e ao território, assim como às questões ambientais, da biodiversidade, soberania e segurança alimentar, construção do conhecimento agroecológico, financiamento de projetos e pesquisas, fortalecimento de práticas com protagonismo de mulheres, políticas públicas com enfoque agroecológico, fontes de energias sustentáveis, marcos legais e apoio às organizações da sociedade civil, assim como pode ser visto nos temas prioritários da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA<sup>32</sup>.

A ANA, importante articulação em nível nacional, foi fundada em 2002 e reúne agricultoras/es e camponesas/es, organizações não governamentais, movimentos sociais, profissionais, acadêmicas/os e pesquisadoras/es (MOREIRA, 2021). Dentre as diversas atribuições, a articulação promove a cada dois anos o Encontro Nacional de Agroecologia –

---

32 No site da ANA (<https://agroecologia.org.br/>), é possível compreender de forma mais aprofundada esses temas prioritários, assim como as diversas iniciativas que a articulação mobiliza e apoia no território brasileiro que se organizam a partir das regiões e estados da federação. Destaca-se aqui a iniciativa Agroecologia nos Municípios, que tem como objetivo promover, apoiar e sistematizar processos de mobilização e incidência política no nível municipal visando a criação e o aprimoramento de políticas públicas, programas, projetos, leis e experiências municipais importantes de apoio à agricultura familiar, à segurança alimentar e nutricional e à agroecologia (<https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/>). Além dessa iniciativa, é importante mencionar a Agroecologia em Rede, que oferece uma infraestrutura composta por tecnologias da informação em software livre para que redes do campo agroecológico se autoidentifiquem e mapeiem suas experiências a partir de critérios e categorias por elas estabelecidas (<https://agroecologiaemrede.org.br/>). Até o momento já foram cadastradas 3.866 experiências em temas como agricultura urbana e periurbana; campesinato, povos, comunidades tradicionais e outros modos de vida; economia solidária e outras economias; juventudes; políticas públicas e de fomento; mulheres e feminismos; práticas de cuidado em saúde e medicina tradicional; dentre outras.

ENA<sup>33</sup>, como forma de reunir, discutir e elaborar proposições conjuntas entre as diversas organizações e movimentos sociais atuantes no campo da agroecologia. O último ENA, em sua quarta edição, aconteceu no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, em Belo Horizonte, em 2018, com o tema *Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade*.

Do ponto de vista acadêmico, em 2004, a partir dos esforços de diferentes instituições, pesquisadoras/es, profissionais, técnicas/os e estudantes, foi fundada a Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, como forma de apoiar e articular ações dedicadas à construção do conhecimento agroecológico. A ABA possui uma estrutura regionalizada (se desdobrando em outras estruturas em cada região do país e nos estados federativos), e se organiza a partir de Grupos de Trabalho – GT, que tem como objetivo serem espaços de reflexão, sistematização e divulgação de conhecimentos em suas variadas formas, que envolvem questões relevantes e atuais relacionadas à agroecologia<sup>34</sup>. A ABA promove a cada dois anos o Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA<sup>35</sup>, que, desde 2003, é sediado em diferentes regiões do país e, sua décima primeira edição, realizou-se em 2019 no município de Alagoas (Sergipe), com o tema *Ecologia de Saberes: Ciência, Cultura e Arte na Democratização dos Sistemas Agroalimentares*.

Ainda sobre o campo acadêmico, que se estruturou ao longo dos últimos 30 anos, tem como referência as primeiras discussões, debates e formulações teórico-conceituais a partir do que se definiu como *agriculturas alternativas*<sup>36</sup>. Ao longo do desenvolvimento de uma série de pesquisas e estudos, assim como na ampliação das formas de se fazer ciência, atualmente pode-se dizer que há perspectivas teórico-conceituais consolidadas compreendidas a partir de três vertentes, assim como propõe Biase (2010): a perspectiva ecológica de Gliessman (2002); a vertente agrônômica de Altieri (2006); e a perspectiva sócio-cultural de Sevilla Guzmán (2006).

---

33 <https://enagroecologia.org.br/>.

34 Os GTs e seus objetivos podem ser melhor compreendidos no site da associação (<https://aba-agroecologia.org.br/grupos-de-trabalho/>), sendo eles: GT Agrotóxicos e Transgênicos; GT Campesinato e Soberania Alimentar; GT Construção do Conhecimento Agroecológico; GT Cultura e Comunicação; GT Economia Solidária e Agroecologia; GT Educação em Agroecologia; GT Juventudes; GT Manejo de Agroecossistemas; GT Mulheres; GT Povos e Comunidades Tradicionais, Etnicidades e Ancestralidade; e GT Saúde.

35 <https://aba-agroecologia.org.br/cba/>.

36 *Agriculturas alternativas* foi o termo utilizado para nomear o conjunto de formas de produção agropecuária de bases sustentáveis que surgiram após o desenvolvimento hegemônico da agricultura industrial na virada do século XIX para o XX. Segundo Caporal e Azevedo (2011), em diversos países surgiram versões destas agriculturas, como a “orgânica, biológica, ecológica, biodinâmica, regenerativa, permacultura, etc., cada uma delas seguindo determinados princípios, tecnologias, normas, regras e filosofias, segundo as correntes a que estão aderidas” (p. 95).



Essas vertentes são percebidas em diferentes pesquisas e atividades de extensão, e orientam boa parte dos estudos e pesquisas atuais que mobilizam diferentes campos do conhecimento.

Segundo Biase (2010), a perspectiva teórica-conceitual de Gliessman buscou dialogar com os campos da ecologia aplicada à agricultura, incorporando princípios ecológicos para orientação dos estudos sobre o manejo do solo, animais e plantas, assim como os estudos sobre os *sistemas alimentares* (produção-distribuição-consumo) e as relações sociais que os dão suporte. Mesmo que sua perspectiva aprofunde mais significativamente nos processos ecológicos, o autor complementa suas análises a partir do envolvimento com comunidades rurais e tradicionais, buscando dialogar com os aspectos econômicos e sociais vigentes.

A principal contribuição que o autor apresenta para o campo agroecológico é o conceito de agroecossistemas e suas funcionalidades internas. Segundo Gliessman (2002, p. 13 - tradução do autor), a agroecologia pode ser compreendida como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”. Para o autor, o agroecossistema é a unidade básica de análise para o desenvolvimento agrícola, que corresponde às unidades produtivas de agricultoras/es e produtoras/es. Esse conceito busca compreender as interações entre plantas, animais, humanos e bens naturais, tendo como referência a produção de alimentos, de forma a promover maior diversidade de espécies, ciclo de nutrientes e heterogeneidade no *habitat* (GLIESSMAN, 2002). Para que um agroecossistema seja sustentável, o principal desafio é desenvolver um equilíbrio entre os sistemas naturais e a produção-destinação agropecuária:

O principal desafio no desenho de agroecossistemas sustentáveis é obter as características de um ecossistema natural e ao mesmo tempo manter uma colheita desejável. Esta é uma forma viável para alcançar a sustentabilidade do sistema. O fluxo de energia pode ser desenhado para depender menos de insumos renováveis, de modo que exista um balanço entre a energia que flui dentro do sistema e a que abandona o sistema na forma de colheita. [...] um agroecossistema que incorpora qualidade de um ecossistema natural como resistência a perturbações, estabilidade, produtividade e equilíbrio, proporcionará as condições que asseguram o equilíbrio dinâmico necessário para alcançar um sistema sustentável (GLIESSMAN, 2002, p. 26–27).

Partindo dessa perspectiva ecológica, Altieri (2006) dedica parte dos seus estudos na compreensão dos impactos e transformações dos modos de produção promovidos pelo sistema convencional alinhado à Revolução Verde, assim como dá maior ênfase à reflexão *político-econômica* que contrapõe o modelo de modernização da agricultura (BIASE, 2010). O autor aprofunda uma série de conceitos, teorias e metodologias dedicados ao desenvolvimento das técnicas e formas de produção alinhados à agroecologia, tendo como objetos de análises e

reflexões os sistemas produtivos desenvolvidos por agricultoras/es tradicionais. Segundo Biase (2010), além das contribuições do autor do ponto de vista *técnico-agronômico*, seus estudos e pesquisas possuem uma perspectiva política de denúncia ao modelo convencional, ao mesmo tempo que reafirma a posição que as agriculturas tradicionais devem ocupar na produção agropecuária e abastecimento alimentar. Partindo dessas referências, a agroecologia para o autor corresponde à uma nova abordagem para a produção-destinação de alimentos:

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 2006, p. 23).

É importante destacar que a agroecologia não corresponde a um novo pacote ou modelo de produção agropecuária, pois não se trata apenas de uma mudança tecnológica de substituição de insumos e práticas mais sustentáveis que podem ser reaplicadas em diferentes contextos. “Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido” (ALTIERI, 2006, p. 21). Assim, o autor compreende a agroecologia como uma estratégia que pode fazer frente aos fatores estruturais e socioeconômicos que determinam a *crise agrícola-ambiental* e a miséria rural, que ainda existem no mundo em desenvolvimento, fornecendo princípios ecológicos culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ibidem).

Ampliando as reflexões em torno dos aspectos sociais, culturais e políticos que envolvem a agroecologia, Sevilla Guzmán (2006) oferece análises e alguns aportes conceituais para compreendê-los de forma associada aos aspectos ecológicos e agrônômicos de Gliessman e Altieri. Para o autor, abordar a agroecologia valorizando apenas o conjunto de questões relativas às técnicas produtivas de base ecológica, é reduzir ou minimizar as variáveis sociais e políticas que envolvem os impactos ambientais e as dificuldades econômicas inscritas nas sociedades e em cada lugar. Contrapondo-se a isso, o autor sugere a valorização das variadas formas de agricultura alinhadas às culturas e lugares. Considerando esses aspectos e dimensões em pé de igualdade com as questões relativas às metodológicas e técnicas produtivas, se

caminharia para compreender e fundamentar a *agroecologia ampla* (SEVILLA GUZMÁN, 2006). O sentido amplo da agroecologia se qualificaria a partir de:

uma dimensão integral, na qual as variáveis sociais ocupam um papel relevante, mesmo porque, partindo da dimensão técnica anteriormente assinalada e tendo seu primeiro nível de análise na propriedade agrária, é a partir daí que se pretende compreender as múltiplas formas de dependência que o funcionamento atual da política e da economia provoca nos agricultores. Os outros níveis de análise da agroecologia (GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000) consideram como central a matriz comunitária em que se insere o agricultor, isto é, a matriz sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais” (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 103–104).

Nessa perspectiva, o autor torna relevante o aspecto endógeno da agroecologia, compreendendo-o a partir dos arranjos e soluções encontradas em cada lugar a partir do conhecimento local e das marcas que o processo sociocultural provoca nos agroecossistemas (SEVILLA GUZMÁN, 2005). Entretanto, é importante compreender os campos de forças atuantes no endógeno, a partir da atuação de agentes específicos:

[...] o endógeno não pode ser visto como algo estanque que rechaça o externo. Ao contrário, o endógeno digere o de fora, mediante a adaptação a sua lógica etnoecológica de funcionamento, isto é, o externo passa a incorporar-se ao endógeno, quando tal assimilação respeita a identidade local e, como parte dela, a autodefinição de qualidade de vida. Somente quando o externo não agride as identidades locais, se produz tal forma de assimilação (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 128).

Sevilla Guzmán valoriza o processo mais rico e complexo das realidades locais, sobretudo em contextos rurais, o que provoca a criação de respostas socioculturais e ecológicas geradas à partir da reprodução e das relações sociais que derivam (SEVILLA GUZMÁN, 2005). Assim, a agroecologia compreendida e praticada de forma ampla é capaz de ativar o potencial endógeno, “gerando processos que deem lugar a novas respostas ou façam brotar as velhas (se estas forem sustentáveis)” (ibidem, p. 130).

Assim, compreende-se a agroecologia como uma matriz disciplinar integradora e holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas, para conformar um novo paradigma do *reino da complexidade*, da integração do conhecimento técnico-científico e deste com o saber popular (CAPORAL; AZEVEDO, 2011), o que resulta na multidisciplinaridade existente e sua aproximação ao saber-fazer não-científico (BIASE, 2010).

Entretanto, como nas perspectiva teóricas de Gliessman, Altieri e Sevilla Guzmán, o campo teórico, conceitual e metodológico da agroecologia se fundamenta majoritariamente nas dinâmicas sociais, ambientais e econômicas das comunidades rurais, do campesinato e de outros povos originários e tradicionais. As conexões com as dinâmicas socioespaciais urbanas ainda é

um campo a ser explorado, buscando mais que a adaptação dos termos (de rural para urbano), e incorporando as conexões possíveis com a agricultura urbana. Assim, busca-se compreender a agroecologia de forma que inclua o conjunto amplo e diverso de agricultoras/es situadas/os em contextos urbanos.

As aproximações contemporâneas do campo agroecológico brasileiro com atores e sujeitos ligados às pautas e estudos urbanos, assim como outros temas, como as questões feministas, raciais, decoloniais e LGBTQIAP+, trazem para o debate elementos importantes que deslocam as perspectivas clássicas (conceituais, teóricas e metodológicas), construindo aportes que convergem para o enfrentamento estrutural de diferentes e combinados processos de desigualdades presentes na sociedade brasileira e que atravessam grande parte das agricultoras e agricultores – como o racismo, machismo, homofobia, transfobia, xenofobia, etc. Como atravessamentos estruturais, essas questões perpassam o campo agroecológico que, dependendo da perspectiva, se abre para compreender, resistir e/ou ressignificar suas construções – o que pode ser entendido a partir da *polissemia, pluralismo e controvérsias* da agroecologia (NORDER *et al.*, 2016).

É importante mencionar que as conexões com os movimentos urbanos são pouco exploradas e reconhecidas, mesmo que nos últimos anos o campo agroecológico tenha se mostrado mais aberto para incorporar os debates e proposições em torno das cidades e das regiões metropolitanas, assim como a agroecologia tem se tornado pauta importante para uma série de movimentos sociais atuantes nas cidades. As principais conexões estão sendo reunidas, visibilizadas e construídas a partir da conformação e atuação (a partir de 2014) do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana – CNAU<sup>37</sup>.

Essas conexões caminham para evidenciar e incorporar a potência das iniciativas e experiências de agricultura em contextos urbanos, assim como outros temas que historicamente não foram incorporados pelo campo. Com isso, as cidades e as regiões metropolitanas, comumente vistas apenas como uma possibilidade de mercado para consumo alimentar, passam a abrigar também as possibilidades de espaços produtivos agroecológicos. Para além de espaços produtivos e canais de comercialização, há de se reconhecer que a agricultura urbana compreende uma expressiva diversidade de práticas em diferentes escalas e contextos, e

---

<sup>37</sup> O CNAU é composto por grupos de agricultores/as urbanos/as, organizações e redes que atuam na promoção da agricultura urbana no âmbito da sociedade civil (CNAU, 2014). Possuem uma página em mídia social que se encontram informações, fotos, eventos e outros espaços promovidos pelo coletivo: <https://www.facebook.com/cnagricurbana/>.

visibilizar as diferentes situações nas quais algumas agriculturas diferem da lógica mercantil e industrial de produção (capitalista), podendo conectar a função social com o valor de uso da terra, configurar novos territórios metropolitanos e revigorar modos de vida centrados na reprodução social e ambiental (ALMEIDA; BIAZOTI, 2017).

Essas experiências, que incorporam os princípios da agroecologia, mostram relações socioambientais nas cidades que tensionam valores muito estabelecidos – pela produção sustentável; por um modo de vida híbrido que incorpore no cotidiano valores e práticas rurais e urbanas; e pela apropriação dos recursos (terra, água, biodiversidade, etc) a partir da lógica da reprodução da vida. Entretanto, o campo agroecológico (por ter uma tradição mais conectada com as práticas e estudos rurais) tem ainda privilegiado leituras sobre essas práticas atribuindo-lhes um caráter essencialmente rural ou um rural “dentro” do urbano (ALMEIDA; BIAZOTI, 2017). Essa leitura parece não reconhecer a dialética socioespacial, considerando o espaço apenas como uma base material com características específicas e que abriga relações sociais. Entretanto, tanto o espaço quanto as relações se autodeterminam, resultando em um produto social (LEFEBVRE, 2013). Esse encontro das práticas rurais com a cidade – ao carregar elementos de uma tradição rural – se modificam e transformam os espaços em que estão inseridas.

Por outro lado, há inúmeras iniciativas e sujeitos que surgem e praticam a agricultura sem essas tradições. Ou seja, nascem a partir da urbanidade, no exercício da cidadania e na busca de transformações das realidades das cidades. Essa perspectiva é denominada por Almeida e Biazoti (2017) como práticas agrícolas conectadas à “agroecologia da cidade”, que dialoga com a perspectiva lefebvrea do direito à cidade, reconhecendo-a como obra coletiva que é transformada, apropriada e produzida pelas práticas. A “agricultura urbana é, ao mesmo tempo, criação e apropriação da cidade [...] que fazem emergir outros saberes em suas práticas” (ibidem, p.5). Nesse sentido, é possível avançar na visibilização dessas práticas enquanto promotoras de relações socioespaciais potentes para a transformação das realidades vividas na cidade, reconhecendo a riqueza acumulada nos saberes e práticas, e superando a visão de que são muito frágeis, localizadas ou irrelevantes (COSTA; ALMEIDA, 2012).

Para além da “agroecologia da cidade”, é importante compreender um campo mais amplo que incorpore os processos mais gerais da urbanização (que também alcançam o rural), mas que ainda está em construção: a “agroecologia urbana”. Almeida (2016) aponta que essa perspectiva de construção, que articula agroecologia e questões urbanas e da urbanização, converge para o enfrentamento de importantes carências urbanas, ampliando possibilidades de

melhoria da qualidade de vida, segurança alimentar, reconfiguração territorial de vastas extensões de terra nas zonas rurais existentes nas regiões urbanizadas e mesmo o redesenho das cidades. Ainda, pode trazer alternativas para o enfrentamento da dependência das cidades à um sistema alimentar frágil, que a cada dia cria barreiras para o acesso à alimentação de um grande contingente populacional. Assim como apontam Clausen e Biazoti:

A maioria das aglomerações urbanas depende de um sistema frágil de agricultura industrializada e globalizada, que é também um antigo sistema de apropriação de terras. Exploramos a terra, a água e os recursos naturais de lugares que já foram florestas tropicais insubstituíveis ou moradia de grupos indígenas e seres não humanos (CLAUSEN, 2018, n.p.).

A estruturação do sistema alimentar dominante, industrializado, economicamente concentrado e globalizado, não deve ser vista como algo estanque, inevitável e lógico, mas, antes, como um produto social e histórico contestável, de onde emergem resistências criativas em que os próprios cidadãos se apropriam do poder para determinar políticas agrícolas e construir novas relações de produção e consumo (BIAZOTI, 2020, p. 148).

A partir disso, a compreensão sobre a agroecologia deve ir além de um conjunto de tecnologias e saberes que podem ser (re)aplicados a diferentes contextos, mas abranger um conjunto de princípios que se articulam “à construção de um novo paradigma produtivo, no qual a reprodução da vida e o interesse comum se opõem à reprodução do capital e ao lucro individual” (ALMEIDA, 2016, p. 167). Assim, a agroecologia urbana representa uma potência de enfrentamento não só das emergências contemporâneas, mas também aponta possibilidades reais de futuro, baseadas em transformações a longo prazo. Este campo também confluiria debates acadêmicos e políticos e:

pode criar oportunidades para que o diálogo de saberes agroecológicos cultive, nos espaços metropolitanos, novas perspectivas para se repensar a cidade como espaço possível de convivência entre as pessoas e a natureza urbana. Fundada na racionalidade camponesa, centrada na reprodução social e ambiental e expressa na construção de sistemas de produção e territórios mais sustentáveis, a agroecologia urbana pode desempenhar decisivo papel no movimento de contraposição à urbanização industrial e no desenho de modos de vida mais sustentáveis na sociedade em urbanização (ALMEIDA, 2016, p. 166).

Como forma de trazer elementos para a agroecologia urbana (enquanto campo em construção), a seguir serão apresentadas as dinâmicas sociais e territoriais de Belo Horizonte, como forma de contextualizar as experiências e práticas de agricultura urbana no Baixo Onça. As redes de atores sociais metropolitanos e locais tem, a partir dos espaços que estão produzindo, mostrado ações importantes de transformação das realidades a partir dos princípios da agroecologia que devem ser reconhecidos.

## **Capítulo 02**

### **Belo Horizonte e o Baixo Onça: agroecologia, águas e ação social**

O processo de criação e construção de Belo Horizonte se inicia no final do século XIX, a partir da elaboração de um projeto moderno, com a definição de traçados geométricos das vias, da setorização funcional e dos fundamentos da higiene ambiental por meio do saneamento científico. Esse projeto nasce da vontade das antigas elites (setores ligados à decadente atividade mineradora na Região Central, agropecuários da Região Sul e cafeicultores da Zona da Mata), após Proclamação da República em 1889, de transferência da capital estadual (TONUCCI FILHO, 2012). Dos diversos motivos, o que prevaleceu foi a imagem de atraso atrelada à antiga capital Ouro Preto (cidade com muitas características arquitetônicas do período colonial), que não correspondia a nova ideia de desenvolvimento positivista e republicano que guiava a construção e reconstrução do país naquele momento.

Após um processo de escolha do território para a construção da nova capital, foi eleita a região do antigo arraial de Curral del Rei, onde já aconteciam dinâmicas próprias dos seus habitantes. O processo de construção da nova capital expropriou as/os moradoras/es do antigo arraial e expulsou para as regiões próximas, pois o plano original não previa áreas para abrigar essa população. Os antigos habitantes do arraial somada à nova população trazida para a construção da nova capital iniciaram o processo de ocupação do entorno, principalmente das zonas rurais e suburbanas previstas. Essas zonas foram rapidamente ocupadas pela expansão urbana que configuraram a primeira periferia da capital (TONUCCI FILHO, 2012).

Após diversas intervenções estruturantes do Estado, principalmente do governo federal, de implantação das infraestruturas necessárias para a industrialização, entre a década de 1950 e meados de 1960, o primeiro grande processo de expansão do tecido urbano de Belo Horizonte acontece. Essa expansão foi responsável pela incorporação de outras áreas até então não ocupadas, gerando uma grande quantidade de vazios urbanos – alinhados ao processo de retenção especulativa, ao mesmo tempo que causou diversos danos ambientais – devido à ocupação irregular de diversas áreas de várzeas do antigo cinturão verde, e também de áreas importantes do ponto de vista dos recursos hídricos e do abastecimento de alimentos. Se por um lado se tinha a expansão da ocupação e o surgimento de diversas áreas vazias, por outro crescia a carência habitacional (devido aos preços altos dos terrenos e ausência de políticas públicas efetivas) e os impactos ambientais.

Conectadas intrinsecamente com essas transformações socioespaciais de Belo Horizonte, as dinâmicas territoriais de outros municípios do que veio a constituir a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), foram marcadas pela intensa atuação estatal e por processos de segregação de naturezas diversas (MENDONÇA; MARINHO, 2015). Em 1940 já havia transformações na ordem da organização territorial metropolitana, principalmente devido aos investimentos no setor industrial. Essas transformações são mais intensas a partir da década de 1970 (década que também foi oficialmente institucionalizada), fazendo com que as dinâmicas metropolitanas alcancem e atinjam em diferentes níveis os municípios que a compõe – principalmente pelos investimentos em infraestrutura urbana, em atividades industriais e terciárias (MENDONÇA; MARINHO, 2015).

Nas próximas décadas, de 1980 e 1990, a crise do modelo brasileiro de desenvolvimento baseado na indústria ocasionou a transformação do setor industrial em Belo Horizonte e em sua região metropolitana, que perde força e aumenta o número de desemprego. Já a mineração, continua seu processo de aumento da exploração, já que o país continua investindo na exportação de matéria-prima. O setor imobiliário, por sua vez, voltou-se para o mercado de loteamentos populares, em sua maioria irregulares, o que proporcionou a abertura de novas frentes de expansão periférica na RMBH para as áreas rurais (TONUCCI FILHO, 2012).

De forma geral, essas décadas foram marcadas, de acordo com Costa e Mendonça (2012, p. 49), “pelo contínuo e acentuado crescimento demográfico e espacial, com grandes diferenciações internas fruto do caráter desigual e excludente da sociedade e das formas de atuação dos agentes sociais, notadamente o Estado, o capital privado e a população”. Com isso, as desigualdades socioespaciais foram intensificadas, ao mesmo tempo que novas áreas agrícolas e de relevância ambiental são impactadas. Como resultado, tem-se a consolidação do modelo centro-periferia em Belo Horizonte, caracterizado pelo crescente adensamento populacional, de comércios, serviços e equipamentos públicos diversos no centro da capital, enquanto nas periferias há uma crescente “atuação de agentes privados no parcelamento extensivo do solo para fins habitacionais, resultando em precários espaços em termos de condições de habitabilidade e acesso à rede de centralidades metropolitanas” (COSTA; MENDONÇA, 2012, p. 49). No mapa a seguir (Figura 4), é possível perceber o centro da metrópole, Belo Horizonte, e, por meio da conformação da atual mancha urbanizada, a expansão do tecido urbano para municípios vizinhos, conformando o que definem como aglomerado metropolitano.



# Belo Horizonte

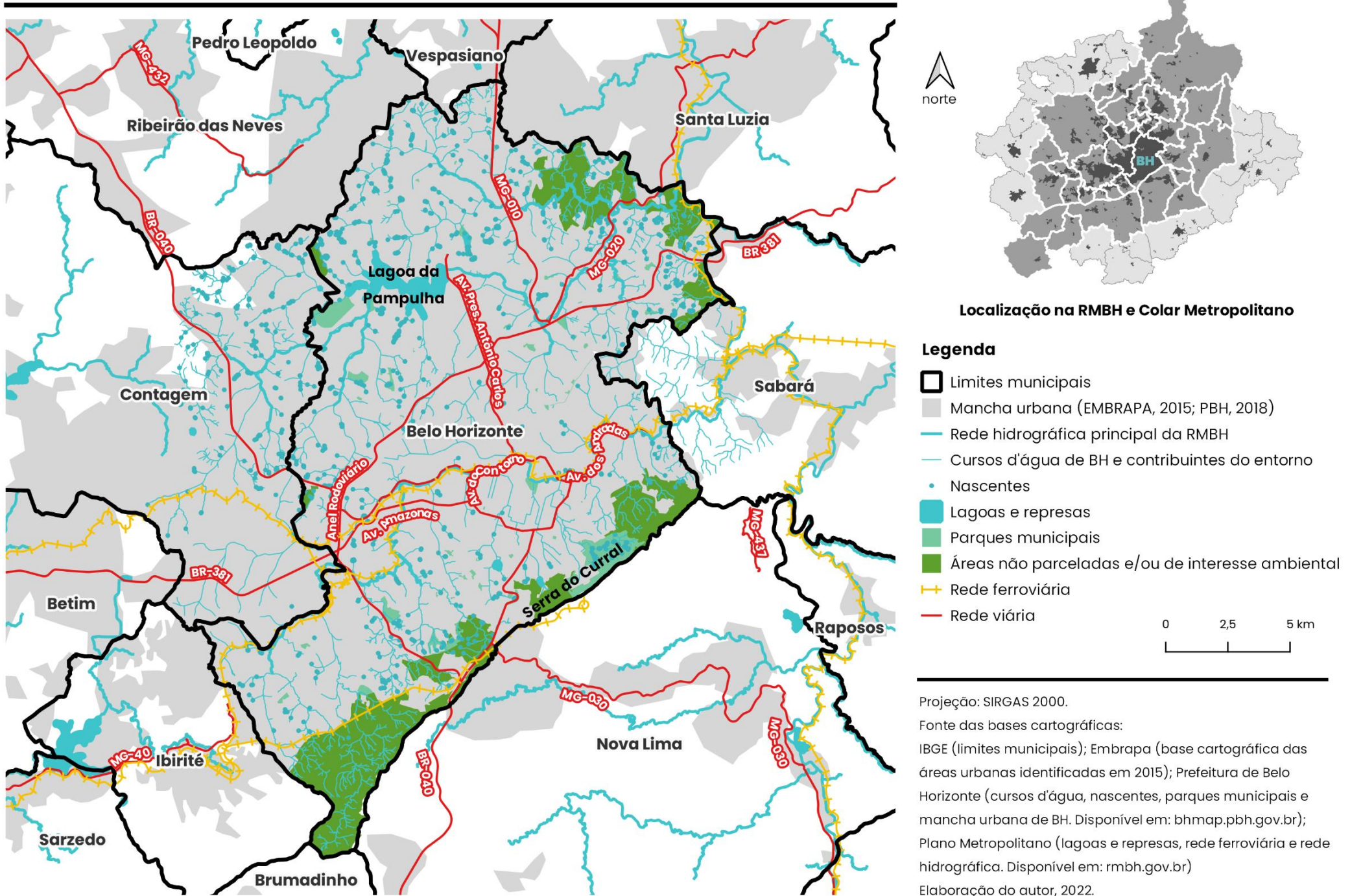


Figura 4. Belo Horizonte e localização na RMBH. Elaboração do autor, 2022.

Para compreender um panorama complexo e amplo da relação de Belo Horizonte e sua região metropolitana, utiliza-se dos vetores de expansão metropolitana, construídos a partir das leituras técnicas e comunitárias do Plano Metropolitano – Macrozoneamento da RMBH (UFMG, 2014), que consistem em recortes territoriais baseados nas estruturas de comunicação e no sistema viário da RMBH. Esses vetores podem ser melhor visualizados no mapa a seguir (Figura 5), e de forma esquemática, o Quadro 1 sintetiza as principais atividades econômicas do território metropolitano. Compreende-se que as dinâmicas socioespaciais provocadas por essas atividades se alinham à produção do espaço abstrato na RMBH, principalmente a partir das complexas redes de infraestrutura criadas e concentração de terras e outros recursos. A maior densidade dessa rede se concentra no centro metropolitano, mas a cada ano tem se estendido de forma a atingir outros municípios metropolitanos.

<b>Vetores</b>	<b>Municípios</b>	<b>Principais atividades econômicas</b>
<b>Centro</b>	Belo Horizonte	Mercado imobiliário Comércio e serviços Indústria
<b>Vetor Norte</b>	Baldim, Capim Branco, Confins, Lagoa Santa, Matozinhos, Jaboticatubas, Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Santa Luzia e Vespasiano	Mercado imobiliário Indústria Mineração
<b>Vetor Noroeste</b>	Contagem e Ribeirão das Neves	Mercado imobiliário Indústria
<b>Vetor Oeste</b>	Betim, Esmeraldas, Florestal, Juatuba e Mateus Leme	Mercado imobiliário Comércio e serviços Indústria
<b>Vetor Sudoeste</b>	Ibirité, Sarzedo, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Itatiaiuçu, Rio Manso e Itaguara	Mineração Indústria
<b>Vetor Sul</b>	Brumadinho, Nova Lima, Raposos e Rio Acima	Mercado imobiliário Comércio e serviços Mineração
<b>Vetor Leste</b>	Sabará, Caeté, Taquaraçu de Minas e Nova União	Mineração Indústria

**Quadro 1. Principais atividades econômicas do território metropolitano.**

**Fonte: elaboração do autor a partir de UFMG, 2014.**



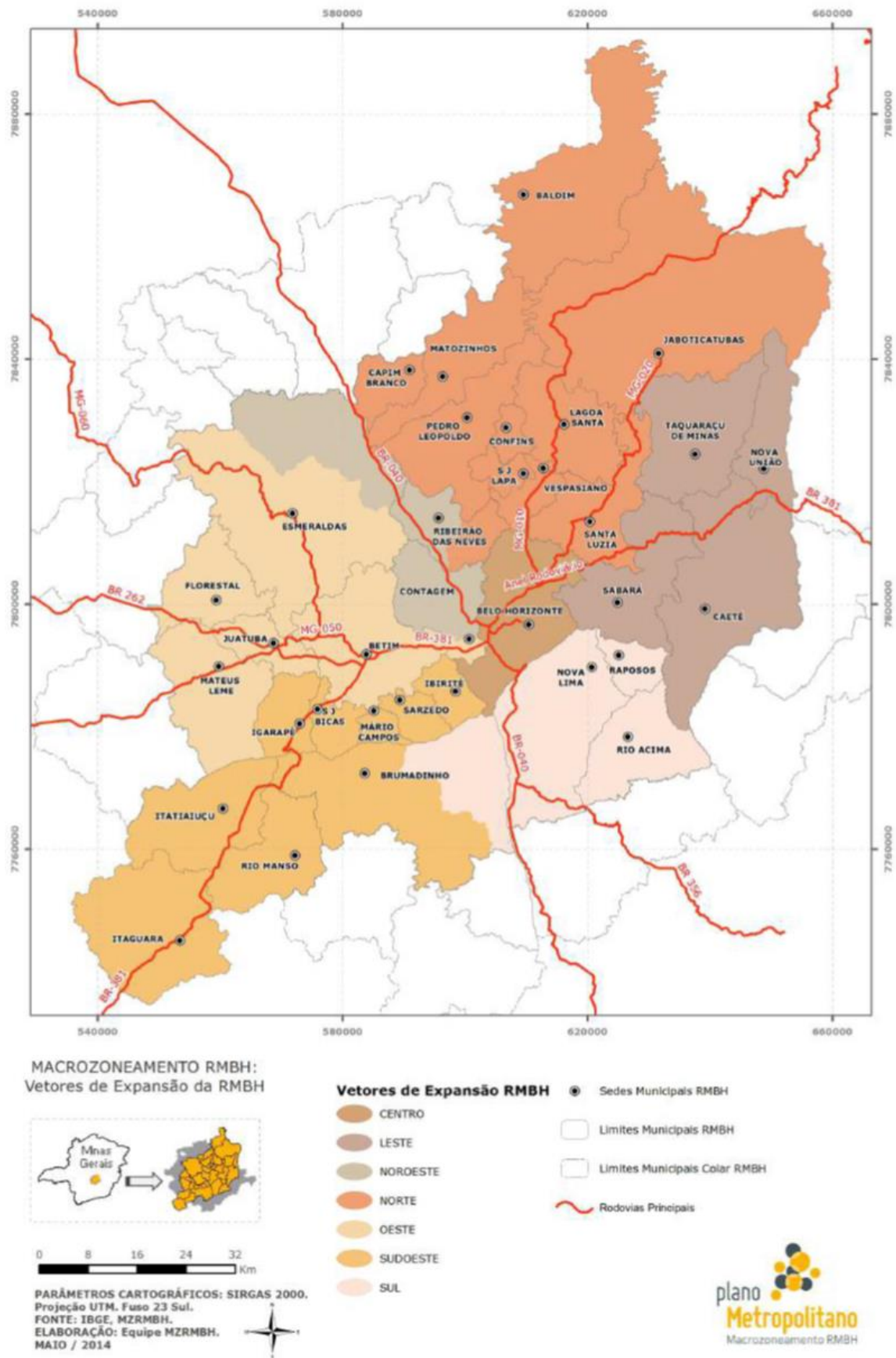


Figura 5. Vetores de expansão da RMBH. Fonte: UFMG, 2014.

Esses vetores se organizam a partir das dinâmicas na RMBH dos anos 2000, em que investimentos estruturantes emergiram, fruto da retomada do crescimento econômico do país. Esse crescimento foi responsável também pela dinamização do mercado imobiliário, que provocou a crescente verticalização e renovação das áreas consolidadas de Belo Horizonte e de outros municípios da RMBH, resultando no aumento dos preços dos terrenos e imóveis e na expansão do mercado formal de baixa e média renda para outras áreas periféricas (TONUCCI FILHO, 2012). Em relação ao setor industrial, acontece uma expansão daquelas relacionadas à mineração, aumentando a capacidade de polarização de investimentos internacionais e estímulo a setores intensivos em capital humano e tecnologia (TONUCCI FILHO, 2012).

O setor da mineração, por sua vez, recebe investimentos principalmente voltados para a exploração de ferro e de matéria prima para a construção civil. Os municípios do vetor sul, sudoeste e leste da RMBH são os que mais recebem esse tipo de investimento que agrava diversos conflitos no que tange a sobreposição de usos: a mineração se sobrepõe a áreas de preservação ambiental, de agricultura, de mananciais, de patrimônio material e imaterial, dentre outros. Já em relação à exploração de não metálicos e agregados da construção civil, os municípios à norte, nordeste e noroeste são os mais impactados (UFMG, 2014).

Mais recentemente, como apontam Mendonça *et al.* (2015), os municípios ainda apresentam graus diferentes de integração metropolitana e um quadro plural no que se refere à estrutura socioespacial (ainda segmentada) e às bases econômicas (uma complexa estrutura que combina diferentes setores do capital – notoriamente o imobiliário, o industrial, o financeiro e o neoextrativista). Nessas estruturas, o município de Belo Horizonte, juntamente com Betim e Contagem, possuíam expressivas participações no conjunto, tanto relativo ao Produto Interno Bruto – PIB (em 2015, os três municípios foram responsáveis por 79,7% do total, segundo o IBGE), quanto à concentração da população (67,5% do total, segundo as estimativas do IBGE em 2019) e, segundo Mendonça *et al.* (2015), à oferta de postos formais de trabalho. Assim, há ainda um excessivo grau de concentração das atividades econômicas e da população nestes municípios.

De acordo com os estudos realizados pelo Projeto do Macrozoneamento Metropolitano (UFMG, 2014), as transformações socioespaciais metropolitanas, impulsionadas por processos de urbanização contemporânea, não se restringem apenas aos municípios mais próximos e integrados ao centro metropolitano. Em relação às formas contemporâneas de expansão e fragmentação da urbanização metropolitana, esta têm sido principalmente via loteamentos de alta e baixa renda – cada vez mais distantes da capital, ao mesmo tempo que há processos de adensamento e verticalização excessivos em áreas de maior valorização imobiliária (UFMG,

2014). De forma geral, as *velhas* e as *novas* formas de expansão metropolitana tem carregado consigo uma série de impactos ambientais e paisagísticos, além do agravamento dos conflitos entre parcelamentos do solo, usos rurais, mineração, habitação, preservação de mananciais e áreas de preservação (ibidem).

Em relação às novas formas, de acordo com Costa e Mendonça (2012), há uma crescente produção de novos segmentos do mercado empresarial de produção de moradias de baixa renda, constituídos por grupos sociais diversos, em área periféricas de vários municípios metropolitanos. Essa expansão territorial recente possui características parecidas com aquelas vivenciadas na década de 1970, principalmente via expansão horizontal periférica, caracterizada por lotes de dimensão reduzidas, vendidos de forma parcelada diretamente pela incorporadora e ocupados posteriormente por meio de autoconstrução (ibidem).

Essas tendências evidenciam a complexa realidade urbana-industrial da RMBH, principalmente no que tange à crescente dispersão e fragmentação do tecido urbano e do agravamento dos conflitos entre os diferentes usos do solo. O crescente comprometimento dos bens naturais e a profusão dos investimentos privados no território metropolitano apontam para a complexificação dessas relações. As principais atividades econômicas, em termos de (re)produção de capital, trazem para o território metropolitano uma complexa dinâmica de produção do espaço hegemônica, cada vez mais interconectada, uma vez que a mineração, a indústria e o mercado imobiliário têm fortes conexões com os poderes políticos e econômicos regionais e nacionais, e com uma rede interconectada de indústrias ligadas às empresas multinacionais, assim como a atração de investimentos de agentes internacionais.

Por outro lado, mesmo que fragilizadas e ocupando uma hierarquia muito desigual de poder, há diversos movimentos e organizações sociais locais que têm apresentado nesse território diferentes relações e experimentado a criação de espaços que geram outras lógicas de produção e apropriação. Dentre eles, se destacam as construções das articulações e movimentos pautados pela agroecologia na RMBH que, de forma geral, tem enfrentado diversos desafios – como as pressões por terra e poluição/escassez de água, mas apontando possibilidades concretas de alternativas econômicas para os municípios que compõem a RMBH. Além disso, a agricultura como um todo tem possibilitado um outro olhar para as potencialidades dos territórios metropolitanos, pautados por outros princípios, que vão de encontro à primazia da mercantilização.

De acordo com Costa e Mendonça (2012), as implicações das transformações do espaço metropolitano podem apontar para o acirramento das desigualdades e da exclusão, mas também na direção de práticas socioespaciais e políticas potencializadoras de maior justiça social. Nessa

direção, nas áreas intersticiais são produzidas espacialidades que carregam potencial de utilização diversas, como as experiências e práticas agrícolas (ALMEIDA,2016).

Mesmo que esse potencial seja real, há certas leituras por parte de agentes governamentais e institucionais sobre a agricultura na RMBH, que a considera como um setor econômico irrelevante para a geração de riquezas para os municípios, se comparada com as outras atividades (TUPY; ALMEIDA; MELGAÇO, 2015). Ainda, atribuem à agricultura uma série de impactos ambientais, dada à algumas práticas estarem conectadas ao modelo convencional, mesmo que sejam experiências de agricultoras/es locais que se diferenciam substancialmente das grandes agroindústrias e setores do agronegócio (ibidem). Evidentemente são leituras parciais que não correspondem à realidade de muitos municípios da RMBH e que desconsideram as especificidades locais e regionais. Diante disso, como forma de mostrar parte da complexidade que a agricultura se apresenta na RMBH, a seguir serão apontados alguns dados e informações gerais sobre seus espaços e sujeitos envolvidos.

### **Alguns dados e informações sobre as agriculturas da RMBH e as redes metropolitanas**

Contrariamente as concepções em torno da agricultura, como uma atividade residual e um setor irrelevante para os municípios, existiam cerca de 8.523 estabelecimentos agropecuários<sup>38</sup>, ocupando uma área de 344.707,00 hectares (cerca de 36,39% da extensão territorial metropolitana), segundo o Censo Agropecuário do IBGE em 2017. A comparação entre os dados de 2017 e de 2006 indica que a atividade agropecuária praticamente manteve sua área em mais de uma década, mesmo que o número de estabelecimentos tenha aumentado – em 2006 existiam cerca de 7.672 estabelecimentos, sendo 5.151 estabelecimentos da agricultura familiar, ocupando 36,7% da área total da RMBH. No mapa a seguir (Figura 6), podem ser vistos os estabelecimentos agropecuários identificados pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2017) e sua distribuição nos municípios da RMBH. Pode-se notar a expressiva quantidade de estabelecimentos em contextos territoriais distintos, principalmente tendo como referência a mancha urbana.

---

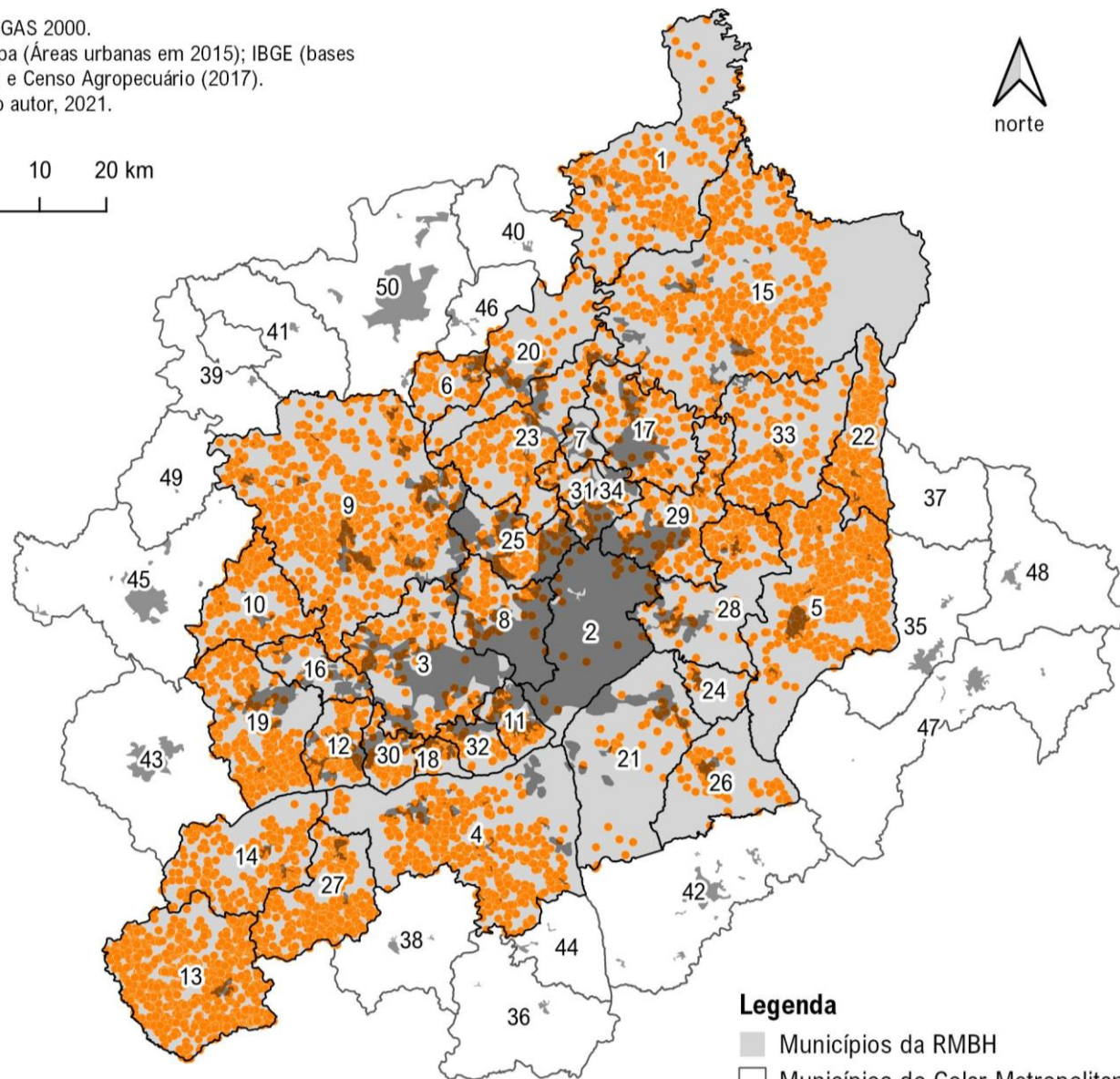
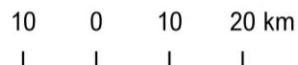
38 Segundo o Censo Agropecuário, o estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, à exploração agropecuária, florestal ou aquícola, independentemente de seu tamanho (IBGE, 2019). A definição do público-alvo pelo Censo exclui os quintais de residências e as hortas domésticas de sua investigação – a qual na publicação referente aos resultados definitivos é abordada como unidades não recenseáveis (ibidem).

# Estabelecimentos Agropecuários na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Projeção: SIRGAS 2000.

Fonte: Embrapa (Áreas urbanas em 2015); IBGE (bases cartográficas) e Censo Agropecuário (2017).

Elaboração do autor, 2021.



## Legenda

- Municípios da RMBH
- Municípios do Colar Metropolitano
- Mancha urbana (Embrapa, 2015)
- Estabelecimentos agropecuários

nº	Município	nº	Município
1	Baldim	35	Barão de Cocais
2	Belo Horizonte	36	Belo Vale
3	Betim	37	Bom Jesus do Amparo
4	Brumadinho	38	Bonfim
5	Caeté	39	Fortuna de Minas
6	Capim Branco	40	Funilândia
7	Confins	41	Inhaúma
8	Contagem	42	Itabirito
9	Esmeraldas	43	Itaúna
10	Florestal	44	Moeda
11	Ibirié	45	Pará de Minas
12	Igarapé	46	Prudente de Morais
13	Itaguara	47	Santa Bárbara
14	Itatiaiuçu	48	São Gonçalo do Rio Abaixo
15	Jaboticatubas	49	São José da Varginha
16	Juatuba	50	Sete Lagoas
17	Lagoa Santa		
18	Mário Campos		
19	Mateus Leme		
20	Matozinhos		
21	Nova Lima		
22	Nova União		
23	Pedro Leopoldo		
24	Raposos		
25	Ribeirão das Neves		
26	Rio Acima		
27	Rio Manso		
28	Sabará		
29	Santa Luzia		
30	São Joaquim de Bicas		
31	São José da Lapa		
32	Sarzedo		
33	Taquaraçu de Minas		
34	Vespasiano		

Figura 6. Estabelecimentos agropecuários na RMBH. Fonte: elaboração do autor, 2021.



Dentre os estabelecimentos pesquisados pelo IBGE, 57,62% dos responsáveis residem no próprio estabelecimento<sup>39</sup>; 82,56% comercializam, trocam ou doam sua produção, mas apenas 30,14% possuem a atividade desenvolvida no estabelecimento como principal fonte de renda. De forma geral, podemos perceber pelo mapa (Figura 6), que boa parte do território metropolitano ainda é ocupado pela atividade agropecuária.

Além desses dados, o IBGE também traz um conjunto de informações sobre os grandes grupos de ocupação e subgrupos, dos quais um especificamente se refere à agropecuária: grupo “Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca”. Segundo Costa *et al.* (2013), este grupo representava 1,4% da população ocupada na RMBH em 2010. Deste total, 68,1% estão localizadas em áreas consideradas urbanas (zonas urbanas), indicando que, mesmo que esta não seja uma especialidade urbana, estes trabalhadores desempenham suas atividades: “i) em ambientes diferentes da sua situação de domicílio; ii) em ambientes de produção rural determinados na pesquisa censitária como urbanos” (COSTA; SANTOS; COSTA, 2013, p. 114). Por outro lado, Costa *et al.* (2013) apresentam a diversidade de ocupações da população considerada rural na RMBH, associadas a atividades tipicamente urbanas, como: trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (11,1%); e trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios de mercados (11,0%). Os autores apontam que para avançar as análises destes dados, é necessário outro tipo de pesquisa, com profundidade, especializada e desenvolvida a partir de dados primários. Ainda, é necessário refinar a metodologia utilizada pelo IBGE, uma vez que utilizam das definições legais do perímetro urbano para qualificar o que seria urbano e rural, mas apresenta diversas imprecisões, como será apresentado a seguir.

Certamente, existentes várias especificidades e interações entre os estabelecimentos agropecuários e os processos de produção do espaço da RMBH, mas o entendimento mais profundo demanda uma imersão em cada contexto. Esses dados colocam em questão as diferentes concepções em torno da agricultura na RMBH, mas ainda não são capazes de abarcar toda a complexidade das iniciativas e experiências. Neste território é possível encontrar diferentes práticas e experiências de agricultura, sejam elas iniciativas sociais individuais,

---

39 Há um grande número de estabelecimentos que não configuram local de moradia. Uma hipótese é que esses estabelecimentos seriam espaços produtivos onde se desenvolvem apenas atividades de produção com alguma construção de apoio às atividades, como sítios e chácaras para usos recreativos e de lazer, hortas comunitárias, ou ainda terrenos não contíguos às propriedades de agricultoras/es que complementam suas produções em outros locais que não sejam da sua moradia. Para compreender melhor esse universo é necessário a identificação desses espaços e um maior aprofundamento desses casos.



familiares, coletivas e empresariais, em quintais urbanos, hortas comunitárias, pequenos sítios, grandes fazendas, quilombos, territórios indígenas, assentamentos e acampamentos da reforma agrária, ocupações urbanas, dentre outras. Esse conjunto diverso vem disputando o acesso ao território e aos bens naturais com diferentes usos e ocupação do solo, principalmente aqueles atrelados às grandes atividades econômicas mencionadas anteriormente no quadro 01 e distribuídos a partir dos vetores de expansão (Figura 05).

Na perspectiva de compreender a diversidade de formas e funções das agriculturas na RMBH, assim como as diferentes dinâmicas territoriais em que estão inseridas, o trabalho de Caracterização e Mapeamento das Agriculturas Metropolitanas realizado pelo Grupo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana IGC/UFMG e parceiros, desde 2013, tem evidenciado que a cada dia novas práticas surgem e outras sofrem transformações. As dinâmicas vivenciadas pelas experiências são muito complexas, seja pelos conflitos enfrentados ou pelas novas oportunidades para o seu desenvolvimento. De forma geral, existe uma diversidade de atores, de formas organizativas do trabalho, de acesso à terra, de formas de produção e de espaços produtivos.

Até setembro de 2021 foram identificadas 1.008 experiências de agricultura em 30 municípios da RMBH, dentre as quais 862 foram mapeadas (Figura 7). Essa identificação aconteceu em momentos distintos, a partir de projetos que o AUÊ! executou e de processos com os quais o grupo interagiu. Os municípios que mais tiveram agriculturas caracterizadas e mapeadas foram Rio Manso (com 137 agriculturas), Belo Horizonte (94), Caeté (70), Baldim (66), Nova União (65), Juatuba (51), São Joaquim de Bicas (47), Pedro Leopoldo (46), Capim Branco (45), Ribeirão das Neves (34), Vespasiano (33) e Matozinhos (31). Em alguns municípios - como Confins, Mário Campos, Santa Luzia e Sarzedo – ainda não foi possível levantar informações.

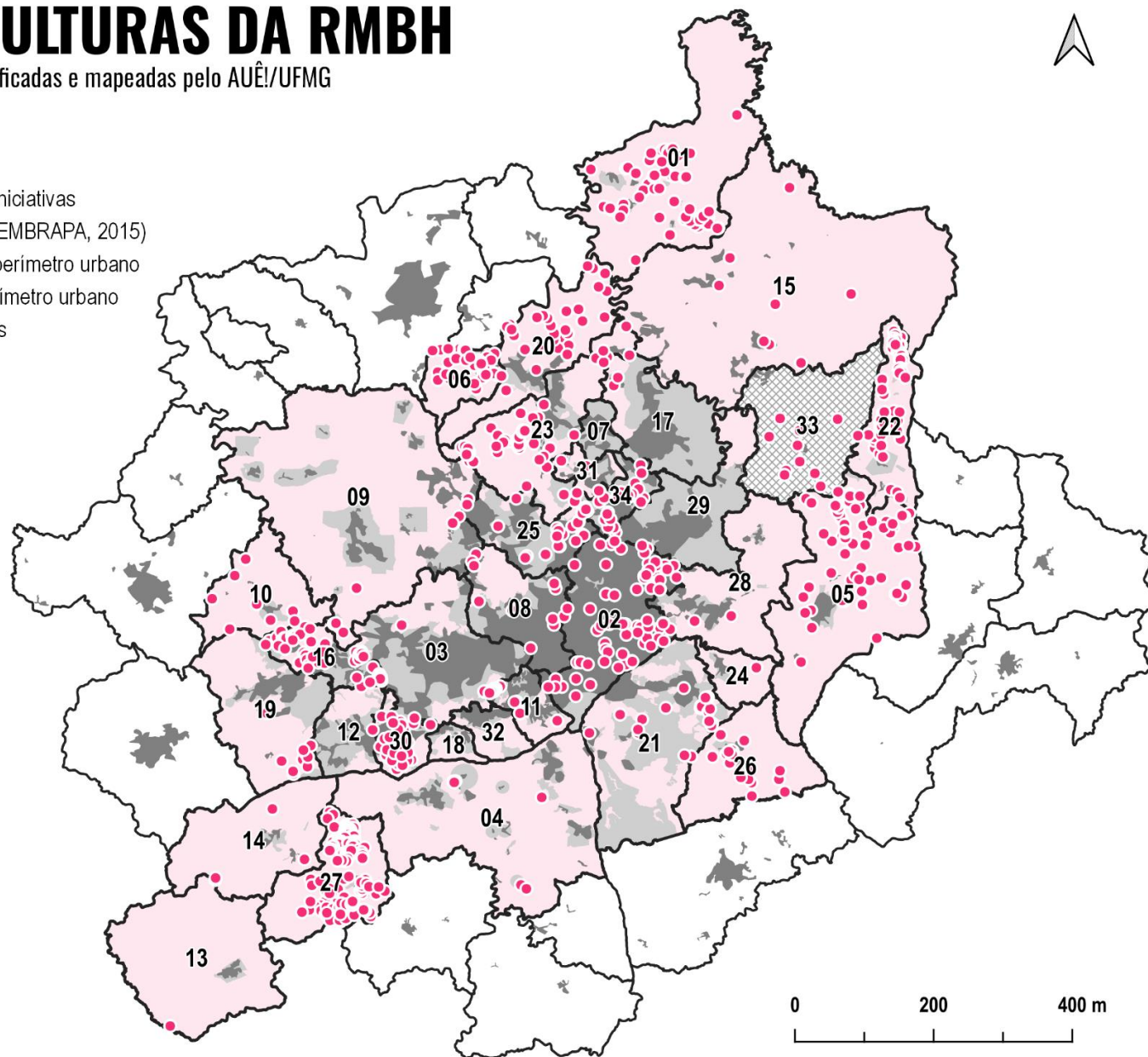
Essa diversidade também se relaciona com as intensas dinâmicas de urbanização, que fica mais evidente na análise da localização dessas iniciativas no território da RMBH, tendo como referência o perímetro urbano e a mancha urbana. Uma pesquisa realizada pelo Grupo AUÊ!-UFMG possibilitou a elaboração de um mapa síntese (Figura 7) com as legislações de perímetros urbanos dos municípios metropolitanos e as experiências e práticas agrícolas mapeadas pelo grupo, que auxilia a compreensão das dinâmicas e dos desafios derivados da delimitação das áreas rurais e urbanas, assim como as disputas de uso do solo na metrópole.

# AGRICULTURAS DA RMBH

Iniciativas identificadas e mapeadas pelo AUÊ!/UFMG

## Legenda

- Localização das iniciativas
- Mancha urbana (EMBRAPA, 2015)
- Áreas dentro do perímetro urbano
- Áreas fora do perímetro urbano
- Limites municipais
- ▨ Sem informações



## nº Municípios

- 01 BALDIM
- 02 BELO HORIZONTE
- 03 BETIM
- 04 BRUMADINHO
- 05 CAETÉ
- 06 CAPIM BRANCO
- 07 CONFINS
- 08 CONTAGEM
- 09 ESMERALDAS
- 10 FLORESTAL
- 11 IBIRITÉ
- 12 IGARAPÉ
- 13 ITAGUARA
- 14 ITATIAIUÇU
- 15 JABOTICATUBAS
- 16 JUATUBA
- 17 LAGOA SANTA
- 18 MÁRIO CAMPOS
- 19 MATEUS LEME
- 20 MATOZINHOS
- 21 NOVA LIMA
- 22 NOVA UNIÃO
- 23 PEDRO LEOPOLDO
- 24 RAPOSOS
- 25 RIBEIRÃO DAS NEVES
- 26 RIO ACIMA
- 27 RIO MANSO
- 28 SABARÁ
- 29 SANTA LUZIA
- 30 SÃO JOAQUIM DE BICAS
- 31 SÃO JOSÉ DA LAPA
- 32 SARZEDO
- 33 TAQUARAÇU DE MINAS
- 34 VESPASIANO

Elaboração:  
Grupo AUÊ - Estudos em Agricultura Urbana/IGC-UFMG.  
Setembro de 2021.

Fontes:  
Agriculturas mapeadas pelo AUÊ!  
(Eixo de Caracterização e Mapeamento. Ref.: 2020);  
IBGE (banco de bases cartográficas, acessado em 2020);  
Embrapa (base elaborada da mancha urbana, 2015);  
Agência Metropolitana (dados dos perímetros urbanos).  
Projeção: SIRGAS, 2000.

**Figura 7. Agriculturas mapeadas pelo AUÊ!/UFMG na RMBH.**  
Fonte: elaborado pelo AUÊ!/UFMG, em 2021.

De forma geral, pode-se perceber alguns impasses em relação à delimitação dos perímetros urbanos<sup>40</sup> que, como pode ser visto no mapa, em muitos casos são mais amplos que a mancha urbana<sup>41</sup>, resultando em áreas dentro do perímetro que correspondem a usos e ocupações rurais (como produção agrícola e loteamentos maiores, com dimensões previstas nas definições dos módulos fiscais). Em outros casos, como nos municípios de Belo Horizonte, Vespasiano e Confins, o perímetro coincide com os limites municipais – as zonas rurais foram extintas, mesmo que esses municípios ainda apresentam áreas com características rurais.

As definições de perímetro refletem a tendência na RMBH de ampliação das zonas urbanas sem demandas reais para fins especulativos. Como sua definição legal, assim como a alteração, é determinada pelo poder local e sofre diversas influências políticas e econômicas, tem-se como resultado o descompasso da delimitação com a realidade dos territórios. Há na RMBH, portanto, assim como apontado por Almeida (2016), uma tendência dos governos locais a ampliar, progressivamente, os perímetros urbanos a fim de transformar as zonas rurais em zonas urbanas ou de expansão urbana, tendo em vista o parcelamento do solo e a valorização imobiliária desses terrenos. Os descompassos de delimitação geram diversas repercussões nas realidades locais, além de colocar diversos desafios para a gestão, tributação e planejamento territorial, que geram significativos impactos socioambientais, pressionam os espaços de produção agrícola e as práticas de reprodução material e simbólica de grupos sociais que vivem nessas regiões (ALMEIDA, 2016). Além disso, alteram “áreas de diversidade ecológica e cultural a usos especializados e homogêneos, como os produtos imobiliários voltados para segmentos de alta renda e também na forma de loteamentos populares” (ALMEIDA, 2016, p. 270).

No que se refere ao perímetro e à mancha urbana, podemos perceber que existem situações diversas em relação à localização das experiências e práticas agrícolas. Nota-se uma primeira situação que consiste na localização das práticas em zonas legalmente definidas como

---

40 A partir da Constituição Federal de 1988, a competência legal de definição de áreas rurais e urbanas no Brasil passou a ser dos municípios – até então eram definidas por um decreto federal. Assim, os municípios passaram a definir suas áreas rurais e urbanas a partir de uma legislação municipal aprovada nas câmaras de vereadores locais – o perímetro urbano. Essa definição, de forma geral, é utilizada na atualidade para fins de organização político-administrativa, para as definições das tributações e das competências de gestão dos entes federativos - União, estado e município, além de ser utilizada para fins de estudos populacionais como é o caso do Censo Demográfico do IBGE. Em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresento e reflito de forma mais aprofundada diferentes casos encontrados na RMBH de imprecisões e implicações das delimitações do perímetro urbano (ALENCAR, 2018).

41 A mancha urbana corresponde a áreas com algum tipo de construção (casas, prédios, ruas, avenidas, etc), assim como parcelamentos e loteamentos (mesmo que não ocupados).

rurais (fora do perímetro urbano); uma segunda, que consiste nas experiências localizadas em áreas dentro do perímetro urbano, mas que ainda representam áreas com características de ocupação rural (lotes grandes e com uma ocupação menos densa); e a terceira situação que consiste nas práticas em meio a mancha urbana (áreas parceladas).

As zonas rurais também tem vivenciado dinâmicas próprias que vem colocando em risco a permanência da atividade agropecuária na RMBH. Podemos dizer, a priori, que essas zonas estão mais propícias a enfrentar conflitos e impactos relacionados à mineração, indústria e novos loteamentos. As experiências localizadas em áreas consideradas urbanas (dentro do perímetro), mas ainda não parceladas, podem enfrentar problemas relacionados à pressão pela expansão do tecido urbano, principalmente pela forte atuação do mercado imobiliário nessas áreas via especulação e valorização da terra. Já na terceira situação, as experiências em meio à mancha urbana tendem a se relacionar com a falta de infraestrutura, forte atuação do mercado imobiliário, dentre outras.

Tendo em vista as dinâmicas existentes, a atividade agropecuária e, conseqüentemente a produção de alimentos, se insere nas dinâmicas de segregação e desigualdade socioespacial da metrópole. Ela configura um setor de invisibilidade e baixo investimento, decorrentes da precarização das políticas públicas, do intenso processo de valorização da terra, da escassez oriunda das mudanças ambientais e do comprometimento dos bens naturais (principalmente as águas), dentre outros processos. Por outro lado, as articulações de grupos e atores sociais e as diversas práticas, experiências e iniciativas de agricultura na RMBH vem mostrando caminhos importantes para a superação de diversos conflitos e também outras formas de relações em sociedade e de produção do espaço, centradas na solidariedade, no cooperativismo, na sustentabilidade, na equidade e na valorização cultural.

Diante desse cenário, Belo Horizonte e sua região metropolitana tem despertado nos últimos anos a atenção no contexto nacional e internacional de diferentes setores e agentes interessados na construção de políticas públicas destinadas à segurança alimentar e nutricional, à agricultura urbana e agroecologia. Além disso, chama a atenção pela longa trajetória das articulações e redes com atuação nos mesmos temas. Destacam-se neste trabalho alguns desses agentes que atuam no recorte territorial do Baixo Onça.

Do ponto de vista das organizações da sociedade civil, merecem destaque as atuações da AMAU e da R.U.A. Metropolitana, e suas experiências de construções coletivas na RMBH desde 2004 e 2016, respectivamente. A AMAU é um coletivo composto por agricultoras/es, representantes de grupos e associações comunitárias, organizações da sociedade civil,

movimentos sociais e redes envolvidas com as práticas de agricultura urbana na RMBH (ORNELAS, 2017). Desde 2004, tem promovido encontros, debates políticos, apoio e visibilização das diferentes iniciativas populares de agricultura da RMBH, assim como se inserido nas discussões e nas elaborações de políticas públicas e de planejamento territorial (ibidem). Segundo a Carta Política da Articulação, seus objetivos são apoiar iniciativas populares, fortalecer a organização das/os agricultoras/es da RMBH, dar visibilidade às experiências de agricultura e agroecologia e aprofundar o debate político com outros movimentos e organizações sociais (AMAU, 2015). Como principais pautas tem-se o acesso à terra e aos bens naturais, fomento para ampliação da produção agroecológica, construção de assessoria técnica em agroecologia, construção social de mercados, combate à mineração e aos agrotóxicos (ibidem).

Já a R.U.A. Metropolitana, constituída em 2016, fruto das articulações entre instituições, órgãos de governo (municipal e estadual), organizações da sociedade civil e universidades, tem o objetivo de promover uma agenda com foco na agroecologia na RMBH e promover ações articuladas entre seus participantes – o principal caráter que a difere da AMAU é a presença de atores institucionais. A rede conta com mais de 200 pessoas que representam diversos grupos, organizações e instituições (ORNELAS, 2017). Dentre suas principais atividades, se destacam a organização coletiva de ações e eventos sobre a temática da agricultura e agroecologia na RMBH, a mobilização social, parcerias na construção de projetos para acessar chamadas e editais de financiamento e debates sobre legislações e regulamentação da agricultura em contextos metropolitanos (ibidem). Como desdobramento importante da atuação da R.U.A. Metropolitana, em diálogo com outras organizações – incluindo a AMAU, foi criado um plano de ação integrada e intersetorial de agroecologia na RMBH com foco na construção do Sistema Participativo de Garantia da produção orgânica e agroecológica – SPG<sup>42</sup>.

As primeiras atividades em torno da construção do SPG da RMBH, Colar Metropolitano e entorno se concentravam nos espaços de debates e articulações da AMAU e R.U.A.

---

42 O SPG é um dos três mecanismos reconhecidos pela legislação brasileira (Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007) de avaliação da conformidade de produtos orgânicos alinhados aos aspectos definidos pela Lei da Agricultura Orgânica (Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003). Juntamente com a certificação via sistema participativo - SPG, a legislação apresenta a possibilidade de garantia da qualidade via processos de auditoria e via Organismo de Conformidade Social – OCS. Juntos, esses mecanismos compõem o SisOrg – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Metropolitana. A partir de 2018, se vincularam à uma Comissão Organizadora e oito núcleos territoriais de agricultoras/es e produtoras/es. A incorporação de agricultoras/es e outras/os produtoras/es (como as/os processadoras/es de alimentos), a esse processo se deu por um esforço conjunto de mobilização das instituições e organizações da rede de contatos que possuíam. Vale destacar a mobilização das/os integrantes da Feira Agroecológica da UFMG (criada em 2015) e da AMAU.

De forma a avançar na construção do SPG-RMBH, foram realizados vários encontros para organização interna e promoção da rede de produtoras/es que resultou, em outubro de 2019, na criação da Associação Horizontes Agroecológicos. Com isso, tem-se a constituição formal da rede de produtoras/es, com registro de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, o qual confere à associação um dos requisitos para se cadastrar no Sistema Brasileiro de Avaliação e Conformidade Orgânica.

Outras organizações importantes também tiveram um papel relevante na promoção e fortalecimento da agroecologia na RMBH, como a Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas - REDE, o grupo AUÊ!/UFMG e a Prefeitura de Belo Horizonte (através da sua Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SUSAN) – todas participam da R.U.A. Metropolitana. A REDE, fundada em 1986, é uma importante organização não-governamental com atuação na RMBH e no leste de Minas Gerais, que busca fortalecer a agroecologia e a agricultura urbana por meio do acompanhamento às famílias e grupos e da implementação de atividades de formação e capacitação. Essa organização teve um importante papel na mobilização e formação de agricultoras/es na região do Baixo Onça, que será detalhado no próximo item deste capítulo.

O grupo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana, criado em 2013, tem implementado e articulado ações de ensino, pesquisa e extensão, buscando aproximar as temáticas da agricultura urbana aos diferentes campos de investigação, como a agroecologia, ecologia política, planejamento territorial, questão agrária, segurança alimentar e nutricional, conflitos socioambientais, dentre outros. O AUÊ! reúne pesquisadoras/es, estudantes de graduação e de pós-graduação do Instituto de Geociências e de outras unidades da UFMG e instituições de pesquisa, assim como promove o encontro entre pesquisadoras/es e representantes de

experiências populares, movimentos sociais e órgãos públicos que desenvolvem ações em torno das temáticas de atuação do grupo<sup>43</sup>.

Já a SUSAN/PBH é uma das três subsecretarias que estruturam a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) da Prefeitura de Belo Horizonte. Sua missão é reafirmar a posição de Belo Horizonte como referência da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio da inovação e aprimoramento dos programas e ações, com foco na gestão intersetorial, no diálogo com a sociedade, na cooperação internacional e na formação continuada dos profissionais<sup>44</sup>.

As atuações e as ações dessas organizações serão tratadas de forma mais específica a partir do recorte territorial da pesquisa e das experiências de agricultura urbana e agroecologia que foram caracterizadas e mapeadas neste trabalho. De forma geral, as redes construídas a partir dessas organizações, dentre outras atuantes na RMBH, evidenciam a importante tarefa de debater, visibilizar e construir formas de fortalecimento da agricultura urbana e agroecologia nesse território, dada as constantes ameaças e pressões causadas por outros fatores e agentes da produção do espaço hegemônico. Como veremos no Baixo Onça, o apoio das organizações e instituições tem sido fundamentais para o desenvolvimento das experiências e no enfrentamento das dificuldades existentes no cotidiano de cada uma delas.

## **O Baixo Onça: nadar, pescar e brincar**

O Baixo Onça é um território reconhecido por diferentes sujeitos, sejam elas/es agentes do poder público, de movimentos e articulações sociais, instituições e organizações, moradoras/es da região e de Belo Horizonte, em que tem como elemento estruturante os seus bens naturais – o Ribeirão Onça, as diversas nascentes, córregos e sua biodiversidade. Esses

---

43 <https://aueufmg.wordpress.com/>

44 A SUSAN é composta por três diretorias e o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Mercado da Lagoinha (CRESAN). Merece destaque a Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento (DFAB), pela responsabilidade de operacionalizar e executar diferentes programas e ações, dentre eles os voltados para o fortalecimento de unidades produtivas coletivas e comunitárias, assistência alimentar, abastecimento e acesso a mercados. A diretoria oferece os serviços e equipamentos vinculados ao Banco de Alimentos, à Central de Abastecimento Municipal - CAFA, os programas Direto da Roça, Feira de Produtos Orgânicos e a Feira da Agricultura Urbana, dentre outros. A DFAB possui em sua estrutura interna duas gerências: a Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana (GEFAU), e a Gerência de Apoio ao Abastecimento e Comercialização (GABAC). <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan>.

bens naturais são parte constituinte da paisagem da região, assim como estruturantes para a diversidade de formas de ocupação e produção do espaço.

Existem diferentes compreensões do que seriam os limites do território do Baixo Onça, que do ponto de vista das organizações e articulações locais, como o COMUPRA – Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeirão de Abreu, e o movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, ficam um pouco difusos. Eles prioritariamente definem suas atuações a partir dos bairros que são atravessados pelo Ribeirão Onça, principalmente no trecho que se encontra em leito natural. Já do ponto de vista dos comitês e subcomitês de bacias hidrográficas, partem das delimitações legais e técnicas, definidas através da conformação topográfica – topo de morro, fundo de vale, etc. Outra delimitação identificada foi a proposta de leitura deste território pelo Projeto Manuelzão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>45</sup>, que tem como foco de atuação a bacia hidrográfica do Rio das Velhas e conta com núcleos ligados às bacias e sub-bacias que a integram – dentre elas a sub-bacia do Ribeirão Onça. Assim, optou-se por utilizar a delimitação do Baixo Onça a partir das definições legais dos subcomitês de bacia hidrográfica, incorporando as divisões propostas pelo Manuelzão, que também inclui os territórios de atuação das organizações locais.

O Baixo Onça conforma uma das 04 divisões da bacia hidrográfica do Ribeirão Onça, onde se encontra o ribeirão em boa parte em seu leito natural. A bacia hidrográfica congrega territórios dos municípios de Belo Horizonte e Contagem, e conforma uma das 23 regiões de planejamento de recursos hídricos ou Unidades Territoriais Estratégicas da bacia do Rio das Velhas (divisões utilizadas pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas, e pelos subcomitês, assim como pelas políticas de governo ligadas às águas) (Figura 8).

No material elaborado pelo CBH Velhas é possível identificar as 23 Unidades Territoriais Estratégicas – UTEs (Figura 9), sendo a UTE Ribeirão Onça (número 07)

---

45 O Manuelzão é um projeto de extensão vinculado à Faculdade de Medicina da UFMG, que na grade curricular mais ampla dos cursos da saúde, surge a partir da articulação com a disciplina Internato Rural. De forma geral, essa disciplina visa oferecer às/aos alunas/os uma experiência prática de clínica médica em cidades do interior de Minas Gerais, como forma de residência médica. O projeto surge a partir dessa inserção e da leitura que a saúde não se restringe à clínica médica, incorporando o conceito de saúde coletiva mais ampla, onde estão presentes as questões sociais, políticas, biológicas, epidemiológicas, ambientais, existenciais, científicas e econômicas (WSTANE, 2021). Para o Projeto Manuelzão, “a promoção da saúde estrutura-se-ia a partir de um território de ação, o da sua bacia hidrográfica. A proposta do Projeto é a de revolucionar a ideia de território, substituindo a referência administrativa municipal pela referência de bacia hidrográfica” (WSTANE, 2021, p. 49). Atualmente o projeto se estrutura a partir de núcleos vinculados às sub-bacias do Rio das Velhas, trabalhando abordagens diversas, como participação social, saneamento básico, promoção à saúde, cidadania e educação (ibidem).

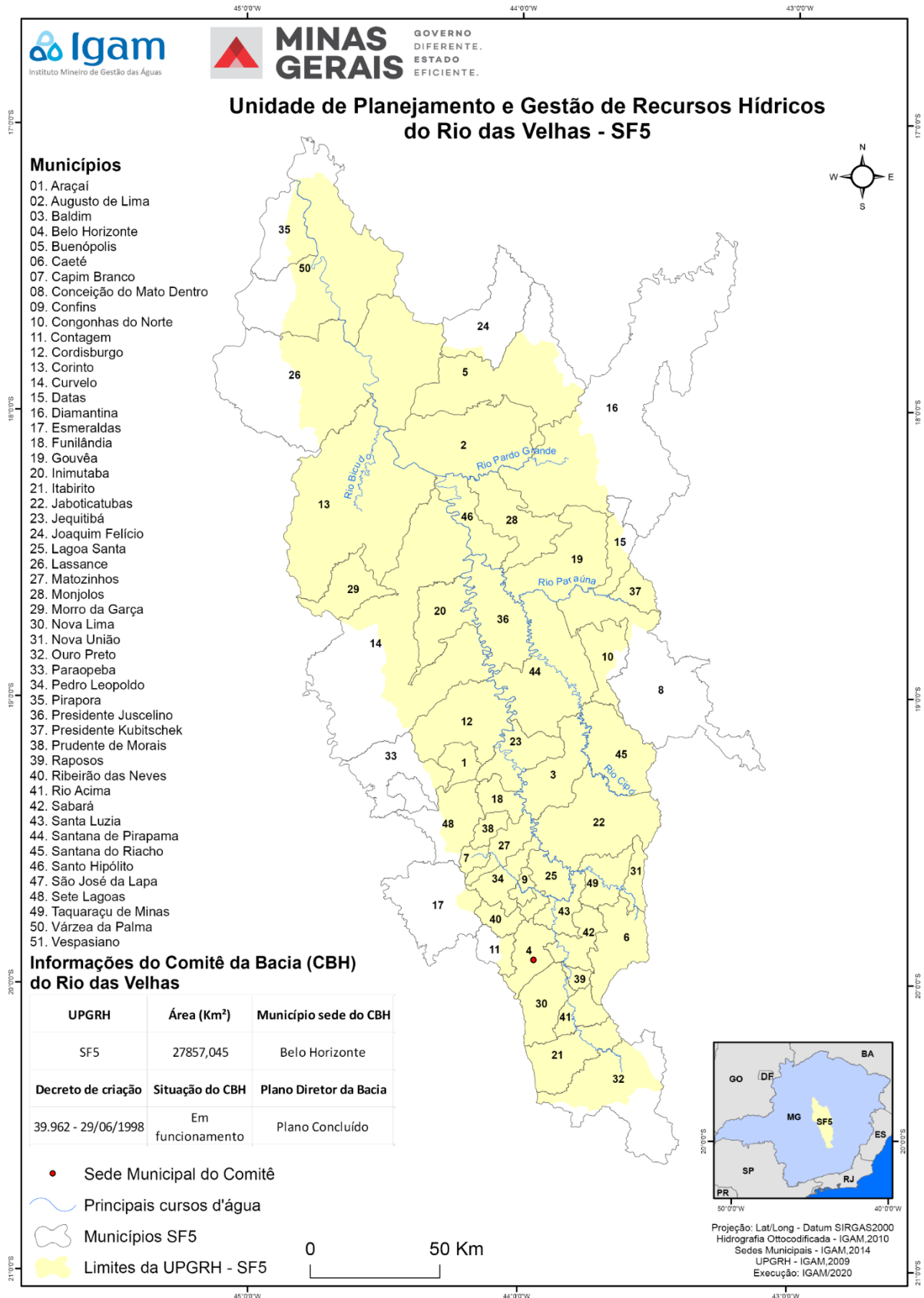


constituente de uma das três subdivisões da bacia do Rio das Velhas (o Alto Rio das Velhas). É importante ressaltar que outra UTE também se localiza no município de Belo Horizonte – a UTE Ribeirão Arrudas, e outras que contemplam boa parte dos municípios da RMBH (com exceção da UTE Nascentes, localizada no município de Ouro Preto, todas contemplam municípios metropolitanos).

O Rio das Velhas é um dos principais recursos hídricos de Minas Gerais, com uma extensão de 806 quilômetros, e constitui um dos principais afluentes do Rio São Francisco. Segundo o CBH Velhas<sup>46</sup>, a RMBH representa apenas 10% da extensão territorial da bacia hidrográfica, mas é representativa em termos populacionais – 70% da população residente estão localizadas em municípios metropolitanos. Por outro lado, é na RMBH que se concentra a maior parte da contaminação do rio, provocada principalmente por atividades minerárias e indústrias, assim como pelo lançamento de esgotamento sanitário sem tratamento. Os processos de contaminação do Ribeirão Onça, juntamente com os processos vivenciados pelo Ribeirão Arrudas, Ribeirão da Mata e Ribeirão Jequitibá, são os principais responsáveis pela poluição do rio das Velhas.

---

46 De acordo com os dados publicados no site da organização – A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (VELHAS, [s. d.]), acessado em novembro de 2021.



**Figura 8. Unidade de Planejamento da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, municípios integrantes e localização no estado de Minas Gerais. Fonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, 2020.**

# A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

Toda a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas está localizada dentro do estado de Minas Gerais, em sua região Central. Com 806 km, o Rio das Velhas é o maior afluente em extensão da Bacia do Rio São Francisco. Nasce no município de Ouro Preto e deságua no Velho Chico no distrito de Barra do Guaiçuí, em Várzea da Palma.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte ocupa apenas 10% da área territorial da bacia, mas possui mais de 70% de toda a sua população. Concentra atividades industriais e tem processo de urbanização avançado, sendo por isso a área que mais contribui com a degradação das águas do Rio das Velhas.

São justamente os Ribeirões Arrudas, Onça e da Mata, que drenam a maior parte dos esgotos da Região Metropolitana, e o Ribeirão Jequitibá, que recebe a carga de Sete Lagoas e proximidades, os maiores poluidores do Velhas. Os Rios Cipó, Paraúna, Curimataí, Pardo Grande, Pardo Pequeno e o Ribeirão do Prata são os que possuem as melhores águas, contribuindo significativamente com a vida e a biodiversidade no Rio das Velhas.

## Gestão compartilhada e descentralizada

Um dos principais diferenciais do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas é a sua estrutura de gestão descentralizada, capitaneada por seus Subcomitês. Tratam-se de órgãos consultivos e propositivos que facilitam os processos de articulação e comunicação entre os membros e aproximam a representatividade das diversas regiões da bacia.

## Unidades Territoriais Estratégicas e Subcomitês de Bacia Hidrográfica

Os territórios dos Subcomitês baseiam-se nas Unidades Territoriais Estratégicas (UTES), que são grupos de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas. Atualmente são 18 Subcomitês estabelecidos em 23 UTES.

## 51 MUNICÍPIOS (do alto ao baixo Rio das Velhas)

Ouro Preto	Capim Branco
Itabirito	Sete Lagoas
Nova Lima	Prudente de Morais
Rio Acima	Funilândia
Raposos	Baldim
Caeté	Monjolos
Sabará	Diamantina
Belo Horizonte	Augusto de Lima
Contagem	Buenópolis
Esmeraldas	Santana do Riacho
Ribeirão das Neves	Jequitibá
São José da Lapa	Araçai
Vespasiano	Paraopeba
Curvelo	Cordisburgo
Morro da Garça	Santana de Pirapama
Corinto	Congonhas do Norte
Santo Hipólito	Conceição do Mato Dentro
Santa Luzia	Presidente Kubitschek
Taquaraçu de Minas	Datas
Nova União	Gouveia
Jaboticatubas	Presidente Juscelino
Lagoa Santa	Inimutaba
Confins	Joaquim Felício
Pedro Leopoldo	Lassance
Matozinhos	Várzea da Palma
	Pirapora

## Maior afluente em extensão do Rio São Francisco

806 km de rio

4,4 milhões de habitantes

51 municípios

27.850 km<sup>2</sup> de área

## 23 Unidades Territoriais Estratégicas

### ALTO RIO DAS VELHAS

- 1) UTE-SCBH Nascentes
- 2) UTE-SCBH Rio Itabirito
- 3) UTE-SCBH Águas do Gandarela
- 4) UTE-SCBH Águas da Moeda
- 5) UTE-SCBH Ribeirão Caeté/Sabará
- 6) UTE-SCBH Ribeirão Arrudas
- 7) UTE-SCBH Ribeirão Onça

### MÉDIO-ALTO RIO DAS VELHAS

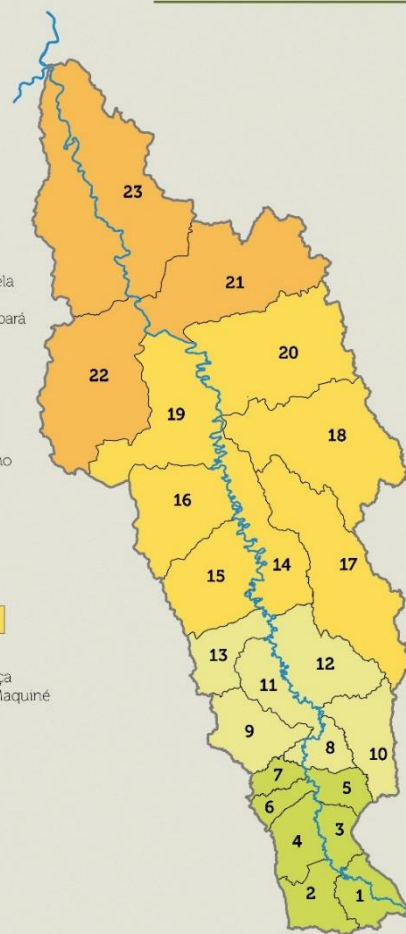
- 8) UTE-SCBH Poderoso Vermelho
- 9) UTE-SCBH Ribeirão da Mata
- 10) UTE-SCBH Rio Taquaraçu
- 11) UTE-SCBH Carste
- 12) UTE Jabó / Baldim
- 13) UTE-SCBH Jequitibá

### MÉDIO-BAIXO RIO DAS VELHAS

- 14) UTE Peixe Bravo
- 15) UTE Ribeirões Tabocas e Onça
- 16) UTE-SCBH Santo Antônio / Maquiné
- 17) UTE-SCBH Rio Cipó
- 18) UTE-SCBH Rio Paraúna
- 19) UTE Ribeirão Picão
- 20) UTE Rio Pardo

### BAIXO RIO DAS VELHAS

- 21) UTE-SCBH Rio Curimataí
- 22) UTE-SCBH Rio Bicudo
- 23) UTE-SCBH Guaiçuí



cbhvelhas.org.br

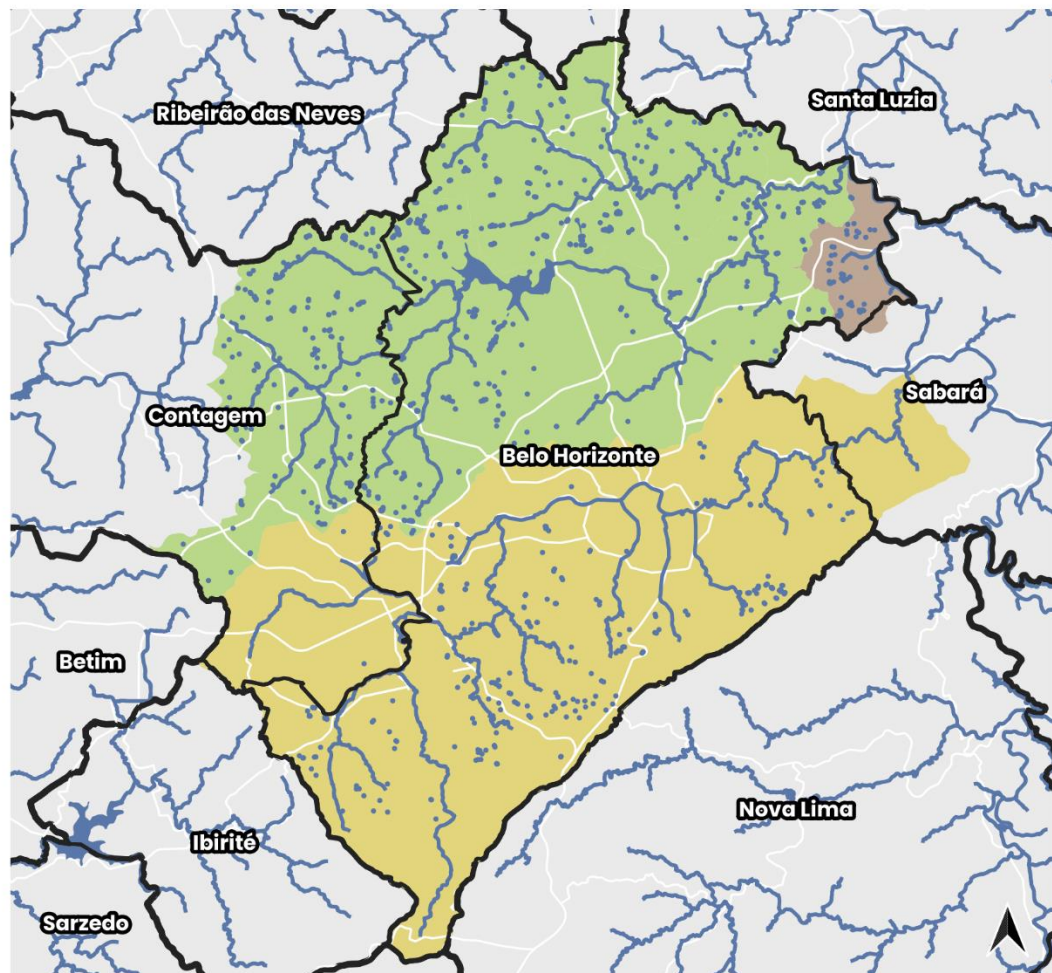
#cbhriodasvelhas



Figura 9. Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e Unidades Territoriais Estratégicas. Fonte: Comitê de Bacia Hidrográfica Rio das Velhas – CBH Velhas, s.d.



## Bacias Hidrográficas de Belo Horizonte

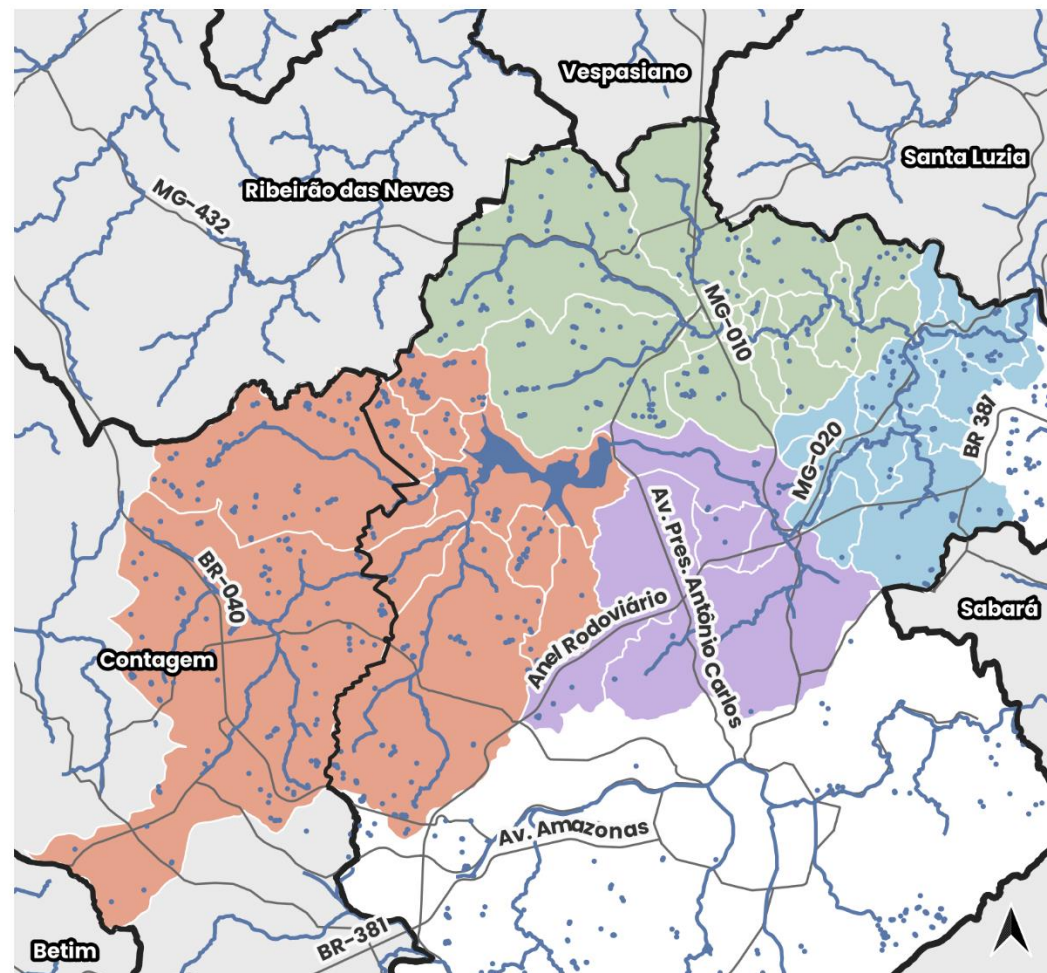


### Legenda

- |                          |                             |
|--------------------------|-----------------------------|
| Limites municipais       | <b>Bacias Hidrográficas</b> |
| Nascentes cadastradas    | Bacia do Ribeirão Onça      |
| Principais cursos d'água | Bacia do Ribeirão Arrudas   |
| Lagoa da Pampulha        | Bacia do Rio das Velhas     |

0 2,5 5 km

## Sub-bacias do Ribeirão Onça



### Legenda

- |                            |                             |
|----------------------------|-----------------------------|
| Limites municipais         | Sub-bacia Pampulha          |
| Nascentes cadastradas      | Sub-bacia Vilarinho-Izidora |
| Principais cursos d'água   | Sub-bacia Médio Onça        |
| Rodovias e vias principais | Sub-bacia Baixo Onça        |
| Lagoa da Pampulha          |                             |

0 2,5 5 km

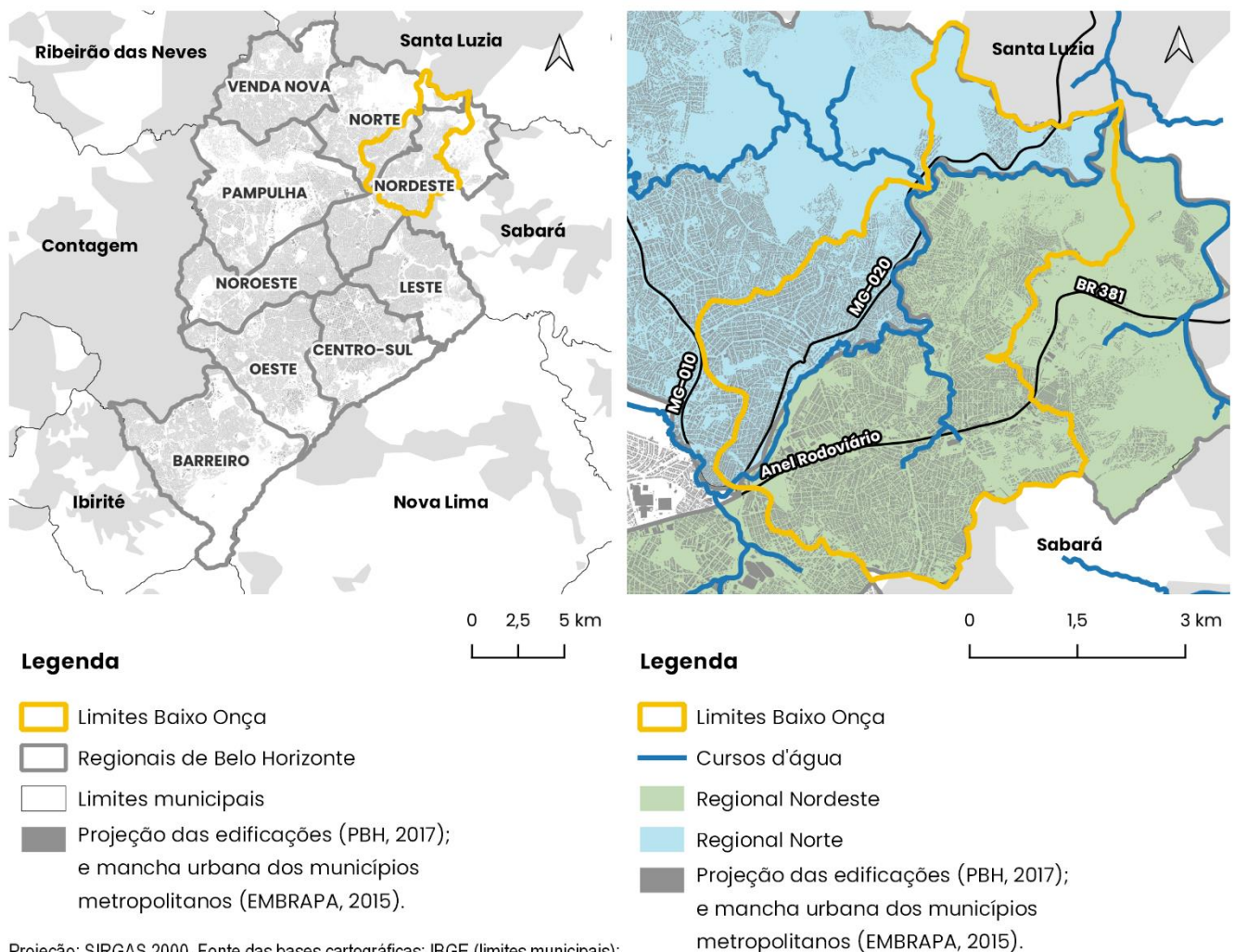
Projeção: SIRGAS 2000. Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água, nascentes, limites das bacias e sub-bacias. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitanano (principais cursos d'água, rodovias e vias principais. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022.

**Figura 10. Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça e suas sub-bacias. Elaboração do autor, 2022.**



O Baixo Onça contempla 47 bairros localizados nas unidades administrativas municipais Norte e Nordeste<sup>47</sup> de Belo Horizonte (podem ser vistos nas figuras a seguir). Boa parte do território contemplado pela sub-bacia se encontra na regional Nordeste e teve sua ocupação atrelada principalmente pelas dinâmicas de construção de conjuntos habitacionais, loteamentos populares e pelos cursos d'água existentes.

### Localização do Baixo Onça nas regionais administrativas de Belo Horizonte

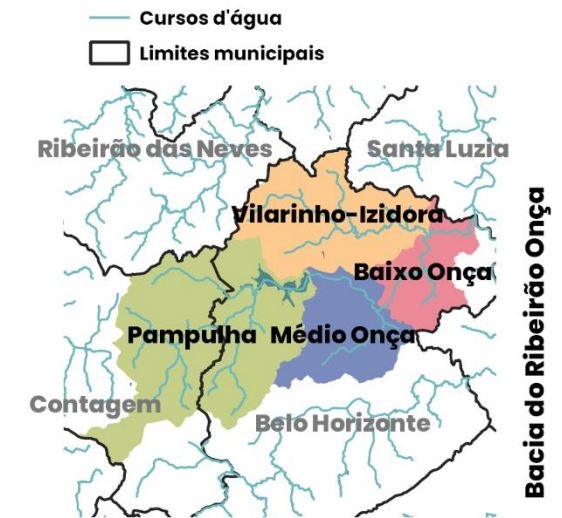


**Figura 11. Baixo Onça e regionais administrativas de Belo Horizonte. Elaboração do autor, 2022.**

<sup>47</sup> A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) criou, em 1983, unidades administrativas para facilitar a gestão do território que ficaram conhecidas como regionais. Suas áreas foram definidas em lei no ano de 1985 (APC-BH, 2008).



# Baixo Onça



## Legenda

- Parques Municipais
- Projeção das edificações (2017)
- Áreas de Conjuntos Habitacionais\*
- + Equipamentos de saúde
- ▲ Escolas públicas
- ▲ Estações do BRT
- ◆ Estações do metrô
- Cursos d'água
- Linha do metrô
- Rodovias
- Limites dos bairros
- Limites Baixo Onça
- Limites municipais

\*Conjuntos Habitacionais de Interesse Social construídos pela PBH (vários anos). Projeção: SIRGAS 2000. Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água, parques municipais, projeção das edificações, estações de metrô e ônibus, linha do metrô, equipamentos de saúde, escolas públicas, limites dos bairros. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitano (rodovias. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022.

Figura 12. Localização e alguns elementos estruturantes do Baixo Onça. Elaboração do autor, 2022.

O território que hoje se define como Baixo Onça, possuía dinâmicas próprias antes mesmo da construção de Belo Horizonte (final do século XIX), principalmente a partir das fazendas, chácaras e matas que conformavam o povoado do Onça e Gorduras – entorno dos córregos e ribeirão de mesmo nome (WSTANE, 2021). Nessas propriedades até então rurais, existiam atividades ligadas principalmente à pecuária, como áreas de pastagens para criação animal e produção de carnes, leite e queijo, e também extraíam e produziam madeira, lenha, pedras e tijolos. Muitos desses materiais foram utilizados para a construção de Belo Horizonte (na concepção inicial do projeto urbanístico), assim como no fornecimento dos alimentos para a população (APC-BH, 2008).

Até 1940, boa parte desse território pertencia ao município de Santa Luzia (RMBH), que foi sendo gradativamente incorporado à BH pelas dinâmicas da construção de pequenas vilas informais implantadas nas fazendas, em decorrência do processo de crescimento da área central da cidade. É importante mencionar, que na região conhecida como Izidora e Granja Werneck (região noroeste do Baixo Onça), nesse momento já haviam populações vivendo no atual Quilombo Mangueiras, que data do século XIX. Desde então, o quilombo vivencia diversas disputas pela terra, o que foi se complexificando a partir das dinâmicas de ocupação da região, principalmente construções e loteamentos populares.

As dinâmicas territoriais vão se complexificando à medida que área central de Belo Horizonte vai se expandindo, principalmente a partir da 1950, devido à migração de populações de diversos municípios de Minas Gerais e outros estados em busca de trabalho e renda. Novos espaços foram sendo ocupados, principalmente as antigas fazendas e vilas que conformavam os limites do município. No caso específico do chamado povoado do Onça, a principal era a Fazenda Capitão Eduardo, que hoje corresponde aos bairros Belmonte, Capitão Eduardo, Paulo VI, Beija-Flor e Ribeiro de Abreu (APC-BH, 2008) – porção norte do Baixo Onça. Já em relação ao povoado do Gorduras (porção sul da sub-bacia), hoje se encontram os bairros Goiânia, São Marcos, Ipê, Fernão Dias, Pousada Santo Antônio, São José e Jardim Vitória. A ocupação das chácaras e fazendas constituintes desses povoados se deu principalmente por meio de loteamentos populares promovidos por antigos proprietários de terras que aproveitaram a nova demanda para usufruir das rendas fundiárias.

Outra forma de ocupação que marcou esse território foi a construção de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, a partir da década de 1970, promovidos pela prefeitura junto com o Governo do Estado de Minas Gerais, para suprir a demanda da nova população da cidade. Segundo o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APC-BH,



2008), foram implantados o Conjunto Habitacional Antônio Ribeiro de Abreu, o Conjunto Habitacional Novo Belmonte (no atual Bairro Ouro Minas), Conjunto Habitacional São Gabriel e o Conjunto Habitacional Gorduras. Muitos desses conjuntos foram implantados a partir da doação de terras pelo poder público e, em sua maioria, em um processo de autoprodução das/os moradoras/es e de organizações sociais atuantes (CAMPOS, 2013; WSTANE, 2021).

Os conjuntos abrigaram um significativo contingente populacional (só os conjuntos do Ribeiro de Abreu, por exemplo, totalizavam 350 unidades habitacionais), e trouxeram novas dinâmicas urbanas para a região. Dentre elas, houve a atração de agentes imobiliários, em sua maioria proprietários de terras, responsáveis pela promoção da grande parte dos loteamentos populares, que não garantiram a construção de infraestrutura urbana (saneamento básico, energia elétrica, dentre outros elementos). O processo de ocupação desses loteamentos (que contavam apenas com a demarcação do terreno), seguiu pelas décadas de 1970 e 1980, mantendo as precárias condições de infraestrutura e serviços públicos, o que caracterizava boa parte das periferias de Belo Horizonte. Só a partir da segunda metade da década de 1980, como parte das ações de intervenções em vilas e favelas, que a prefeitura iniciou o processo de urbanização via construção de infraestrutura viária e saneamento básico, assim como a construção dos primeiros equipamentos públicos de saúde e educação (APC-BH, 2008). Com essas intervenções e pela precariedade do sistema de saneamento, os principais cursos d'água da região, em especial o Ribeirão Onça e os córregos existentes, eram impactados pelo lançamento de resíduos das moradias.

O esgoto a céu aberto e o mau cheiro do córrego que recebia o esgoto dos bairros vizinhos faziam parte das reclamações dos moradores. Além disso, as ruas não tinham pavimentação e até o acesso a pé era difícil. Os problemas relacionados a inundação e ao alagamento de ruas e casas eram constantes (APC-BH, 2008, p. 29).

As intervenções da prefeitura na região continuaram acontecer na década de 1990, por meio principalmente dos Orçamentos Participativos<sup>48</sup>, e também pela pressão de diversas associações de moradores que, através da organização e da determinação da população, conquistaram algumas melhorias na infraestrutura urbana (APC-BH, 2008). Neste momento,

---

48 O Orçamento Participativo constituiu em Belo Horizonte e em outros municípios do Brasil uma ação de governo em que se realizava consultas à população sobre demandas de empreendimentos e obras públicas a serem escolhidas e executadas através de plenárias regionais. No município, o Orçamento Participativo teve diversas edições, principalmente na década de 1990, e foi responsável pela execução de obras e investimentos públicos nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, infraestrutura urbana e habitação. Através dessas obras, boa parte das ações de urbanização de vilas e favelas aconteceram na década de 1990 no município (PBH, 2000).



também há o surgimento de algumas ocupações urbanas organizadas por lideranças e associações de moradoras/es locais, como a histórica atuação na luta por moradia do Padre Piggi e da Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte (AMABEL)<sup>49</sup>. De uma dessas ocupações surgiu o bairro Novo Aarão Reis que, a partir do diálogo com a prefeitura e outras instâncias de governo, foi aprovado um loteamento destinado para as famílias. Outra ocupação urbana existente, originada principalmente no final da década de 1990 e início de 2000, é o Novo Lajedo com cerca de 3.500 famílias, que contou com a parceria do movimento Brigadas Populares e posteriormente fundaram a Associação Comunitária Novo Lajedo, ainda em situação de vulnerabilidade, principalmente em relação à infraestrutura urbana e serviços públicos (BITTENCOURT; NASCIMENTO; GOULART, 2016).

Nesse contexto de auto-organização de moradoras/es e presença de articulações e movimentos sociais, as dinâmicas de enfrentamento às vulnerabilidades e ganhos de autonomia passam a ser constantes no Baixo Onça nas próximas décadas. Como será apresentado a seguir, tem-se em 2001 a constituição do Conselho Comunitário do Ribeiro de Abreu e região (COMUPRA), organização não governamental que reuniu pessoas que atuavam na região desde a década de 1980.

Nas últimas décadas, existiram alguns ganhos para a região em termos de infraestrutura urbana e serviços públicos, como resultado da mobilização de moradoras/es e das organizações atuantes, principalmente das associações de bairro – como o COMUPRA e associações de moradoras/es dos bairros Ouro Minas, Novo Aarão Reis, Novo Lajedo, dentre outras. Entre esses ganhos, houve a construção de escolas e centros de saúde nos bairros, assim como linhas de transporte coletivos para atender regiões mais afastadas da MG-020.

De acordo com o diagnóstico elaborado pela prefeitura (PBH, 2014), mesmo que tenham sido realizadas obras de infraestrutura urbana na região, boa parte do Baixo Onça convive com carências no sistema de drenagem pluvial, com bocas de lobos mal dimensionadas ou inexistentes, o que geram problemas nos percursos das águas canalizadas. Essa situação se agrava à medida que o sistema de esgotamento sanitário também não é bem estruturado, o que tem causado poluições dos cursos d'água da região, principalmente do Ribeirão Onça.

---

<sup>49</sup> A AMABEL, nesta década, possuía núcleos em mais de seis bairros de Belo Horizonte: Aarão Reis, Suzana, Tupi/Floramar, São Bernardo, Guarani e Bairro da Lagoa (CAMPOS, 2013), sendo alguns localizados no Baixo Onça. Entre 1980 e 1990, foram sete loteamentos associativos realizados na região do Baixo Onça, sob liderança do Pe. Piggi e da AMABEL, sendo eles: bairros Jardim Felicidade, Novo Aarão Reis, Capitão Eduardo, Paulo VI e Beija-Flor (ibidem).

Do ponto de vista dos atributos ambientais, a região ainda possui uma expressiva quantidade de áreas verdes não ocupadas com espécies nativas, mas são poucas em termos de institucionalização enquanto equipamentos públicos de recreação e lazer. De acordo com a PBH (2014), os poucos equipamentos públicos instalados apresentam baixa qualidade urbanística e ambiental com ausência de equipamentos para uso comunitário.

Em relação ao Ribeirão Onça, nesta região encontra-se em boa parte em seu leito natural, mas também conta com dois trechos canalizados à céu aberto – entre a Estação São Gabriel e o início do bairro novo Aarão Reis; e no trecho sob tratamento da Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão Onça – ETE Onça. Neste trecho, o curso d'água possui uma extensão de 11,59 km, sendo 3,36 canalizados e 8,22 em leito natural (WSTANE, 2021). Como pode ser visto no mapa e nas imagens a seguir (Figura 13, 14 e 15), o ribeirão nasce do encontro dos ribeirões Pampulha e Cachoeirinha, em um ponto canalizado fechado sob vias urbanas de tráfego de veículos ao lado da Estação de Integração de Mobilidade Coletiva São Gabriel (que integra a linha de metrô e dos transportes de trânsito rápido do município – BRT).

Neste trecho, desde 2013, está em execução uma obra de macrodrenagem dos ribeirões, como forma de conter as inundações que ocorriam sistematicamente nessa região – com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>50</sup>. A obra consiste, de forma geral, no alargamento dos canais dos ribeirões e criação de uma espécie de bacia de contenção para diminuir a velocidade das águas e represá-las – principalmente as águas oriundas do Ribeirão Pampulha. Já nesse encontro entre os ribeirões, as águas possuem índices elevados de contaminação, principalmente devido ao lançamento de rejeitos de esgotamento sanitário ao longo do percurso dos ribeirões Pampulha e Cachoeirinha. Uma das principais reivindicações dos movimentos locais é a execução de intercepção do esgotamento sanitário em todo o trecho dos ribeirões, assim como o tratamento devido pela COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Após esse trecho, o Ribeirão Onça segue seu percurso por um canal aberto ao longo das margens da MG-020 (neste trecho também nomeada como avenida Risoleta Neves), que conta com uma pista de caminhada e ciclovia. Nessa região, existem bairros mais consolidados, do

---

50 Segundo Wstane (2021), a Prefeitura garantiu R\$ 1 bilhão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, para a realização de obras de prevenção de enchentes em Belo Horizonte. Entre as oito obras aprovadas, está o projeto “Otimização do Sistema de Macro e Microdrenagem das Bacias dos Ribeirões do Onça, Pampulha e Córrego Cachoeirinha”. Licitado em 2011, o projeto prevê, entre outras ações, o alargamento dos leitos desses córregos, com Estudos de Modelagem Matemática Hidrológica e Hidráulica do Sistema de Macrodrenagem.

ponto de vista da infraestrutura urbana e serviços, que contam com a Unidade de Pronto Atendimento Norte (UPA Norte), um importante equipamento de saúde para a região. O ribeirão segue por esse canal até os fundos da UPA Norte, onde se encontra a primeira queda d'água, nomeada como Cachoeira do Onça, no bairro Novo Aarão Reis.

A partir desse ponto, seu percurso continua em leito natural até a ETE Onça, que iniciou sua operação em 2010, como parte do Plano Municipal de Saneamento de Belo Horizonte (PBH/SMOBI, 2013), executada principalmente pela COPASA. Ao longo desse percurso, que margeia os bairros Novo Aarão Reis, Ouro Minas, Belmonte e Ribeiro de Abreu, tem contribuições de seus afluentes – à margem direita o Córrego Gorduras e à esquerda recebe as contribuições dos córregos Nossa Senhora da Piedade, Açudinho, Izidora e Santinha.

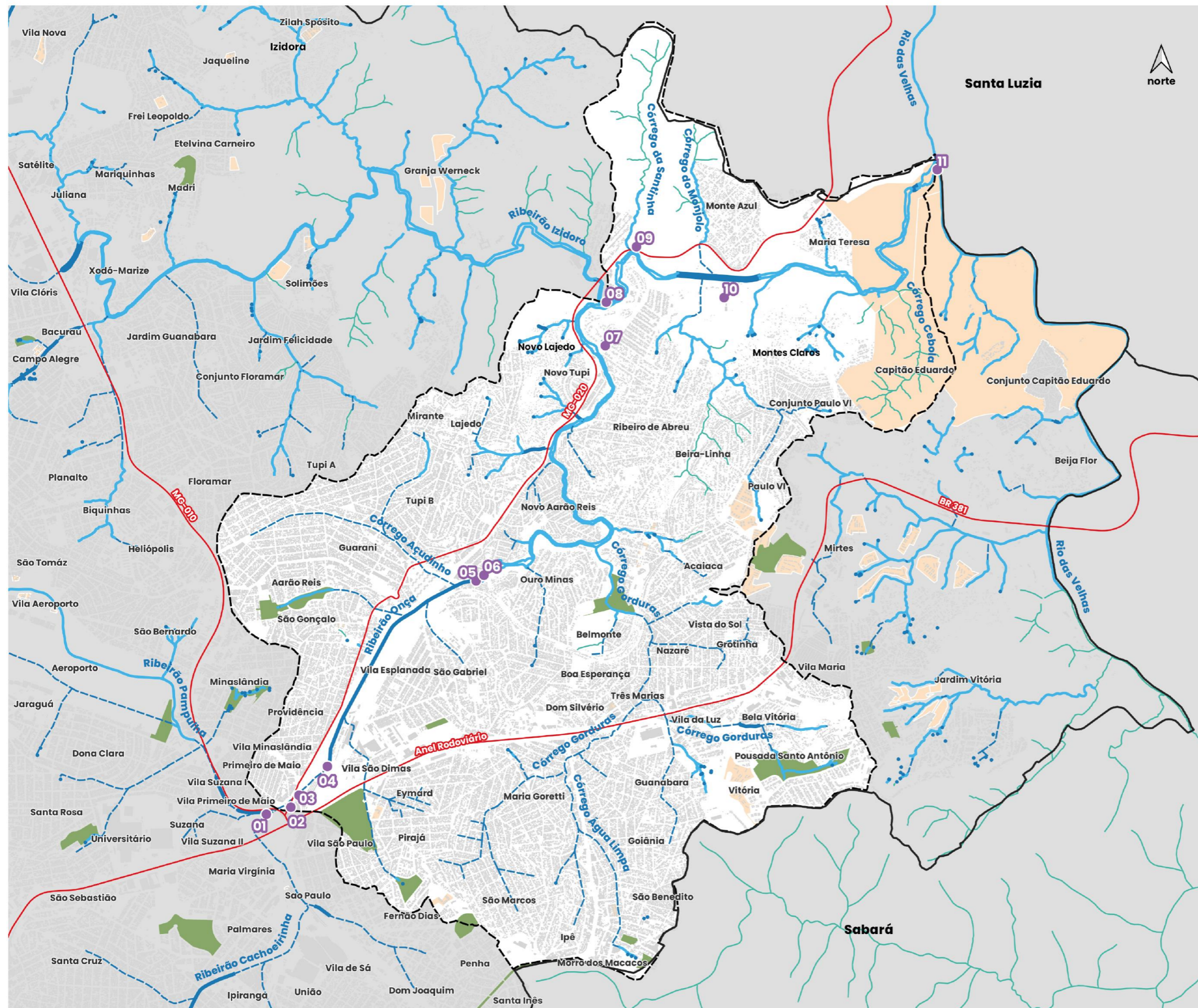
Por todo o Baixo Onça ainda existem diversas nascentes sob condições diversas<sup>51</sup>, mas no geral são cuidadas pelas/os próprias/os moradoras/es que mantém a qualidade das águas e do entorno. Isso também tem contribuído para a continuidade dos fluxos subterrâneos das águas, que segue o fluxo das águas superficiais (PBH, 2014). Por outro lado, ainda vivenciam casos de lançamento de esgoto direto no Ribeirão Onça, causados principalmente por redes clandestinas e em decorrência do processo de manutenção da caixa de transição pela COPASA, chamada de extravasamento.

---

51 As nascentes do Ribeirão Onça foram foco de pesquisa do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, em 2012, como parte do Projeto de Valorização das Nascentes Urbanas, que cadastrou as nascentes existentes e seus respectivos cuidadores, como forma de divulgação e incentivo à novas/os cuidadoras/es (CBH VELHAS, 2012). Como desdobramentos, em 2018, foi elaborado o Catálogo de Nascentes Urbanas da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça (CBH VELHAS, 2018a), e o Plano de Manejo Comunitário de Nascentes em Ambientes Urbanos (CBH VELHAS, 2018b).



# Águas do Baixo Onça



## Legenda

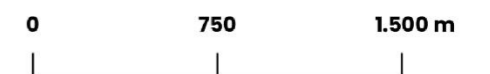
- Limites municipais
- Limites Baixo Onça
- Parques Municipais
- Projeção das edificações (2017)
- Áreas de Conjuntos Habitacionais\*
- Rodovias
- Nascentes cadastradas

## Cursos d'água e tipos

- Canal revestido aberto
- Canal revestido fechado
- Leito natural
- Não cadastrado

## nº marcos

- 01 Encontro dos ribeirões Pampulha e Cachoeirinha
- 02 Estação São Gabriel
- 03 Obra em execução
- 04 Início do trecho canalizado (a céu aberto)
- 05 Fim do trecho canalizado
- 06 Cachoeira do Onça
- 07 Nascente Fundamental do Ribeirão Onça
- 08 Praia - Areia Branca
- 09 Antiga Gruta da Santinha
- 10 ETE Onça
- 11 Encontro com Rio das Velhas



\*Conjuntos Habitacionais de Interesse Social construídos pela PBH (vários anos). Projeção: SIRGAS 2000. Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água e tipos, nascentes, parques municipais, projeção das edificações e bairros. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitano (rodovias. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022.

Figura 13. Águas do Baixo Onça. Elaboração do autor, 2022.



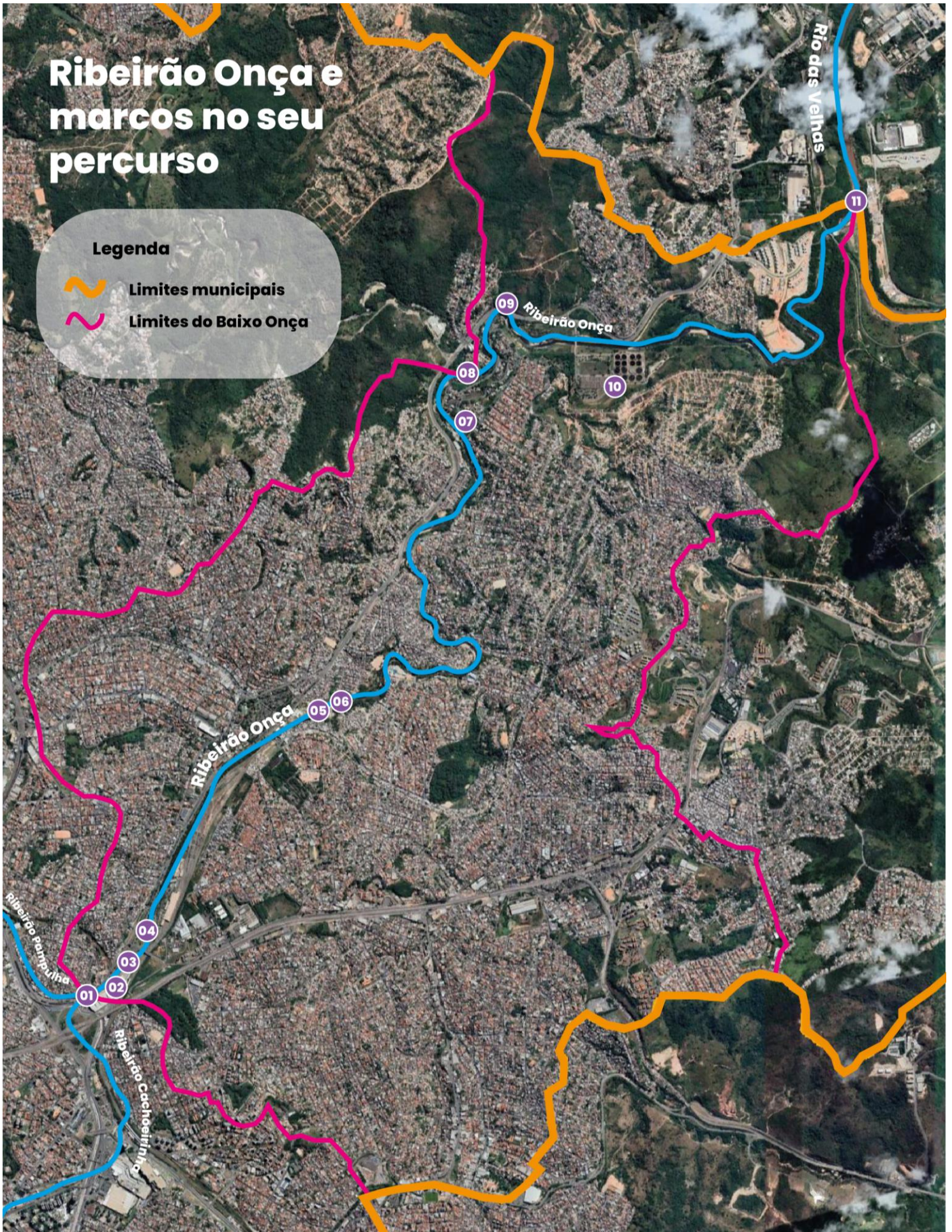


Figura 14. Ribeirão Onça e alguns marcos no seu percurso. Elaboração do autor a partir de imagem de satélite de 2022 (Google Earth), 2022.



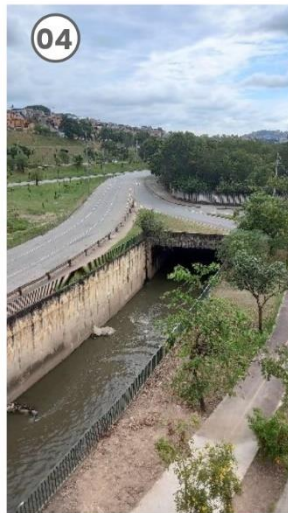


Figura 15. Fotos dos principais marcos do Ribeirão Onça. Fonte das imagens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9, acervo do autor; 2, 10 e 11, imagens de satélite de 2022 (Google Earth); e 8, acervo do COMUPRA.



A relação com o ribeirão nessa região parte de pontos de vista diferentes que aparentemente são contraditórios, mas que o movimento local, principalmente o movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, se apropria a partir de outra perspectiva, ao encarar o ribeirão em seu curso natural como uma potência para a região. Um dos pontos, se conforma a partir de uma série de problemáticas causadas pelas inundações ao longo do trecho não canalizado que atingem anualmente as populações que residiam em suas margens (na Figura 16, é possível ver a área de inundação delimitada pelo processo de elaboração do diagnóstico realizado pela PBH em 2014). De acordo com os dados da PBH (2014), as ocorrências de inundações na região aumentaram significativamente, como pode ser visto na tabela a seguir. O trato dessas questões pela PBH, assim como foi realizado em outros cursos d'água do município, parte do princípio de sua canalização e obras de macrodrenagem urbana, mas que não trazem soluções eficazes a longo prazo. Nesse caso específico, a partir da mobilização social das/os moradoras/es, tem-se construído uma outra proposta para lidar com essas questões.

#### Área de inundação do Ribeirão Onça (trecho curso natural)

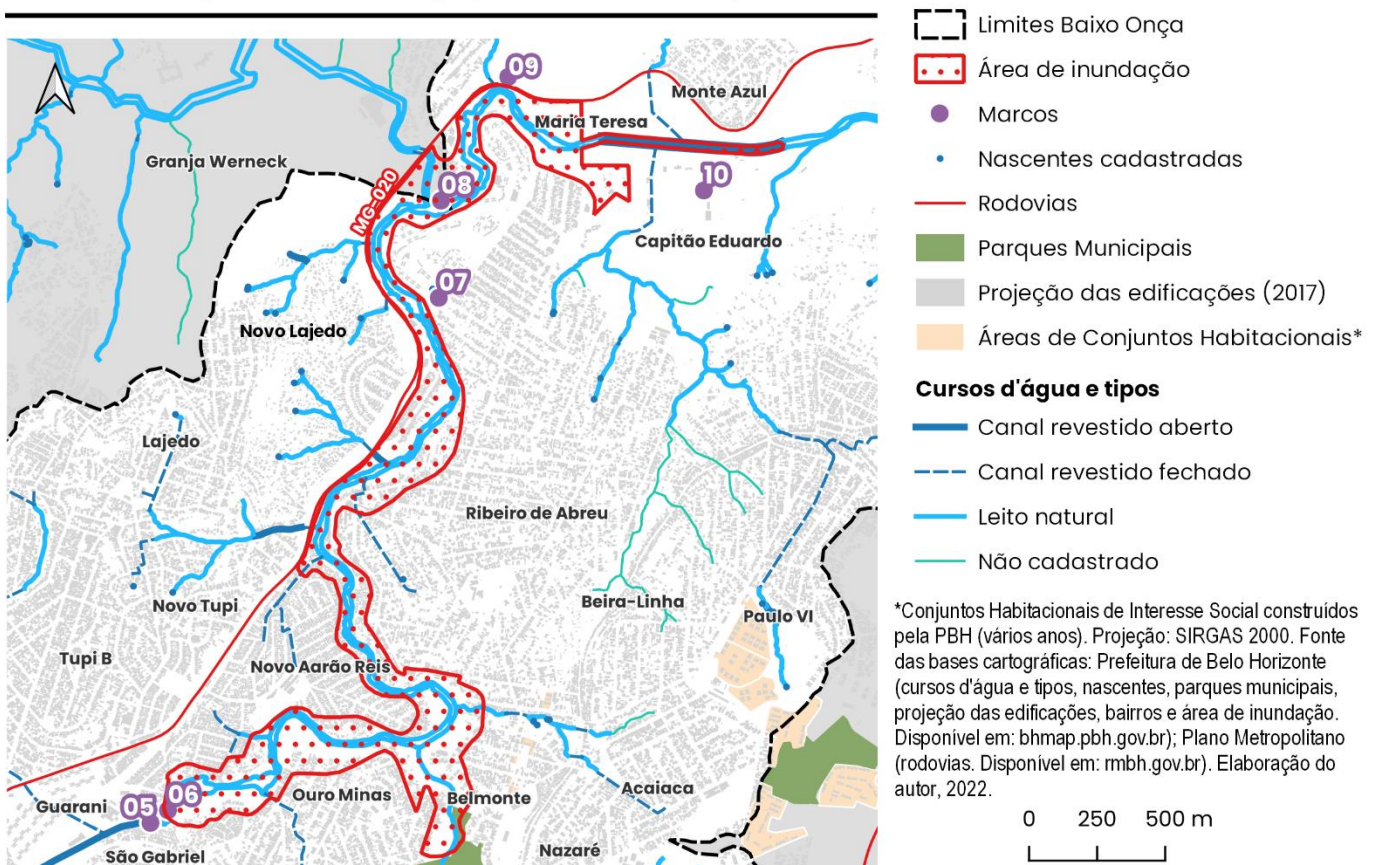


Figura 16. Área de inundação do Ribeirão Onça nos bairros Novo Aarão Reis, Ouro Minas, Ribeiro de Abreu e Maria Teresa. Elaboração do autor, 2022.

**Tabela 1. Número de registros por ano dos eventos de cheias relatados nas áreas de inundação identificadas na pesquisa realizada pela PBH. Fonte: PBH, 2014.**

Número de registros por ano dos eventos de cheias relatados nas áreas de inundação identificadas na pesquisa													Total
Anual	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2004	2003	1999	1974	Ano indefinido	
21	9	7	5	2	7	1	1	1	2	1	1	1	59
36%	15%	12%	8%	3%	12%	2%	2%	2%	3%	2%	2%	2%	%
86%						14%						100%	

Há leituras e formas de lidar com esse cenário, em que o COMUPRA e a rede de organizações que constitui o movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa apresentam. De acordo com essas organizações, a solução para lidar com as questões das inundações e outras vulnerabilidades socioambientais enfrentadas pela má qualidade das águas do ribeirão não passa por sua canalização, assim como foi realizado no tratamento do Ribeirão Arrudas na área central do município. Assim como aponta Wstane sobre práticas comunitárias e tratamento de cursos d'água:

Ainda que na prática muitas contradições existam, propor e desenvolver ações comunitárias, trazendo as águas do Ribeirão Onça como eixo integrador, permite que uma pluralidade de poderes e de interesses, muitas vezes conflitantes e supostamente incompatíveis, se encontrem e que, devido à heterogeneidade e pela existência de discursos distintos, precisa visar à autonomia de seus participantes para ser coerentemente efetivado e ter condições de propiciar mudanças (WSTANE, 2021, p. 100).

Ao mesmo tempo que as dinâmicas do ribeirão apresentam problemáticas, é também uma potência. O Ribeirão Onça, “não tampado, explícito na natureza física e social que o compõe, possibilita espaços de encontro que inclui o imaginário de rios vivos em suas narrativas sociais” (WSTANE, 2021, p. 134). É uma possibilidade concreta de criação e estreitamento de relações entre seres humanos, não-humanos e bens naturais, centrados em seus valores de uso, o que será melhor explicitado a seguir.



*COMUPRA e o movimento  
Deixem o Onça Beber Água Limpa*

O COMUPRA, é uma organização não governamental com atuação no bairro Ribeiro de Abreu, que também se dedica a ações e articulações em outros territórios do Baixo Onça. O COMUPRA surgiu a partir da mobilização de moradoras e moradores da região (formalmente em 2001), em torno de atividades para a requalificação e sustentabilidade socioambiental do território, alinhados a melhoria da qualidade de vida da população local. Suas e seus integrantes realizam ações que visam a mobilização e articulação da população local, a partir de uma série de debates, reuniões, webinários, cursos, oficinas, festas, eventos culturais e mutirões com temas diversos (como ações em torno da recuperação ambiental e de construção comunitária de espaços de lazer e convivência, plantio de árvores e plantas alimentícias, assim como de proteção de nascentes). Estas ações coletivas mobilizam diferentes temáticas, como a da educação, saúde, trabalho, lazer, geração de renda, ecologia e cidadania.

Dentre as conquistas dessa organização comunitária, se destacam a melhoria da qualidade do sistema viário de acesso ao bairro Ribeiro de Abreu (como o da rodovia MG-20 e as duas pontes de acesso); a remoção e realocação de algumas moradoras/es de áreas de risco de inundação e utilização dessas áreas com usos de lazer, convivência e esportes, assim como hortas comunitárias.

A compreensão do COMUPRA sobre as dinâmicas do Ribeirão Onça perpassa por uma construção antiga de perceber a potência de se tornar novamente um curso d'água limpo e passível de usos diversos pela população. Em conversa com moradoras/es, há vários relatos de vivências no ribeirão, como nadar, pescar e brincar em suas margens. Os sonhos e desejos de retomar essas vivências não ficaram no passado, conformado um dos principais objetivos do COMUPRA e das redes construídas em torno do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. Assim como aponta Wstane, em sua tese sobre o Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça, há devires diversos que caminham a partir de alguns valores:

afetos, coexistências e multiplicidades em torno de um Ribeirão poluído onde se constrói um movimento de busca pelo exercício da política do/no cotidiano, um exercício de cidadania e, através dela, são trazidas à tona questões elementares que se relacionam às formas como atuamos com/no espaço (WSTANE, 2021, p. 100).

Desde 2007, o COMUPRA tem se dedicado às ações em torno da requalificação socioambiental do entorno do Ribeirão Onça, em busca de melhorias da qualidade de vida da população com a presença do ribeirão em seu leito natural. Organizaram, desde então, diversas

ações coletivas com as comunidades do entorno, como mutirões para construção de espaços de lazer, oficinas públicas para conscientização do papel das águas na região, trabalhos em parceria com as escolas da região como forma de criar processos formativos com as/os alunas/os, dentre outras atividades. As atividades ligadas à agricultura urbana também sempre estiveram presentes no COMUPRA, como a criação de hortas comunitárias, plantios nos quintais das antigas sedes, oficinas e cursos nas áreas de agroecologia, que culminam atualmente na produção da sua atual sede – sede da antiga Fazenda Capital Eduardo, e em uma das áreas às margens do Ribeirão Onça (essas experiências em agroecologia serão foco de uns dos itens do capítulo 04, que trará uma série de experiências coletivas e comunitárias de agricultura urbana do Baixo Onça).

As ações do COMUPRA alcançaram outra escala quando, em 2008, realizaram o primeiro evento “Deixem o Onça Beber Água Limpa”, às margens do Ribeirão Onça no Ribeirão de Abreu. Desse evento, a partir da mobilização de moradoras/es, organizações e órgãos da PBH, que ao todo somaram 33 instituições, fundaram o movimento com o mesmo nome do evento (WSTANE, 2021). Desde então, realizam anualmente eventos itinerantes no território do Baixo Onça a partir de temas escolhidos pelas/os participantes, como forma de visibilizar as ações em prol da recuperação do ribeirão, assim como mobilizar moradoras/es, pressionar o poder público e engajar outros movimentos da cidade. Em 2022, realizaram a 14ª edição do evento, com o tema “Famílias ribeirinhas, ribeirão...”, que teve como enfoque relatos das famílias realocados no processo de remoção das áreas de inundação. No quadro a seguir estão sistematizadas as 14 edições do evento e os respectivos temas, assim como na Figura 17 é possível identificar a localização dos eventos realizados, com exceção da 12ª e 13ª edição que foram realizados de forma online, devido às medidas e prevenções ao COVID-19.

**Quadro 2. Eventos realizados pelo movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa<sup>52</sup>**

<b>Edição</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>	<b>Tema</b>
<b>1ª</b>	2008	Bairro Ribeiro de Abreu, às margens do Ribeirão Onça	Não houve tema definido no primeiro encontro.
<b>2ª</b>	2009	Conjunto Casas Populares, Ribeiro de Abreu	Ação comunitária pela revitalização da região do Baixo Onça e preservação do córrego Santinha
<b>3ª</b>	2011	Bairro Ouro Minas	Situação de degradação socioambiental no entorno do Ribeirão Onça
<b>4ª</b>	2012	Conjunto CBTU, às margens do ribeirão	Todos juntos pela requalificação socioambiental da bacia do Ribeirão Onça
<b>5ª</b>	2013	Areia Branca – Conjunto Ribeiro de Abreu	<i>Vamos a la praya?</i> Por que não? É só cuidar do que é nosso.
<b>6ª</b>	2014	Bairro Monte Azul	Nosso esgoto: para onde vai?
<b>7ª</b>	2015	Bairro Belmonte	Nosso Parque, que parque queremos?
<b>8ª</b>	2016	Sede da antiga Fazenda Capitão Eduardo	Moradia digna com qualidade ambiental e água limpa
<b>9ª</b>	2017	Bairro Ribeiro de Abreu, às margens do Ribeirão Onça	Água limpa nos rios: direito humano
<b>10ª</b>	2018	Bairro Guarani, às margens do ribeirão	O Onça é 10: apresentar e celebrar
<b>11ª</b>	2019	Bairro Novo Aarão Reis	Viver com o rio vivendo
<b>12ª</b>	2020	Evento online	Sanear é preciso porque viver é preciso
<b>13ª</b>	2021	Evento online	Meta 2025: nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça
<b>14ª</b>	2022	Formato híbrido – online e presencial no Bairro Ribeiro de Abreu, às margens do ribeirão	Famílias ribeirinhas... ribeirão!

<sup>52</sup> As informações foram sistematizadas a partir da recuperação realizada por Wstane (2021), em que apresenta todos os eventos realizados e os principais objetivos de cada ano.

**CARTOGRAFIA DAS EDIÇÕES DO DEIXEM O ONÇA BEBER ÁGUA LIMPA**

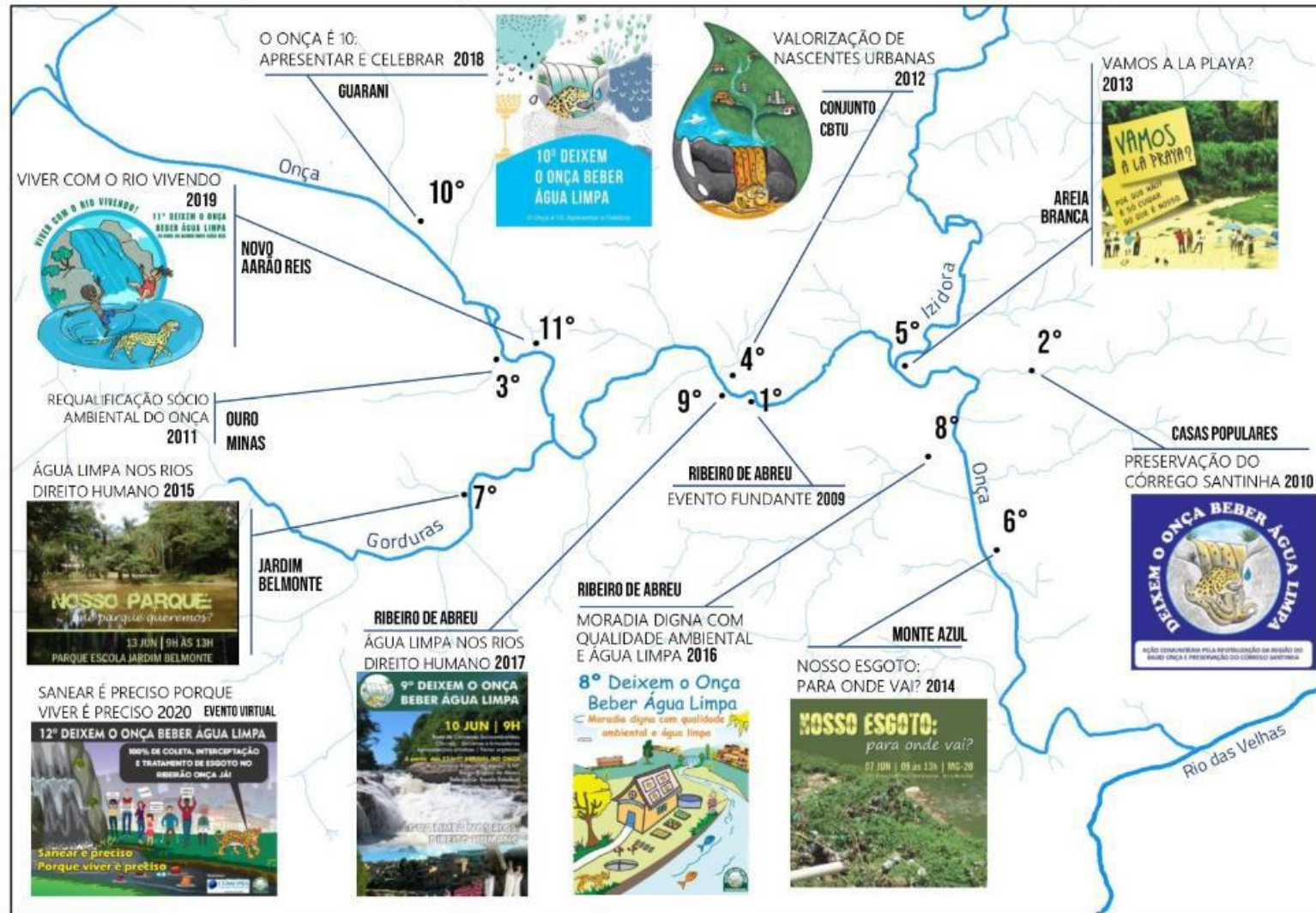


Figura 17. Localização da série de eventos realizados pelo movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. Fonte: Wstane, (2021, p. 286)



**Figura 18. Primeira e atual logomarca do movimento “Deixem o Onça Beber Água Limpa”, respectivamente. Fonte: acervo COMUPRA, 2021.**

Assim como pode ser visto nos temas dos eventos e nas logomarcas do movimento (Figura 18), os principais objetivos do movimento estão relacionados à questão socioambiental atrelada às pautas da moradia e qualidade de vida da região. Isso se desdobra em pautas específicas, como a construção efetiva da captação e do tratamento do esgoto residencial associada aos processos de remoções de famílias em áreas de risco, para tratar e dar suporte às áreas e às/aos moradoras/es que residem nas margens do ribeirão – ou “*Devolver ao Onça o espaço do Onça*”, como se refere um dos integrantes do movimento. Com isso, busca-se engajar a população nas metas para a requalificação do Ribeirão Onça e implementação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça, tendo como base a valorização e o respeito do saber popular e da cultura da população local.

Ao longo dessa trajetória, especialmente a partir de 2014, a proposta de consolidação de um parque urbano que incorporasse o Ribeirão Onça, o mantendo em seu curso natural, foi tomando forma. Com o apoio da PBH, em especial a antiga Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano – SMAPU, a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP e a Urbel - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte, foram elaborados um anteprojeto e um diagnóstico propositivo para a criação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça, a partir de um processo participativo e em diálogo com o movimento (será apresentado com mais detalhes no próximo tópico).



Mais recentemente, em 2021, a partir da realização no formato online do 13º Deixem o Onça Beber Água Limpa (Figura 19), houve discussões aprofundadas em mais de um dia de evento para discutir as dinâmicas territoriais recentes da região. Como encaminhamento, constituíram uma meta com 19 diretrizes para o movimento até 2025 (ver Anexo 01), como forma de direcionar as ações das articulações locais e das instituições envolvidas, assim como o poder público.

19 JUN | 10 JUL  
10H - 12H

META 2025:  
NADAR,  
PESCAR E BRINCAR  
NO RIBEIRÃO  
ONÇA

13º DEIXEM O ONÇA BEBER ÁGUA LIMPA!

LINK DO GOOGLE MEET  
[HTTPS://MEET600GLECOM/UGH-6C1F-RXD](https://meet.google.com/UGH-6C1F-RXD)

19/06 - AULÃO DA EDUCAÇÃO  
26/06 - RETIRADA DAS FAMÍLIAS INCLUÍDAS NAS ÁREAS DE RISCO  
03/07 - PARQUE CILIAR DO RIBEIRÃO ONÇA  
10/07 - 100% DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO DO RIBEIRÃO ONÇA

EDUCAÇÃO APOIO

CONSUPEA COPASA MANUELZAO GUARICUT  
scbi

Figura 19. Divulgação e programação do 13º Deixem o Onça Beber Água Limpa realizado no formato online em 2021. Fonte: acervo COMUPRA, 2021.

Em 2022, retomaram os debates realizados em 2021, como forma de avançar nas metas e publicizar o que em um ano foi possível de ser realizado, organizando e preparando o 14º encontro, que aconteceu de forma híbrida – um dia de evento no formato online e outro de forma presencial (Figura 20 e Figura 21). O objetivo foi retomar as principais diretrizes, como forma de consolidar as propostas indicadas. No evento online, moradoras/es das áreas que passaram pelos processos de remoções foram convidadas para relatarem os processos individuais, como forma de retomar a atenção para as famílias – *Famílias ribeirinhas... ribeirão*.

# 14º DEIXEM O ONÇA BEBER ÁGUA LIMPA

FAMÍLIAS RIBEIRINHAS... RIBEIRÃO

## SEMINÁRIO ONLINE

DATA: 08 DE JUNHO

HORÁRIO: 19H - 20:40H

19h: Apresentação sobre o Deixem o Onça Beber Água Limpa

19:20h: Bairro Novo Aarão Reis

19:35h: Areia Branca

19:50h: Quilombo Mangueiras

20:05h: Processo de realocização das famílias no Baixo Onça (URBEL)

20:30h: Encerramento



EU AJUDO A  
MEHORAR O  
MUNDO,  
COMECEI PELO  
ONÇA!

REALIZAÇÃO



APOIO



Figura 20. Divulgação e programação do 14º Deixem o Onça Beber Água Limpa - formato online em 2022. Fonte: acervo COMUPRA, 2022.



**Figura 21. Divulgação e programação do 14º Deixem o Onça Beber Água Limpa – evento presencial em 2022. Fonte: acervo COMUPRA, 2022.**

Ao longo de 2021 e 2022, uma série de reuniões com o poder público foram realizadas, como forma de avançar as diretrizes. Como pontos principais, tem-se o planejamento e detalhamento da diretriz relacionada à área da Nascente Fundamental do Ribeirão Onça, que atualmente está em etapa de finalização. Já foram realizadas algumas intervenções na área, como capina e reconstituição das margens da nascente, assim como mobilização de moradores/es do entorno. As reivindicações atuais caminham para a construção e aprovação de um decreto municipal que oficialize a área da nascente como unidade de proteção, assim como outras áreas contíguas que compõem o projeto do parque. Outras ações estão em desenvolvimento, que serão apresentadas no próximo item, especificamente sobre o Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça.



Atualmente o movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa é composto por moradoras/es dos bairros contemplados pela proposta do parque (13 bairros), apoiadoras/es de outras regiões e organizações e instituições com atuação nos territórios (como por exemplo, professoras/es das escolas da região, associações de bairro, vários órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte – principalmente a Urbel, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas, o subcomitê Ribeirão Onça – SCBH Onça, Instituto Guaycui, Projeto Manuelzão/UFMG, COPASA, dentre outras).

Além das atividades relacionadas ao movimento, atualmente, o COMUPRA também desenvolve uma série de ações no bairro, como a organização de eventos culturais, processos formativos, cursos, oficinas, além de se organizarem a partir de alguns espaços e ações comunitárias estruturantes, sendo elas:

- Recuperação e usos sociais da Nascente Fundamental do Ribeirão Onça (bairro Ribeiro de Abreu), área constituinte da proposta do Parque Ciliar Comunitário Ribeirão Onça;
- Construção e desenvolvimento de atividades no Espaço Vitrine: área para uso público da população que conta com academia da cidade; ponto de ônibus com wi-fi e carregador de telefones; campinho; pia coletiva; Horta e Agrofloresta Comunitária do Ribeiro de Abreu; e outros espaços de permanência.
- Hortas e CSA na sede do COMUPRA (antiga sede da Fazenda Capitão Eduardo);
- Acompanhamento dos processos de remoções nas áreas de inundação (principalmente na região do Areia Branca).

Cada ação do COMUPRA possui parcerias específicas, que podem se sobrepor dependendo da natureza da atividade. Possuem uma frente importante de articulação entre organizações e poder público. Dentre as organizações em contato e/ou parceiras, merecem destaque as relações com universidades, como a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas, e UFMG; escolas municipais e estaduais dos bairros; organizações não governamentais, como o Instituto Guaicuy e Ajurí; instâncias participativas de planejamento e gestão de recursos hídricos, como o comitê do Rio das Velhas e Subcomitê do Ribeirão Onça (do qual é um integrante); além de algumas empresas privadas. Já com o poder público, além de parceria com vereadores, possuem uma relação histórica com a Prefeitura de Belo Horizonte, se articulando com diferentes secretarias e estruturas de governo, como a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN/SMASAC/PBH), as secretarias de Planejamento

Urbano, Obras, Educação, a Urbel (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte), a Sudecap (Superintendência de Desenvolvimento da Capital), dentre outras.

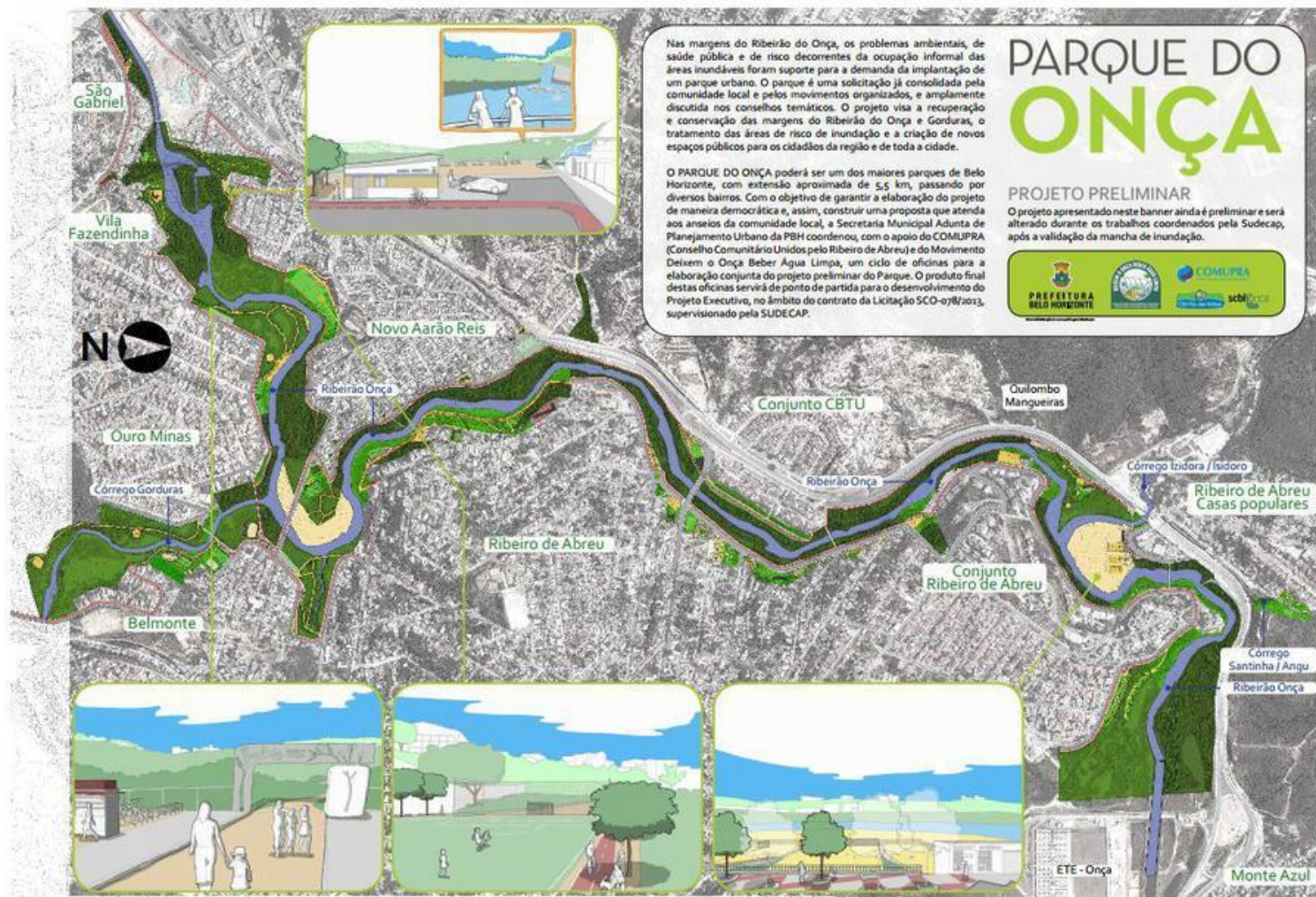
Assim, pode-se dizer que o COMUPRA e o movimento lidam não só com as precariedades e vulnerabilidades da região, mas com as potencialidades que o lugar apresenta. Negam o projeto hegemônico que tende a canalizar os cursos d'água, suprimir elementos da natureza, assim como a falta de tratamento humanitário e que sigam os direitos humanos das populações removidas de seus territórios. Encaram os bens naturais, a natureza e a população como potência da região, assim como incorporam as práticas agrícolas nas propostas mais alinhadas às dinâmicas locais.

Nessa perspectiva, apresentam uma outra proposta (ou contra-proposta) de produção dos espaços, baseada nos desejos e sonhos para a região, que se encontra na criação e consolidação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça. A priorização dessa proposta é garantir às famílias ribeirinhas condições de vida mais dignas, assim como maior segurança e tratamento qualificado na realocação daquelas que vivem e viviam o trágico cenário das inundações anuais – o que se alinha ao desejo de requalificação socioeconômica e ambiental do ribeirão, assim como do Baixo Onça.

*Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça:  
a potência de um rio não canalizado*

O projeto do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça (oficialmente elaborado em 2014), é fruto da atuação do COMUPRA e da sua rede de parcerias, e da série de eventos realizados pelo movimento “Deixem o Onça Beber água Limpa”. Em diálogo e parceria com a PBH, em 2014 deram início a construção da proposta do parque, que se desdobrou em um diagnóstico técnico, na elaboração de diretrizes e um anteprojeto do parque (Figura 22). Segundo o diagnóstico técnico:

A proposta de implantação do Parque Linear surgiu em função de uma obra de otimização do sistema de macrodrenagem do Córrego Cachoeirinha e ribeirões Pampulha e Onça, que ampliará as seções à montante do Ribeirão do Onça, alterando, por sua vez, as vazões no trecho de jusante do mesmo. Tal obra demandará a retirada das famílias em área de risco de inundação, previamente às obras de solução de macrodrenagem de montante. Haverá, portanto a demanda de se criar um uso para área, evitando-se nova ocupação. Dentro desta necessidade, surgiu a proposta de criação do parque. A proposta inicial é de revegetação, plantio de indivíduos arbóreos, tratamento de margens e erosões, bem como implantação de equipamentos de esporte e lazer no entorno (Diagnóstico Propositivo do Parque do Onça, PBH, 2014, p. 2).



**Figura 22. Parque do Onça - projeto preliminar elaborado pela PBH, COMUPRA e Deixem o Onça Beber Água Limpa, CBH Velhas e Subcomitê da Bacia do Ribeirão Onça.**  
**Fonte: PBH, 2014.**

O trecho selecionado para implantação do parque situa-se ao longo de 5,53 km de extensão do leito natural do Ribeirão do Onça, da Cachoeira do Onça até as proximidades da Estação de Tratamento de Esgoto Onça (ETE Onça). Inclui também aproximadamente 850 m de extensão do leito do córrego Gorduras e 250 m do leito do Ribeirão do Isidoro, entre outros pequenos afluentes de áreas de contribuição diversas (PBH, 2014).

A área do parque consiste na mancha de inundação do ribeirão, que prevê uma série de intervenções públicas, como a construção de equipamentos de recreação e lazer, monumentos, travessias, mirantes, dentre outros elementos. Essa proposta, que contou com uma série de

oficinas comunitárias de consulta pública<sup>53</sup>, envolve uma série de diretrizes e programas organizados a partir de temáticas específicas, como a reestruturação ambiental, o desenvolvimento local, a acessibilidade e habitação<sup>54</sup>.

Dentre essas diretrizes, merece destaque a presença da agricultura urbana e agroecologia nos programas que envolvem a reestruturação ambiental e desenvolvimento local:

Adotar formas de arborização de acordo com as características do leito em cada local. Nos locais onde o ribeirão se estreita, privilegiar as matas ciliares. Onde ele se espalha, colocar arborização menos concentrada junto a outros equipamentos. Estes locais poderiam abrigar atividades ligadas à agroecologia, agricultura urbana, etc. Delimitar áreas para recuperação ambiental, com reestruturação da vegetação (PBH, 2014, p. 89).

Criação de novo CEVAE [Centro de Vivência Agroecológica] ou outro centro de educação ambiental e fomento à agricultura urbana. A unidade pode ser integrada com um centro de visitantes que funcione como acesso principal ao Parque Linear (PBH, 2014, p. 67).

As dimensões ressaltadas na publicação na construção de um CEVAE específico para a região estão intimamente ligadas aos temas ambientais e sua articulação com a educação, segurança alimentar e saúde, agroecologia e geração alternativa de renda. Já nas oficinas comunitárias, a agricultura urbana e agroecologia foram citadas como potencialidades, uma vez que há um número significativo de hortas e quintais na região (PBH, 2014). Com isso, na proposta do parque há a indicação de 3 áreas específicas voltadas para a implantação de atividades ligadas à agricultura, como pode ser visto na figura a seguir. Cada uma dessas áreas possui diretrizes específicas e indicação de usos, como apresentado no Memorial Descritivo do Parque (PBH, 2014):

---

53 Graças ao processo de mobilização do COMUPRA e do movimento, que também incluíram no tema do 7º encontro em 2015 – “Nosso parque, que parque queremos?”.

54 Wstane (2021), em sua tese de doutorado, apresenta com maior profundidade todas as diretrizes e programas apresentados nessa versão do projeto do parque, trazendo importantes reflexões sobre a representação do espaço concebida pelos órgãos da PBH.



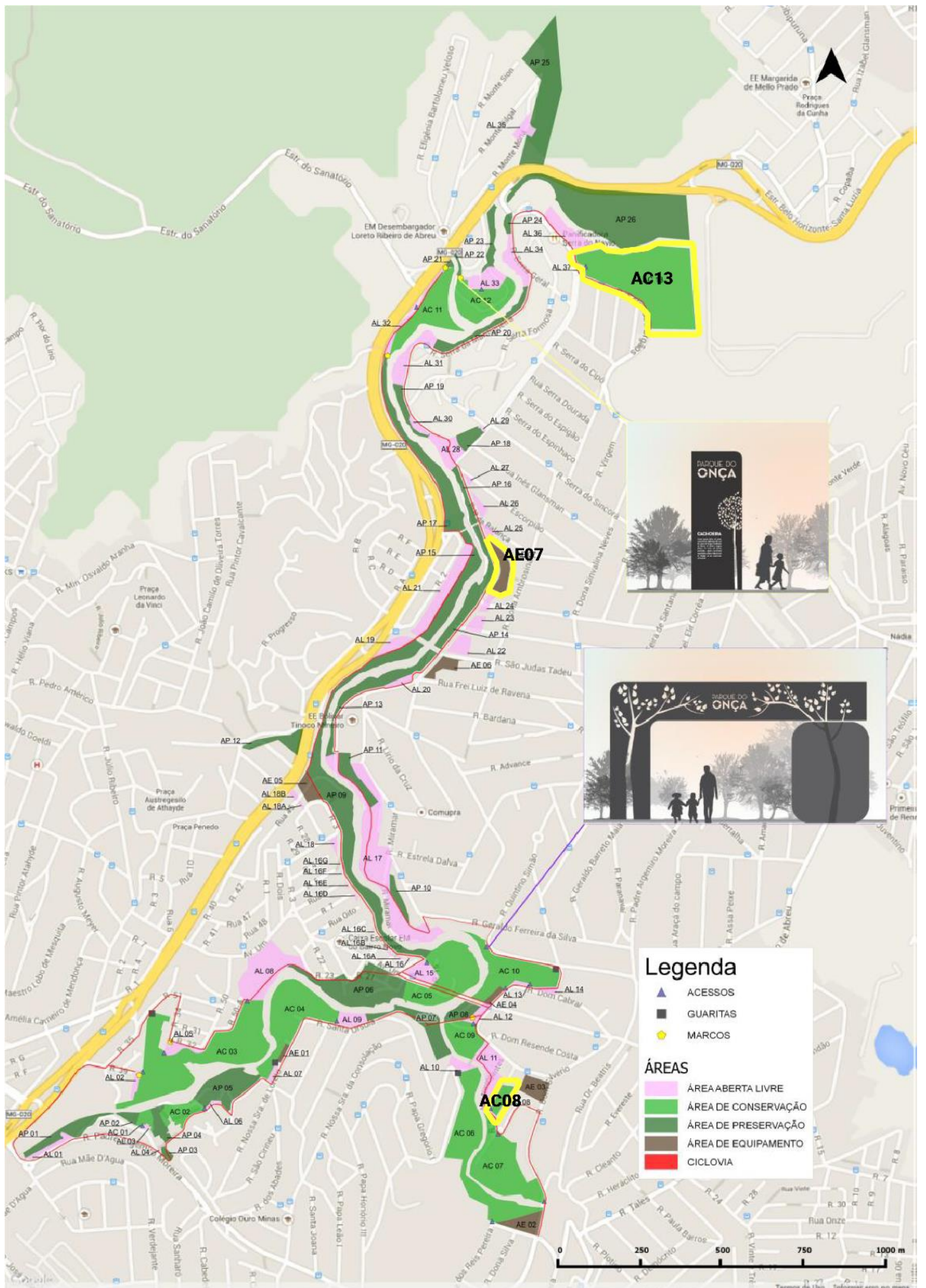


Figura 23. Mapa de Estrutura do Parque, com destaque para as áreas de indicação para a agricultura urbana.  
 Fonte: PBH (2014, p. 121), editado pelo autor.

Área de Conservação (AC) 08: Implantação de platô destinado a atividades de agricultura urbana (p. 124).

Área de Conservação (AC) 13: Área principal para atividades de agricultura urbana<sup>55</sup>. Sua localização próxima à igreja (onde hoje já funciona uma horta <sup>56</sup>), as características topográficas e o baixo risco de inundação favorecem a implantação de duas grandes baterias de canteiros. Uma edificação situada entre a AC13 e a praça AL37 controla o acesso à área e serve de apoio às atividades, oferecendo depósito de insumos e materiais, além de outros espaços que se fizerem necessários na definição do programa (p. 125).

Área de Equipamento (AE) 07: área reservada para Centro de Referência em Educação Ambiental. Poderá funcionar como Centro Regional em Educação Ambiental (CEA) para atendimento à Regional Nordeste. Inclui um anfiteatro com concha acústica que aproveita a declividade natural do terreno, além de espaço para atividades de agricultura urbana (p. 125).

A execução do projeto do parque, até o momento, tem se dado principalmente através da mobilização do movimento Deixe o Onça Beber Água Limpa e do COMUPRA, a partir de atividades específicas (como mutirões de construção dos espaços de uso público, reuniões e acompanhamento com o poder público), e pela prefeitura, através da Urbel (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte) e Sudicap (Superintendência de Desenvolvimento da Capital), responsáveis principalmente pela remoção e acompanhamento das famílias nas áreas de inundação, realocações e indenizações, além da construção de algumas infraestruturas urbanas.

Do ponto de vista da prefeitura, contam com os recursos do já mencionado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, para a realização das remoções e obras de contenção às inundações. O projeto específico para as bacias dos ribeirões Onça e Pampulha recebeu o nome de “Intervenções para redução do risco de inundações nas bacias: otimização dos sistemas de drenagem urbana”, que tem entre seus objetivos a realocação de famílias vulneráveis à inundação e implantação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça<sup>57</sup>. A Urbel é a principal executora desse projeto, em parceria com a SUDECAP.

Como primeira etapa da consolidação do parque, a partir de 2016, a SUDECAP e a Urbel deram início à remoção das famílias que residiam nas áreas incorporadas à mancha de inundação no bairro Ribeiro de Abreu. A execução de remoções de populações, no geral, é reconhecida pelos movimentos sociais e pelas pesquisas acadêmicas como um processo que

---

55 Sede do COMUPRA.

56 Horta Comunitária Frutos da União, que encerrou as atividades em 2019.

57 Segundo dados apresentados pela Urbel no 14º encontro, os eixos de atuação se estruturam a partir de ações relacionadas à mobilização, organização e fortalecimento social; remoção e reassentamento; educação ambiental e patrimonial; desenvolvimento socioeconômico; e planejamento, monitoramento e avaliação. A ação relacionada à criação de hortas e pomares comunitários se insere dentro do eixo de desenvolvimento socioeconômico, como uma das formas de apoio às produções locais.

permeia muitas violências e violações de direitos humanos, que em muitos casos não são justificados pelos benefícios prometidos à população. No caso específico do Baixo Onça, o COMUPRA e as organizações do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa acompanharam os processos de realocação, tentando garantir os direitos para essa população, que inclui acesso à moradia de qualidade, assim como pode ser visto nas diretrizes da meta elaborada em 2021<sup>58</sup>.

Dessa primeira área que teve foco as remoções das famílias, localizada em uma das centralidades do bairro, na rua Antônio Ribeiro de Abreu, que reúne diversos comércios e serviços, além da Escola Estadual Bolívar Tinoco, surgiram as primeiras atuações do COMUPRA em busca da requalificação da área, atribuindo-lhe novos usos. Todo o processo de remoção foi acompanhado pelo conselho, assim como outras/os moradoras/es do bairro. Segundo dados da Urbel, apresentados no 14º encontro do Deixem o Onça Beber Água Limpa, 246 famílias foram removidas dessa área, o que representa 59,5% da área prevista. Nas figuras a seguir (Figura 24 a 30), é possível visualizar os casos de inundações dessa centralidade do bairro, assim como as transformações do espaço promovidos pelas/os integrantes do movimento Deixem e do COMUPRA com a participação e apoio da comunidade do entorno.

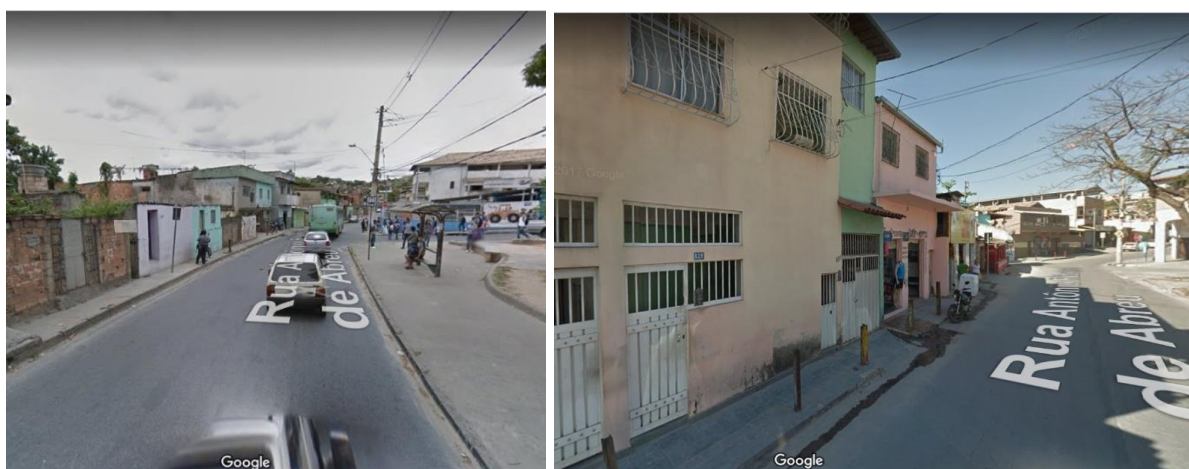
---

58 Mesmo que esse tema seja importante, não será abordado com profundidade nesta pesquisa.





**Figura 24. Inundação da rua Antônio Ribeiro de Abreu, no ano de 2011. Fonte: acervo COMUPRA.**



**Figura 25. Imagens da rua Antônio Ribeiro de Abreu antes das remoções. Imagens do Google Street View de 2015. Fonte: acervo COMUPRA.**





**Figura 26. Primeiras remoções na rua Antônio Ribeiro de Abreu, em 2016. Fonte: acervo COMUPRA.**



**Figura 27. Primeiros mutirões promovidos pelo COMUPRA para reutilização da área em 2017. Fonte: acervo COMUPRA.**





**Figura 28. Primeira área que passou pelo processo de remoções das famílias no Ribeirão de Abreu. Elaborado pelo autor a partir de imagem de satélite de 2016 (Google Earth), 2022.**



**Figura 29. Atual área que passou pelo processo de remoção e reapropriação pelas/os moradoras/es do Ribeirão de Abreu. Elaborado pelo autor a partir de imagem de satélite de 2022 (Google Earth).**





**Figura 30. Fotos atuais da área após a reapropriação do espaço pelas/os moradoras/es. Fonte: acervo do autor, 2022.**

Das áreas vazias que foram geradas após as remoções, o COMUPRA, junto com as/os moradoras/es e outras/os parceiras/os, como a própria Urbel, construíram um espaço coletivo de uso público para uma região carente desses tipos de espaços. Além do parquinho para crianças que foi construído, um campinho de futebol, junto como uma horta comunitária ocupam a região que hoje nomeiam como Espaço Vitrine (a experiência da horta comunitária, assim como a posterior implementação da agrofloresta comunitária nessa área, será detalhada no capítulo 04, como parte das experiências coletivas e comunitárias de agricultura urbana no Baixo Onça). Esse nome surge após a percepção das/os integrantes do COMUPRA e do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa de que o processo que ocorreu nessa área poderia servir de modelo ou inspiração para as outras áreas que tiveram e terão remoção de famílias. Além disso, consideram que do ponto de vista de recuperação do Ribeirão Onça, a intervenção foi bem sucedida, uma vez que as últimas chuvas não causaram novas inundações na área. De acordo com um dos integrantes do COMUPRA:

A área é cedida pelo rio [...] Aí é a coisa bonita. Porque você vê funcionando. Antes tinham as famílias que viviam na área de risco e toda vez eram acometidas por conta das enchentes. Aí retiram as famílias, dá o espaço para o rio, planta lá, faz uma agrofloresta, coloca um campinho, tudo respeitando o espaço do rio e você vê que ele não enche mais. Ele enche, segue o curso e depois diminui (integrante do COMUPRA, em entrevista realizada em novembro de 2021).

O Espaço Vitrine, assim como desejavam as/os integrantes do movimento, serviu como inspiração para o desenvolvimento das ações em torno da área de inundação no bairro Novo Aarão Reis. Desde 2018, 492 famílias foram retiradas, o que representa 41,8% da área total prevista para as remoções (segundo dados da Urbel, no 14º encontro). Como forma de reapropriação do espaço, atividades em torno de uma horta comunitária e na construção de um espaço de convivência estão sendo realizadas desde 2020 (essa experiência será melhor detalhada no capítulo 04, a partir do aprofundamento da experiência da Horta Comunitária Seu Geraldo).

Ainda estão previstos para os próximos anos as remoções de 829 famílias que ainda vivem nas áreas de inundação do Ribeirão Onça, assim como apresentado pela Urbel na 14º evento, localizadas na área conhecida como Areia Branca (no Ribeirão de Abreu), no Novo Aarão Reis e no bairro Ouro Minas (já foram removidas 30 famílias, representando 4,3% da área total). No total, já foram removidas 768 famílias, o que representa 48,1% do total previsto.

Como forma de atualização das ações executadas nas áreas que constituem o parque e pelas alterações realizadas pela PBH do projeto inicial do parque, a partir de 2019, foram realizadas uma série de oficinas públicas participativas com lideranças e moradoras/es dos bairros que constituem a proposta. Essas oficinas foram realizadas pela Urbel, em parceria com o COMUPRA e o movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, como forma de identificar “Potencialidades de Uso Coletivo”, dentro da proposta inicial do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça (WSTANE, 2021). Muitos elementos presentes no projeto inicial foram retomados e reafirmados, principalmente relacionados ao Memorial do Onça, manutenção da Nascente Fundamental do Ribeirão Onça, ciclovias e pistas de caminhada, melhoria dos campinhos, equipamentos para descanso, além das hortas comunitárias e implantações de agroflorestas urbanas (ibidem). De forma geral, as atualizações e novas indicações estão sintetizadas no mapa síntese (Figura 31) gerado a partir desse novo ciclo de oficinas realizadas pela Urbel em 2019 e 2020.



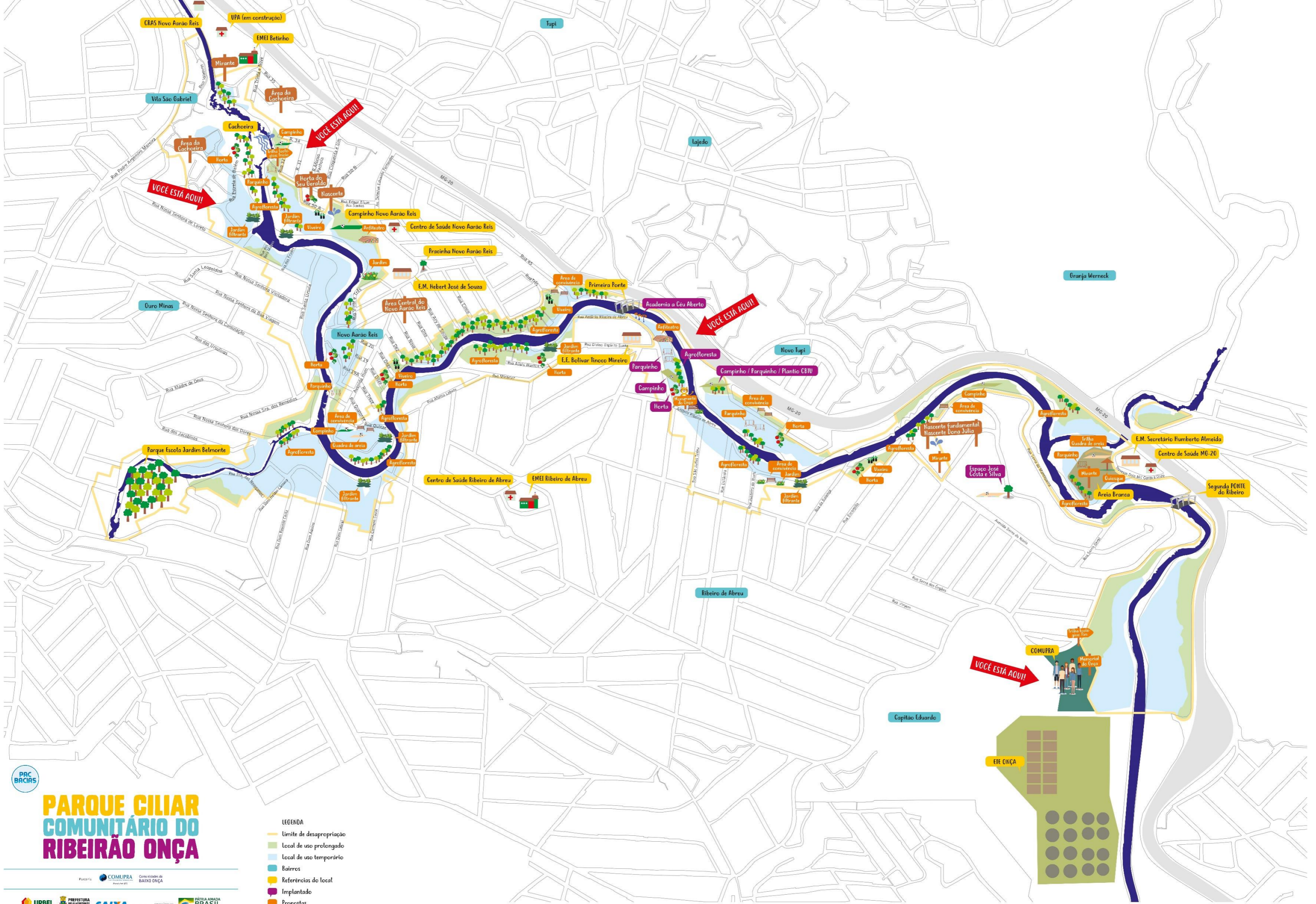


Figura 31. Mapa síntese com as atualizações a partir das oficinas promovidas pela Urbel, COMUPRA e Deixem o Onça Beber Água Limpa, em 2019 e 2020. Fonte: acervo Ubel.



Estas ações e propostas para região também são frutos do entendimento e conscientização dos problemas enfrentados pela população, como a ausência de infraestrutura básica (saneamento, equipamentos de saúde, educação e lazer), e a vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, que impactam diretamente as condições e qualidade de vida na região. De acordo com a apresentação do financiamento colaborativo<sup>59</sup> organizado pelo COMUPRA, há o entendimento de que:

as potencialidades que o Ribeirão Onça e os bairros do entorno apresentam são recursos para o enfrentamento à pobreza e que possibilitam o desenvolvimento das pessoas e da região. As riquezas naturais ainda presentes são a força para buscarmos o equilíbrio social e ambiental, focando na inovação, mas também no resgate histórico-social e cultural do Baixo Onça (COMUPRA, *s. d., n.p.*).

Nesse sentido, essa pesquisa buscou identificar, dentro desse conjunto mais amplo de proposições para o território e as potencialidades do Baixo Onça, as diversas formas e funções que a agricultura urbana e a agroecologia podem e estão desempenhando, como parte das riquezas do território que contribuem para o equilíbrio ambiental. A partir de um mapeamento realizado em 2021, foi possível identificar diversas experiências, dentre elas quintais urbanos agroecológicos, hortas coletivas e comunitárias, hortas institucionais e escolares, um quilombo urbano com um espaço coletivo de produção agroecológica, além de diversas iniciativas de moradoras/es da região. Esse e outros resultados do mapeamento, assim como sua metodologia, serão apresentados no próximo tópico.

### *Caracterizando e mapeando as agriculturas do Baixo Onça*

Caracterizar e mapear experiências e práticas de agricultura urbana e agroecologia parte de objetivos compartilhados com o grupo AUÊ!, que tem como premissas conhecer e visibilizar as diversas dinâmicas socioespaciais das agriculturas metropolitanas. Reconhece que cada experiência possui dinâmicas internas ligadas aos seus agroecossistemas, intrinsecamente interligadas com as questões urbanas de cada lugar e região. Assim como aponta Almeida (2016), a partir da identificação e compreensão da existência das agriculturas e das dinâmicas socioespaciais que promovem e estão conectadas é possível enfrentar a produção da invisibilidade das experiências disponíveis na contemporaneidade, assim como aproximar de

---

<sup>59</sup> <https://evoe.cc/comupra>.



seus espaços vividos, “no sentido de reconhecer tentativas de modificação ou apropriação do espaço dominado pelas lógicas e mecanismos da sociedade de consumo e da produção industrial e mercantil” (p. 38).

Parte dos resultados desse trabalho conduzido pelo AUÊ! – a Caracterização e Mapeamento das Agriculturas Metropolitanas – foi apresentado no tópico “Alguns dados e informações sobre a agricultura da RMBH e as redes metropolitanas”, desta pesquisa (p.76), mas é importante apresentar algumas concepções teóricas e metodológicas que orientam o trabalho. Essas concepções foram utilizadas para compor a metodologia de parte desta pesquisa, ampliando-as para compreender as especificidades socioespaciais do Baixo Onça.

O objetivo fundamental da caracterização e mapeamento é identificar e compreender o universo complexo de experiências existentes na RMBH, tendo como base os aspectos produtivos e reprodutivos dos sujeitos e dos espaços. Fundamenta-se principalmente em questões e variáveis sociais, tratando-as dialeticamente com as dinâmicas espaciais. Com isso, o AUÊ! busca consolidar uma base de dados e informações que possa visibilizar e fortalecer as iniciativas e experiências de agricultura neste território, contribuindo também para a construção do conhecimento agroecológico nos contextos urbanos e metropolitanos. Além disso, pode-se criar bases de informações para subsidiar políticas públicas e propostas de planejamento metropolitano, regional e municipal, assim como auxiliar ações de organizações sociais, incluindo processos compartilhados de formação e educação com diferentes atores.

A justificativa utilizada pelo grupo parte da compreensão que existe uma crescente demanda por informações sobre as especificidades das práticas agrícolas da RMBH, que tem a cada dia se tornado objeto de atenção nos espaços debates da região, sejam eles acadêmicos, políticos e institucionais. Assim, para alcançar tais objetivos é fundamental a aproximação com os sujeitos, de suas práticas e espaços de produção e reprodução, assim como promover diálogos com os coletivos, organizações, instituições e outros atores envolvidos com a temática. Buscar ferramentas metodológicas e avançar nas reflexões a partir de bases teórico-conceituais também são tarefas importantes.

Ao longo da trajetória de desenvolvimento dessa atividade pelo AUÊ!, foram formuladas algumas questões principais, que são mobilizadas para o aprofundamento em cada experiência. São elas:

- Quem são os sujeitos e como se organizam para realizar suas práticas agrícolas? Quais organizações, instituições, coletivos e outros sujeitos coletivos promovem a agroecologia e fortalecem as agriculturas nos territórios metropolitanos?

- Como os sujeitos organizam suas atividades? Quais orientações assumem para a produção agropecuária? O que produzem e qual destinação da produção?
- Onde as agriculturas estão localizadas? Quais são as características dos espaços e das dinâmicas socioespaciais nas quais estão inseridas e interagem?
- Por que elas surgem, permanecem, se reinventam e/ou finalizam as atividades? Quais interesses e motivações orientam as agriculturas?

À cada uma dessas questões estão associadas algumas variáveis que, nesta pesquisa, foram ampliadas e incorporadas tendo em vista os objetivos específicos. No quadro a seguir estão sistematizadas as principais dimensões e questões utilizadas nesta pesquisa para o aprofundamento nas realidades das experiências do Baixo Onça. A metodologia que orientou essa etapa de campo se fundamentou em visitas às unidades produtivas e diálogos com as/os agricultoras/es, com aporte de um questionário semiestruturado (ver Apêndice A – Roteiro das visitas e entrevistas realizadas nas experiências pesquisadas). Ao longo da realização das visitas também se utilizou de ferramentas de georreferenciamento para o mapeamento das experiências e na delimitação das áreas produtivas. Os mapas gerados são compreendidos como uma das várias representações possíveis dos espaços, dado que as experiências são multifacetadas e geram muitas possibilidades de análises.

**Quadro 3. Dimensões e questões utilizadas para compreensão das iniciativas.**

<b>Dimensões</b>	<b>Trajетórias e histórias</b>	<b>Da produção à destinação</b>	<b>Conexões e redes</b>	<b>Cotidiano e motivações</b>	<b>Desafios, demandas e desejos</b>
<b>Questões</b>	Quando começou a plantar; origens e trajetórias até o território; contexto de início da iniciativa; envolvimento com a agroecologia	Atividades e organização dos sujeitos; características do espaço; como e o que produzem; destinação da produção	Relação com o entorno e vizinhança; parcerias; acesso a políticas públicas; contato com outras/os agricultoras/es e iniciativas; inserção em articulações e grupos	O que o espaço e a prática agrícola representam na vida cotidiana; tempo dedicado; o que motiva a plantar e se envolver com a iniciativa; como se sente plantando	Período da pandemia; chuvas de dez. – fev.; principais demandas e desafios; desejos, sonhos e planos para o futuro

Essas questões partem do entendimento de que para além de *quem* (sujeitos/atores), *o que* (objetos) e *como* (modo de produção e relações de produção), há de se compreender o *porquê* e *para quem* (LEFEBVRE, 2013). Nesse sentido, os objetos não se emancipam da atividade, da necessidade, do seu uso, assim como das motivações, dos imaginários e das simbologias. Assim, compreende-se que as experiências de agricultura urbana, a partir do

processo de produção de alimentos e outros produtos agropecuários, criam, se apropriam e transformam os espaços em que estão inseridas, reaproveitando-se dos recursos disponíveis no entorno e a partir das condições materiais que dispõem no cotidiano.

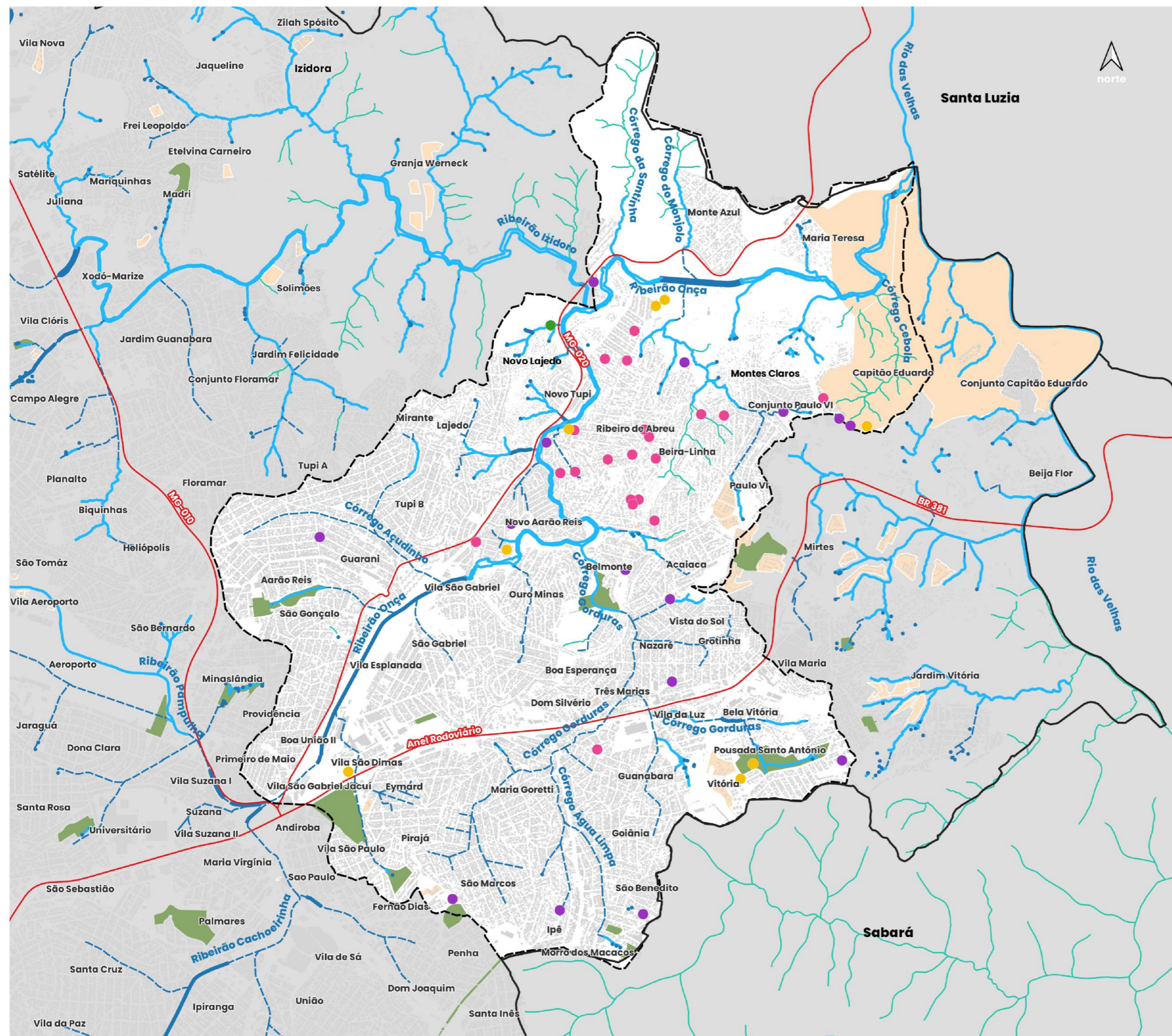
Os sujeitos possuem motivações e interesses diversos que atribuem aos seus agroecossistemas conteúdos atrelados à reprodução de suas vidas, de suas famílias e da comunidade, revelando uma complexa trama do espaço vivido – projetam sobre o espaço seus imaginários e motivações, criando símbolos e códigos específicos – “expressam simbolismos complexos ligados ao clandestino e ao subterrâneo da vida social” (LEFEBVRE, 2013, p. 92). Assim, com as questões relacionadas às *trajetórias e histórias*, buscou-se resgatar as origens das/os sujeitos, incorporando o processos de produção de seus espaços e de seu entorno. *Da produção à destinação*, foram elaboradas questões inspiradas na compreensão de Gliessman (2002), e de outros autores da agroecologia (ALTIERI, 2006; SEVILLA GUZMÁN, 2006), para investigar como são os agroecossistemas urbanos nesse contexto territorial, assim como as orientações que cada experiência assume para a produção-destinação agropecuária.

As questões sobre as *conexões e redes*, buscam compreender quais articulações foram criadas com outros atores e sujeitos e em que medida apontam para a politização das atividades, assim como as questões relativas ao *cotidiano e motivações*, ajuda a investigar a potência política do cotidiano e dos espaços vividos de cada uma das experiências. Por fim, *os desafios, demandas e desejos* mostram quais são as dificuldades e como foram enfrentadas, assim como as perspectivas futuras que cada sujeito deseja para as experiências. As análises gerais e a apresentação de cada experiência estudada pela pesquisa seguirão essas dimensões – nos capítulos 03 e 04.

A escolha das experiências para o aprofundamento nesta pesquisa partiu da identificação e mapeamento geral da agricultura urbana no Baixo Onça, que teve como fonte de informações as pesquisas desenvolvidas pelo AUÊ! (principalmente o banco de dados do trabalho de Caracterização e Mapeamento das Agriculturas Metropolitanas); e pelo trabalho desenvolvido pela SUSAN/PBH, em parceria com o grupo, sobre as 41 Unidades Produtivas Coletivas e Comunitárias da Agricultura Urbana de BH (PBH; AUÊ!/UFMG, 2022). Além dessas fontes, algumas foram identificadas a partir do diálogo com integrantes do COMUPRA. Com isso, assim como pode ser visto na figura e quadro a seguir, foram mapeadas 44 experiências de agricultura urbana que incorporam em suas práticas os princípios da agroecologia. Dentre elas, foram identificados 19 quintais urbanos agroecológicos; 08 hortas coletivas e comunitárias; 15 hortas e espaços produtivos ligados a instituições públicas (majoritariamente escolas e centros de saúde); e 01 espaço produtivo em quilombo urbano – o Quilombo Mangueiras.

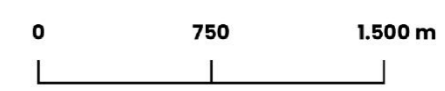


# Agriculturas do Baixo Onça



## Legenda

- Limites municipais
  - Limites Baixo Onça
  - Parques Municipais
  - Projeção das edificações (2017)
  - Áreas de Conjuntos Habitacionais\*
  - Rodovias
  - Nascentes cadastradas
- Cursos d'água e tipos**
- Canal revestido aberto
  - Canal revestido fechado
  - Leito natural
  - Não cadastrado
- Agriculturas mapeadas**
- Quintais urbanos
  - Hortas coletivas e comunitárias
  - Hortas institucionais e escolares
  - Quilombo



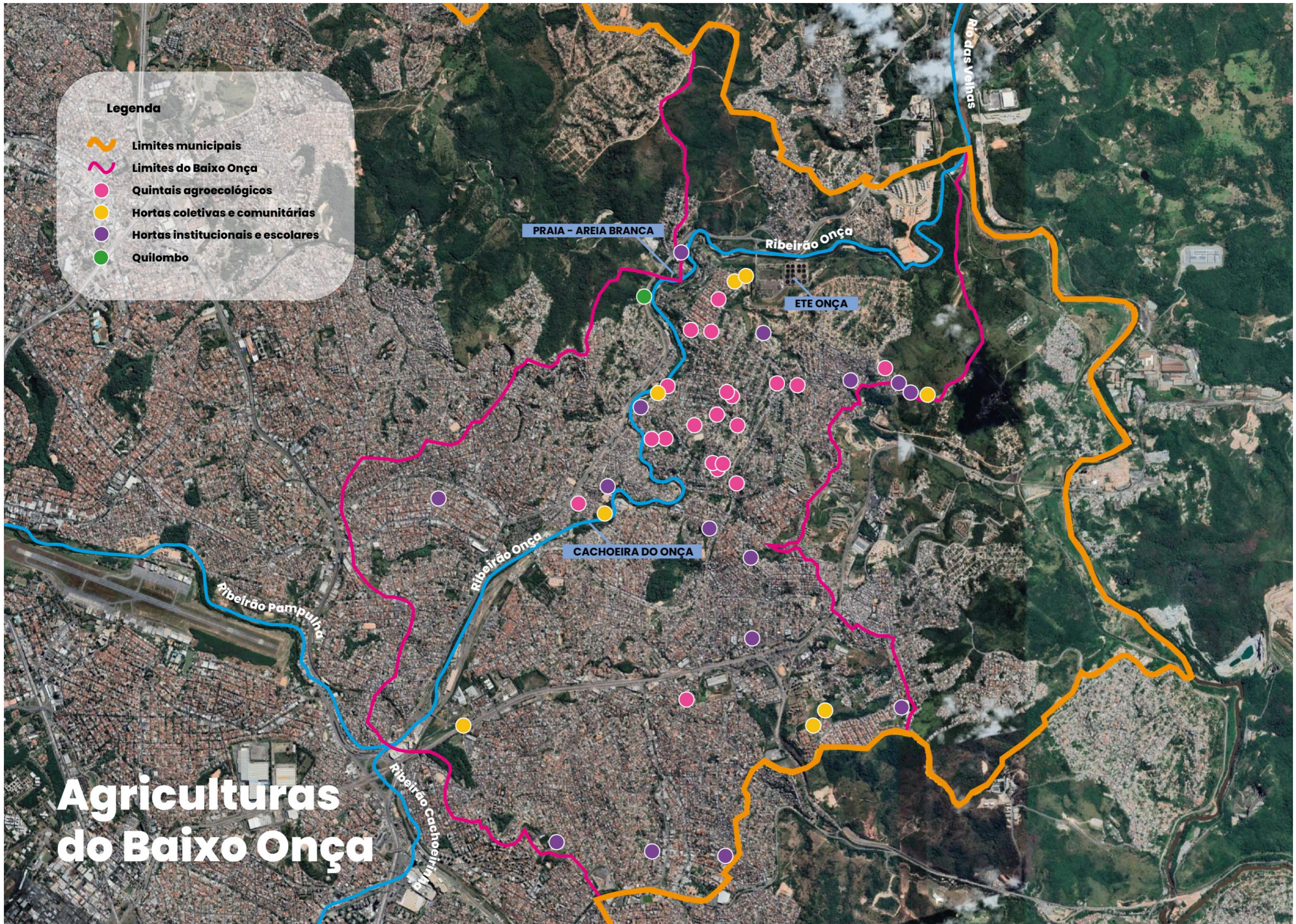
\*Conjuntos Habitacionais de Interesse Social construídos pela PBH (vários anos). Projeção: SIRGAS 2000. Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água e tipos, nascentes, parques municipais, projeção das edificações e bairros. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitano (rodovias. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022.

Figura 32. Agriculturas mapeadas no Baixo Onça. Elaboração do autor, 2022.



**Legenda**

- Limites municipais
- Limites do Baixo Onça
- Quintais agroecológicos
- Hortas coletivas e comunitárias
- Hortas institucionais e escolares
- Quilombo



# Agriculturas do Baixo Onça

Figura 33. Agriculturas do Baixo Onça. Mapeamento realizado pelo autor, em 2021 e 2022.



**Quadro 4. Agriculturas do Baixo Onça identificadas por tipos**

<b>Quintais urbanos agroecológicos</b>		
<b>Experiências</b>	<b>Bairro</b>	<b>Tipo de espaços – associados à moradia</b>
Maria José	Ribeiro de Abreu	Terreno em loteamento popular
Julia		
Vera		
+ 17 outros identificados*	-	-
<b>Hortas Coletivas e Comunitárias</b>		
<b>Experiências</b>	<b>Bairro</b>	<b>Tipo de espaços – associados a áreas públicas e privadas sob gestão de coletivos ou organizações comunitárias</b>
Hortas comunitárias e CSA do COMUPRA	Ribeiro de Abreu	2 áreas: institucional e pública – terreno da fazenda cedida pela COPASA e área pública às margens do Ribeirão Onça (Parque do Onça)
Horta Comunitária Frutos da União	Ribeiro de Abreu	Área institucional – terreno de uma igreja.
Horta Comunitária Seu Geraldo	Novo Aarão Reis	Área pública às margens do Ribeirão Onça (Parque do Onça)
Horta Comunitária Coqueiro Verde	Conjunto Paulo VI	Área institucional – terreno público cedido
Horta Maria (antiga Horta Frutos da Terra)	São Gabriel	Área pública – terreno público cedido
Horta Comunitária Tudo Saudável	Vitória	Área institucional – parque urbano
Horta Comunitária Ebenézer	Vitória	Área pública – terreno público cedido
Horta em construção no Ouro Minas – parceria com Urbel	Ouro Minas	Área pública – terreno público cedido

Hortas institucionais e escolares		
Experiências	Bairro	Tipo de espaços – associados a áreas de instituições públicas e sob sua gestão
Horta do Centro de Saúde do Conjunto Paulo VI	Conjunto Paulo VI	Terreno de equipamento público de saúde
Horta do Centro de Saúde do Novo Aarão Reis	Novo Aarão Reis	
Horta do Centro de Saúde Guarani	Guarani	
Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Conjunto Paulo VI	Conjunto Paulo VI	Terreno de equipamento público de assistência social
Escola Municipal de Educação Integral (EMEI) Coqueiro Verde	Paulo VI	Terreno de equipamento público de educação infantil
Escola Municipal de Educação Integral (EMEI) São Marcos	São Marcos	
Escola Municipal de Educação Integral (EMEI) Jardim Vitória	Bela Vitória	
Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) Goiânia	Goiânia	
Escola Municipal Paulo Freire	Ribeiro de Abreu	
Escola Municipal Secretário Humberto Almeida	Ribeiro de Abreu	Terreno de equipamento público de educação
Escola Municipal Professora Consuelita Cândida	Jardim Belmonte	
Escola Municipal Agenor Alves de Carvalho	Nazaré	
Escola Municipal Murilo Rubião	Nazaré	

Escola Municipal José de Calasanz	Ipê	Terreno de equipamento público de educação
Escola Estadual Bolívar Tinoco	Ribeiro de Abreu	
<b>Povos e comunidades tradicionais</b>		
<b>Experiência</b>	<b>Bairro</b>	<b>Tipo de espaço – associados à territórios tradicionais</b>
Espaço Geledés GerminAR Ewé Mimó – Quilombo Mangueiras	Granja Werneck	quilombo urbano – gleba com titulação de demarcação de terra pelo INCRA

\* Não nomeados por fazerem referência aos nomes das pessoas e não possuir autorização.

Para compor esta pesquisa, foram selecionados os quintais produtivos de Maria José, Dona Julia e Dona Vera; e as 08 hortas coletivas e comunitárias<sup>60</sup>. A escolha dessas experiências aconteceu a partir de três critérios: (i) espaços onde é produzida uma diversidade de alimentos e que possuem a comercialização como parte integrante das formas de destinação da produção; (ii) aquelas que possuem integração aos movimentos locais ou com atuação no território, principalmente as envolvidas com o COMUPRA e o movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa; (iii) as que participam de redes e articulações metropolitanas de agroecologia e agricultura urbana. Serão apresentadas nos próximos capítulos, algumas reflexões e análises teórico-conceituais sobre essas formas de agricultura urbana, assim como as especificidades de cada experiência.

O primeiro contato com as experiências selecionadas pela pesquisa se deu via mensagem por *whatsapp* e, em alguns casos, por telefonema, em que contextualizava os objetivos da pesquisa e as intenções em se aproximar dos territórios e de suas experiências. Os contatos foram repassados por integrantes do grupo AUÊ! e pelo COMUPRA, como parte do processo anterior das visitas de campo, na identificação e mapeamento das iniciativas. Após o contato, agendávamos a visita que, em sua maioria, foram realizadas 01 em cada experiência.

---

60 Nesta pesquisa, com base em um Termo de Consentimento – Apêndice B, optou-se por utilizar o nome das/os agricultoras/es e outras pessoas entrevistadas que concederam autorização. As imagens e outros dados levantados também foram autorizados por meio desse termo.

Em alguns casos, como nos espaços do COMUPRA e na Horta Comunitária Seu Geraldo, foram visitadas mais de uma vez, como forma de aprofundar o levantamento de informações e análise de outros processos ligados ao movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e a proposta do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça (ambas as experiências estão mais diretamente envolvidas com o Movimento). As visitas na sede e em outros espaços em que as atividades são conduzidas pelo COMUPRA aconteceram semanalmente e concomitante às outras visitas – toda a etapa de campo da pesquisa aconteceu entre novembro de 2021 e setembro de 2022.

### Capítulo 03

## Resistência e sociobiodiversidade dos quintais agroecológicos do Ribeiro de Abreu

Os quintais foram desde o início da constituição das cidades brasileiras espacialidades marcantes na paisagem urbana. Um pouco esquecidos pois nem sempre são vistos e sentidos ao caminhar pelas ruas da cidade, mas basta adentrar em moradias ou olhar do alto e de longe para perceber os entrelaçamentos da natureza cultivada com a vida privada e com o lugar. Sejam nas metrópoles ou em cidades médias e pequenas, os quintais urbanos ainda constituem as moradias e apresentam formas e funções diversas para os indivíduos, para as comunidades e para a cidade<sup>61</sup>.

Esses espaços são pouco visibilizados, mesmo que existam comprovações sobre os papéis que exercem para a manutenção e promoção da biodiversidade e para a soberania e segurança alimentar em contextos urbanos. Em seu conjunto nas cidades apresentam uma complexa rede de relações entre animais, plantas e humanos, e contribuem para torná-las mais permeáveis (o que auxilia na manutenção das águas subterrâneas e recarga hídrica de rios, córregos e nascentes, por exemplo). Mesmo com esses e outros benefícios, há leituras que desconfiam da sua capacidade de fornecer alimentos em quantidades suficientes para a população ou negligenciados em termos de sua contribuição para a melhoria da qualidade ambiental urbana.

Nessa perspectiva, de visibilização e compreensão das formas e funções que esses espaços representam na vida cotidiana dos sujeitos, serão apresentados nesse capítulo três experiências de quintais agroecológicos no bairro Ribeiro de Abreu (Baixo Onça). São experiências com protagonismo de mulheres agricultoras/es, extrativistas e produtoras de alimentos, de remédios e outros derivados de plantas e da criação animal. Antes de serem apresentadas, alguns aspectos teóricos e conceituais específicos sobre essa espacialidade nas cidades brasileiras serão retratadas a seguir, assim como dinâmicas importantes da produção do espaço atreladas às formas de morar e viver urbanos que estão diretamente associados à constituição dos quintais urbanos.

---

<sup>61</sup> Vale ressaltar que os quintais também são encontrados em moradias rurais, mas, mesmo que importantes, não serão foco de análises e reflexões deste trabalho.



## **Sobre algumas formas e funções dos quintais urbanos nas cidades brasileiras**

Algumas e alguns autoras/es (SILVA, 2004; TOURINHO; SILVA, 2016; ALMADA; SOUZA, 2017), demarcam que os quintais não existiam no Brasil antes da colonização portuguesa, pois os povos e comunidades indígenas nativas possuíam, de forma geral, uma lógica de povoamento diferente, baseada na relação entre o espaço de viver coletivo e as matas, rios e mar, ou a natureza de forma ampliada (TOURINHO; SILVA, 2016). Com a colonização, os portugueses iniciaram um processo longo de ocupação do território guiado essencialmente pelo interesse de exploração, mas tiveram de constituir uma estrutura e organização espacial para parte de uma população habitar e exercer funções de controle (SINGER, 1983). Foram nas casas não indígenas brasileiras das primeiras aglomerações urbanas que os quintais surgiram, graças ao modelo arquitetônico e urbanístico português praticado no século XVI – loteamentos privados foram implementados e sua ocupação consistia na construção na parte frontal, sem recuo em relação à rua e aos limites laterais, resultando em um grande espaço livre atrás dos lotes que conformavam os quintais (SILVA, 2004).

Em boa parte do período colonial, mesmo com algumas transformações arquitetônicas e urbanísticas no início do século XIX, os quintais eram parte constituinte dos lotes urbanos, marcavam a paisagem e exerciam o papel de abastecimento alimentar, já que a grande parte da produção agropecuária em áreas extensas nas zonas rurais era destinada para exportação. Entre o século XVI e o início do XIX, o quintal, juntamente com a cozinha localizada próxima a ele, era o coração da vida doméstica, onde havia a produção de alimentos e sua preparação (hortas, pomares, criação animal e processamento de alimentos). O quintal também era o espaço de lavagem e secagem de roupas, tingimento de tecidos, de brincadeiras das crianças, da realização de encontros, festas, batizados, casamentos, assim como onde haviam as instalações sanitárias, nascentes e cursos d'água e, nas casas da população mais abastada, se localizavam os alojamentos de escravos (DOURADO, 2004; SILVA, 2004; TOURINHO; SILVA, 2016).

Além disso, os quintais permitiam a sociabilidade entre vizinhos e o estreitamento de laços de vizinhança<sup>62</sup>.

De forma geral, os lares brasileiros nesse período funcionavam não somente como unidades de consumo, mas também como unidades de produção doméstica que contavam essencialmente com a mão-de-obra escrava e/ou feminina (SILVA, 2004). Essa organização da moradia só começou a se transformar a partir da segunda metade do século XIX, graças à uma série de intervenções na estrutura urbana e em boa parte das residências nas áreas centrais alinhadas à um processo de embelezamento – foram construídas as primeiras infraestruturas sanitárias, reformas de vias e novas tipologias arquitetônicas surgiram<sup>63</sup>.

As transformações vieram a acontecer mais substancialmente a partir do século XX, quando estruturas urbanas foram reformadas e ampliadas, assim como novos tipos de moradias foram construídos, principalmente na região sudeste do Brasil e nos grandes centros urbanos de outras regiões. Essas transformações estiveram alinhadas aos paradigmas de desenvolvimento e progresso baseados no modelo industrial a partir da década de 1930, e de forma mais intensa a partir da 1960, o que impactou significativamente a permanência dos quintais. Nas residências das classes média e alta, em áreas mais centrais ou novos loteamentos, os quintais com plantios e criação animal praticamente não existiam, sendo substituídos por lavanderias e quartos de empregadas em determinados espaços e, em outros, surgiram as piscinas, playgrounds e quadras de esportes – o quintal se transformou essencialmente em espaços de serviços e lazer (SILVA, 2004; TOURINHO; SILVA, 2016).

Com o avançar da urbanização e do desenvolvimento industrial difundiram-se novas maneiras de morar e habitar o espaço urbano, assim como consolidou uma grande diferenciação de preços do solo e alugueis de imóveis nas grandes cidades brasileiras, o que gerou transformações nos padrões habitacionais, na localização das moradias e organização interna dos lotes. Isso contribuiu, de forma geral, para a eliminação dos grandes jardins e quintais nas

---

62 Segundo Tourinho e Silva (2016), os limites dos quintais feitos com estacas de madeira permitiam sobre as cercas o contato com o dia a dia do vizinho, facilitando as trocas de favores, empréstimos de mantimentos e de alimentos.

63 Segundo Silva (2004), nas áreas centrais muitos quintais foram substituídos por ampliações das habitações, da implantação de depósitos para atividades comerciais, alojamento de empregados e garagens. Novos tipos habitacionais também surgiram, como cortiços com quase nenhuma área permeável. Muitas residências também sofreram alterações com o surgimento dos afastamentos laterais e frontais com presença de jardins, o que também guiou a construção de novas habitações. Já do ponto de vista urbanístico, a construção de infraestruturas sanitárias, a instalação de iluminação artificial e a presença de transportes coletivos foram responsáveis pela transformação do traçado de vias e da nova estrutura urbana, assim como impactaram a organização espacial das residências, realocando as instalações sanitárias do quintal para cômodos na própria residência, por exemplo.

moradias em áreas mais valorizadas das grandes cidades, que se intensificou com o surgimento da habitação multifamiliar em prédios verticalizados de apartamentos (TOURINHO; SILVA, 2016). A alteração do padrão de consumo (agora a compra de alimentos, medicamentos e outros produtos industrializados faziam parte do cotidiano), também contribuiu para que os quintais perdessem seu papel de abastecimento e produção doméstica.

Outros fatores também contribuíram, como os hábitos difundidos por meio de novos discursos pautados em falsos dualismos (moderno-atrasado; artificial-natural; urbano-rural), que foram responsáveis pelo aumento do consumo de produtos industriais (incluindo a alimentação), e pela difusão de uma cultura de assepsia, onde os espaços não edificados se tornaram em boa parte áreas pavimentadas e impermeabilizadas (SILVA, 2004). Alegava-se que deveriam ser construídos “prédios de apartamentos modernos e confortáveis com piscina, jardins, recreio, para abrigar milhares de famílias, em vez de casas modestas usando o velho sistema de quintal com horta, pomar e criação de animais, que representava práticas rurais atrasadas” (TOURINHO; SILVA, 2016, p. 647). Em algumas partes das cidades essa nova concepção de habitação foi construída (voltadas para todas as classes), que acompanhou a implementação de áreas verdes públicas (como praças, parques e jardins arborizados e ornamentados) e outros equipamentos de serviços voltados para lazer (ibidem). Ou seja, os elementos da vida cotidiana presentes nos quintais foram em boa parte fragmentados e passaram a acontecer em espaços diversos, fruto da segmentação entre o morar, a produção e consumo alimentar, o lazer e a natureza.

Entretanto, nas casas das classes baixas e nas periferias, os quintais produtivos permaneceram e continuaram a exercer papel importante para o consumo alimentar e sociabilidades diversas, mas em alguns casos com áreas mais reduzidas devido à demanda por novas construções para acolher outros membros da família ou voltadas para sublocação (SILVA, 2004). Já nas vilas e favelas, surgidas principalmente ao longo do século XX, pela conformação e produção das moradias, dificilmente se encontram quintais no formato tradicional, mas o cultivo e o plantio de espécies diversas acontecem nas lajes e terraços, em uma espécie de quintais suspensos (TOURINHO; SILVA, 2016).

Já na atualidade, as cidades brasileiras, principalmente as metrópoles, vivenciam essas e outras dinâmicas associadas à moradia, com a difusão de novas formas habitacionais (principalmente empreendimentos imobiliários verticalizados), assim como transformações urbanísticas de toda ordem (as renovações de áreas históricas e centrais, os novos loteamentos cada vez mais distantes dos centros e os condomínios fechados são exemplos das dinâmicas

contemporâneas de boa parte das cidades). As demolições de casas históricas com quintais em áreas valorizadas da cidade para viabilizar a construção de empreendimentos imobiliários também são exemplos das transformações comumente encontradas nos grandes centros urbanos, que revelam dinâmicas ligadas ao mercado imobiliário que produzem a cada dia novos produtos imobiliários e buscam novas áreas para sua atuação.

Essas dinâmicas promovem cada vez mais a homogeneização da cidade, em que quintais urbanos são considerados como espaços não condizentes com as formas modernas de moradia – para alguns, os quintais produtivos são “espaços supérfluos, difíceis de serem cuidados e que podem ser aproveitados para outros usos ‘mais modernos’, como garagens, piscinas, espaços para churrasqueiras etc” (TOURINHO; SILVA, 2016, p. 649). Ainda, os quintais também podem representar elementos constituintes de diferenciação ou agregação de valor em certos imóveis, seja pela demanda de uma parte da população que valorizam esses espaços em suas moradias, ou, assim como apontam Tourinho e Silva (2016), como formas de reserva de valor que podem ser agregados em rendas fundiárias futuras.

Seja pelo mercado imobiliário ou pela tendência da população em utilizar o quintal como espaço disponível para construção de moradia para integrantes da família ou para sublocação (como estratégia de geração de renda), esses espaços passam por um processo de supressão nas moradias brasileiras. Cada região e lugar vão ter suas especificidades, mas cabe identificar linhas gerais dos papéis que os quintais ainda exercem nas cidades, resistindo em várias áreas (valorizadas ou não), e mantendo os elementos identificados ao longo da história. As funções desses espaços foram se modificando, mas também apresentam permanências e sobrevivências de práticas ligadas a diferentes culturas. Portanto, iluminam reciprocamente o passado e o presente (TOURINHO; SILVA, 2016), e mostram caminhos possíveis para o futuro das cidades.

De forma geral, esses espaços ainda são o coração da vida cotidiana de muitas residências, mantendo papel relevante na qualidade ambiental, na manutenção e promoção da biodiversidade, na economia doméstica, na soberania e segurança alimentar e no convívio social. Esses papéis vão de encontro com a homogeneização promovida pela produção capitalista da cidade e da moradia, em que pese a renda fundiária extraída pelo uso do solo urbano (SINGER, 1979), resistindo também ao “acelerado processo de homogeneização dos modos de vida e desperdício de experiências engendrado pela modernidade” (ALMADA; SOUZA, 2017, p. 15).

Para Tourinho e Silva (2016), os quintais podem auxiliar na resolução de diferentes problemas urbanos, como a melhoria do aquecimento dos ambientes habitados e a redução da impermeabilização do solo, cujo efeitos podem ser vistos nas grandes alterações de temperaturas e recorrentes inundações nas cidades. As autoras ressaltam ainda o valor dos quintais enquanto áreas urbanas de interesse coletivo, capazes de conciliar qualidade de vida privada e proteção do meio ambiente urbano. Já para Almada e Souza (2017), a contribuição ambiental dos quintais parte da capacidade de abrigar uma extensa diversidade de espécies de plantas e árvores, sejam elas nativas ou estrangeiras, contribuindo para a manutenção e promoção da biodiversidade: “É nos quintais de zonas rurais e periferias dos grandes centros urbanos que encontramos a maioria das chamadas Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e as Hortaliças Tradicionais, tais como a taioba, oropronobis e gondó” (ALMADA; SOUZA, 2017, p. 21).

Os quintais também provocam a reflexão e a análise das várias redes de relações constituídas entre animais, plantas e árvores cultivadas nesses espaços, assim como outros seres não-humanos e as águas subterrâneas. Constituem-se assim, em reservatórios de agrobiodiversidade, graças aos saberes cultivados nesses espaços e aos processos coevolutivos entre espécies (ALMADA; SOUZA, 2017). As práticas e ações possuem uma riqueza derivada dos aspectos culturais da população, que inspiram outras relações com a natureza e com os cultivos, contribuindo para a conservação e autogestão dos bens naturais.

Para além dos aspectos ambientais, é importante considerar que os quintais oferecem alimentação de qualidade, constituem locais de experimentações, trocas, socialidades, memórias, afetos e cuidados, em que pese o protagonismo feminino. Para Almada e Souza (2017), os quintais são espaços privilegiados de sociabilidade, pois neles acontecem as brincadeiras das crianças, as festividades, o encontro familiar, de amigos e de vizinhos, além do contato e interações com seres não-humanos – “Nos quintais se ouvem fofocas, se brinca, lava-se e seca-se a roupa, colhe-se uma goiaba do pé (ALMADA; SOUZA, 2017, p. 24). São lugares de constituição de memórias e afetos.

Já os alimentos gerados nesses espaços têm papel fundamental no consumo individual e/ou familiar, oferecendo uma alimentação diversificada e nutritiva. Além dos alimentos, plantas medicinais também são recorrentes nesses espaços, gerando outras práticas de cuidados da saúde. Normalmente, assim como vamos ver nos quintais do Ribeiro de Abreu a seguir, há uma rede complexa de solidariedade entre vizinhos, em que há trocas e doações dos alimentos e das plantas, o que também contribui para a saúde da comunidade em que estão inseridos. Isso



provoca a refletir que, além de proporcionar maior autonomia dos sujeitos em escolher e preparar sua alimentação e seus remédios, ao invés de compra-los em redes de supermercados e farmácias e depender da oferta de produtos que normalmente não são tão diversos, há uma contribuição na renda familiar ou individual com o que deixam de gastar. Além disso, muitos sujeitos criam relações econômicas com o que geram em seus quintais, o que tem constituído uma importante estratégia de geração de renda, principalmente para a população de baixa renda.

Outra fonte de resistência que os quintais provocam é a desaceleração do tempo vivido. “O tempo vivido e produzido nos quintais não é o tempo das máquinas, mas o tempo dos sistemas vivos” (ALMADA; SOUZA, 2017, p. 25). O tempo que se passa nesses espaços, sejam ele de contemplação, de descanso, de cuidado, de satisfação e interação com a natureza, das brincadeiras e dos afetos não é o tempo que o mundo contemporâneo provoca nas pessoas. Nesse sentido, os quintais podem ser compreendidos como espaços de resistência do cotidiano que, de forma consciente ou não, é uma brecha, uma ruptura ou um contraponto à ordem hegemônica guiada pelo capitalismo contemporâneo (ALMADA; SOUZA, 2017).

É importante destacar que os quintais ao longo da história também foram um espaço majoritariamente das mulheres e das crianças. Por estarem intrinsecamente vinculados à vida doméstica, as mulheres exercem um importante papel na construção e manutenção desses espaços<sup>64</sup>. Elas majoritariamente detêm um extenso conhecimento sobre as formas produtivas, cuidados e manutenção dos cultivos, assim como os benefícios e funções diversas que as espécies podem oferecer. A partir de seus saberes relacionados aos alimentos e às ervas, extraem dos quintais plantas alimentícias e medicinais que contribuem para a saúde e reprodução da família, assim como são responsáveis pela cooperação, compartilhamentos de informações e fluxo de sementes, dentre outros insumos (ALMADA; SOUZA, 2017). Ainda que o papel das mulheres sejam fundamentais na variedade das espécies, diversidade genética e aportes para a agrobiodiversidade, assim como seu papel na reprodução da família e também das comunidades, o trabalho feminino ainda é bastante invisibilizado.

Nesse sentido, em um exercício de compreender um conjunto muito diverso de espaços, sujeitos e práticas, identifica-se que as agriculturas de quintais são experiências que podem ser

---

64 É importante ressaltar que em muitos casos o ambiente doméstico também pode representar um espaço de opressão para as mulheres, assim como fonte inesgotável de trabalho e sobrecargas. Seria importante compreender se os quintais podem contribuir para a autonomia das mulheres, seja pelos usos recreativos e de descanso, como também fonte de renda que as auxilie no processo de ganhos de autonomia. Mesmo que seja um tema importante na contemporaneidade, nesta pesquisa não serão aprofundadas essas questões.

individuais, familiares ou entre indivíduos com outros vínculos sociais e culturais, conectadas essencialmente ao ambiente doméstico e à vida cotidiana. São majoritariamente espaços abertos e permeáveis dentro de loteamentos, localizados ao redor, na frente ou no fundo das construções residenciais, com a presença de cultivos de plantas alimentícias e medicinais, árvores frutíferas, ornamentais e/ou criação animal. Em determinados contextos socioespaciais (como em conjuntos de edifícios, vilas e favelas), podem ser *quintais suspensos* nas varandas, lajes e terraços. Podem assumir integrações diversas à agroecologia e a destinação da produção pode ser tanto para o autoconsumo, como para a comercialização, trocas e doações.

Todos esses elementos identificados em quintais urbanos provocam o pensar de uma série de questões, assim como Tourinho e Silva (2016) apontam a partir dos quintais nas cidades amazônicas:

O que leva algumas famílias a preservarem essas áreas? Que novos conteúdos estão presentes nesse espaço herdado do passado permanecem tornando-o relevante nas cidades amazônicas, mesmo com toda a pressão do mercado imobiliário e decorrente dos novos padrões de consumo e de morar capitalistas? Seria a tradição das famílias de ter uma área privativa de convívio, onde a natureza é recriada para a contemplação, o bem estar e a eventual complementação do abastecimento alimentar? Seria o contributo dos quintais para a obtenção de um ambiente agradável, não só nos espaços privados da moradia, como da cidade como um todo? (TOURINHO; SILVA, 2016, p. 649).

Essas e outras questões vão estar presentes nos quintais agroecológicos urbanos estudados neste trabalho, localizados no bairro Ribeiro de Abreu, um dos territórios constituintes do Baixo Onça. Não só nesse território, mas em outros localizados no Onça e em Belo Horizonte, os quintais poderiam dar elementos suficientes para responder algumas dessas questões. Não só nas periferias, mas em bairros tradicionais da capital é possível encontrar moradias que ainda cultivam seus quintais. Certamente em áreas mais valorizadas são difíceis de permanecerem, mas ainda resistem. Em outros espaços, como em ocupações urbanas, vilas, favelas, casas em loteamentos populares, dentre outros espaços que constituem as periferias de Belo Horizonte, os quintais são espaços que marcam a paisagem e a vida cotidiana.

## Quintais agroecológicos do Ribeiro de Abreu

Ao andar pelas ruas do Ribeiro de Abreu é possível perceber diversas espécies cultivadas no interior dos lotes, como árvores frutíferas e ornamentais, vistas sobre os muros ou entre as grades das residências. É comum encontrar também canteiros nas calçadas ou pequenos plantios que configuram uma espécie de jardim na frente das casas. De forma geral, esses elementos encontrados no bairro dão pistas de uma pré-disposição das/os moradoras/es em cultivar no ambiente doméstico espécies alimentícias, medicinais e ornamentais e evidenciam a potência do lugar em relação às práticas ligadas à agricultura e à natureza.

O bairro Ribeiro de Abreu é constituído atualmente por habitações residenciais uni e multifamiliares em lotes grandes (aproximadamente 500 m<sup>2</sup>), em geral, com a presença de dois conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, fruto das políticas de acesso à moradia da década de 1970 e 1980, financiados pelo até então Banco Nacional de Habitação (BNH)<sup>65</sup>. A construção dos conjuntos e do loteamento foram realizados na antiga Fazenda Capitão Eduardo onde, a partir da aquisição dos terrenos pela prefeitura, em 1968, foi construído o primeiro conjunto – Conjunto Casas Populares, formado por 100 moradias unifamiliares em lotes médios (360 m<sup>2</sup>). Posteriormente, entre 1982 e 1984, foi construído o Conjunto Ribeiro de Abreu, que se estrutura a partir de dois tipos habitacionais: conjunto de 50 edifícios de três pavimentos; e conjunto de 200 casas térreas.

A construção e constituição das dinâmicas urbanas a partir dos conjuntos habitacionais e da decorrente população residente atraíram a atuação de agentes imobiliários na região, o que foi responsável pela criação de um parcelamento com lotes médios (com 500 m<sup>2</sup>), uma situação atípica em loteamentos populares, que constitui boa parte do bairro atualmente. Com exceção dos conjuntos, a grande parte das residências do bairro possuem quintais com espécies alimentícias e ornamentais, o que pode ser justificado pelas origens da população e pelas

---

65 Essas informações foram cedidas pelo pesquisador José Camilo Carlos Júnior que, dentre os objetivos de sua pesquisa de mestrado em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU-UFMG), está reconstituindo o histórico de ocupação e conformação do Ribeiro de Abreu e região. As fontes utilizadas para sua pesquisa se baseiam em entrevistas com moradoras/es, lideranças comunitárias e dados documentais (como jornais da comunidade de décadas anteriores, documentos e mapas do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, dados do antigo Programa de Desenvolvimento de Comunidades – PRODECOM, dentre outros). Além das informações cedidas, as visitas e entrevistas realizadas nos quintais agroecológicos do Ribeiro de Abreu, no âmbito desta pesquisa, também foram acompanhadas pelo pesquisador – a dissertação será publicada no segundo semestre de 2022.

possibilidades que o tamanho dos lotes apresenta para a ocupação interna – mesmo que grande parte dos lotes tenham mais de uma moradia, ainda possuem áreas permeáveis significativas.

Em conversa com moradoras/es do bairro, a grande maioria da população residente tem origem no interior de Minas Gerais e de outros estados do Brasil, e possuíam alguma prática ligada à agricultura e às ruralidades nos locais de nascimento – o que também coincide com as trajetórias das mulheres dos quintais pesquisados que serão apresentados adiante. Em relação à população residente dos conjuntos, em sua maioria, também possui origem de outros municípios, mas as práticas agrícolas não são vistas no cotidiano desses espaços. Mesmo que projetos iniciais dos conjuntos previsses áreas livres permeáveis, grande parte dessas áreas foi ocupada pelas famílias por garagens cobertas ou pequenos depósitos (no conjunto de prédios), e no conjunto de casas térreas, em sua maioria, foram impermeabilizadas ou construídas pequenas edificações para abrigar atividades de comércio e serviços.

Assim, o bairro Ribeiro de Abreu possui em suas dinâmicas cotidianas forte presença de práticas agrícolas, principalmente nos quintais, que caracterizam a paisagem urbana da região. Reconhecendo esse potencial, a ONG REDE (Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas) mobilizou a partir de 2010 diversas/os moradoras/es do bairro em torno de cursos e oficinas em agroecologia, que constituiu parte da estratégia de viabilizar formas de geração de renda atreladas ao fortalecimento e promoção de práticas de agricultura urbana (PAIXÃO; ALMEIDA, 2012). Em sua maioria, as moradoras/es já possuíam práticas agroecológicas em seus quintais e outras/os se formaram a partir da série de processos formativos promovidos. Esses quintais e outras práticas de plantio nas moradias podem ser vistos nas figuras a seguir.



**Figura 34.** Paisagem de parte do bairro Ribeiro de Abreu e outros que constituem o Baixo Onça (em primeiro plano na foto e ao centro, são residências localizadas no bairro Ribeiro de Abreu; mais ao fundo e no centro, o bairro Belmonte; à direita e ao fundo, o bairro Ouro Minas; e ao fundo, é possível ver a Serra do Curral). Nota-se a presença de árvores frutíferas em vários lotes das residências. Foto tirada pelo autor em um dos quintais visitados no bairro Ribeiro de Abreu, em fevereiro de 2022.





**Figura 35. Espécies cultivadas nas calçadas e nos interiores dos lotes do Ribeiro de Abreu. Fotos tiradas pelo autor ao caminhar pelo bairro, 2022.**



O processo de identificação dos quintais produtivos no bairro partiu do mapeamento realizado pela pesquisa, como apresentado anteriormente, que teve como principais fontes de informações o grupo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana da UFMG, e a REDE, complementadas a partir da indicação de integrantes do COMUPRA para esta pesquisa. Foram selecionados para o aprofundamento nesta pesquisa três quintais agroecológicos, em que são reconhecidos pela sua biodiversidade: quintal da Maria José, quintal da Dona Julia e o quintal da Dona Vera.

Visitar esses quintais foi embarcar em parte na vida privada dessas mulheres. Como são todos espaços associados às moradias, de alguma forma as visitas realizadas foram doses pequenas de vivência dos cotidianos. Foram encontradas situações diversas, como algumas cuidando de seus netos e realizando tarefas domésticas, e outras demandas, como atender telefonemas, atender o vizinho que bate ao portão, dar atenção à solicitação de familiares, amansar o cachorro que late, dentre outros acontecimentos que interromperam os diálogos, mas mostraram situações vividas em suas rotinas. Em todos os quintais, me senti como uma visita – não só como alguém estranho aquele ambiente, mas quem se espera e se trata de forma a agradar a todo momento. Todas ofereceram água, suco e algo para comer, revelando o desejo em me receber e contar suas histórias, casos e lembranças, assim como os interesses e os papéis que a agricultura representa para cada uma delas.

A localização dos quintais, assim como os outros identificados, pode ser vista na figura 36 a seguir. Na imagem também estão mapeadas as áreas dos conjuntos habitacionais, bairros limítrofes, o Ribeirão Onça e a Estação de Tratamento de Esgoto do Onça, como forma de contextualizar as experiências no conjunto mais amplo do Baixo Onça.



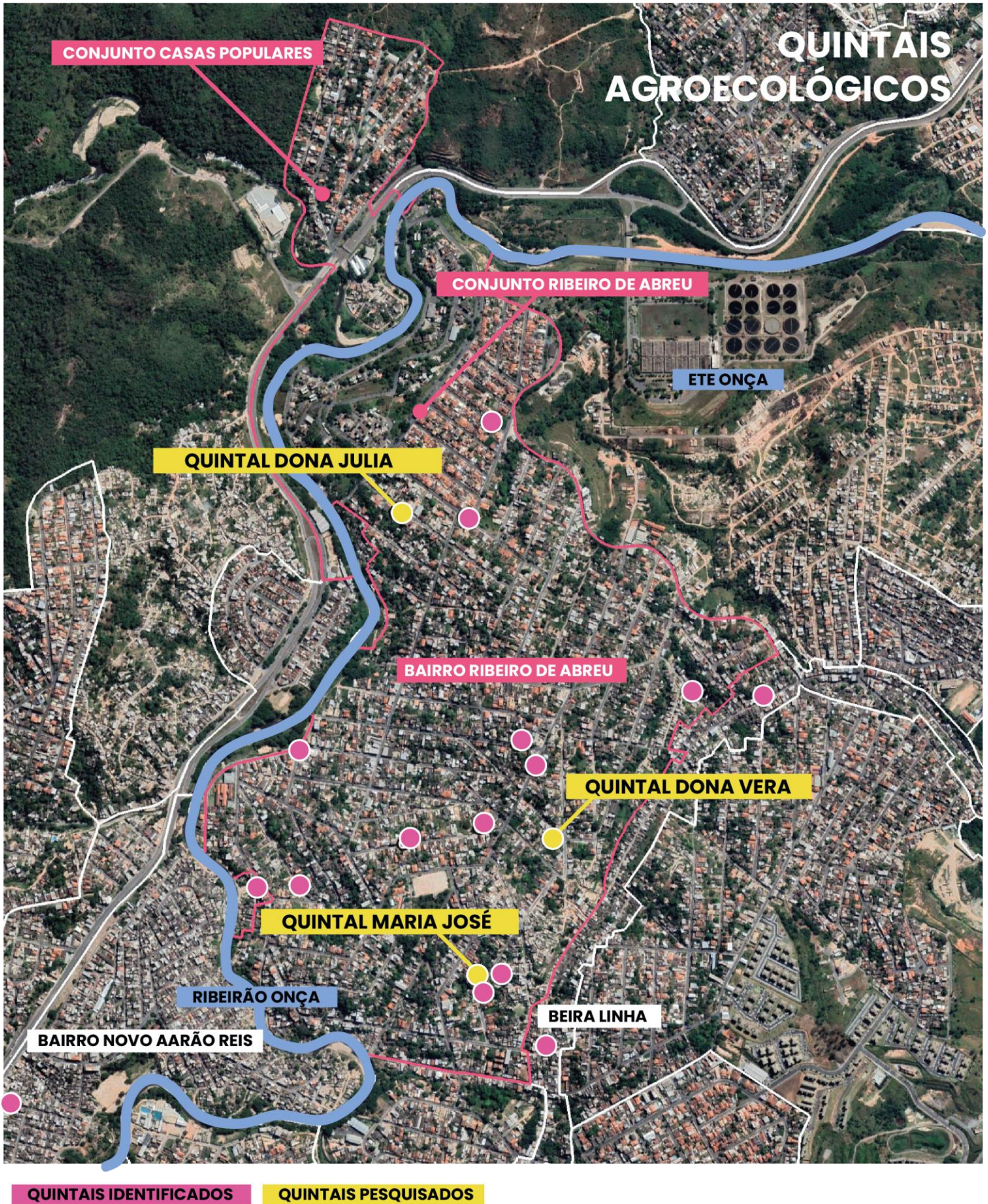


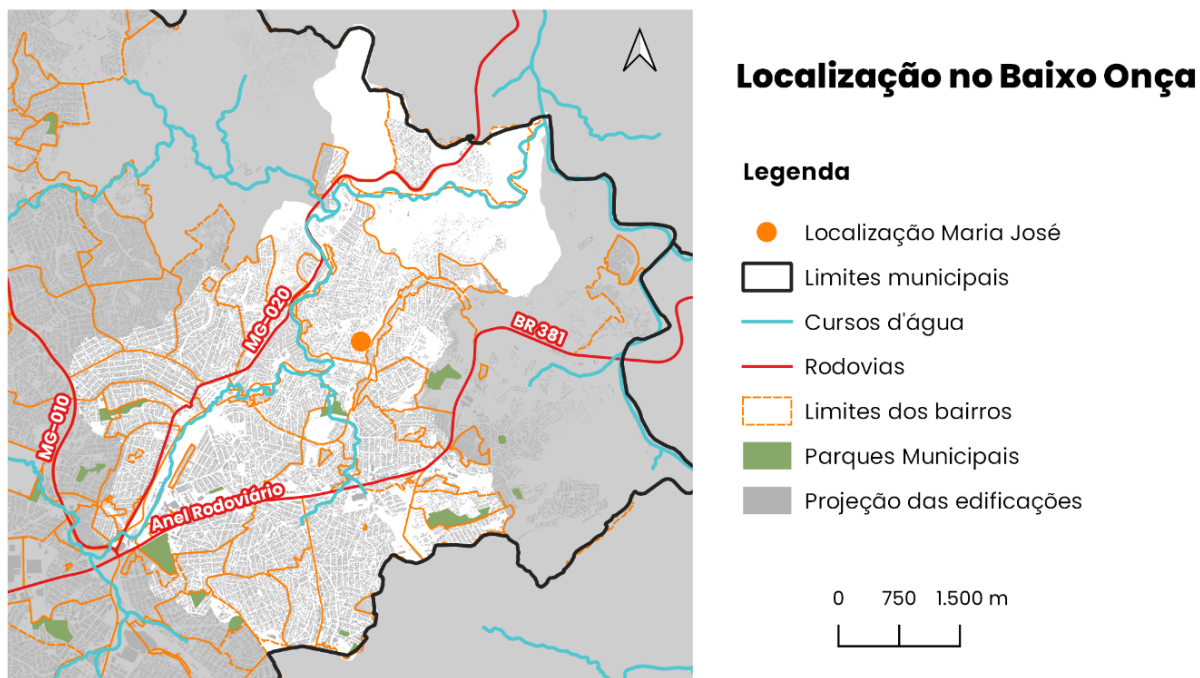
Figura 36. Quintais agroecológicos identificados no Ribeirão de Abreu e bairros do entorno. Elaboração do autor, 2022.



Como serão apresentados a seguir, os quintais dessas mulheres possuem centralidade na reprodução de suas vidas, atreladas às articulações e redes criadas no bairro e na cidade com outros atores da agricultura urbana e agroecologia. As trajetórias se encontram e possuem similaridades, principalmente nas suas origens – todas vieram de cidades do interior de Minas Gerais em busca de oportunidades de emprego e renda na capital. As três se conectam a partir das organizações que participam e atuam, assim como dos vários espaços de intercâmbios e debates que se inserem. De forma geral, percebe-se nas três trajetórias a importância da atuação da REDE e do COMUPRA na formação e constituição de seus espaços, principalmente nas possibilidades de tornarem suas produções elementos importantes para a geração de renda e, assim, para constituir parte da reprodução de suas vidas, das suas famílias e da comunidade.

A partir das três dimensões que organizam a apresentação dessas experiências de quintais urbanos agroecológicos – *Trajetórias e histórias; Da produção à destinação; e Para seguir: desafios e desejos* – busca-se refletir e analisar como foram produzidas essas espacialidades por essas mulheres, quais foram os caminhos percorridos para se tornarem experiências de referência em agroecologia nas redes metropolitanas, assim como as estratégias criadas para enfrentamento das dificuldades (ainda presentes). Maria José, Dona Julia e Dona Vera representam possibilidades concretas que as agriculturas de quintais orientadas pelos princípios da agroecologia podem desempenhar nas cidades, principalmente de criação, apropriação e transformação dos espaços privados em prol das coletividades e das comunidades que incluem os elementos da natureza, tornando-se assim, espaços diferenciais.

## Saberes, cultivos e remédios da Maria José



Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água, parques municipais, projeção das edificações e limites dos bairros. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitano (rodovias. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022. Projeção: SIRGAS 2000.

**Figura 37. Localização Maria José no Baixo Onça. Elaboração do autor, 2022.**

Maria José, moradora do bairro Ribeiro de Abreu há mais de 40 anos (a localização de sua residência pode ser vista na Figura 38), cultiva junto ao marido no quintal de sua residência uma diversidade de plantas: folhosas, medicinais, aromáticas, frutíferas, raízes e frutos. Iniciaram o plantio em um terreno árido com algumas espécies para consumo próprio e atualmente possuem um espaço que é reconhecido pela sua biodiversidade. Além de seus cultivos e seu amplo conhecimento sobre plantas medicinais (incluindo as chamadas Plantas Alimentícias Não-Convencionais e Tradicionais – PANCs), também possui um pequeno empreendimento chamado *Magaton – Saúde e Beleza*<sup>66</sup>, em que comercializa remédios e produtos de beleza, como tinturas, óleos, xaropes, sabonetes, dentre outros produtos. Além dessa experiência em sua residência, Maria José também é integrante do COMUPRA (Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu), em que se dedica à produção realizada na sede do

<sup>66</sup> Legalmente registrado como microempreendimento individual, com sede na sua própria residência.



conselho e também colabora em sua CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura<sup>67</sup>. Além disso, é engajada em outras atividades, como na participação do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e na série de mutirões, eventos e oficinas que são realizados na região.



**Figura 38. Localização do terreno da Maria José no bairro Ribeiro de Abreu. Imagem de satélite do Google Earth (2021) e perímetro do lote delimitado pelo autor, em 2022.**

### Trajetórias e histórias

De origem do interior de Minas Gerais, Maria iniciou seu envolvimento e entendimento sobre plantas medicinais por meio de um curso realizado no COMUPRA por volta de 2005. Antes disso, já realizava alguns plantios que aprendeu com os pais (também moradores do Ribeiro de Abreu), mas foi se aperfeiçoando através de cursos e oficinas. Segundo Maria José, *“Tem planta que eu não conhecia, mas pelo COMUPRA, que fiz o curso de plantas medicinais fui conhecendo. E a partir disso fui plantando”*<sup>68</sup>. Recorrentemente comenta sobre o quanto esses processos formativos em agroecologia contribuíram para ampliar seus conhecimentos, assim como consolidar seus aprendizados anteriores. Merecem destaque os cursos e oficinas

67 A qual rebatizaram como Comunidade Solidária em Agroecologia. Essas iniciativas do COMUPRA serão detalhadas no próximo capítulo sobre hortas coletivas e comunitárias.

68 Trecho da fala de Maria José em entrevista e visita realizada em seu quintal, em janeiro de 2022.

oferecidos pela REDE, os quais tiveram papel importante para a ampliação e formulação de seu pequeno empreendimento.

Maria relata com grande satisfação o quanto foram importante os cursos oferecidos pela Tatinha do Ervanário São Francisco de Assis (em parceria com a REDE), os quais eram focados em produção de cosméticos, remédios e outros produtos derivados de plantas medicinais e aromáticas<sup>69</sup>, que contribuíram de forma significativa na elaboração dos produtos da Magaton. O envolvimento com outras ações da REDE também contribuiu para sua inserção em processos mais amplos da agroecologia em Belo Horizonte e região, como a participação em eventos e encontros<sup>70</sup>, assim como na articulação com outras/os agricultoras/es (principalmente os do Baixo Onça).

A agricultora e processadora de plantas medicinais guarda e compartilha um extenso conhecimento sobre práticas de cultivos de diferentes espécies, sejam medicinais e/ou alimentícias, assim como sua utilização e benefícios. No espaço do COMUPRA, por exemplo, é sempre solicitada para identificar plantas que outras/os integrantes não reconhecem. É também responsável por aumentar a biodiversidade da sede do conselho comunitário, pois há sempre uma nova muda que planta em alguns espaços. Já no seu quintal, à primeira vista, não é possível identificar toda sua biodiversidade, mas ao caminhar por ele em sua companhia é uma descoberta e um aprendizado sobre as inúmeras espécies e seus benefícios – *“Parece que é mato, mas é tudo medicinal!”*, segundo Maria José. Junto à essa diversidade, como pode ser vista nas figuras a seguir, aplica em seus cultivos diversos saberes e práticas agroecológicas (seja na sua residência ou no COMUPRA), como caldas para controle de animais e bichos, consórcios de plantas, compostagem, armazenamento e seleção de sementes crioulas, dentre outras.

---

69 Tatinha (Aparecida Arruda) é uma agricultora e beneficiadora de produtos de origem agrícola que se tornou referência na RMBH, devido ao acúmulo de saberes e práticas em plantas medicinais. Criou junto ao marido o Ervanário São Francisco de Assis, nome de sua farmácia caseira e laboratório de pesquisas e experimentações em medicina popular e alimentação natural, localizado no município de Sabará (na RMBH) - <https://www.facebook.com/ervanariosaofrancisco/>. Anteriormente, Tatinha e o marido produziam em um quintal urbano no bairro Alto Vera Cruz (regional leste de Belo Horizonte), que oferecia remédios a preços solidários para a comunidade do entorno. Tatinha também se autodefine como raizeira e é integrante da articulação Pacarí - rede socioambiental formada por organizações comunitárias e pessoas que praticam a medicina tradicional através do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado (<http://www.pacari.org.br/>).

70 A exemplo, Maria José relata o quanto foi rico o seu envolvimento e participação na feira realizada no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, no centro de Belo Horizonte, em 2018.





**Figura 39. Quintal agroecológico da Maria José e sua diversidade de plantas.  
Fotos tiradas pelo autor em visita realizada em janeiro de 2022.**



**Figura 40. Maria José e seu marido mostrando os plantios no quintal durante visita realizada em janeiro de 2022 – acervo do autor.**

A principal pessoa que se dedica ao cultivo de espécies que não sejam medicinais no terreno do casal é o marido. Antes de se mudar para Belo Horizonte, ele trabalhava com a agricultura no interior da Bahia, principalmente prestando serviços a fazendas da região. Mudou-se para o Ribeiro de Abreu por volta de 1979, onde passou a se dedicar a outras profissões. Mesmo assim, não deixou de produzir em seu terreno, mas ficou restrito a plantar apenas aos finais de semana em seu período de folga. Em conversa com o casal, compartilharam que ao longo da semana Maria José se dedicava às tarefas de casa e no cuidado das plantas (como na limpeza, no manejo das plantas, colheita e elaboração de seus produtos), enquanto o marido se dedicava ao trabalho. Atualmente, ambos compartilham algumas tarefas das produções, mas ela é quem se dedica à elaboração dos produtos medicinais e cosméticos naturais.

### **Da produção à destinação**

O terreno em que moram e plantam, com cerca de 660 m<sup>2</sup>, está localizado em um loteamento popular no bairro Ribeiro de Abreu (Figura 41), que foi adquirido por eles há mais de 30 anos. A moradia ocupa a parte mais alta do lote, o que gerou um espaço não construído à frente e ao fundo onde localizam seus plantios. Por ser um terreno íngreme, as formas de plantio e cultivos adotadas por eles não seguem formatos de canteiros, mas de forma integrada à topografia. Ao se mudarem para esse terreno, compartilharam que existiam poucas espécies de plantas, algumas remanescentes de cerrado, pois a propriedade em que o loteamento foi realizado era uma antiga fazenda majoritariamente com pastagem – a Fazenda Capitão Eduardo, como mencionado no capítulo anterior. Ao longo do tempo, com seus cultivos e plantios de espécies diversas, os espaços adjacentes à moradia se tornaram uma espécie de agrofloresta. Segundo Maria José:

Aí a gente vai buscando sabedoria. Quando a gente comprou esse lote, aqui era um pasto né? Tinha uns remédios aqui, umas plantas medicinais de cerrado. Cortamos algumas que não conhecíamos. Mas agora plantamos várias aqui, que fui aprendendo ao longo dos cursos (Maria José, 2022).





**Figura 41. Terreno da Maria José. Nota-se pela imagem de satélite (Google Earth, 2019), os espaços cultivados na frente, ao lado e nos fundos do lote que conformam o quintal agroecológico.**

No momento inicial de construção da moradia, o terreno não possuía acesso à água, pois não existia sistema de captação e distribuição, o que dificultava a irrigação de seus plantios, mas também a utilização para outras afazeres e consumo familiar. Atualmente conseguiram estruturar um sistema para o bombeamento da água para a parte mais alta do terreno e incorporaram outras formas de captação de água – como a da água de chuva que ainda planejam aprimorar e ampliar<sup>71</sup>. Essas melhorias estão atreladas ao processo de desenvolvimento da infraestrutura urbana do bairro promovidas pela prefeitura, principalmente do sistema de saneamento. Maria José, junto com outras/os moradoras/es da região, teve um papel ativo na reforma de várias ruas do bairro, o que contribuiu para melhorias do sistema viário e nos serviços de abastecimento. Apesar dos benefícios promovidos por essas melhorias, conta que havia uma nascente próxima, mas que com essa intervenção da prefeitura deixou de existir – *“Era doída pra ter uma nascente no meu quintal!”* (Maria José, 2022).

---

<sup>71</sup> Ela e o marido tem investido na captação de água de chuva, que atualmente apenas realizam o armazenamento, mas desejam estruturar um sistema para que haja pontos de saída desta água armazenada.



Além dos espaços dedicados aos cultivos, em sua cozinha é realizada sua produção de remédios e cosméticos, que conta com o auxílio de um fogão e forno à lenha no quintal. Ao longo de seu processo de aperfeiçoamento e aprendizado em torno da fabricação e manipulação de plantas medicinais, Maria José conta que já recebeu outros especialistas e conhecedoras/es de produtos medicinais tradicionais em seu espaço para compartilhamento e verificação de seus procedimentos – o que torna seus processos de produção confiáveis, do ponto de vista da qualidade que não necessariamente passa por procedimentos legalizados e formalísticos, mas alinhados a saberes populares e tradicionais.

As práticas ligadas à agricultura que eles realizam são diversas, como o cultivo de várias espécies em consórcio, produção de adubos, mudas, seleção e armazenamento de sementes, dentre outras. Apesar de investirem em adubação, o quintal possui um ciclo próprio de regeneração do solo, fluxos de nutrientes, dentre outras especificidades ligadas ao microambiente criado pelas interações entre árvores, plantas, insetos e outros animais. Na visita realizada em seu espaço foi possível perceber a presença de pássaros e abelhas em meio às espécies cultivadas, o que contribui para que seu quintal tenha uma maior diversidade biológica, pois são animais que exercem funções de polinização e disseminação de sementes.

Foram identificadas, a partir da visita realizada, cerca de 60 espécies de plantas e frutos comestíveis, medicinais e ornamentais, que podem ser vistas no quadro a seguir. As espécies listadas não são a totalidade encontrada no terreno, pois foram levantadas e identificadas a partir da visita que não teve como pretensão mapear e identificar essa totalidade. São apresentadas no quadro, portanto, uma amostra do que é possível encontrar em uma primeira aproximação, evidenciando a importância e os benefícios da prática de Maria José e marido para a promoção e manutenção da biodiversidade, assim como da riqueza de saberes que os envolvem com as plantas.

Frutas	Plantas medicinais	Folhas e hortaliças	Aromáticas	Raízes, sementes e frutos	Ornamentais
abacate, manga, acerola, uva, jaboticaba, mexerica, pitaia, banana, romã, cacau e maracujá	merthiolate, tanchagem; bardana; losna; mastruz, erva-botão, dipirona, valeriana, alfavaca, terramicina; saião, ginseng; cavalinha; trapoeraba, funcho, capeba, macaé, arnica, carqueja, calêndula, canela de velho, babosinha, zedoária, dentre outras	alface, almeirão, couve, ora-pro-nóbis, taioba e vinagreira	hortelã, manjerição, melissa, sálvia, nirá, arruda e erva cidreira	mandioca, açafão, urucum, milho, pimenta biquinho, maxixe, dentre outras	Espada-de-São-Jorge, comigoinguém-pode, dentre outras

**Quadro 5. Espécies identificadas no quintal de Maria José. Elaboração do autor, 2022.**



**Figura 42. Alguns cultivos no quintal da Maria José. Foto tirada em visita realizada em janeiro de 2022.**

Já em relação ao empreendimento Magaton – Saúde e Beleza, existe também uma diversidade de produtos medicinais e cosméticos naturais que tem como bases principais as plantas medicinais e outras espécies cultivadas no próprio quintal, dentre eles filtro solar, vinagres, xaropes, tinturas, óleos, cremes, pomadas, sabonetes, sabão, shampoo e condicionador, máscara facial, dentre outros que podem ser vistos na sua lista de produtos de saúde e beleza (Figura 43).

## PRODUTOS MAGATON

### Saúde e beleza

- Gel de arnica de massagem para dor..... R\$ (120g) | R\$ (250g)
- Filtro solar natural: pardana, babosa, calêndula, capeba..... R\$ (200ml)
- Vinagre de maçã orgânico..... R\$
- Xarope de umbigo de banana e limão para tosse, gripe, asma..... R\$ (100ml)
- Tintura de graveola (pingar 15 gotas 2x ao dia para prevenir diabetes, câncer)..... R\$
- Tintura de erva cidreira, valeriana, alecrim para nervosismo, depressão, estresse, problemas crônicos..... R\$
- Tintura de canela de velho para artrose, artrite, dores articulações, inflamação nas juntas.... R\$
- Tintura de bardana e guaçatonga para alergia..... R\$
- Tintura de gengibre para imunidade baixa e questões respiratórias..... R\$
- Tintura de carqueja para fígado, digestão, pressão alta, diabete, colesterol..... R\$
- Tintura de alface: anti-estresse..... R\$
- Tintura de própolis: anti inflamatório, virose, cólica, cistos..... R\$
- Tintura de açafraão: rinite, dores, inflamação..... R\$
- Tintura de ervas: cura-tudo..... R\$
- Óleo de girassol com ervas (eucalipto e alecrim) para sinusite..... R\$
- Creme hidratante de flor de São João para vitiligo e manchas..... R\$
- Tintura de citronela: repelente..... R\$ (150ml) | R\$ (200ml)
- Pomada de babosa: cicatrizante..... R\$ (30g) | R\$ (60g)
- Sabonete íntimo de barbatimão..... R\$ (pequeno) | R\$ (grande)
- Sabonete de argila esfoliante..... R\$ (pequeno) | R\$ (grande)
- Sabão caseiro com óleo reciclável e erva..... R\$
- Extrato de babosa para pingar em creme de pele e cabelo..... R\$ (30ml)
- Manteiga de cacau para lábios..... R\$
- Shampoo..... R\$ (200ml)
- Condicionador..... R\$ (250ml)
- Máscara hidratante de babosa..... R\$ (200g)

**Maria José - (31) 9**



Figura 43. Catálogo de produtos da Magaton elaborado em 2020 por integrantes do COMUPRA em parceria com Maria José. Fonte: Maria José, 2022.

Esses produtos são ofertados em suas formas de comercialização e podem ser adquiridos principalmente por meio de encomendas. Como foi relatado por Maria, há poucos clientes no bairro, mas alguns fixos em outras localidades da cidade. Ainda não possui um ponto de comercialização – tem como referência a sede do COMUPRA, mas tem interesse em participar de alguma feira de forma fixa. Mesmo com o surgimento de oportunidades de integrar feiras agroecológicas, relata que a dificuldade em relação à mobilidade impede sua participação de forma regular, por depender majoritariamente do transporte público, e pela necessidade de organização da produção para atender um público mais amplo que poderá surgir nessa forma de comercialização. Assim, a estratégia adotada atualmente, como forma de complementar suas possibilidades de vendas, é oferecer seus produtos nos espaços de cursos e eventos que participa. De forma geral, essa não é sua principal fonte de renda, mas contribui em seu orçamento e tem desejo de ampliar a comercialização.

Embora a maior parte dos insumos dessas produções sejam cultivados no próprio quintal, é necessário adquirir alguns nos mercados locais e regionais, como as embalagens (como garrafas, potes, vidros com conta-gotas e outros recipientes para seus produtos), o álcool de cereais utilizados em tinturas e outros produtos, bases para shampoo e condicionador, o umbigo de bananeira e rapadura (base dos xaropes), dentre outros. Em conversa com Maria José foi relatado que os preços e a disponibilidade nos mercados desses insumos externos têm grandes variações, o que impactam em sua produção, tanta na disponibilidade de determinados produtos quanto no preço final.

Existem também outras formas não-comerciais de destinação da sua produção (tanto dos cosméticos, remédios e cultivos), como trocas e doações para vizinhos, familiares, outras agricultoras/es e integrantes do COMUPRA. O autoconsumo dela e do marido, assim como das filhas, também é uma prática importante no cotidiano. Além disso, Maria José é sempre prestativa para indicação de algum produto (chá, xarope ou extratos), quando alguém a procura com algum desconforto ou doença – é recorrente nos encontros e nas atividades do conselho, por exemplo, levar algum produto, fazer algum chá e instruir as/os integrantes em relação aos cuidados da saúde. Assim, constitui-se uma rede entre ela e os sujeitos que consomem seus produtos, por meio das relações de solidariedade e reciprocidade que tem como elementos principais o cuidado e a saúde: “*Gosto de saber se as pessoas melhoraram*”, como ela mesma diz.



### **Para seguir: desafios e desejos**

Ao questioná-la sobre o momento de pandemia, Maria afirma que a maior perda foi a não realização de encontros, cursos, oficinas e eventos no tema de plantas medicinais que comumente participava. Além dos cuidados que teve que manter com o distanciamento social, houve também a dificuldade em relação à compra dos insumos que utiliza nas suas produções, principalmente dos recipientes e embalagens. A variação de preços e a falta de disponibilidade nesse momento também afetaram sua produção.

Além dessas dificuldades, houve também o aumento da demanda por seus produtos, principalmente os xaropes. Em uma das reuniões mensais do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, por exemplo, houve o agradecimento de uma das integrantes pela utilização do xarope de coração de bananeira elaborado por Maria José. A integrante compartilhou que o neto tinha se contaminado pelo COVID-19 e teve recorrentes problemas respiratórios, mas que com o auxílio do remédio se recuperou de forma satisfatória. O xarope é seu produto com maior procura, o que tem gerado para ela encomendas frequentes de pessoas de outras regiões de Belo Horizonte, mas, em certos momentos, tem problemas em seu fornecimento devido à disponibilidade dos insumos.

Em relação aos seus desejos para o quintal, compartilha que gostaria de melhorar a infraestrutura de seu fogão de lenha e ampliar sua cozinha, o que também melhoraria seus processos de elaboração dos produtos. Também contribuiria para momentos de encontros da família, como com seus netos, por exemplo, que sempre passam um tempo com ela e o marido no quintal.

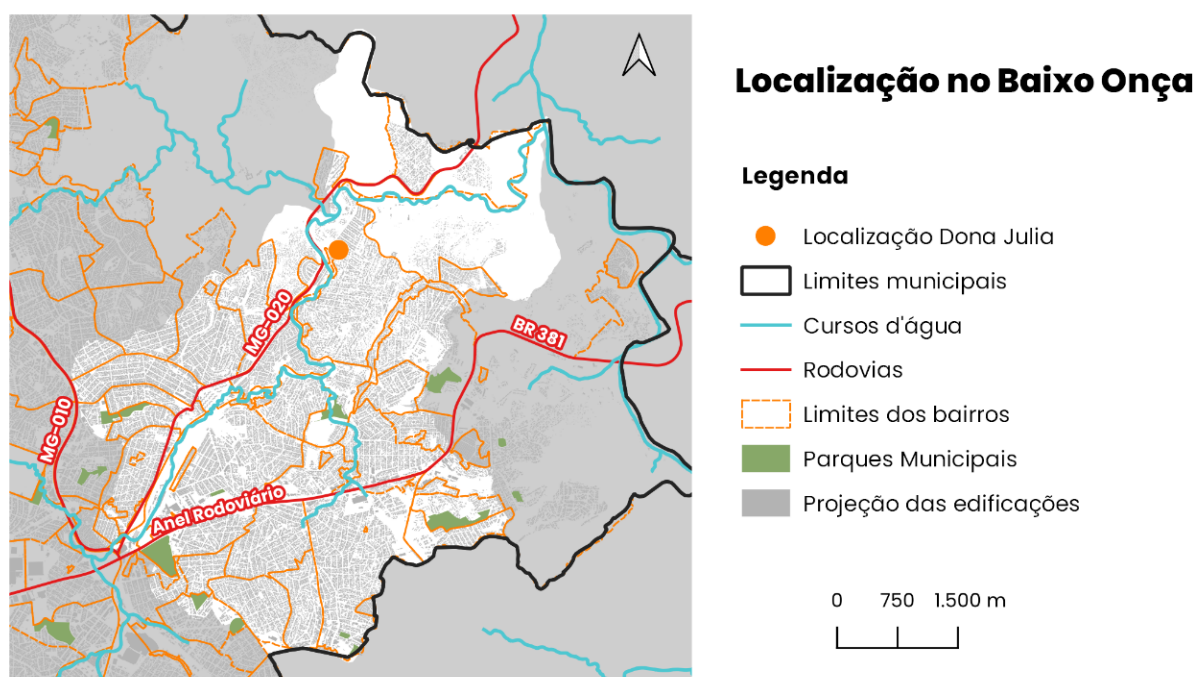
A experiência de Maria José nos faz perceber a capacidade de um quintal localizado em um loteamento popular abrigar uma grande diversidade de plantas, que foram cultivadas por meio de um sistema de cultivo alinhado aos ciclos naturais e às características físicas do terreno. Essa diversidade vem acompanhada por um extenso conhecimento de utilização e benefícios de plantas medicinais para a saúde, o qual Maria José faz questão de compartilhar. Sempre está compartilhando receitas, formas de utilização em chás, xaropes ou outras formas, assim como doa mudas e sementes. O conhecimento é compartilhado e sempre está disposta a aprender. Além disso, é importante notar o seu apreço em saber como as pessoas estão em relação à saúde, principalmente aquelas que consomem seus produtos.

É importante mencionar ainda, que apesar de não ser sua principal fonte de renda, a comercialização de seus produtos representa parte significativa dos rendimentos da família. O



desejo de aperfeiçoar a produção e a estrutura física para suas fabricações caseiras também perpassa pelo desejo de aumentar a produção e a renda para garantir a continuidade de sua experiência e para a reprodução da família.

## Biodiversidade, cuidados e conexões da Dona Julia



Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água, parques municipais, projeção das edificações, estações de metrô e ônibus, linha do metrô e limites dos bairros. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitan (rodovias. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022. Projeção: SIRGAS 2000.

**Figura 44. Localização do quintal da Dona Julia no Baixo Onça. Elaboração do autor, 2022.**

Julia é agricultora urbana, moradora do Ribeiro de Abreu há mais de 40 anos e cultiva em seu quintal uma diversidade de alimentos. Nascida no município de Turmalina, localizado no Vale do Jequitinhonha (no norte do estado de Minas Gerais), se mudou para Belo Horizonte por volta de 1970. Inicialmente prestava serviços domésticos e era costureira, mas após se casar e se mudar para o Ribeiro de Abreu em 1981, iniciou seu envolvimento com a agricultura, a qual se dedica quase que integralmente nos últimos 10 anos.

Seu envolvimento com a prática agrícola aconteceu aos poucos, a partir da necessidade de prover alimentação para a família, em um momento de dificuldade financeira. Antes de se mudar para Belo Horizonte, Julia não tinha muito envolvimento com a agricultura, mesmo que

a família possuía alguns cultivos em Turmalina. Sua prática aconteceu mais substancialmente a partir do plantio no quintal da sua atual residência (Figura 45), e se expandiu após a participação na série de cursos e oficinas promovidas pela REDE, que também foi seu primeiro contato com a agroecologia e as redes metropolitanas de agricultura urbana. Julia relatou em entrevista<sup>72</sup> sobre esse início do envolvimento, que é marcado também pelas dinâmicas territoriais do Ribeiro de Abreu:

Ah meu filho, essa história é muito longa! Primeiro eu comecei a plantar aqui no meu quintal, quando eu me mudei praqui. Mudei pra cá sem dinheiro, sem nada pra comer. Foi quando comecei a plantar couve. Porque procurei couve por aqui pelo bairro pra fazer mingau de couve e não tinha. Aí falei pois eu vou é plantar pra vender por aqui. Aqui ainda tava com poucos moradores. Isso foi em 1981. Aí comecei a plantar nessa época, ainda mais sem dinheiro pra comer e tudo. Ai em 2011 pra 2012, comecei a plantar lá na igreja com o pessoal da REDE.



**Figura 45. Localização do terreno da Julia no bairro Ribeiro de Abreu. Imagem de satélite do Google Earth (2021) e perímetro do lote delimitado pelo autor (2022).**

No início de seus plantios, relata que utilizava alguns adubos químicos, mas não sabia muito sobre os riscos e os perigos dessa utilização. Após os aprendizados em práticas agroecológicas, foi aprimorando seus cultivos e criação animal (como pode ser visto na figura

---

<sup>72</sup> Em visita realizada em seu quintal em janeiro de 2022.



a seguir), tornando-se uma referência, principalmente em relação ao manejo e conservação de sementes crioulas. Atualmente, a agricultura possui centralidade em sua vida cotidiana e representa mais que uma oportunidade de geração de renda. Ao questioná-la sobre a importância da agricultura em sua vida, Julia diz:

Sair da rotina! É uma terapia, sabe? Eu gosto. Eu tenho mais prazer de estar no quintal do que aqui dentro de casa, varrendo e passando pano. É um prazer muito grande! A gente esquece o que está passando pelo mundo e pela família. Às vezes eu tô mexendo ali no quintal, como esses dias que estava capinando, e esqueço de tudo (Dona Julia, 2022).



**Figura 46. Quintal agroecológico da Julia e as diversas áreas de cultivos e criação animal. Fotos tiradas em visita realizada em janeiro de 2022.**

### Trajetórias e histórias

Como parte significativa da sua trajetória e envolvimento com a agroecologia, tem-se a condução de Julia da Horta Comunitária Frutos da União, que encerrou suas atividades em 2019. A horta estava localizada ao fundo do terreno de uma igreja católica no bairro Ribeiro de Abreu, assim como pode ser visto na figura a seguir. Em um espaço de 800 m<sup>2</sup>, a Horta Frutos da União surgiu em 2011 como resultado de uma série de cursos e oficinas em agroecologia promovidas pela REDE. Com foco na formação de mulheres, a organização utilizou da área ao fundo do lote como espaço de experimentações das práticas aprendidas ao longo do curso e, como forma de dar continuidade às intervenções nessa área, um grupo de mulheres se formou – o coletivo Frutos da União.



**Figura 47. Antiga Horta Comunitária Frutos da União.  
Elaboração do autor a partir de imagem de satélite de 2018 (Google Earth), em 2022.**

A horta funcionou por 08 anos, inicialmente com todas as envolvidas do curso, mas em boa parte do tempo as atividades foram de responsabilidade de Dona Julia e Dona Amélia. Mais próximo do encerramento das atividades, dois moradores do bairro também se envolveram com a horta – Seu Afonso foi uma desses moradores e atualmente cultiva em um terreno próximo a área da igreja e ao lado da sede do COMUPRA (a igreja fica localizada em frente à sede do conselho comunitário). Dona Bernadete e Dona Vera<sup>73</sup> também contribuíram em alguns momentos da horta, principalmente nos últimos anos. Ao longo de sua existência, o grupo Frutos da União realizou uma série de mutirões e processos formativos com estudantes, outras/os agriculturas/es e pessoas interessadas (como pode ser visto na figura a seguir), que também contava com o trabalho de pessoas em situação de cumprimento de penas restritivas de direito pelo Programa CEAPA (Central de Penas Alternativas).

---

<sup>73</sup> A experiência de Dona Vera também será apresentada neste trabalho, a seguir.





**Figura 48. Fotos tiradas em um dos mutirões realizados na Horta Frutos da União em 2015.**  
**Fonte: acervo do autor.**

A horta encerrou suas atividades devido a um ofício emitido pela igreja solicitando a retomada da utilização da área do terreno onde estavam os plantios. Julia conta que até hoje não sabe bem quais foram os motivos para essa retomada, mas tiveram que encerrar as atividades. Ela conta essa história com muito pesar, pois aquele espaço tinha um papel importante em sua vida cotidiana – diariamente Julia estava na horta e sempre procurava formas de envolver moradoras/es, assim como investimentos no espaço para melhoria dos cultivos.





**Figura 49. Fotos tiradas em visita na Horta Frutos da União em 2016. Fonte: acervo do autor.**

Essa história da Igreja me deu uma baqueada muito grande, muito grande mesmo. Foi ruim demais. Eu senti uma coisa impressionante. Mesmo estando limitada, por conta das dores nas costas e no joelho e isso me afastou um pouco de lá. Mas os meninos estavam lá ainda (Dona Julia, 2022).

Julia ainda mantém contato com antigos integrantes da Frutos da União e não descarta a possibilidade de retomarem as atividades em outra área no bairro. Conta que foi procurada após o encerramento da Frutos da União pelos membros do COMUPRA para realizar plantios na sede do conselho, mas preferiu se dedicar exclusivamente ao seu quintal. Segundo Julia, em 2022:

Eu plantando pra eu comer, tá bom demais. Eu planto pouco, mas é um pouco que sempre estão me procurando aqui. Hoje mesmo um menino veio aqui me procurar pra comprar couve.

Graças ao seu envolvimento com a horta comunitária, Julia se tornou uma pessoa de referência em agricultura urbana e agroecologia em Belo Horizonte, e já foi foco de diferentes iniciativas de relatos de experiência<sup>74</sup>. Carrega um extenso conhecimento sobre práticas

---

<sup>74</sup> Como por exemplo a série de vídeos e materiais de comunicação elaborados pela organização alemã Misereor. Essa organização é uma das parceiras da REDE que financia e promove em vários países da América do Sul e

agroecológicas de preparação de solo, adubação, plantio, manejo, armazenamento e tratos culturais com sementes, dentre outros. Além disso, sempre foi uma pessoa aberta a compartilhar seus saberes e experiências, participando de cursos e oficinas, e concedendo entrevistas e palestras em diferentes espaços. O seu trabalho como cuidadora de uma nascente no bairro também foi bastante reconhecido, o qual gerou uma indicação à um prêmio<sup>75</sup>.

A nascente a qual era cuidadora está localizada em um terreno público ao final de sua rua (como pode ser visto na Figura 50), e atualmente tornou-se parte das propostas de ações do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, a qual nomearam como Nascente Fundamental do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça (anteriormente era chamada de Nascente da Dona Julia). A relação de Julia com essa nascente por muito tempo foi de cuidado, mas também foi decisiva na sua história de vida. Quando se mudou para o Ribeiro de Abreu, o bairro não possuía sistema de infraestrutura de abastecimento e a nascente era a principal fonte de água para as suas necessidades básicas e de outras/os moradoras/es do entorno. A utilização das águas da nascente não comprometeu sua existência ao longo do tempo, a qual Julia se responsabilizou pelo seu cadastramento na prefeitura e buscou por intervenções na área para sua preservação, além da manutenção e limpeza da área. Segundo Julia,

Quando mudei praqui, foi a nascente que me salvou. Até colocaram o nome de nascente da Dona Julia. Quando me mudei não tinha água aqui. Buscava água na nascente para regar minha horta. Enchia tambores e molhava (Dona Julia, 2022).

---

África diferentes projetos nos temas de justiça social e combate às desigualdades socioeconômicas, incorporando o tema da segurança alimentar. Em 2015 e 2020, produziram vídeos sobre as experiências de agricultura urbana em Belo Horizonte, nos quais tiveram a participação de Dona Julia e de outras/os agricultoras/es do Baixo Onça. Os vídeos estão disponíveis em:

[https://www.youtube.com/watch?v=WPFv\\_OT\\_h1E&t=56s](https://www.youtube.com/watch?v=WPFv_OT_h1E&t=56s);

<https://www.youtube.com/watch?v=INBPVXHt-es&t=32s>.

75 Julia foi indicada na 7ª edição do Prêmio Bom Exemplo, na categoria cidadania. Esse prêmio é promovido pela TV Globo Minas em parceria com a Fundação Dom Cabral, Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais e Jornal O Tempo.



**Figura 50. Localização Dona Julia, nascente e Horta Comunitária Frutos da União. Imagem de satélite (Google Earth) de 2022. Elaboração do autor.**

Além de seu envolvimento com as questões do bairro, Julia também se envolve em diversas atividades e ações das articulações e redes de agroecologia e agricultura urbana de Belo Horizonte e da RMBH. Participa desde o início da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), a qual integra as comissões de auto-organização de mulheres e de agrobiodiversidade. Nessa, desempenha um papel importante de guardiã de sementes, cuidando e trocando uma série de espécies de sementes crioulas cultivadas por ela e por outras/os integrantes. Além da AMAU, também participa da Associação Horizontes Agroecológicos e de seu Sistema Participativo de Garantia da qualidade da produção orgânica da RMBH (SPG-RMBH). Outra função importante que desempenha é a participação do Conselho Diretor da REDE.

### **Da produção à destinação**

Em seu terreno de 520 m<sup>2</sup>, a agricultora cultiva ao redor e aos fundos de sua residência diversas plantas alimentícias, como verduras, folhas, temperos, legumes, além de várias frutíferas e criação animal (Figura 51). Julia foi a principal responsável pela construção de sua moradia em um processo de autoconstrução com auxílio de pedreiros, em um momento que no



Ribeiro de Abreu haviam poucas/os moradoras/es, além daquelas/es que residiam nos conjuntos (construídos por volta da década de 1960). Nesse processo de autoconstrução e busca por autonomia, Julia começou a cultivar na área não construída do terreno (cerca de 400 m<sup>2</sup>), que ao longo de sua vida teve papel importante para o autoconsumo da família. Sobre seu quintal, relata:

Eu gosto de morar no Ribeiro de Abreu, mas meus meninos ficam doido para eu sair daqui. Mas eu fico pensando nas minhas plantas... Meu quintal, modéstia à parte, tem caqui, jabuticaba, goiaba, figo... sabe assim...



**Figura 51. Quintal da Dona Julia. Fotos tiradas em visita realizada em janeiro de 2022.**

Como Julia mesmo fala: *“Eu produzo um tiquim de cada”*. Em alguns casos há produções com quantidades que devem ser reconhecidas, como relatou em entrevista sobre uma farta colheita de tomates e abóboras, os quais consumiu junto à família, vendeu e doou para algumas pessoas do bairro. Seu quintal com cultivos e criação animal, além de outras produções, se organizam a partir de algumas formas de plantio:

- Dois canteiros com folhosas e temperos (normalmente planta alface, rúcula, azedinha; manjericão, salsinha, dentre outros);



- Em alguns recipientes nos cantos dos muros e/ou nos caminhos cultiva temperos e algumas PANCs, como cebolinha, manjeriço, alecrim, orégano, nirá e capuchinha;
- Tem algumas frutíferas ao fundo do quintal, como pé de goiaba, caqui, jaboticaba, acerola, figo e pinha, além de outras frutas nos muros e em outras estruturas de tela, como os maracujás (doce e azedo) e morangos;
- Produz temperos, como pó de açafraão e colorau (com base de urucum);
- Há criação de galinhas com ovos no espaço ao fundo do terreno, em que consome e vende;
- Criação de peixes em tanques, especialmente tilápias;
- Verduras, legumes e grãos nos arredores dos muros e em meio às frutíferas, como tomates, abóbora, vagem e feijão mangalô.



**Figura 52. Algumas das formas de produção do quintal de Julia.  
Fotos tiradas em visita realizada em janeiro de 2022.**

Além dos cultivos e da criação animal, Julia costumava fazer bolos e biscoitos para venda, mas ainda tem se planejando para retomar, pois houve um aumento significativo dos preços dos insumos (comentou sobre o preço do gás, farinha e leite que são base das produções das quitandas), o que remete à uma realidade brasileira atual de aumento e grandes variações nos preços de alimentos.

Em relação aos insumos da produção e da criação animal, boa parte é manejada em seu próprio quintal, adquirindo nos mercados locais algumas ferramentas, adubo, ração e materiais para fazer cobertura dos canteiros. Consegue estruturar um ciclo de nutrientes e irrigação entre plantas, animais, solo e água da chuva, o que contribui para a autonomia na sua produção. A adubação é feita com a utilização das águas da criação de peixes (de tempos em tempos há troca da água e a antiga, com dejetos dos peixes, é rica em substâncias que ajudam na fertilização do solo), além do esterco de gado (compra na própria região) e o húmus de minhoca (produzido em seu minhocário).

A irrigação é feita majoritariamente com a água de chuva armazenada em caixas d'água no quintal e complementa com a água acessada via serviço de abastecimento realizado pela COPASA. Em relação às sementes e mudas, majoritariamente utiliza suas próprias sementes que armazena e seleciona a partir dos cultivos anteriores, além das trocas que realiza com outras/os agricultoras/es. Para controle de bichos, insetos e outros seres que podem prejudicar a produção, utiliza caldas agroecológicas para controle.

Essas formas de produção indicam a consolidação dos aprendizados de Julia em cursos que participou, mas também os que adquiriu a partir da observação e experimentação no cotidiano de seu quintal. Há muito conhecimento no seu fazer cotidiano, como, por exemplo, na visita realizada, compartilhou que estava capinando o quintal com a mão, pois com a enxada há muita movimentação da terra. Com as chuvas, *“se não deixar um pouco do mato, leva a terra toda embora”*, segundo Julia. Também compartilhou sobre a poda da mangueira que, ao invés de jogar as folhas fora, utiliza para cobrir partes do quintal para evitar que as águas das chuvas criem caminhos e mobilize a terra para o fundo do quintal (pois o terreno tem um desnível para o fundo do lote). Isso mostra a percepção e o aprendizado sobre as dinâmicas das águas em seu quintal.

Em relação à destinação da produção, atualmente a maior parte é consumida por ela e pela família, e outra parte é comercializada em sua própria residência para moradoras/es do entorno. Apesar da agricultura não ser sua principal fonte de renda, constitui parte importante de seu orçamento mensal. Antes da pandemia, suas produções eram comercializadas semanalmente na Feira da Agricultura Familiar e Urbana localizada na Cidade Administrativa do governo do estado de Minas Gerais – a feira foi interrompida como medida de prevenção ao coronavírus e ainda não tem previsão de retornar. Além dessa feira, já participou de da Feira

Terra Viva<sup>76</sup>, em que constituiu parte da organização desse empreendimento solidário em agroecologia.

Apesar de comercializar e ser procurada pelos vizinhos, não consegue comercializar de forma considerável no bairro. Mesmo assim, Julia tem se planejado para estruturar a comercialização via cestas periódicas com produtos do seu quintal, mas comenta que é necessário melhorar o planejamento do plantio para garantir o fornecimento de diversos produtos – o que é recorrente para muitas/os agricultoras/es do Baixo Onça. Segundo Julia (2022),

Aqui todo mundo me conhece. Inclusive, sai gente lá debaixo perto da antiga horta procurando verdura aqui. Se eu plantar aqui um canteiro de alface e falar que tem, vai ter gente de lá vindo aqui comprar.

### **Para seguir: desafios e desejos**

Em 2019, Julia teve um problema de saúde, o qual tem prejudicado sua dedicação às produções no quintal. Mesmo com essa dificuldade, não deixou de cultivar, mas passa por um momento de retomada das atividades – *Fiquei parada, mas capinando o quintal, aos poucos porque fracturei a coluna um tempo atrás ne? Dói bastante viu? Mas vou fazendo devagarinho. Faço um pouquinho hoje, ai descanso. Ai quando é amanhã faço mais um pouco. Vou fazendo assim*”, como relatado em entrevista. No período de pandemia, principalmente entre 2020 e 2022, relatou que foi um período tranquilo, apesar de algumas sobrecargas de trabalho.

Já no início do ano de 2022, no momento em que foi realizada a entrevista, Belo Horizonte passou por um período intenso de chuvas. Julia fala que nesse período algumas espécies se deram super bem, enquanto outras foram perdidas. Logo após as chuvas, o tempo ficou bastante ensolarado, o que também prejudicou o desenvolvimento de muitas plantas. Conta que as couves todas amarelaram com o sol, enquanto nas chuvas elas estavam super bonitas. De forma geral, a produção diminuiu nesse período. Apesar das dificuldades, Julia

---

<sup>76</sup> A Feira Terra Viva, localizada no bairro Santa Tereza, é um importante empreendimento da economia popular e solidária de Belo Horizonte, que reúne diversas produtoras/es agroecológicas da RMBH. Essa experiência será apresentada mais adiante, como parte das atividades realizadas pela Dona Vera – além de comercializar, faz parte da organização da feira.

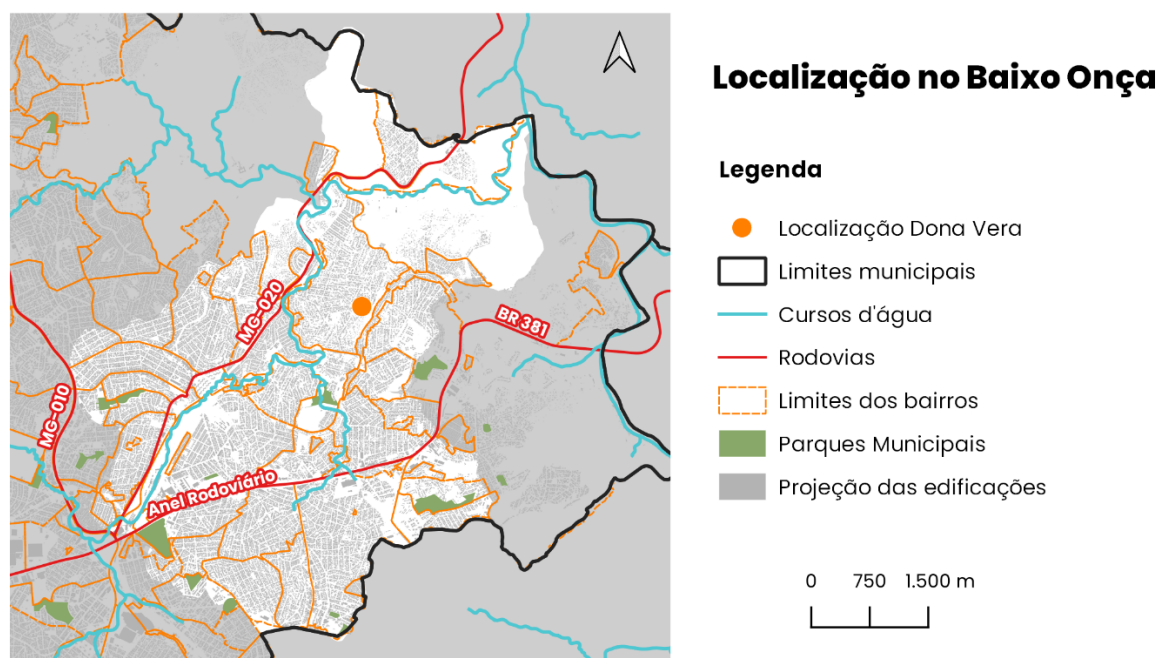
reforça sobre a importância de seus plantios no consumo alimentar, principalmente em um momento que os preços dos alimentos estão altos e pouco acessíveis.

Para seguir com suas práticas no quintal e ampliar a comercialização, Julia está retomando alguns plantios e se reinserindo nas redes e articulações que faz parte, uma vez que estava afastada por conta da pandemia. Pretende consolidar sua ideia de fornecimento de cestas de alimentos agroecológicos e “*Meu desejo é continuar essa vida de agricultora mesmo ne?*”, segundo Julia.

A experiência de Julia provoca a necessidade de se valorizar, visibilizar e apoiar as diversas experiências existentes de quintais urbanos agroecológicos, assim como o papel que as organizações que atuam a partir da agroecologia podem desempenhar nas comunidades urbanas. A partir desses quintais, além de todos os benefícios ambientais já mencionados neste capítulo, muitas famílias e sujeitos, principalmente de baixa renda, podem encontrar alternativas para geração de renda, segurança alimentar e nutricional, além de vários outros benefícios para a saúde individual, familiar e coletiva.



## Cultivos, espaços e articulações da Dona Vera



Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água, parques municipais, projeção das edificações e limites dos bairros. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitano (rodovias. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022. Projeção: SIRGAS 2000.

**Figura 53. Localização Dona Vera no Baixo Onça. Elaboração do autor, 2022.**

Dona Vera é agricultora urbana, moradora do bairro Ribeiro de Abreu há mais de 30 anos e cultiva em duas áreas no terreno de sua residência diversos alimentos, sejam folhosas, frutas, verduras e legumes (Figura 54 e Figura 55). De origem do interior de Minas Gerais, aprendeu com a mãe diversas práticas agrícolas e mesmo que por um bom período da vida ter se dedicado a outros trabalhos, não deixou de cultivá-los em seu cotidiano. Vera é reconhecida por diversos sujeitos, principalmente por outras/os agricultoras/es, pelas redes e movimentos de agroecologia como uma mulher importante na construção da história da agricultura urbana em Belo Horizonte, pela sua longa trajetória na Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana – AMAU, e na constituição da Feira Terra Viva. Além desses dois espaços de articulações com outros sujeitos, também participa da Associação Horizontes Agrocológicos e do SPG-RMBH, em que, junto a outras/os produtoras/es da RMBH, está construindo uma certificação da produção orgânica de forma participativa (como apresentado no capítulo 02).





**Figura 54. Localização das áreas de cultivos da Vera no bairro Ribeiro de Abreu. Imagem de satélite do Google Earth (2021) e perímetro do lote delimitado pelo autor, em 2022.**



**Figura 55. Quintal agroecológico da Vera e as áreas de cultivos e criação animal. Foto tirada em visita realizada em março de 2022.**

## Trajetórias e histórias

Nascida no município de Coronel Murta (localizado no Vale do Jequitinhonha, região norte de Minas Gerais), se mudou para Belo Horizonte por volta de 1980, onde inicialmente prestava serviços domésticos para outras famílias. Com o decorrer do tempo, se envolveu com o trabalho de cuidadora e se dedicou à sua formação em enfermagem, com a qual atuou por um longo período até se aposentar. Conta que ao se mudar para a cidade não tinha muitas pessoas conhecidas, mas, a partir de indicações, conheceu uma freira (ou *irmã*, como Vera se refere), que se dedicava a funções de cuidado no hospital Santa Casa (atualmente é um grande grupo de redes de equipamentos para a área da saúde, como hospitais e faculdades, localizados na área hospitalar de Belo Horizonte, na região central), a qual foi responsável por seu envolvimento no ofício de enfermagem.

Em meio à essa trajetória se mudou para o Ribeiro de Abreu (por volta de 1984), onde, com auxílio do seu marido e cunhado, construiu sua atual residência. Com a vinda dos pais, Vera junto com a mãe começaram os plantios no terreno – *“Plantamos milho, arroz. Conseguimos o pilão. Minha mãe conseguiu um franguinho e a gente começou a criar galinha. E eu sempre gostei”*<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> Trecho da fala de Dona Vera em visita realizada em seu quintal – março de 2022.





**Figura 56. Vera em seu quintal agroecológico. Fotos tiradas em visita realizada em março de 2022.**

Mesmo que a enfermagem tenha sido sua principal ocupação e fonte de renda ao longo da vida, Vera nunca deixou de plantar em seu quintal, colocando em prática alguns saberes aprendidos com a mãe agricultora. Segundo Vera (em 2022), “*minha mãe plantava e até hoje crio galinha porque minha mãe que criava. E sempre plantei. A gente não tinha hábito de vender*”. Inicialmente cultivava algumas espécies de temperos e ervas medicinais em latas, bacias e outros recipientes, e foi expandindo sua produção após se envolver com as ações da REDE no Ribeiro de Abreu. Segundo relatado:

Desde que cheguei aqui eu plantava verduras nas latas, nas bacias, aquelas de alumínio. E levava pra irmã. Se tinha erva cidreira eu levava pra ela. Porque eles faziam chá pro pessoal que vinha de trem e chegava na Santa Casa e tinha que internar e dava o chá e a alimentação. Então elas pediam chás de calmante. Levava a hortelã, secava a erva cidreira e dava pra ela (Dona Vera, 2022).

A partir dos cursos e oficinas promovidas pela REDE, Vera começou a aprofundar seus conhecimentos em agroecologia alinhados aos seus saberes prévios. Com o passar do tempo e do acúmulo de experiências, ela passou a assumir algumas aulas de processos formativos promovidos pela organização. Foi a partir desse envolvimento que se inseriu nas redes e articulações de agroecologia e agricultura urbana na RMBH, assim como começou a estruturar sua produção para a comercialização. Até então seus cultivos eram destinados para o



autoconsumo da família e para doações, assim como relata sobre as doações para o Hospital Santa Casa:

Só que eu trabalhava a noite e no dia era uma distração. Em 2010 pra 2011, a REDE estava fazendo um levantamento de quem plantava. Viram o pé de acerola carregado e perguntou: “O que você faz?” E eu respondi: “Jogo fora”. Ele [um dos técnicos da REDE] ensinou a panhar, lavar, colocar pra congelar e começou a vender pra mim. Tinha muita coisa. Ai incentivaram, ensinaram como fazia os molhos, como amarrava e começou a levar pra Feira Terra Viva, que estava abrindo.

### **Da produção à destinação**

Quando se mudou para o Ribeiro de Abreu, o bairro não possuía infraestrutura e serviços públicos, assim como relatado por Maria José e Dona Julia. As ruas sem asfaltos eram construídas nas margens e guiadas pelos cursos d’águas existentes, principalmente córregos e nascentes. Vera conta que algumas partes do bairro eram áreas de brejo e que as transformações do espaço aconteceram a partir da década de 1990, quando alguns córregos foram canalizados e/ou mudaram o curso de seu leito natural. Nesse momento, a prefeitura do município estava realizando uma série de obras de infraestrutura urbana em algumas regiões da cidade, em que contava com a participação da população através do Orçamento Participativo, como já mencionado no pequeno histórico de ocupação do Baixo Onça (capítulo 02). Vera e outros moradores/es do bairro participaram das consultas realizadas pela prefeitura e conseguiram alguns recursos para o bairro, principalmente relacionados à infraestrutura – *“Na época ganhamos o terreno da escola Paulo Freire, o terreno do posto de saúde e a rua. Quando saiu lá no painel que tínhamos ganhado eu falei ‘Glória a Deus!’”* (Dona Vera, 2022).

Com isso, o terreno em que reside junto ao marido, onde também se encontra a residência de sua irmã, atualmente possui acesso à água canalizada, esgotamento sanitário e energia elétrica, o que garante condições básicas para sua vida cotidiana e também viabiliza seus cultivos e criações. Além da água canalizada, Vera conta com captação de água de chuva, realizada em caixas d’água dispostas em seu quintal, que utiliza para a irrigação de seus cultivos. Esses recursos materiais foram adquiridos a partir do seu envolvimento com as mobilizações de moradoras/es da região em busca de melhorias, mas também a partir do investimento ao longo de sua vida. Segundo Vera:

Essa casa aqui meu cunhado que fez, fez dois cômodos, depois mais dois cômodos. Batemos a laje emendada. Tudo foi um sacrifício danado. Mas tá bom, na vida tem que dar valor nas coisas que conseguiu com seu próprio suor (2022).

Com a disposição das residências no terreno, Vera possui duas áreas produtivas, conforme pode ser visto nas figuras a seguir, que totalizam cerca de 1.000 m<sup>2</sup>. Junto com o marido cultivam plantas alimentícias, medicinais e ornamentais em um jardim à frente da sua casa, em canteiros ao lado e aos fundos há criação de galinhas. Na outra área de cultivos, que fica localizada em uma parte mais alta do terreno, há cultivos de várias espécies alimentícias, como folhosas, frutas e verduras, em canteiros e em linhas nos limites do terreno. Aplicam em seus cultivos diferentes práticas agroecológicas, como cobertura com matéria seca dos canteiros; controle biológico a partir de caldas; adubação a partir de urina de vaca, esterco de gado, esterco de galinha da sua criação e biofertilizantes produzidos no seu minhocário; além de utilizar as folhas das frutíferas como cobertura da área do galinheiro. Vera comenta que sempre está em espaços de trocas de experiências com outras/os agricultoras/es para ampliar seus conhecimentos e “*a gente sempre tá aprendendo. Eu não coloco veneno*” (Dona Vera, 2022).



**Figura 57. Áreas de produção agroecológica da Vera. Imagem de satélite do Google Earth (2022) e perímetro do lote delimitado pelo autor, em 2022.**





**Figura 58. Formas e áreas de plantio de Vera.  
Fotos tiradas em visita realizada em março de 2022.**





**Figura 59. Criação de galinhas, produção de composto orgânico e captação de água de chuva no quintal da Vera. Foto tirada em visita realizada em março de 2022.**

Em relação às sementes e mudas, há a seleção de espécies já cultivadas no quintal e adquire, junto a outro agricultor do Baixo Onça, em um mercado localizado em Justinópolis (região conurbada dos municípios de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves - RMBH). Outros insumos também são adquiridos a partir de compras, doações e apoio de organizações parceiras – *“Fiz parceria com outros agricultores, tem o seu Geraldo lá no Paulo VI, tinha o COMUPRA. Até hoje eu e o Geraldo somos parceiros. Busco muda com seu Geraldo e volto de ônibus”* (Dona Vera, 2022).

Dona Vera se desloca pela cidade principalmente pelo sistema coletivo de ônibus, especialmente para compras de insumos e para a Feira Terra Viva, onde comercializa sua produção e de outras/os agricultoras/es que tem parceria (para as idas à feira, conta com o apoio de familiares para o transporte de sua produção). Seu envolvimento com a Feira acontece desde 2012, a partir da articulação da AMAU com a Rede Terra Viva (rede formada inicialmente para compras coletivas de produtos agroecológicos e, a partir de 2006, se voltam para a gestão e organização de uma feira fixa). Segundo a agricultora:



Em 2012 eu e Júlia fomos representar a AMAU, aqui do Ribeiro. Íamos de ônibus, com a sacola. Aí a Júlia achou que não dava dinheiro, que não compensava. É que verduras, horta não dá dinheiro. Mas é uma terapia. Pra mim lá na feira é uma terapia. A Júlia desistiu, eu continuei (Vera, 2022).



Figura 60. Feira Terra Viva. Fonte: Feira Terra Viva, 2022<sup>78</sup>.

Atualmente a Feira Terra Viva está localizada em uma casa com quintal no bairro Santa Tereza (região leste de Belo Horizonte), e funciona todas as terças e sábados. Reúne produtoras/es da RMBH, que oferecem alimentos agroecológicos e orgânicos, além de produtos artesanais, produtos de saúde, higiene, beleza e limpeza. Além de ser um espaço de

78 Fotos retiradas das mídias sociais da Feira Terra Viva em 2022 (<https://www.instagram.com/feiraterraviva/?hl=pt-br> ; <https://www.facebook.com/feiraterraviva> ).

comercialização, realizam eventos culturais e de debates sobre temas diversos e correlatos à agroecologia, como segurança alimentar, agricultura, meio ambiente, dentre outros. A feira é um empreendimento de economia solidária que busca através da relação produtor-consumidor criar conscientização sobre consumo e alimentação saudável. Além disso, a Terra Viva, por meio da cooperação, busca em seu cotidiano a autogestão como princípio norteador que vem contribuindo para a geração de renda e autonomia de várias agricultoras/es, cozinheiras/os e outras/os produtoras/es da RMBH.

Na feira existe um espaço dedicado aos integrantes da AMAU, em que Vera junto ao Toninho e Narli (agricultoras/es agroecológicos do Sítio Gênesis, localizado no Assentamento Ho Chi Mihn em Nova União), Ailton (produtor agroecológico da Quitanda Naturele, localizado no município de Itaguara) e Tantina (Ervanário São Francisco de Assis, localizado em Sabará), comercializam seus produtos e são representantes da articulação na feira. Além dos produtos de seu quintal, Dona Vera tem criado parcerias com agricultoras/es de outras regiões, principalmente por meio da aquisição de produtos beneficiados, como farinhas, açúcar, fubá, dentre outros. Há também parcerias com outras/os agricultoras/es do Ribeiro de Abreu e região do Baixo Onça, como com o Seu Geraldo e com Maria José, a partir de algumas frutas e verduras dos quintais - *“tem a Carminha que traz o ora-pro-nóbis, tem a Sergina que manda o ovo, tem a Dona Lourdes que manda o chuchu. E é assim. Eu até tenho ora-pro-nóbis, mas deixo pra ela trazer”* (Dona Vera, 2022). Segundo Vera, ela organiza o que foi adquirido pelas parcerias e a renda gerada é distribuída em proporção para cada uma - *“Eu sinto assim, um ajudando o outro”*. Além de comercializar, a prática de doação e trocas é recorrente, seja no próprio bairro ou na Feira Terra Viva, como relatado:

Se sobrar alguma coisa eu divido com as meninas [da feira]. Falam “Ah, você dá demais”, mas não vou voltar com coisas, só volto com a sacola. Algumas coisas como farinha e polvilho, eu deixo na Terra Viva. Verduras eu dou (Vera, 2022).

Além da Feira Terra Viva, Vera também participava da Feira Agroecológica da UFMG (Figura 61), promovida pelo grupo AUÊ! em parceria com a Diretoria de Gestão das Áreas Verdes da UFMG – DGA-UFMG. A Feira da UFMG foi interrompida pelas medidas sanitárias de prevenção ao COVID-19, e tem previsão de retornar quinzenalmente ainda em 2022. Constitui um empreendimento solidário em agroecologia na universidade que promove atividades de formação, trocas, debates e eventos culturais. Esse tipo de espaço na universidade contribui para maior interação da comunidade acadêmica com as questões sobre agricultura, segurança alimentar e outros temas relacionadas à agroecologia. Segundo Vera, *“Lá é uma feira*

que cansa, mas a convivência é tão boa com os estudantes, que nem sente o cansaço. Lá é o dia inteiro. Então a gente conversa, almoça, leva comida, assiste aos shows, é bom demais!” (2022). Além dessas mencionadas, é sempre convidada para participar de feiras e eventos pontuais pela cidade.



**Figura 61. Feira Agroecológica da UFMG. Fonte: acervo AUÊ!, 2019.**

A principal forma de comercialização de Vera é via essas feiras agroecológicas e a renda adquirida, mesmo que a agricultura não seja a principal fonte, contribui para o orçamento familiar – “*Me ajuda demais. Intera meu salário de aposentadoria*”. Além de comercialização,



outras práticas também são comuns em relação à destinação da produção, como o autoconsumo – dela e da família, trocas e doações. Por outro lado, a agricultura não representa para Vera apenas uma fonte de renda, tendo outras motivações como fins terapêuticos. *“Estou contente com o que eu faço. As feiras são uma terapia”* (Vera, 2022). A agricultura também ocupa parte relevante da sua vida cotidiana, que vai para além da dimensão do trabalho. Ao questionar sobre a importância da agricultura em sua vida, Vera disse: *“Tudo! Eu gosto de mexer com a terra. Amo! É uma terapia. Me dá tudo, ânimo... convivência com outros produtores. Troca boa, a gente que as vezes não sabe agradecer”*.

### **Para seguir: desafios e desejos**

No período pandêmico, principalmente em 2020, Vera teve que se manter em isolamento social, o que prejudicou sua participação nas feiras. A Feira Terra Viva não deixou de funcionar, mas se adaptou ao contexto de distanciamento social. O espaço passou por um momento de baixa movimentação dos clientes, o que exigiu criar estratégias para garantir a renda de boa parte das/os produtoras/es. Vera, em especial, contou com a ajuda da sobrinha para levar seus produtos para a feira, mas depois se adaptou às vendas online. A partir de sua lista de contatos, começou a oferecer cestas com seus produtos e a realizar entregas em domicílio. Conta que a partir das entregas fixas semanais, conseguiu se manter e garantir parte da renda que adquiria antes da pandemia.

Além de comercializar, Vera também é uma das gestoras da feira, em que assume parte das tarefas cotidianas de manutenção e organização. Em dias de feira é responsável por organizar as barracas – dela e de outras/os produtoras/es, além de outras tarefas para seu funcionamento, como garantir ponto de energia, dentre outras.

Assim, a experiência de Vera mostra as possibilidades concretas de um quintal produtivo oferecer alimentos de qualidade e quantidade suficientes para a população que, somada às outras parcerias, atingem outra escala de fornecimento. Além de complementação de renda, fica evidente que a agricultura é também um ofício prazeroso, mas que gera uma sobrecarga de trabalho. As tarefas que desempenha, somadas à produção e manutenção de seu quintal, além de serviços domésticos, tem gerado uma sobrecarga de trabalho – *“Sobrecarrega a gente. Já chega cansada. Não tenho mais idade. Você quer... a cabeça quer, mas o corpo...”*, diz Vera. Com isso, relata que não tem interesse em expandir sua produção por falta de tempo:



*“Mesmo assim queria ir no COMUPRA, nas reuniões, porque dá uma alegria na gente. Mas não dá tempo”. Mesmo com as dificuldades e sobrecargas, Vera não pretende parar sua produção e participação nas feiras: “Eu continuo com a horta, enquanto eu aguentar. Não sei até quando, porque depois de 70 anos não sabe como é. Continuo nos intercâmbios, eu gosto de fazer. É uma vivencia boa”.*

## **Capítulo 04**

### **Coletividades e ações socioambientais a partir das hortas coletivas e comunitárias do Baixo Onça**

As experiências coletivas de cultivos de espécies vegetais e a criação animal sempre estiveram presentes em povos e comunidades originárias em toda parte do mundo, assim como nas comunidades rurais as práticas de compartilhamento e trabalho comunitário faziam, e ainda fazem, parte da vida cotidiana. Em contextos urbanos, apesar da visibilidade que as experiências comunitárias possuem na atualidade, seja na mídia no geral ou em trabalhos acadêmicos sobre agricultura urbana, essas experiências já existiam desde o início do século passado, principalmente nos períodos entre guerras e grandes crises.

No Brasil, essas formas tem a cada dia se multiplicado nos espaços urbanos, principalmente ocupando espaços ociosos e vazios em meio às construções da cidade. De forma geral possuem dinâmicas específicas atreladas à cada lugar, seja em relação à auto-organização dos sujeitos; ao acesso à terra e à água; à aquisição de insumos, materiais e ferramentas necessárias; ao entorno e vizinhança, dentre outras. Reúnem uma diversidade de sujeitos com origens diversas, assim como perspectivas, motivações e interesses, que são fundamentais para a constituição das formas e funções que esses espaços apresentam para cada sujeito, para o coletivo, para a comunidade e para a cidade como um todo.

Na busca pela compreensão das formas e funções que esses espaços representam na vida cotidiana dos sujeitos e dos lugares, serão apresentados nesse capítulo as experiências coletivas e comunitárias identificadas no Baixo Onça. Em sua maioria, são experiências com protagonismo de mulheres e se articulam de formas diversas aos espaços em que estão inseridas. Antes de serem apresentadas, alguns aspectos teóricos e conceituais específicos sobre essa espacialidade serão retratadas a seguir, assim como elementos importantes sobre coletividade e formas de organização social diretamente associados à constituição dessas experiências.

## **Apontamentos sobre experiências coletivas e comunitárias de agricultura urbana**

No cenário internacional, algumas e alguns autoras/es apontam a existência de experiências coletivas de agricultura em contextos urbanos no ocidente antes do século XX. Segundo Biazoti (2020), algumas delas surgem com foco assistencialista à população camponesa empobrecida pelo processo de despossessão de terras ocorrido nos séculos XVI e XVII. Tal processo se sucedeu a partir da degradação da estrutura feudal de produção e a criação de propriedades privadas nas antigas terras comunais sob domínio de indivíduos que ocupavam uma estrutura social mais elevada (ou pelo Estado), criando-se as condições para o desenvolvimento capitalista industrial nos séculos XVIII e XIX na Europa (CASADEVANTE KOIS; MORÁN, 2016; FEDERICI, 2019). Como resultado, houve o empobrecimento de um contingente populacional significativo, o que impulsionou a migração de camponeses para as cidades – este processo também é nomeado por Lefebvre (1999) como a inflexão do agrário para a era industrial, o que também foi responsável pela extensão da lógica urbana-industrial para o campo. Nesse contexto, houve o surgimento de hortas assistenciais que contribuíram para a subsistência dessa população oriunda do campo – modelo este que se espalhou pela Europa, principalmente na Inglaterra (CASADEVANTE KOIS; MORÁN, 2016; BIAZOTI, 2020)<sup>79</sup>.

Já nos períodos de guerras, principalmente entre a primeira e a segunda guerra mundial – séc. XX, os governos e instâncias políticas nacionais, como as dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, incentivaram a população urbana a plantar coletivamente e de forma individual nas cidades por meio de políticas públicas e campanhas governamentais. Devido à escassez de alimentos e seu racionamento resultantes do comprometimento de importações e da disponibilidade da produção interna, assim como a exportação prioritária para as tropas de guerras, as campanhas estimulavam a população em se voluntariar nos cultivos nas zonas rurais e nos centros urbanos para o abastecimento interno (ALMEIDA, 2016). As campanhas *Liberty Gardens* e *Victory Gardens* nos Estados Unidos, e a *Dig for Victory* na Inglaterra, utilizavam

---

<sup>79</sup> Sobre as hortas urbanas assistenciais desse período, assim como aprofundamento deste contexto, ver Casadevante Kois e Morán (2016), e o trabalho de reconstrução histórica da agricultura urbana no mundo realizado por Biazoti (2020).

de mensagens associando o engajamento da sociedade na produção de alimentos a ideias de independência e patriotismo (ibidem).

Outras experiências, como os *community gardens* americanos e *allotments* na Europa, ainda mais antigos que essas campanhas, também foram experiências marcantes na produção e abastecimento alimentar em contextos urbanos, nos quais contavam com arrendamentos de terras públicas e associações de moradores para os trabalhos nas hortas comunitárias, as quais retomaram nas décadas de 1960 e 1970<sup>80</sup>. Segundo Biazoti (2020), a partir dessas décadas observou-se o surgimento de várias hortas comunitárias sob influência de movimentos sociais comunitários e ecologistas nos Estados Unidos. Com objetivos diversos, esses movimentos reforçavam a necessidade de revitalização e incremento da qualidade de vida nos bairros populares com escassez de serviços públicos que, a partir da organização comunitária e na construção de alianças com instituições sociais, encontraram nas hortas possibilidades de reconstrução de territórios e visões compartilhadas da realidade em que viviam.

Ainda sobre o contexto internacional, Casadevante Kois e Morán (2016), trazem um importante estudo sobre a história da agricultura urbana a partir desses movimentos e outros tantos localizados nos Estados Unidos e países da Europa. Os movimentos sociais, ativistas, organizações sociais diversas e populações locais encontravam nas hortas comunitárias possibilidades de melhoria da qualidade de vida e reprodução social dos indivíduos e das comunidades nas cidades. As principais questões levantadas por esses sujeitos se referiam à uma série de conflitos e dinâmicas sociais desiguais provocadas pelas guerras, pelas crises e pelo desenvolvimento desigual capitalista. Para os autores, essas experiências apontavam a horta urbana como metáfora do comum e do encontro que possibilitava a construção de redes de vizinhos, cooperativas de trabalho ou de consumo, de mercados sociais ou tantas outras iniciativas que, a partir da prática cotidiana, tinham como pretensão fortalecer pessoas e comunidades (CASADEVANTE KOIS; MORÁN, 2016).

Em outros contextos sociais e espaciais, como países do sul global, as práticas comunitárias de agricultura urbana sempre estiveram presentes, mas ainda pouco visibilizadas. Ainda carecemos de estudos que possam reconstituir uma história de experiências coletivas e comunitárias de base social em países para além dos Estados Unidos e dos pertencentes à

---

80 Almeida (2016), apresenta com maior detalhamento essas iniciativas históricas e recupera as motivações e os contextos históricos em que estavam inseridas, assim como suas conexões com a agenda internacional em torno da agricultura urbana no século XX.



Europa, incorporando uma série de experiências pioneiras e associadas a movimentos e articulações sociais, como algumas que Federici (2019) recupera para apresentar sua teoria sobre trabalho feminino e construção dos comuns<sup>81</sup>.

Segundo a autora, na África, Ásia e América Latina, existiram na década de 1990, uma série de experiências protagonizadas por mulheres de baixa renda em torno da agricultura de subsistência e hortas urbanas, associadas à luta pela terra e outros bens comuns, como a água. De forma geral, Federici (2019) aponta que a produção realizada nesses espaços coletivos com protagonismo de mulheres contribui para um modo de vida não competitivo e centrado na solidariedade, fundamentais para a construção de uma nova sociedade. Além disso, é parte representativa da produção de comida que alimenta boa parte da população – “em cidades por todo o mundo, pelo menos um quarto de seus habitantes dependem dos alimentos produzidos pelo trabalho de subsistência das mulheres” (ibidem, p. 300).

No contexto nacional, como já mencionado no capítulo 01, na década de 1990 se ampliou o reconhecimento formal de iniciativas de produção comunitária nas cidades, assim como outras formas de agricultura urbana, com fortes influências de agências de cooperação bilateral e organizações internacionais para o desenvolvimento sustentável, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos e programas que fazem parte do Sistema das Nações Unidas. Segundo esses organismos internacionais, de forma geral, as hortas comunitárias em contextos de países considerados subdesenvolvidos representavam uma estratégia de sobrevivência praticada por pobres urbanos em diferentes partes do mundo e ofereciam oportunidades para as cidades de se tornarem ambientalmente sustentáveis. Entretanto, a influência das organizações internacionais na construção de políticas públicas governamentais pode apresentar controvérsias, como não evidenciar e pautar os reais motivos da degradação ambiental, o aumento das desigualdades socioeconômicas promovidas pelas crises econômicas e políticas que emergiram após décadas de desenvolvimento neoliberal (ALMEIDA, 2016).

No contexto regional e local de Belo Horizonte, como desdobramento de incentivos internacionais, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), em 1994, iniciou a construção dos Centros de Vivência Agroecológicos (CEVAEs)<sup>82</sup>, que ainda hoje possuem importantes ações

---

81 Especialmente nos capítulos “Mulheres, lutas por terra e globalização: uma perspectiva internacional (2004)” e “Feminismo e a política do comum em uma era de acumulação primitiva (2010)”, (FEDERICI, 2019).

82 A construção dos CEVAEs contou com recursos do LIFE (*Local Initiative Facility for Urban Environment*), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

em torno de atividades coletivas com moradoras/es das comunidades onde estão instalados, em parceria com o poder público. Os CEVAEs marcaram a primeira iniciativa do governo em institucionalizar a agroecologia e agricultura urbana em Belo Horizonte (ORNELAS, 2020)<sup>83</sup>, inaugurando também um arranjo interno na PBH, a partir da articulação entre a então Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA). Pode-se dizer que os CEVAEs são experiências pioneiras em agroecologia em contextos urbanos no Brasil, em que se articulam equipamentos e áreas públicas de interesse ambiental com ações de agricultura urbana com base nas comunidades locais. Foram cinco CEVAEs construídos em regionais distintas de Belo Horizonte, que correspondem às áreas consideradas de vulnerabilidade socioeconômica – majoritariamente em loteamentos populares e/ou próximos à aglomerados consolidados do município.

Os CEVAEs atualmente estão sob gestão da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, mas estão incluídos no apoio promovido pela Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana, atualmente vinculada à Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) – pode-se dizer que a SUSAN é atualmente o desdobramento interno da estrutura de governo que correspondia a SMAB na década de 1990. Dentre as ações da política municipal já mencionadas no capítulo 02, merece destaque aqui a ação de Fomento às Unidades Produtivas (UPs), especialmente o apoio às Unidades Produtivas Coletivas e Comunitárias, que conta com doação de insumos e apoio técnico, como também execução de alguns programas e projetos, como a implementação de agroflorestas urbanas e de circuitos curtos de comercialização da agricultura urbana - via Feira da Agricultura Urbana. Essas ações serão melhor apresentadas nas experiências do Baixo Onça, em que algumas desenvolveram ou surgiram por meio desses programas e projetos.

Desde 2018, essas ações de fomento são de responsabilidade da Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento (DFAB), parte da estrutura interna da SUSAN. A DFAB é composta por gerências específicas, a qual o apoio às UPs fica sob responsabilidade da Gerência

---

83 Como já mencionado no capítulo 02, entre os anos de 1993 e 1996, a PBH estava sob o governo do prefeito Patrus Ananias (Partido dos Trabalhadores – PT), que estruturou uma série de políticas, programas e projetos na área de segurança alimentar e nutricional, culminando na criação de uma secretária específica – Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB), em que incorporou as temáticas da agricultura urbana e agroecologia em uma série de ações governamentais no nível municipal. Ornelas (2020), apresenta um importante estudo sobre a trajetória de incorporação da agroecologia e agricultura urbana nas ações institucionais e de governo municipal, trazendo importantes reflexões sobre as parcerias construídas entre organizações e articulações sociais e o poder público em Belo Horizonte.

de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU). Além do fornecimento de insumos e apoio técnico, a GEFAU é responsável pela construção do Cadastro Municipal de Agricultura Urbana (CM-AU), um instrumento de identificação e caracterização de unidades produtivas de agricultura urbana do município de Belo Horizonte (ORNELAS, 2020), como forma de aprimorar a política municipal, compreendendo a diversidade de formas que a agricultura urbana se expressa no município.

Segundo Ornelas (2020), concomitante à implantação, manutenção e apoio às unidades produtivas de agricultura urbana no município, houveram também esforços de definição de procedimentos para acolher demandas de atendimento técnico, estabelecendo critérios de seleção e prioridades, além de definições conceituais e metodológicas dos serviços, principalmente sobre os princípios e definições da agroecologia. Com a finalidade de compreender a heterogeneidade da agricultura urbana no município, a DFAB e GEFAU identificaram 06 tipos de UPs com diferentes dinâmicas de funcionamento: Unidades Produtivas Coletivas e Comunitárias; Unidades Produtivas Territórios de Tradição; Unidades Produtivas Institucionais Públicas; Unidades Produtivas Familiares; Unidades Produtivas Institucional Privada sem Fins Econômicos; Unidades Produtivas Institucional Privada com Fins Econômicos. Dentre as priorizações e definições, até 2020, o fomento se destinava principalmente às Unidades Produtivas Coletivas e Comunitárias, que são definidas como:

Essas unidades produtivas se caracterizam pela organização da gestão e produção realizadas por grupos comunitários e/ou coletivos. A atividade produtiva pode ter objetivos diversos e estar localizada em áreas públicas ou privadas. Exemplos: hortas comunitárias, coletivos autônomos e grupos de produção formados por mulheres, jovens ou idosos, dentre outros. Nessas unidades, assim como nos outros 5 tipos, se desenvolvem Sistemas Agroecológicos diversos, com diferentes tipos de cultivos e manejos (hortaliças, frutíferas, agroflorestas, espécies anuais, medicinais, aromáticas, condimentares, Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANCs, flores, compostagem, etc.) e criação de animais realizados de forma integrada e com base nos princípios da agroecologia (PBH; AUÊ!/UFMG, 2022, p. 8).

Até 2020, a GEFAU atendia 41 UPs coletivas e comunitárias, localizadas em diversas regionais do município – como pode ser visto nas figuras a seguir. A partir de 2021, outras 4 unidades foram cadastradas para receberem atendimento e, em 2022, estão em processo de implantação outras unidades com o apoio da diretoria. Segundo os dados da SUSAN e do grupo AUÊ! (PBH; AUÊ!/UFMG, 2022), no total das 41 unidades produtivas, 36 se autodeclararam

como orgânica e agroecológica, e 5 em transição agroecológica<sup>84</sup>. Essas unidades envolvem cerca de 480 pessoas nas atividades cotidianas que podem ser entre familiares, pessoas da comunidade do entorno, funcionários (nos casos específicos das unidades em instituições), voluntárias/os e usuárias/os. É importante destacar que em mais de 78% das unidades produtivas as/os integrantes participam de processos educativos ou oferecem cursos e oficinas para um público muito diverso (alunas/os da rede municipal e estadual de educação, entre os próprios sujeitos que trabalham nas unidades ou a partir da inserção em redes e articulações, dentre outras organizações). Sobre a participação em redes e em grupos relacionados à agricultura urbana e agroecologia, mais de 58% estão conectadas com outras iniciativas a partir dessas organizações (como por exemplo, a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana – AMAU, e a Associação Horizontes Agroecológicos) (PBH; AUÊ!/UFMG, 2022).

---



84 Segundo a Associação Nacional de Agroecologia, a transição agroecológica é um processo que procura transformar unidades produtivas, “frequentemente baseados em monocultivos e dependentes de insumos externos e não renováveis, em sistemas agrícolas mais diversos e que incorporam de forma gradual e progressiva princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. Estas transformações envolvem, também, mudanças mais abrangentes nas relações sociais e ecológicas que constituem o atual sistema agroalimentar, implicando em uma reconfiguração das atuais formas de uso e apropriação dos recursos naturais, dos fluxos de energia e nutrientes direta ou indiretamente envolvidos na produção e consumo de alimentos, bem como de um amplo conjunto de dimensões, sociais e culturais, relacionadas à agricultura e à alimentação” (ABA, 2017, p. 2).





**localização das unidades produtivas coletivas/comunitárias no município de Belo Horizonte**

Fonte: Google Earth. Data da imagem: dezembro/2020










-  Limite municipal
-  Unidades produtivas



**localização das unidades produtivas nas regionais de Belo Horizonte**

Fonte: Google Earth. Data da imagem: dezembro/2020

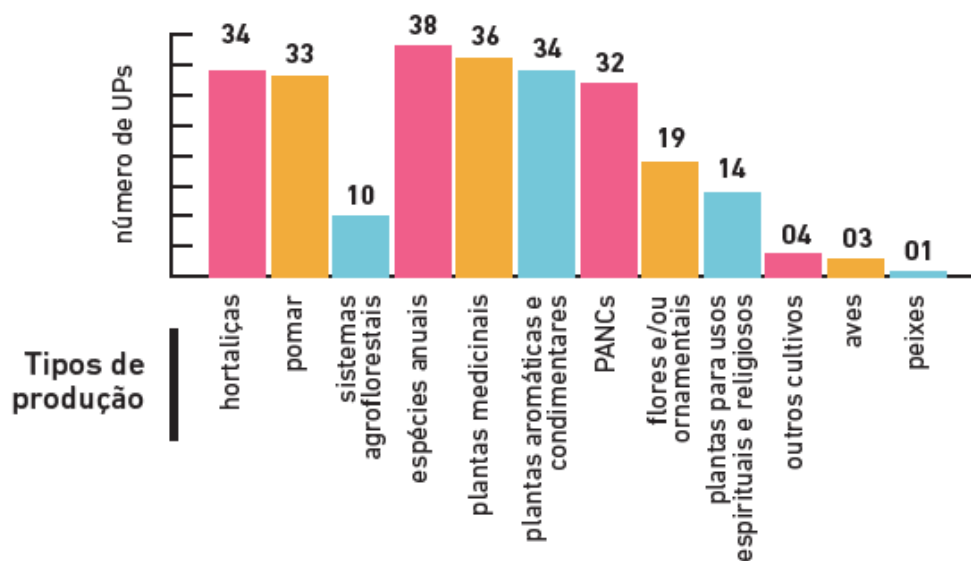
**regionais:**

- |  |  |  |
|--|--|--|
|  Barreiro |  Centro-sul |  Leste      |
|  Oeste    |  Nordeste   |  Noroeste   |
|  Norte    |  Pampulha   |  Venda Nova |

**Figura 62. Localização das Unidades Produtivas Coletivas e Comunitárias acompanhadas pela SUSAN/PBH (PBH; AUÊ!/UFMG, 2022, p. 14).**

O tempo de início das iniciativas variam, tendo algumas que estão ativas desde a década de 1990, e outras que se iniciaram em 2020 (18 experiências possuem menos de 1 ano de existência). Elas acontecem majoritariamente em espaços públicos e loteamentos vagos ou subutilizados, sendo algumas delas em espaços institucionais ou da prefeitura. Em termos de acesso à terra, podem possuir a propriedade, a concessão de uso por parte da prefeitura ou podem estar em regime de ocupação. De forma geral estão conectadas com o cumprimento da função social da terra urbana, a qual em muitas iniciativas se torna um princípio.

Em relação à produção, contrariando uma leitura generalista e redutora sobre a agricultura urbana como incapaz de produzir diversidades de alimentos, essas unidades produtivas tem oferecido hortaliças, frutas, espécies anuais (milho, feijão, etc), plantas aromáticas e condimentares (que podem virar temperos), Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), dentre outras, assim como pode ser visto no gráfico a seguir. Os sistemas de produção não variam muito entre as unidades produtivas (a maioria cultiva diretamente no solo), sendo em algumas utilizados os Sistemas Agroflorestais (SAFs)<sup>85</sup>.

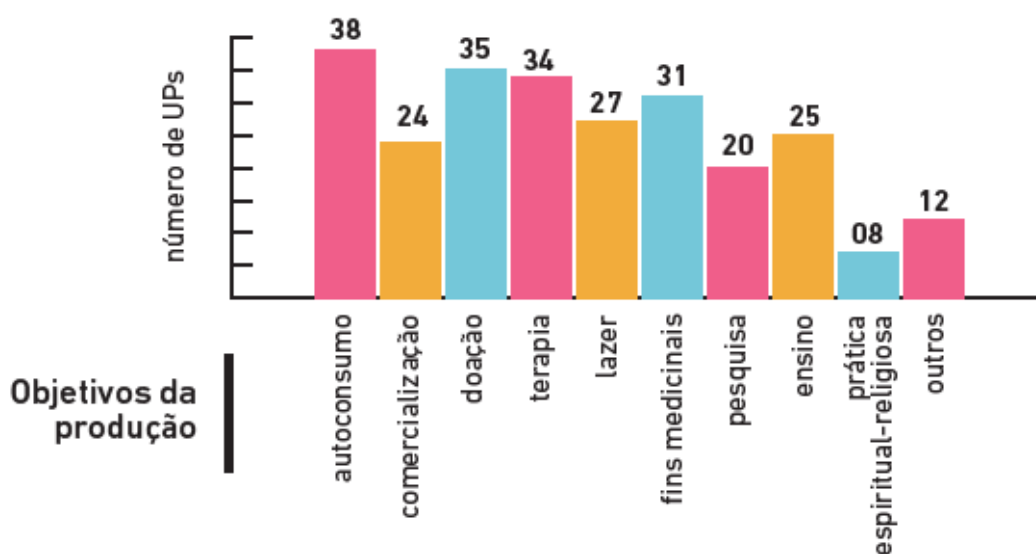


**Figura 63. Tipos de produção das 41 UPS Coletivas e Comunitárias acompanhadas pela SUSAN/PBH (PBH; AUE!/UFMG, 2022, p. 12).**

<sup>85</sup> Os SAFs são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. A tecnologia ameniza limitações do terreno, minimiza riscos de degradação inerentes à atividade agrícola e otimiza a produtividade. Além disso, há melhoria na estrutura e na atividade da fauna, do solo e maior disponibilidade de nutrientes. É alcançado um equilíbrio biológico que promove a conservação do meio ambiente e da biodiversidade (FERRAZ et al., 2018).

Grande parte dessas experiências tem implementado e apreendido uma série de tecnologias sociais de base agroecológica, como reaproveitamento de resíduos orgânicos para a adubação (com a compostagem e o minhocário), a produção e utilização de Microorganismos Eficientes (ME), a captação de água da chuva, cuidado com as nascentes e córregos, dentre outras. A relação com as águas nessas iniciativas (apesar da maioria ter acesso via Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), tem mostrado a apropriação coletiva desse bem comum, não apenas entre os sujeitos que participam das iniciativas, mas também com a comunidade do entorno.

Os espaços dessas experiências de agricultura urbana têm sido apropriados pelos coletivos e grupos baseados no fazer junto, nos mutirões, na troca de saberes e experiências, no apoio mútuo e na recorrente lógica da *troca de favores*. As práticas de trocas e doações de produtos agrícolas entre os sujeitos com a comunidade do entorno também sugere pensar que os alimentos tem sido valorizados a partir do seu valor de uso e se distanciado da lógica da mercadoria. Isso pode ser percebido também a partir dos principais objetivos da produção das unidades produtivas que, em sua maioria, tem como um dos objetivos o autoconsumo, doação, usos terapêuticos e medicinais. Cerca de 53% das unidades produtivas comercializam sua produção em feiras, no próprio espaço e em grupos de compras coletivas. Os outros objetivos podem ser vistos no gráfico a seguir:



**Figura 64. Objetivos da produção das 41 UPs Coletivas e Comunitárias acompanhadas pela SUSAN/PBH (PBH; AUÊ!/UFMG, 2022, p. 12) .**

De forma geral, essas unidades produtivas coletivas e comunitárias tem oferecido para o entorno e para a cidade segurança alimentar e nutricional, saúde coletiva, oportunidades de trabalho e geração de emprego, assim como a inclusão social, o desenvolvimento comunitário, a reciclagem de resíduos, mantendo e criando espaços verdes sociobiodiversos. Além disso, tem-se construído redes de apoio e de construção de pautas para transformação das realidades vividas que caminham para a politização das iniciativas de agricultura urbana, como práticas coletivas centradas no valor de uso, contribuindo para consolidar alternativas de transformação da vida cotidiana e dos espaços.

Não só em Belo Horizonte, mas na RMBH e em outras metrópoles brasileiras, essas experiências coletivas e comunitárias têm se multiplicado nos últimos anos e apresentam motivações e interesses diversos que apontam caminhos para outras formas de apropriação, transformação e produção do espaço urbano. Existe um conjunto muito diverso de formas dessas experiências, como hortas, pomares, agroflorestas, farmácias populares, hortos medicinais, jardins, dentre outros, em espaços públicos e/ou privados, como em lotes vagos, áreas remanescentes de loteamentos, áreas em parques, praças, margens de rodovias, canteiros de avenidas, áreas sob linhas de transmissão de energia, terraços de edifícios, dentre tantos outros espaços. Algumas dessas formas e espaços serão vistas nas experiências do Baixo Onça, a seguir, assim como as combinações e estratégias utilizadas para acessar a terra, água e outros insumos.

Esse conjunto de experiências de agricultura urbana pode ter origens distintas, como fruto das iniciativas de ações governamentais e políticas públicas, mas também de sujeitos que se reúnem e se encontram para transformarem os espaços das cidades a partir de motivações diversas. É importante compreender os diferentes interesses e perspectivas dos sujeitos que estão envolvidos nas práticas e abordagens de políticas, programas e projetos vinculados às ações de Estado e às agendas internacionais. Em relação aos diferentes movimentos, articulações e organizações de base da sociedade civil, se define e ressalta aspectos em diálogo com suas pautas – podem conectar o interesse a partir da alternativa de renda, do acesso à alimentação, da apropriação de espaços subutilizados como forma de criação de espaços de sociabilidade e lazer, da prestação de serviços ambientais, dentre outras. Já nas agendas de governos, tem-se enquadrado nas ações e interesses pela promoção da segurança alimentar e nutricional, em alguns casos com o apoio à geração de renda de populações vulneráveis e até mesmo em agendas como as de promoção de cidades ecológicas, produtivas e inclusivas (COUTINHO; COSTA, 2011).



Já no que se refere às racionalidades distintas que motivam as experiências, pode-se perceber uma diversidade de objetivos dos sujeitos em se auto-organizarem ou participarem de ações das instituições e governos. Dentre elas, parece importante compreender as experiências que se inserem ou não nos mercados, assim como em redes e articulações sociais. Evidentemente, a inserção em mercados não quer dizer que visem o lucro ou que incorporam outros princípios capitalistas, assim como participar de uma rede e/ou articulação a torna uma prática contra-hegemônica.

As experiências coletivas e comunitárias de Belo Horizonte e outras cidades brasileiras expressam os desejos de sujeitos com vinculações e relações de naturezas muito diversas, que se encontram com objetivos comuns na produção e cultivos de alimentos. Nesse sentido, as coletividades criadas a partir dessas experiências caminham para a construção de um agir dos sujeitos que apontam para uma ampliação da ação organizada que impacta a gestão e a produção da cidade (BIAZOTI; SORRENTINO, 2022). Representa também o desejo vívido de construir uma cidade mais sustentável, acessível e com foco na qualidade de vida (BIAZOTI; SORRENTINO, 2022).

Assim como vamos ver nos itens seguintes sobre as experiências localizadas no Baixo Onça, algumas delas apontam para uma nova forma de ativismo na escala local e a partir dos lugares que estão inseridas, seja pela ocupação de espaços públicos ou espaços privados, ultrapassando as esferas institucionais e aprofundando as discussões acerca das dinâmicas urbanas, principalmente as de disputa pelo território da cidade (NAGIB, 2016). Assim como Biazoti e Sorrentino apontam,

A atuação dos grupos e os resultados de suas práticas no território apontam diretamente para a relação entre a agricultura urbana e sua importância política em diversas dimensões, como a produção da cidade, a construção de vínculos urbano-rurais, a autonomia e autodeterminação no sistema alimentar, a participação política, o controle social de políticas públicas e a normatização das práticas (2022, p. 8)

No geral, esses espaços geridos e produzidos coletivamente, “podem alterar a maneira como olhamos para a cidade: não apenas como um lugar para carros, concreto e capital, mas um lugar de diversidade, abertura, coexistência, trocas, cuidado coletivo e ajuda mútua” (CLAUSEN, 2018, n.p.). Além disso, a atual popularidade das práticas coletivas de agricultura aponta para uma possível transformação de hábitos e valores da população, que podem e devem reverberar nos espaços. Assim como aponta Müller (2016), trata-se de um avanço inestimável na construção da possibilidade de transformação de uma sociedade industrial baseada na exploração de recursos, e/ou transformação social e ecológica. O conhecimento compartilhado

vai do cultivo orgânico, da biodiversidade e do *faça você mesmo* até as políticas urbanas, o engajamento da vizinhança e a mobilização comunitária, segundo Clausen (2018).

Entretanto, mesmo que essas experiências estejam se estruturando em todas as partes das cidades brasileiras e do mundo, se deparam com algumas questões fundamentais na disputa pela cidade e essenciais para o desenvolvimento de práticas de agricultura, como acesso à terra e água. Como Clausen (2018) aponta, “o que está em jogo é o uso alternativo da terra urbana, a autossuficiência e o trabalho comunitário – questões sociais mais amplas” (n.p.).

Experiências que se baseiam nesse tipo de organização não lidam apenas com a problemática de acesso aos recursos materiais, mas também nas formas de encaminhar, negociar e conviver com diversas motivações e objetivos individuais, seja nos momentos de decisão sobre a gestão do espaço, na escolha de quais formas de produção serão praticadas, nas escolhas das espécies, nos enfoques da destinação da produção, quais parcerias serão construídas, dentre tantos outros elementos vivenciados no cotidiano das experiências coletivas e comunitárias. Entretanto, assim como aponta Biazoti e Sorrentino (2022), observar as motivações dos sujeitos ao participar de uma horta comunitária e reconhecer as transformações individuais que nela ocorrem são importantes para verificar os elementos que ampliam a potência de agir a partir das perspectivas pessoais. Ou ainda como aponta Müller (2016):

Trata-se de encontrar novos caminhos para a formação da identidade e de negociá-la com os outros em um processo sutil de comunicação. Talvez seja exatamente por essa razão que modelos como os dos jardins e hortas interculturais são interessantes não somente para pessoas com experiência agrícola. Pelo contrário, eles atraem ambos: antigos agricultores e intelectuais urbanos. Esses jardins e hortas são lugares nos quais diferentes línguas, classes e inclinações políticas se encontram. A diversidade não pode ser reduzida a diferenças étnicas, e os conflitos são inevitáveis. A tarefa mais difícil com a qual se deparam projetos desse tipo é descobrir compartilhamentos e espaços comuns. Por essa razão, nenhum jardim ou horta acontece de “maneira espontânea”. Pessoas “colocadas juntas” de forma artificial não convivem bem facilmente. No entanto, a estrutura facilita um plano ambicioso: dar forma a um pedaço de terra conjuntamente, observar algo próprio crescer e comparar com os outros, trocar opiniões sobre o crescimento das plantas e sobre sucessos e fracassos – essas são as grandes e pequenas oportunidades que um jardim oferece (n.p.).

A horta, ou outras formas de produção coletiva, passa a ser um espaço mediador de um processo de conhecimento coletivo e de apropriação das problemáticas que surgem a partir dessa auto-organização nos territórios. O processo facilita a compreensão das dinâmicas do entorno e dos processos mais ampliados da cidade, como entender e buscar mecanismos de acessar a terra, obter a água, insumos e todos os outros recursos materiais, assim como lidar com as diferenças entre os integrantes da experiência coletiva e relações com instituições e poder público.

Para muitas e muitos agricultoras/es que participam das formas coletivas de produção, como vamos ver nas experiências do Baixo Onça, as práticas coletivas também viabilizam formas de geração de renda e de subsistência, contribuindo para a reprodução social desses sujeitos. Essa produção de subsistência, como se refere Müller (2016), ou de reprodução da vida, assume funções que o Estado ou o mercado não conseguem realizar, seja no acesso à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, ou nos recursos que podem gerar a partir das diversas formas de comercialização.

Em um exercício de compreender esse conjunto diverso de sujeitos, práticas sociais e espaços, assim como objetivos e motivações, identifica-se neste trabalho que as experiências coletivas e comunitárias de agricultura urbana são um conjunto de iniciativas e práticas agroecológicas da sociedade civil (como redes, coletivos, grupos formais e informais, dentre outras), e organizações não-governamentais que podem ser de cultivos - como hortas, pomares, farmácias vivas, agroflorestas, unidades de compostagem, jardins; e de criação animal, produção de mudas, compostos, dentre outras formas e atividades produtivas que podem assumir interesses diversos (autoconsumo, geração de renda, ações e mobilizações sociais, ativismos, lazer, saúde, educação e processos formativos, dentre outros). Podem mobilizar ações nas comunidades locais e conectadas a articulações, redes e movimentos sociais, ressaltando seu caráter comunitário, popular, solidário e político. De todas as formas e expressões que as experiências coletivas e comunitárias podem assumir, podemos compreendê-las, especificamente e em seu conjunto, que promovem pequenas ou grandes transformações nos espaços e nas relações sociais, assim como vamos ver nas experiências do Baixo Onça a seguir.

### **Hortas coletivas e comunitárias do Baixo Onça**

No Baixo Onça há um conjunto expressivo de experiências coletivas e comunitárias de agricultura urbana e agroecologia, conduzidas por diferentes organizações, grupos e coletivos atuantes no território. Alguns deles estão inseridos nas mobilizações e ações do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, e outros se formaram a partir do encontro de moradoras/es de bairros localizados mais distantes do Ribeirão Onça. Mesmo que existam essas diferenças de inserções nos movimentos locais, pode-se considerar, assim como alguns integrantes do movimento se referem, que estão conectados pelas águas do Onça.

O processo de identificação dessas experiências partiu do mapeamento realizado pelo grupo AUE! e do cadastro da SUSAN, mencionados anteriormente, complementado a partir da indicação de integrantes do COMUPRA para esta pesquisa. As 08 experiências coletivas e comunitárias foram selecionadas para o aprofundamento nesta pesquisa.

Visitar essas hortas comunitárias do Onça foi conferir parte das vivências coletivas que essas espacialidades provocam nos integrantes. Como a maioria são espaços associados a áreas públicas, de alguma forma conhecer essas experiências traz para quem as visita esperança de que seja possível e real a construção e produção das cidades centradas na cooperação. Foram encontradas situações diversas, como todas/os integrantes participarem da entrevista e no reconhecimento do espaços, enquanto em outras apenas alguns ficaram responsáveis pelos diálogos. Em todas, as conversas foram interrompidas por alguma demanda específica, como moradoras/es dos bairros chegarem em busca de alguma verdura; entregas de insumos e materiais; ter que desligar os sistemas de irrigação; afastar algum animal, dentre outros acontecimentos que mostraram situações vividas nas rotinas das/os agricultoras/es. A comunicação com todos os sujeitos, desde o primeiro contato até às visitas, aconteceu de forma atenciosa, revelando o desejo em me receber e contar-me suas histórias, casos e lembranças, assim como apresentar as atividades que realizam em cada espaço e características do entorno.

A localização das hortas comunitárias pode ser vista na figura a seguir, contextualizada a partir de alguns pontos de referência do território. Nota-se pela imagem, a distribuição dessas hortas no território, o que pode ser associada à uma espécie de mosaico de espaços produtivos agroecológicos que oferece para toda a região oportunidades de ter acesso à uma alimentação de qualidade, assim como tantos outros benefícios que serão descritos a partir da apresentação de cada uma delas nos tópicos a seguir.



Figura 65. Hortas coletivas e comunitárias do Baixo Onça. Elaboração do autor, 2022.

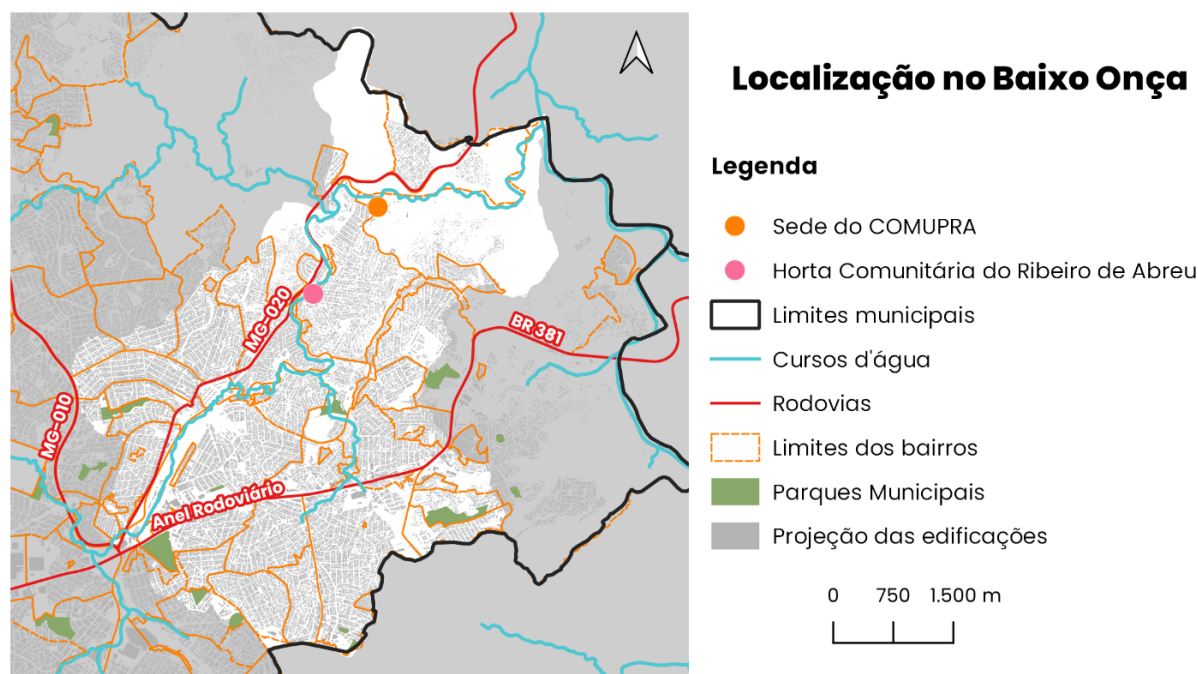




A partir de duas dimensões que organizam a apresentação dessas experiências coletivas e comunitárias agroecológicas – *Da produção à destinação*; e *Para seguir: desafios e desejos* – busca-se refletir e analisar como foram produzidas essas especialidades pelos grupos e coletivos formados, quais foram os caminhos percorridos para se tornarem experiências exitosas, assim como as estratégias criadas para enfrentamento das dificuldades ainda presentes. O conjunto dessas hortas representa possibilidades concretas que as agriculturas coletivas orientadas pelos princípios da agroecologia possam desempenhar nas cidades, principalmente de criação, apropriação e transformação dos espaços públicos em prol das comunidades e da cidade, que incluem os elementos da natureza, tornando-se espaços diferenciais sob variadas perspectivas.

### COMUPRA e sua Comunidade Solidária em Agroecologia (CSA): trabalho comunitário e experimentações

([www.comupra.org](http://www.comupra.org))

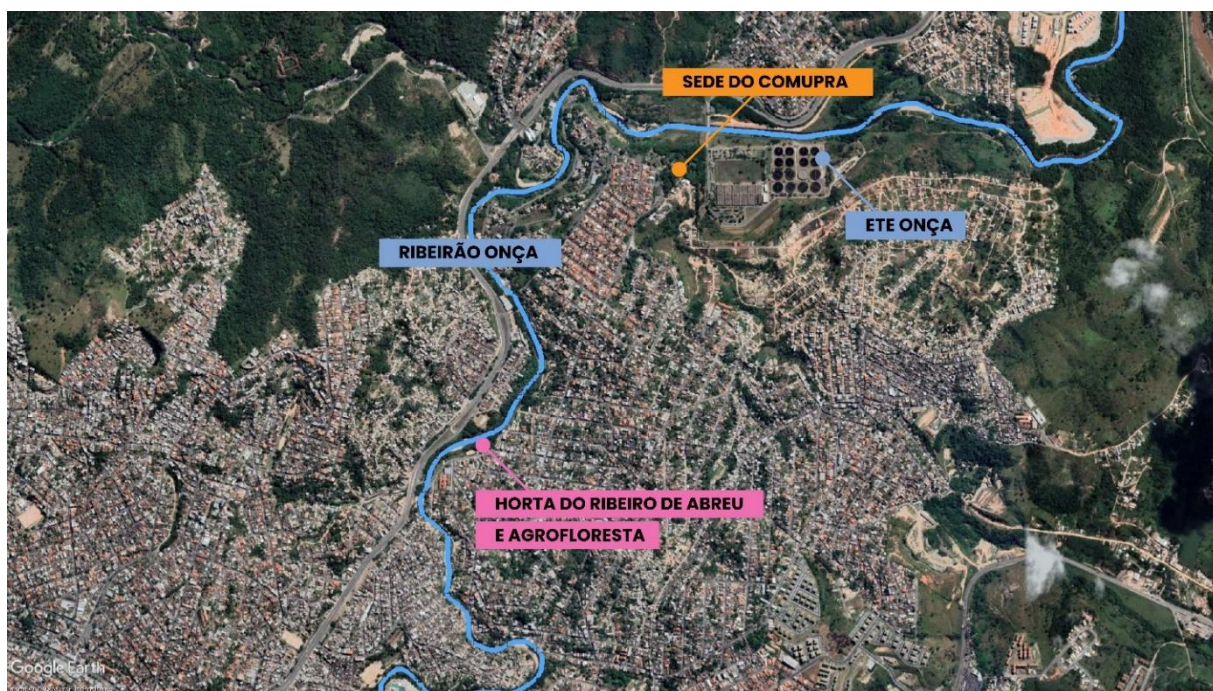


Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água, parques municipais, projeção das edificações e limites dos bairros. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitano (rodovias. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022. Projeção: SIRGAS 2000.

**Figura 66. Localização das hortas do COMUPRA no Baixo Onça. Elaboração do autor, 2022.**

Como já apresentado no capítulo 02, o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeirão de Abreu (COMUPRA), é uma organização social que reúne moradoras/es do bairro e colaboradoras/es de outras localidades de Belo Horizonte. Sua sede encontra-se na antiga Fazenda Capitão Eduardo, em que, segundo integrantes e outros moradoras/es, o casarão da fazenda é a mais antiga construção do município. A fazenda foi adquirida no processo de construção da Estação de Tratamento de Esgoto Ribeirão Onça (ETE Onça) pela COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), que concedeu ao Conselho comunitário o direito de uso.

Além das práticas de cultivo e criação animal na sede do COMUPRA, a organização junto com outras/os moradoras/es e órgãos da PBH implementaram na área às margens do Ribeirão Onça uma horta e agrofloresta comunitária – a Horta Comunitária e Agrofloresta do Ribeirão de Abreu. Como abordado anteriormente sobre as ações do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e COMUPRA, essa experiência comunitária está inserida na proposta mais ampliada de implementação e consolidação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça, especificamente no que denominam como Espaço Vitrine.



**Figura 67. Localização das áreas de cultivos do COMUPRA.**  
Elaboração do autor a partir de imagem de satélite de abril de 2022 (Google Earth).





**Figura 68. Fazenda que sedia as atividades do COMUPRA. Foto tirada em visita realizada em dezembro de 2021.**



**Figura 69. Horta Comunitária e Agrofloresta do Ribeiro de Abreu. Foto tirada em visita realizada em março de 2022.**

As práticas de agricultura sempre estiveram presentes nas atividades do COMUPRA (fundado formalmente em 2001). Antes de adquirirem o direito de uso da fazenda, o conselho teve como sede alguns espaços no Ribeiro de Abreu, como salas em residências das lideranças até residências destinadas exclusivamente para suas atividades. Nesses espaços, principalmente nas casas em que mantiveram sua sede, realizavam plantios e cultivos de várias espécies nos quintais e outros suportes (como vasos, garrafas pet, pneus, dentro outros). Além dos cultivos,

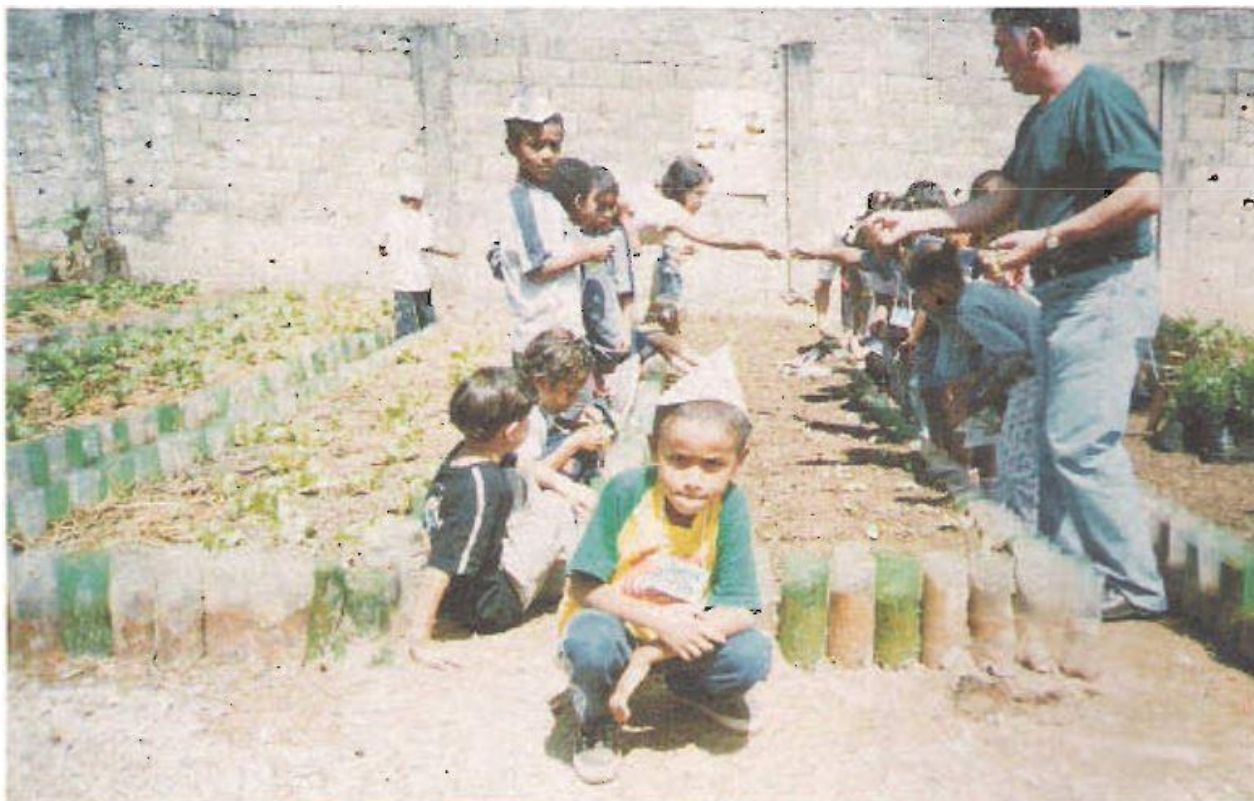


o conselho também ofereceu uma série de cursos e oficinas para a comunidade nos temas relacionados à agricultura e agroecologia.

A partir de 2003, como parte das ações do COMUPRA de engajamento e busca por alternativas frente às vulnerabilidades sociais do bairro, criaram a Horta Comunitária da Escola Estadual Bolívar Tinoco - “Entrar na escola para resgatar o relacionamento com a comunidade foi a alternativa encontrada para fazer frente à criminalidade” (LACERDA, 2004)<sup>86</sup>. Ao longo da existência dessa horta na escola (encerraram as atividades por volta de 2010), puderam gerar renda para as/os participantes (em torno de 4 participantes fixos), além dos impactos na segurança alimentar da comunidade e atividades pedagógicas com as/os alunas/os (como oficinas de plantios - Figura 70). Todas/os que integravam a iniciativa recebiam, a cada 15 dias trabalhados, cestas básicas viabilizadas pelo COMUPRA, além de consumirem o que plantavam em 33 canteiros com hortaliças e plantas medicinais (Figura 71). Além disso, comercializavam as produções no bairro como forma de adquirir renda para cada integrante e para a manutenção da horta, que contava com o apoio de professoras/es da escola, além da antiga Secretaria Municipal de Abastecimento (a partir de diversas transformações na estrutura de governo da PBH, deu origem à SUSAN), que fornecia sementes, mudas e outros insumos. “O COMUPRA não está dentro da escola só para mexer com a horta, nós estamos dentro da escola para mexer com a escola” (fala do integrante do COMUPRA para o artigo da revista *Ecologia Integral*) (LACERDA, 2004, p. 9).

---

86 Trecho da fala de um dos integrantes em artigo publicado em 2004 na Revista *Ecologia Integral*, sobre as ações do COMUPRA e da horta comunitária na Escola Estadual Bolívar Tinoco.



**Figura 70. Alunas/os da Escola Estadual Bolivar Tinoco em oficina de plantio na horta comunitária. Fonte: Lacerda, 2004.**



**Figura 71. Horta da Escola Estadual Bolivar Tinoco. Fonte: acervo do COMUPRA.**

Como já mencionado na trajetória de Maria José, uma das integrantes do COMUPRA e que contribui nos cultivos da sede, por volta de 2005, o conselho comunitário realizou uma série de cursos e oficinas na temática das plantas medicinais que contou com várias/os moradoras/es do bairro. Em anos posteriores, também realizaram processos formativos para a comunidade nos temas de gastronomia, produção de temperos e outros produtos beneficiados, alinhados às formas de cultivos e plantios. A partir de 2009, o COMUPRA firmou parceria com a REDE, que realizaram uma série de atividades em prol do fortalecimento das práticas agrícolas existentes no Baixo Onça, especialmente no Ribeiro de Abreu, assim como a implementação de novas unidades produtivas. As principais ações dessa parceria, que durou até meados de 2017, foram a qualificação dos sistemas produtivos individuais (quintais) e coletivos (grupos comunitários), através de processos formativos, organizativos e assessoria técnico-produtiva baseada na agroecologia (PAIXÃO; ALMEIDA, 2012).

É importante situar que essas ações foram responsáveis pelos processos mencionados nos quintais de Maria José, Dona Julia e Dona Vera, além dos quintais mapeados apresentados anteriormente, que tiveram papel importante na mobilização e consolidação das experiências. Já em relação às ações coletivas, foram realizadas uma série de oficinas, mutirões, intercâmbios e cursos, além da já mencionada implementação da Horta Comunitária Frutos da União (que permeia a trajetória de Dona Julia). Segundo Paixão e Almeida (2012), mais de 60 famílias se organizaram em oito grupos produtivos na região do Baixo Onça, com o apoio da REDE, e foram beneficiadas com a série de atividades realizadas, além da contribuição na geração de renda e no consumo familiar de alimentos agroecológicos.

Neste contexto de mobilização e construção coletiva do COMUPRA que a agricultura urbana e agroecologia se inserem. Mais especificamente sobre as atividades que envolvem a prática agrícola, merecem destaque os seguintes marcos na história de atuação do conselho comunitário e da comunidade local, além das já mencionadas:

- Entre **2001** e **2016**: experiências nas hortas das antigas sedes do COMUPRA e organização, manutenção e desenvolvimento das atividades na horta da Escola Estadual Bolívar Tinoco;
- **2016**: primeiras experimentações de plantio e cultivo na atual sede;
- **2019**: início das atividades da Horta Comunitária Ribeiro de Abreu e implantação da agrofloresta urbana nas margens do Ribeirão Onça (Espaço Vitrine);
- **2020**: início das atividades da CSA<sup>87</sup> Bai Onça – Comunidade Solidária em Agroecologia.

A partir de 2016, após a concessão do uso do terreno da fazenda, o COMUPRA passou a experimentar uma série de formas de cultivos e criação animal, como o sistema sintrópico, sistemas agroflorestais (SAF)<sup>88</sup>, consórcios entre plantas e criação de peixes e galinhas, criação de canteiros em formato de mandala com plantas medicinais, os quais estão mais estruturados na atualidade. Esse espaço também passou a abrigar uma série de cursos e oficinas promovidos pela REDE, que contavam principalmente com a mão de obra das integrantes e outras/os voluntárias/os. Na fazenda também já havia um pomar com diversas espécies de árvores frutíferas cultivadas por antigos moradores/es da fazenda.

Em 2019, como fruto da mobilização e atuação das organizações e instituições parceiras do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, implementaram a Horta Comunitária do Ribeiro de Abreu, como parte das ações de requalificação ambiental da área em que passou pelo processo de remoção de famílias nas margens do Ribeirão Onça (processo apresentado no capítulo anterior). Em 2020, dando prosseguimento às ações nessa área, deram início à

---

87 A CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) é um modelo de comercialização de alimentos, em que há a associação entre consumidores e agricultoras/es. Os consumidores são denominados coprodutores, uma vez que se comprometem com um pagamento mensal e, em contrapartida, os agricultores fornecem periodicamente a sua produção sob a forma de cestas. Em sua maioria, as CSAs adotam práticas agroecológicas, garantindo alimentos de qualidade e sem utilização de insumos químicos. O objetivo deste modelo é que haja a construção de um trabalho coletivo, baseado em uma comunidade que possua laços de confiança e colaboração, em que agricultoras/es e coprodutores assumam funções específicas para a manutenção do sistema e estreitem suas relações (MELO; FREITAS; CALBINO, 2020).

88 Sistema sintrópico, ou agricultura sintrópica, é uma das formas de produção agropecuária de base sustentável e ecológica, que utilizam do entendimento dos processos ecossistêmicos (relação entre espécies e seres diversos), para o plantio e cultivo de alimentos. Possui bastante semelhança com os sistemas agroflorestais que, segundo Ferraz et. al (2018, p. 6), “são sistemas de produção que adotam alguns processos da dinâmica dos ecossistemas, como ciclagem de nutrientes e aproveitamento do espaço nos planos horizontal e vertical, e podem variar da agroflorestação, da consorciação entre hortaliças, fruteiras e árvores, até a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF)”. Estes sistemas tem crescentemente despertado interesse por sua capacidade de recuperação de áreas degradadas.



implementação da agrofloresta urbana, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (através da SUSAN, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA; Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel/PBH), com o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, moradoras/es do bairro, dentre outros parceiros.



**Figura 72. Mutirão para implementação da agrofloresta em 2020. Fonte: SMMA/PBH (2021).**

O projeto de implementação de agroflorestas urbanas conduzido pela SUSAN/PBH em parceria com a SMMA/PBH, tem como objetivo principal a recuperação de áreas degradadas em regiões onde se encontram grupos sociais em vulnerabilidade social. Além da recuperação ambiental dessas áreas, o projeto busca fomentar a produção de alimentos como forma de contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população do entorno. De acordo com a SMMA (SMMA/PBH, 2021), o objetivo específico dos projetos é aumentar a biodiversidade vegetal das áreas alinhada à proteção de recursos hídricos, à melhoria da qualidade dos solos e à educação ambiental, além de promover a segurança alimentar e nutricional da população, geração de emprego e renda. A primeira agrofloresta implementada foi às margens do Ribeirão

Onça, e atualmente já foram implantadas em outras localidades do Baixo Onça, como na Horta Comunitária Coqueiro Verde (no bairro Paulo VI) e Horta Comunitária Tudo Saudável (bairro Vitória), assim como estão em fase de planejamento a implementação na Horta Comunitária Seu Geraldo (bairro Novo Aarão Reis), que serão apresentadas nos próximos tópicos deste capítulo. Além das hortas do Baixo Onça, foram implementadas também em outras unidades produtivas da região do Barreiro (como na Horta Comunitária Vila Pinho), e na região da Izidora (Horta Familiar do Vitória).

Atualmente, as produções seguem nesses dois espaços coordenadas pelo COMUPRA e constituem parte importante das ações do conselho no bairro, que se integram a partir da comercialização via modelo de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), rebatizado como CSA Bai Onça – Comunidade Solidária em Agroecologia. Além disso, há venda direta nos próprios espaços, doações e trocas com a comunidade e entre as/os integrantes.

### **Da produção à destinação**

Mesmo que todas/os as/os envolvidas/os com as produções sejam integrantes do COMUPRA, há uma divisão interna de quem cuida e se responsabiliza pelos dois espaços. Na sede 10 pessoas se revezam nos plantios e manutenção, enquanto na horta comunitária 5 pessoas se revezam nos trabalhos cotidianos. Além das pessoas fixas que se responsabilizam pelos trabalhos, há colaborações pontuais e a realização de mutirões periódicos para desenvolvimento de atividades que requerem mais mão de obra. Além das produções, outras 03 integrantes se dedicam à gestão e logística da CSA. A seguir serão apresentados de forma mais específica as atividades que, mesmo que para efeitos de compreensão estejam divididas, estão intrinsecamente conectadas.

Na atualidade, as áreas de produção na fazenda, se dividem em três setores de plantio e criação animal, que contam com hortas em canteiros, estufa, cocho, pomar, pergolados, galinheiro, tanques com criação de peixes, dentre outros plantios pelas áreas da sede, como pode ser visto nas figuras a seguir. A produção é muito diversa, como os cultivos de hortaliças, frutas, legumes, plantas medicinais e produtos derivados da criação dos animais, além do beneficiamento e processamento de alimentos, como a produção de doces, geleias, compotas, temperos e produtos medicinais.



## ESPACIALIDADES PRODUZIDAS NA SEDE DO CUMUPRA



Figura 73. Identificação das espacialidades da fazenda. Elaborado pelas/os integrantes do COMUPRA em 2020.



**Setor 01 - cultivos em canteiros com pergolados e árvores frutíferas****Setor 02 - Pomar, cisterna e áreas para reuniões a céu aberto****Setor 03 - Criação de peixes e galinhas****Setor 04 - Horta em formato de canteiros**

**Figura 74. Espaços de cultivos e criação animal na sede do COMUPRA. Fotos tiradas pelo autor, em visita realizada em maio de 2022.**





**Figura 75. Área da fazenda que sedia o COMUPRA. Elaborado pelo autor a partir de imagem de satélite (Google Earth, abril de 2022), em 2022.**

As pessoas que se envolvem mais ativamente nas atividades de produção na sede, em sua maioria, são moradoras/es do bairro e alguns voluntários que residem em outros bairros de Belo Horizonte. Há contribuições pontuais de moradoras/es e outras/os colaboradoras/es, especialmente na realização de mutirões periódicos (Figura 76). Na fazenda sempre recebem visitantes de várias regiões, além das outras atividades realizadas no espaço, que conta com uma sala com computadores para oficinas com a comunidade, biblioteca, cozinha e salas para reuniões. Assim como relatado por um dos integrantes, “*Eu convido a todos que vem aqui para vir brincar, não é para vir trabalhar. Enquanto pudermos usar aqui, vai ser bom para todo mundo*” (fala de um integrante do COMUPRA, em entrevista realizada em 2021).





**Figura 76. Mutirão realizado em janeiro de 2022 para manutenção de umas das áreas de cultivo da sede. Foto do autor e acervo COMUPRA, 2022.**

Os insumos utilizados na produção na sede e da horta comunitária, como mudas, sementes e adubos, tem origens diversas: há compra de mudas e compostos; doação de mudas e sementes pela prefeitura (através da SUSAN); mudas e sementes trazidas pelas/os integrantes e outras/os moradoras/es. Já materiais gerais, como ferramentas, materiais para cercamento da área e manutenção, alguns foram doados pela SUSAN e a maioria foram adquiridos pelo próprio COMUPRA.

Em relação às águas, na sede há duas cisternas para captação de água e várias barraginhas<sup>89</sup>. Uma das cisternas foi fruto da ação de parceria com o Projeto Manuelzão da

---

<sup>89</sup> O Sistema Barraginhas consiste na criação de poços naturais (preferencialmente rasos) de forma a reter a água da chuva. Essa água retida se infiltra no solo, contribuindo para a recarga o lençol freático. As barraginhas são capazes de conter o avanço da degradação do solo provocada pelas enxurradas, as quais provocam erosões e



Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>90</sup>, como parte do projeto “Cultivando águas: autonomia comunitária e segurança hídrica através da construção de cisternas”. O COMUPRA foi uma das organizações selecionadas para sediar o processo formativo de construção de cisternas, em que contou com a participação de várias/os moradoras/es da região. Além dessas formas de cuidado e reserva de água, há também o acesso via COPASA (na área às margens do ribeirão, essa é a única forma de acesso). Há um sistema de irrigação na estufa e em um dos setores, mas pretendem ampliar e atender as outras áreas de cultivo – recentemente receberam uma assessoria da SUSAN/PBH para o planejamento de construção de um sistema mais ampliado de irrigação.

Sem sermos engenheiros agrônomos, nós conseguimos fazer um sistema totalmente integrado, para poder trabalhar ou com água tratada, ou com água das cisternas ou com água da chuva (integrante do COMUPRA, em entrevista realizada em novembro de 2021).



**Figura 77. Barraginha e cisternas da fazenda. Fotos tiradas pelo autor em dezembro de 2021.**

As atividades na sede estão conectadas com o espaço da horta e agrofloresta localizadas no Espaço Vitrine (Figura 78), por meio de troca de mudas, sementes e insumos entre os espaços, além da rotatividade do trabalho das/os integrantes a partir de demandas específicas.

---

arrastam sedimentos (terra, pedregulho e folhagem) para os cursos d’água, empobrecendo o solo e comprometendo os recursos hídricos (BARROS; RIBEIRO, 2009).

<sup>90</sup> O projeto Manuelzão é uma iniciativa de professoras/es da Faculdade de Medicina da UFMG, que desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão nas temáticas relacionadas à saúde coletiva, especialmente nas condições ambientais para promoção de qualidade de vida. O território de atuação é a bacia hidrográfica do Rio das Velhas e conta com núcleos ligados às bacias e sub-bacias que a integram. Dentre elas, a bacia do Ribeirão Onça.

Como já mencionado no capítulo anterior, essa área era ocupada pelas moradias das famílias ribeirinhas que, após a retirada das/os moradoras/es, como forma de utilização social do espaço e a partir da concessão de uso pela prefeitura, foram construídos também um campo de futebol, uma academia à céu aberto e espaços de permanência, conformando um território com usos de lazer e convivência entre moradoras/es, ribeirão, animais e plantas.

Essa área também tem inspirado processos em outros territórios do Baixo Onça, como a Horta Comunitária Seu Geraldo, no Novo Aarão Reis, que ocupou uma área de remoções de famílias próximas ao Ribeirão Onça – essa experiência será apresentada no próximo tópico. Após a ocupação do Espaço Vitrine por outros usos, integrantes do COMUPRA relatam que o ribeirão tem se comportado de outras formas em períodos de chuvas, graças ao aumento da permeabilidade do solo e a inserção de espécies vegetais. Segundo relatado em entrevista:

Sabe o que a gente aprendeu lá? Que está lá para qualquer um ver? Você parou de agredir o rio e o rio respondeu. Como você vê isso lá? Por exemplo, se você passar lá você ouve o barulho de sapo. Isso é um excelente sinal. Não tinha isso lá. Se os anfíbios estão voltando, e ele é parte da cadeia, é sinal que o equilíbrio tá retornando. Aumentou o número de pássaros, a produção das frutíferas... Os pés de manga estão carregados! Isso porquê? Isso era os quintais das casas, nós não derrubamos. Nós só cuidamos (integrante do COMUPRA, em entrevista realizada em novembro de 2021).



**Figura 78. Localização da Horta e Agrofloresta Comunitária do Ribeiro de Abreu no Espaço Vitrine. Elaborado pelo autor a partir de imagem de satélite (Google Earth, abril de 2022), em 2022.**





**Figura 79. Horta e Agrofloresta Comunitária do Ribeiro de Abreu. Fotos tiradas em visita realizada em maio de 2022.**

O cuidado e o plantio da horta e da agrofloresta são realizados principalmente por cinco moradoras/es do bairro e outras/os voluntárias/os, além de colaboradores/as presentes nos mutirões realizados (Figura 80). Além de fornecerem os alimentos para as cestas semanais via CSA, há a comercialização direto na horta, assim como trocas e doações. A horta possui muita demanda de compra por parte das/os moradoras/es da região, o que é intensificado pela localização em uma das ruas com mais comércios e serviços do bairro.



**Figura 80. Mutirão realizado na Horta Comunitária do Ribeiro de Abreu, em março de 2022. Fotos tiradas pelo autor no dia do mutirão.**

No contexto de disseminação e contaminação da COVID-19, em 2020, foram iniciados os trabalhos em torno da organização de uma CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), a qual batizaram como Comunidade Solidária em Agroecologia. Atualmente são 10 associadas/os (coprodutoras/es), em sua maioria moradoras/es do bairro Ribeiro de Abreu, que recebem as cestas semanalmente em suas residências e em contrapartida pagam uma mensalidade fixa. Diferente de outras iniciativas de CSAs, em que se articulam agricultoras/es em unidades produtivas distintas, no COMUPRA os alimentos são cultivados pelos próprios integrantes de forma coletiva nos dois espaços de cultivos. Há dois tipos de cestas que contam com tipos de hortaliças, verduras, legumes, temperos e frutas e PANCs (Plantas Alimentícias não Convencionais), como pode ser visto na Figura 81.



# CSA BAI ONÇA

*Comunidade Solidária em Agroecologia*

## TIPOS DE CESTA

### **CESTA FAMÍLIA**

(mensalidade / 4 cestas semanais): R\$100,00

Aproximadamente 10 itens, divididos entre: folhas, raízes, tempero, frutas e PANC (Plantas alimentícias não convencionais).

### **CESTA INDIVIDUAL**

(mensalidade / 4 cestas semanais): R\$80,00

Aproximadamente 6 itens, divididos entre: folha, raiz, legume, fruta, tempero e PANC (Plantas alimentícias não convencionais).

**Figura 81. Tipos de cestas semanais oferecidas pela CSA Bai Onça. Elaborado pelos integrantes do COMUPRA, em 2022.**



**Figura 82. Cestas entregues semanalmente para as/os associadas/os do CSA Bai Onça. Fotos tiradas pelo autor em março de 2022.**

As motivações em torno da criação da CSA foram pautadas pela dificuldade de acesso à alimentação de qualidade no bairro, pela construção e fortalecimento da economia solidária, buscando o fornecimento de uma cesta com alimentos saudáveis, sem agrotóxicos e acessíveis. Os recursos gerados pelo CSA é parte significativa da renda do conselho comunitário, que é revertido na manutenção dos espaços, nas ações realizadas e no pagamento de alguns prestadores de serviços.

Comercializam via CSA, mas também há vendas na própria sede e na horta comunitária, e pretendem criar um ponto fixo de venda, mas ainda se estruturando. Além disso, as práticas de trocas e doações são recorrentes, principalmente entre as/os integrantes do COMUPRA, assim como as/os voluntárias/os podem consumir os alimentos produzidos. Algumas e alguns integrantes também produzem em seus quintais, criando outras redes de comercialização e destinação da sua produção que não necessariamente passam pelo conselho ou CSA.

### **Para seguir: desafios e desejos**

Em entrevista, integrantes do COMUPRA apontaram que há algumas demandas e dificuldades em torno das produções e da CSA, especialmente no aperfeiçoamento da logística de entregas, assim como na ampliação da capacidade de fornecimento para abrigar novas/os associadas/os. Para isso, foi apontado que é necessário avançar no planejamento e ampliação da produção de acordo com a sazonalidade, além de incorporar novas pessoas que se dediquem aos plantios e cuidados das hortas. Apesar do coletivo ser formado por um número significativo de pessoas, há muitas demandas de manutenção da infraestrutura da fazenda, além das outras ações em curso do conselho comunitário. Outra dificuldade tem sido a precificação das cestas e dos produtos, uma vez que devem ser acessíveis, mas que a CSA consiga se sustentar.

Em relação aos desejos e possibilidades, indicaram a vontade de ampliar o atendimento à moradoras/es de outros bairros do Baixo Onça, além de as/os envolverem na própria produção. Desejam também criar o “Dia de Feira”, para comercialização na própria sede, além de ser um momento de encontro entre as/os associadas/os, produtoras/es e outras/os moradoras/es.

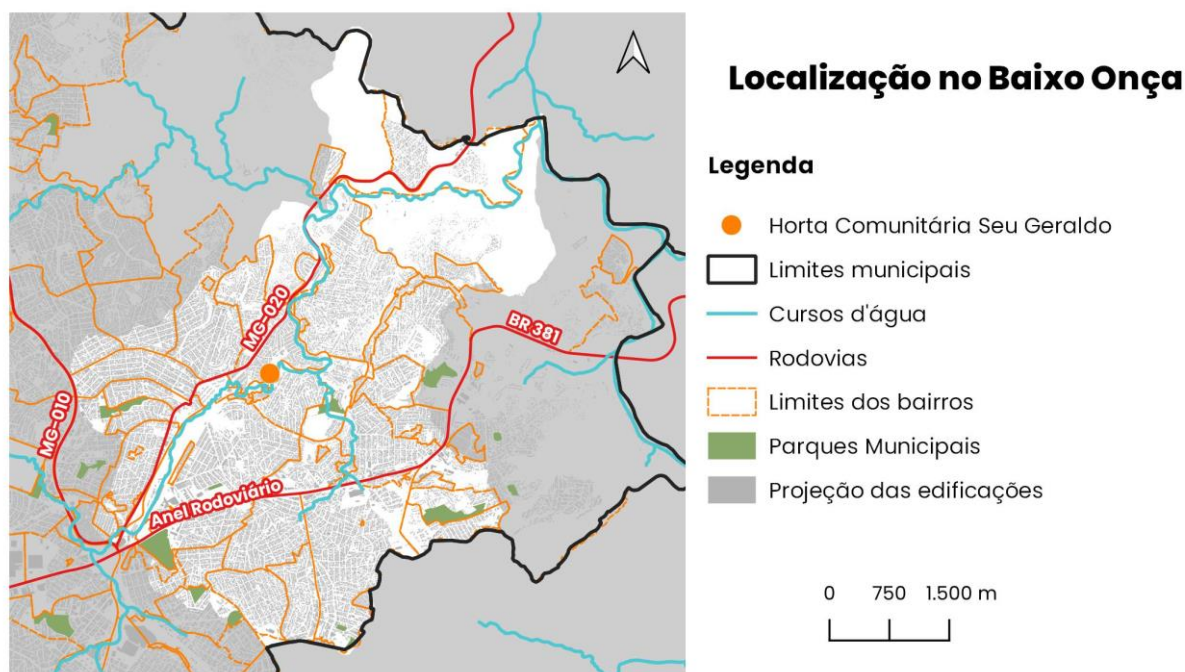
A partir dessas experiências do COMUPRA, é possível perceber que a qualidade e manutenção socioambientais e segurança alimentar e nutricional são pautas centrais, que também perpassam pelas práticas de agricultura desenvolvidas pelas/os integrantes. Segundo um dos integrantes:



Quem enxerga a horta só como pé de alface e pé de couve, vai enxergar a horta só como pé de alface e couve... Mas com certeza, não tenho dúvida disso, ela é muito mais que isso. Ela mexe com as pessoas. Ela mexe com a saúde das pessoas, através da alimentação, através da saúde mental (integrante do COMUPRA, em entrevista realizada em novembro de 2021).

A dimensão local e comunitária também é uma característica importante que se alinha aos princípios que norteiam as experiências, pautadas no aprendizado coletivo e comunitário; melhoria da saúde de forma ampliada (mental e física); acesso à alimentação de qualidade e sem venenos; vivência e usos sociais do espaço; melhoria da qualidade de vida da população local e das/os integrantes.

### Horta Comunitária Seu Geraldo: reapropriação e trabalho coletivo



Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água, parques municipais, projeção das edificações e limites dos bairros. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitano (rodovias. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022. Projeção: SIRGAS 2000.

**Figura 83. Localização da Horta Seu Geraldo no Baixo Onça. Elaboração do autor, 2022.**

O trabalho realizado na Horta Comunitária Seu Geraldo tem mostrado formas interessantes de apropriação do espaço ocioso na cidade, em que o poder público tem sido um importante aliado. Fruto da ação da comunidade local e órgãos da prefeitura, a horta tem se estruturado nos últimos dois anos a partir de muito trabalho coletivo, o que tem sido incorporado

na construção da proposta de consolidação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça. As/os integrantes também participam do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e possuem o COMUPRA como importante parceiro.

A Horta Seu Geraldo está localizada às margens do Ribeirão Onça, próxima à Cachoeira do Onça, e é parte da proposição de criação de um segundo Espaço Vitrine no Baixo Onça, inspirado no processo construído no bairro Ribeiro de Abreu pelo COMUPRA e apoiadoras/es. Como relatado no 14º evento do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, as/os integrantes da horta desejam que o espaço também proporcione usos coletivos de lazer, recreação e formação para o bairro:

O espaço será uma agrofloresta! Sonhamos com uma trilha, com um mirante para a cachoeira. Estamos ansiosos aqui e que a comunidade possa se empenhar para esses objetivos. Espaço que a escola possa levar as crianças, poder reunir... espero que a gente possa conquistar com a ajuda de todas (integrante da Horta Seu Geraldo durante o evento).



**Figura 84. Localização da Horta Seu Geraldo no bairro Novo Aarão Reis. Elaborado pelo autor a partir da imagem de satélite do Google Earth (2021), em 2022.**





**Figura 85. Visão geral da Horta Seu Geraldo. Fotos tiradas em visita realizada em abril de 2022.**

As atividades na Horta Comunitária Seu Geraldo começaram em 2020, como parte das ações de reapropriação do espaço onde realizou-se o processo de remoções de famílias localizadas nas áreas de inundação do Ribeirão Onça. A horta está localizada às margens do ribeirão, no bairro Novo Aarão Reis, e é parte constituinte de um dos trechos do projeto mais amplo de criação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça. Segundo informações da Urbel, além da horta já implementada, estão previstas para esse trecho outros equipamentos e intervenções, como a construção de um parquinho para lazer e recreação de crianças, jardins filtrantes, campinho, quadro de areia, mirante, quiosques e anfiteatro. Mais especificamente relacionados à agricultura urbana e agroecologia, estão em fase de planejamento a implementação da agrofloresta e a criação de um viveiro de mudas.

Como apresentado no capítulo anterior, a horta está localizada em uma das três áreas já liberadas pelo processo de remoções de famílias, o qual está sendo conduzido principalmente pela Urbel e SUDECAP. No Novo Aarão Reis, especificamente, já foram removidas 492 famílias das áreas de risco, segundo informações da Urbel<sup>91</sup>, o que representa 41,8% do total previsto para esse trecho. Algumas famílias ainda possuem residências nesse local, devido a

---

<sup>91</sup> Informações apresentadas no 14º Encontro do Deixem o Onça Beber Água Limpa, como parte da programação do evento online, realizado no dia 8 de junho de 2022.

negociações e processos ainda em curso. Também está localizada próxima a essa área a Cachoeira do Onça, a qual pretende-se integrar a partir de um circuito de trilhas para visitação.

A maior parte dessas famílias chegou no atual bairro Novo Aarão Reis há cerca de 30 anos, como parte do processo de ocupação do espaço. Segundo relatos das/os moradoras/es no 14º Evento do Deixem o Onça Beber Água Limpa, as primeiras famílias se instalaram na região a partir da organização de um acampamento coordenada pela igreja local, como parte da luta pelo acesso à moradia da população de baixa renda. Inicialmente se instalaram em barracas de lona de 09 m<sup>2</sup>, que abrigava cerca de 8 pessoas, segundo relato de uma das/moradoras. Em um processo que durou cerca de 2 anos, sem acesso à água e outras infraestruturas, a área passou então a ser foco de intervenções de regularização fundiária e parcelamento do solo que garantiram às famílias os lotes para construção de suas moradias. O processo de construção de infraestrutura urbana se iniciou na década de 1990 e atualmente contam com iluminação pública e sistema de saneamento básico (água e esgoto). Mesmo que na região já existam escolas, centro de saúde e acesso à transporte público, os serviços ainda não atendem de forma satisfatória à população.

Uma dessas famílias que ocuparam a área e receberam o lote como parte do processo de regularização fundiária, foi a de Elenilza, uma das principais responsáveis pela Horta Comunitária Seu Geraldo. Elenilza é costureira, nascida no interior da Bahia e foi uma das primeiras moradoras mobilizadas pela Urbel e outras lideranças do bairro para iniciar os trabalhos de reapropriação do trecho desapropriado. No começo de 2020, como parte das ações de utilização social do espaço, que conta com o apoio de outros setores da PBH, como a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica e a SUSAN, foram iniciados os trabalhos de implementação da horta comunitária na área de uma das antigas residências.

A partir de uma série de atividades e mutirões com a comunidade, reaproveitaram o espaço do quintal da residência do antigo morador Seu Geraldo, que faleceu em um acidente na MG-020 em 2019. O morador tinha tradições rurais e cultivava em seu quintal diversas espécies de plantas alimentícias e árvores frutíferas, assim como pode ser visto na figura a seguir. Como forma de homenageá-lo, nomearam a iniciativa como Horta Comunitária Seu Geraldo. Atualmente, além de Elenilza, um casal de moradores do bairro também participa dos trabalhos cotidianos da horta e são responsáveis pela transformação do espaço, que também contou com o trabalho coletivo das/os moradoras/es e apoiadoras/es, e tem se expandido para outras áreas do trecho constituinte da proposta do parque nessa região.



De acordo com as integrantes, havia várias expectativas em relação ao espaço e algumas dificuldades que foram superadas:

Eu esperava que essa terra fosse melhor para plantar. Veio com muito entulho [por conta das demolições das casas]. Para plantar aqui tá difícil, mas estamos arrumando terra preta para plantar (integrante da horta em entrevista)<sup>92</sup>.

Com medo do alagamento, começamos a juntar pneus para plantar [em uma área mais alta do terreno]. Mas graças a deus, depois que a prefeitura começou o trabalho no São Gabriel, deu essa chuva no começo do ano e não chegou água aqui não. Choveu muito, mas não encheu. Começamos a plantar bananeira onde alagava, porque gosta de água. Mas agora podemos plantar hortaliças, já que a água não veio (integrante da horta em entrevista).

---

92 Entrevista realizada em abril de 2022.



Figura 87. Antes e depois da Horta Seu Geraldo. Elaborado pelo autor a partir da imagem de satélite (Google Earth), em 2022.



Figura 86. Um dos primeiros mutirões de limpeza e expansão da horta comunitária, que contou com o apoio das/os moradoras/es, colaboradoras/es do COMUPRA e de outras/os apoiadoras/es. Fonte: PBH, 2021.

É importante mencionar, que as/os atuais integrantes da Horta Seu Geraldo não possuíam práticas agrícolas anteriormente à experiência na horta, o que foi sendo aprendido a partir das oficinas realizadas pela Urbel e SUSAN na área – “*eu preciso aprender muita coisa ainda*”, segundo uma das integrantes. Tem como princípio orientador das práticas a agroecologia, o que tem sido aplicadas de forma bem sucedida nos canteiros, nos plantios direto no solo e nas cercas com espécies trepadeiras. Essas e outras parceiras têm sido fundamentais para o desenvolvimento das atividades, assim como a inserção desse coletivo no movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e a parceria com o COMUPRA.

### **Da produção à destinação**

As/os integrantes da Horta Comunitária Seu Geraldo se revezam nos trabalhos cotidianos de plantio, manutenção, irrigação, colheita e vendas. Por ser uma iniciativa recente, ainda estão estruturando os espaços de cultivos, tentando reaproveitar o que já havia plantado pelo Seu Geraldo. Além das/os 03 integrantes, contam com ajudas pontuais das famílias e de outras/os moradoras/es do bairro e dos mutirões realizados em parceria com a Urbel. Os mutirões têm sido formas importantes de viabilizar a ampliação das áreas produtivas e estruturação de espaços de apoio, que conta com várias/os colaboradoras/es (como pode ser visto na figura a seguir). Atualmente, contam com mesa e cadeiras na entrada da horta, que utilizam como espaço de descanso, recepcionam visitantes e realizam atividades formativas.





**Figura 88. Fotos do mutirão realizado em maio de 2022. Fotos tiradas pelo autor no dia do mutirão.**

Em uma área de aproximadamente 250 m<sup>2</sup>, produzem seguindo os princípios da agroecologia diversas verduras, legumes, hortaliças, temperos, plantas medicinais e frutas, em áreas com canteiros e pequenos recipientes reutilizados, como pneus e bacias, em pequenas estruturas para espécies trepadeiras, plantio direto de algumas espécies em áreas específicas e ao redor da cerca. Estão se estruturando para construir um ambiente coberto para armazenar esterco e outros adubos doados pela SUSAN, como forma de produzir compostos orgânicos para adubação dos plantios (os compostos são feitos misturando o esterco com folhas e outros materiais orgânicos). Já a irrigação, é feita através de mangueiras conectadas no sistema de abastecimento de água via COPASA.

Os insumos utilizados na produção, como mudas, sementes e adubos, tem origens diversas, como doação de mudas e sementes pela prefeitura (através da SUSAN e Urbel), ou trazidas pelas/os integrantes e outras/os moradoras/es, além da compra em mercados próximos. Já materiais gerais, como ferramentas e materiais para cercamento da área, a maioria foram doados pela Urbel e outros adquiridos pelas/os próprias/os integrantes.





**Figura 89. Fotos das áreas de cultivos da Horta Seu Geraldo.  
Fotos tiradas em visita realizada em abril de 2022.**

Além das parcerias já mencionadas com órgãos da PBH, a Horta Seu Geraldo conta com apoiadoras/es e colaboradoras/es no centro de saúde do bairro e de professoras/es da Escola Municipal Herbert José de Souza (localizada no Novo Aarão Reis). Com frequência as/os professoras/es da escola levam as/os alunas/os para realizarem atividades na horta, como parte do projeto pedagógico, mas também com forma de as/os envolverem e colaborarem na estruturação do espaço. Como pode ser visto na figura a seguir, realizaram, como parte da programação de atividades para celebração do Dia Mundial da Água, uma oficina de plantio em garrafa pet com as/os alunas/os, plantaram árvores frutíferas e espécies nativas na área que



abrigará os equipamentos previstos pelo planejamento de implementação do parque, além da visita na horta guiada por Elenilza.



**Figura 90. Atividade realizada na Horta Seu Geraldo em parceria com Escola Municipal Hebert José de Souza, como parte das atividades do Dia Mundial da Água. Fotos tiradas pelo autor, em abril de 2022.**

Em relação à destinação, os alimentos produzidos em sua maioria são autoconsumidos pelas integrantes, realizam trocas e doações, além da comercialização na própria horta. Há uma crescente procura pelas/os moradoras/es por produtos produzidos no local, o que tem demandado o aumento da produção, a melhoria na definição dos preços e nas formas de distribuição da renda gerada. Atualmente, os recursos financeiros gerados são distribuídos entre as/os integrantes e parte é destinada na continuidade dos trabalhos na horta.

#### **Para seguir: desafios e desejos**

Em entrevista realizada com uma das integrantes da Horta Seu Geraldo, foi relatado que no período da pandemia, mesmo que tiveram que manter isolamento social, conseguiram avançar em diferentes frentes de criação e manutenção da horta. Os primeiros mutirões de implementação aconteceram um pouco antes da disseminação do COVID-19, mas as atividades foram se adequando para que o trabalho realizado inicialmente não fosse perdido.

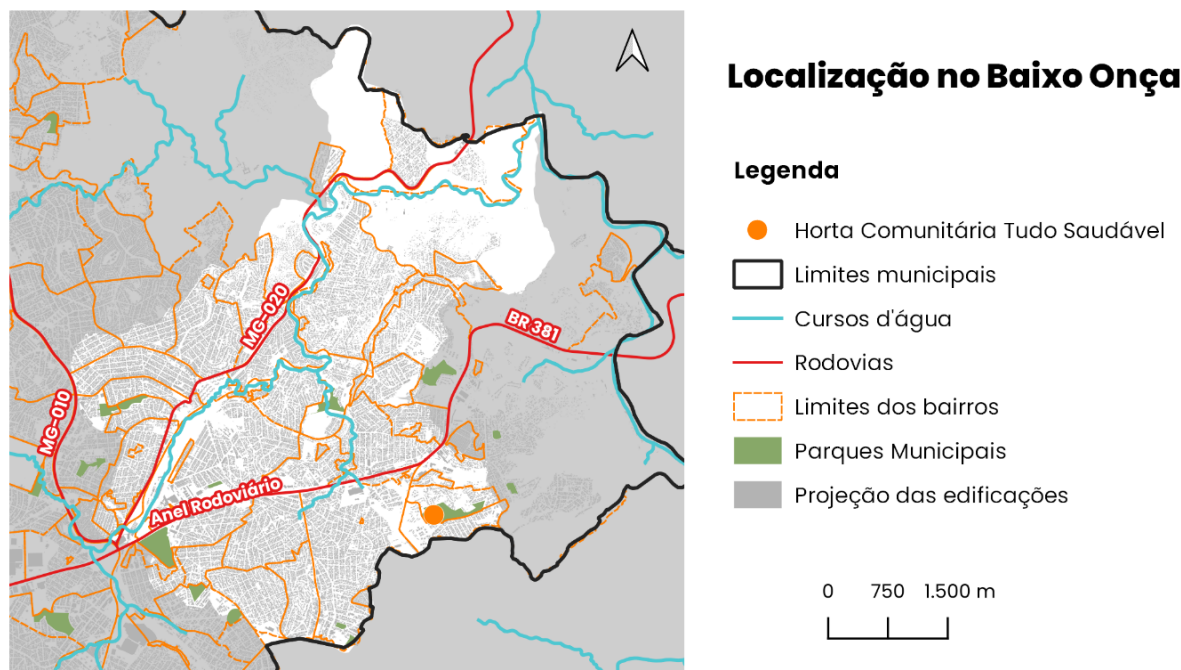
Atualmente, uma das principais dificuldades tem sido mobilizar outras/os moradoras/es da região para se tornarem integrantes permanentes. Muitas/os colaboram pontualmente, em atividades específicas, mas o desejo é que o coletivo se amplie - “*nós estamos querendo juntar a comunidade*”, como relatado por uma das integrantes. Já foram realizadas algumas atividades de sensibilização e mobilização, como distribuição de panfletos com informações e convite para participação, mas sem muita adesão. Para seguir, foi apontado como desejo que a horta conseguisse expandir sua produção para atender a demanda das/os moradoras/es, além de poder contribuir para a geração de renda das/os integrantes e mais recursos para investirem nas infraestruturas da horta.

A Horta Seu Geraldo, enquanto espaço de cultivo, encontro e de formação individual e coletiva em construção, é formada por pessoas engajadas nas questões sociais do bairro, assim como das propostas ampliadas para o Baixo Onça. Os interesses em torno da experiência coletiva, assim como desejos para esse espaço, perpassam por algumas motivações, assim como relatado:

Eu acho isso interessante [sobre hortas comunitárias], que é uma forma das pessoas tirarem sua alimentação. Muitas pessoas que já aposentaram, também ter uma atividade, alguma coisa para fazer. Pessoas que vieram do interior também. Eu vim mas não mexia com plantações. Tinha minhas plantinhas em casa, eu sempre gostei. Então quando surgiu a oportunidade disso aqui, eu empolguei. Eu não sei nada, mas empolgação eu tenho! (integrante da horta em entrevista – abril de 2022).

As conexões e parcerias construídas com a escola do bairro também mostram a importância de professoras/es engajadas/os nas dinâmicas do entorno das instituições de ensino, incorporando o território para a formação e educação da comunidade. Essa e outras parcerias, principalmente com o poder público, têm evidenciado a importância da construção coletiva da agricultura urbana em prol da (re)apropriação do espaço, valorizando o uso democrático e coletivo de áreas públicas de interesse ambiental.

## Horta Comunitária Tudo Saudável: saúde e recuperação ambiental



Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água, parques municipais, projeção das edificações e limites dos bairros. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitano (rodovias. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022. Projeção: SIRGAS 2000.

**Figura 91. Localização da Horta Comunitária Tudo Saudável no Baixo Onça. Elaboração do autor, 2022.**

A Horta Comunitária Tudo Saudável está localizada entre os bairros Vitória e Pousada Santo Antônio, na divisa com o município de Sabará, e é parte constituinte da área do Parque Ecológico e Cultural Fernando Roquete Reis. Desde o início, em 2018, a temática ambiental esteve presente, principalmente a partir de ações de recuperação ambiental, e constitui elemento fundamental da experiência vivida cotidianamente por seus integrantes. Por esse motivo, a área que abriga as atividades agrícolas se destaca na paisagem do parque, por conter uma diversidade de espécies nativas, principalmente frutíferas e outras espécies de árvores.

Assim como pode ser visto na figura a seguir, a horta se encontra em meio às ocupações de residências e conjuntos habitacionais nos bairros, fruto do processo de loteamento recente dessa região (por volta da década de 1990 e 2000). Outros loteamentos datam da década 1980 que se deu através do parcelamento de propriedades rurais do antigo povoado de Gorduras. Segundo as/os moradores/as, a região era constituída principalmente por antigas fazendas e áreas de pastagem que se transformaram a partir das ocupações atraídas pelas dinâmicas das indústrias e outras atividades localizadas principalmente ao longo do Anel Rodoviário. Foram



também atraídas pela construção dos conjuntos de edifícios habitacionais voltados para população de baixa renda pela prefeitura (o Conjunto Habitacional Vitória-Juliana, construídos entre 2009 e 2011, que conta com 304 unidades habitacionais e foi fruto de uma política habitacional, especificamente do Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – PRÓ-MORADIA).

Caminhando pelo bairro é possível encontrar diversos anúncios de lotes para compra, o que mostra que a região ainda está sendo ocupada por novos moradores/es ou possui um potencial de abrigá-las/os. Mesmo que a densidade populacional seja elevada, é possível notar pela Figura 92, que na região há presença de áreas não ocupadas com bens naturais importantes, como nascentes e córregos que serão apresentados adiante.

Nesse contexto que a Horta Tudo Saudável se insere e mesmo que esteja localizada em uma área distante do Ribeirão Onça, em seu entorno encontram-se nascentes do Córrego Gorduras, um dos contribuintes diretos do ribeirão. Nessa área o córrego ainda se encontra limpo e parte do trabalho de recuperação de suas nascentes, assim como manutenção da área e proteção, é realizado pelas/os integrantes da horta.



**Figura 92. Localização da Horta Comunitária Tudo Saudável entre os bairros Vitória e Pausada Santo Antônio. Imagem de satélite do Google Earth (março de 2022) e perímetro do lote delimitado pelo autor em 2022.**



**Figura 93. Áreas de cultivos da Horta Comunitária Tudo Saudável. Fotos tiradas em visita realizada em março de 2022.**

A ideia de criação da Horta Tudo Saudável surgiu a partir de um morador da região, que já desenvolvia ações de plantios de mudas de espécies nativas do cerrado e árvores frutíferas no bairro Vitória. A partir da identificação da área potencial para abrigar atividades comunitárias e coletivas voltadas para a preservação e recuperação ambiental, Seu Ângelo procurou a associação de moradores do bairro e outras/s moradoras/es para desenvolverem o projeto de um pomar comunitário. A ideia consistia em formar um coletivo a partir de interessadas/os que poderia consumir as frutas e utilizar a área para fins de lazer e recreação.

A partir da elaboração do projeto em 2016, Ângelo e outras/os moradoras/es submeteram a demanda para a coordenação da regional Nordeste, a qual acolheu de forma positiva e encaminhou para outros setores da PBH, especialmente para a SUSAN. Nesse processo, a regional administrativa também passou a identificar outras iniciativas de moradoras/es de bairros que compõem a regional para identificar demandas de ocupação de áreas ociosas para atividades coletivas com foco na recuperação ambiental e na agricultura urbana. Após uma série de reuniões com associações, lideranças e moradoras/es interessadas/os, assim como técnicas/os de vários setores da PBH (como assistentes sociais, técnicas/os da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/MG e da SUSAN), foram aprovados os projetos e as iniciativas puderam começar a se desenvolver,



dentre elas a Horta Comunitária Tudo Saudável e a Horta Ebenezer, que também se localiza no bairro Vitória.

A Horta Comunitária Ebenezer foi fruto da iniciativa de um pastor do bairro Vitória, que gostaria de desenvolver atividades de cultivos e plantios alinhados ao trabalho que já vinha desenvolvendo na igreja, com foco na população em situação de vulnerabilidade social e condição de dependência de substâncias psicoativas. Como compartilhado por Ângelo em entrevista (realizada em março de 2022), mesmo que foram demandas de moradoras/es do mesmo bairro, os enfoques eram diferentes e por isso cada uma das iniciativas recebeu o direito de uso de terrenos diferentes. Segundo dados da SUSAN e do grupo AUÊ! (PBH; AUÊ!/UFMG, 2022), a Horta Ebenezer iniciou suas atividades em 2019 e, até o final de 2021, contava com 12 pessoas permanentes envolvidas nas atividades. Em um terreno de aproximadamente 1.800 m<sup>2</sup>, cultivam hortaliças, frutas, plantas medicinais, aromáticas, condimentares, flores e ornamentais, que tem como destinação o autoconsumo, doações e comercialização, além serem espaços utilizados para lazer e fins terapêuticos.



**Figura 94. Áreas das hortas comunitárias Tudo Saudável e Ebenezer. Imagem de satélite do Google Earth (abril de 2022) e perímetros delimitados pelo autor, em 2022.**

Já na Horta Tudo Saudável, o coletivo formado por 18 moradoras/es passou a realizar em 2018 uma série de reuniões para definições sobre como se dariam as atividades e como se organizariam, com assessoria da SUSAN/PBH e outros técnicos da PBH. Realizaram também

visita à Horta Comunitária Vila Pinho, no Barreiro (Belo Horizonte)<sup>93</sup>, como forma de trocar experiências em relação à organização do trabalho coletivo. A partir da assessoria e das trocas de experiências, a ideia inicial do pomar se ampliou e se transformou na proposta de implementação de uma horta comunitária com o foco em cultivos alinhados ao desenvolvimento de sistemas agroflorestais.

A proposta se desenvolveu a partir de subdivisões da área total da horta em espaços de plantios e cultivos de 500 m<sup>2</sup>, inspirada na Horta Vila Pinho, em que cada integrante possui autonomia de desenvolver seus plantios e destinação da produção – o que configura um uso comum do espaço por parte de um coletivo de pessoas, ao contrário das outras experiências comunitárias apresentadas anteriormente, em que não há subdivisões espaciais internas. A distribuição de cada espaço entre os integrantes aconteceu a partir de um sorteio e, em entrevista com alguns integrantes da horta (em março de 2022), relataram que essa forma de organização facilitou as negociações, além de cada uma/um poder plantar como gostaria. Concomitante ao processo de distribuição, junto com a assessoria da SUSAN, elaboraram um regimento interno para a organização das atividades, assim como atribuições de responsabilidades para a gestão e manutenção do espaço como um todo.

No começo de 2019, deram início ao plantio de árvores frutíferas em meio à delimitação dos espaços individuais, como parte do planejamento de implementação de uma agrofloresta. Esta ação constituiu parte das atividades do projeto desenvolvido pela SUSAN/PBH, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiental (SMMA/PBH), de implementação de agroflorestas urbanas em diferentes áreas do município, como já mencionado no processo de implementação da agrofloresta na Horta Comunitária do Ribeiro de Abreu, às margens do Ribeirão Onça. Além dessa atividade, a SUSAN também apoiou no início das atividades com cursos e oficinas voltadas para plantios e cultivos agroecológicos, com insumos e materiais para cercamento da área.

Com essa forma de organização das atividades, assim como as etapas desenvolvidas e aprendidas na implementação da agrofloresta, a SUSAN utilizou-se dessa experiência para criar

---

93 A Horta Comunitária Vila Pinho reúne atualmente 16 famílias agricultoras, localizada na região do Barreiro - BH, e constitui uma das primeiras iniciativas coletivas e comunitárias de Belo Horizonte. Iniciaram seus trabalhos em 1998 como parte das primeiras experiências de implementação de hortas comunitárias em parceria com a PBH. Foi implementada em uma área de aterro nas margens de um curso d'água e hoje constitui uma das experiências de referência no município. Merece destaque também pela primeira Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) concedida para agricultoras/es em hortas comunitárias, sendo uma das famílias reconhecida oficialmente pela legislação como agricultores familiares.



um modelo que poderia guiar a criação de outras unidades produtivas formadas por coletivos ou grupos de moradoras/es, em que se fundamentasse na identificação de áreas ociosas pela cidade, com foco na recuperação de áreas degradadas e na promoção da segurança alimentar e nutricional da população do entorno.

Como desdobramento importante, implementou-se em 2019 a Horta Comunitária Coqueiro Verde, localizada no bairro Paulo VI, em que teve como inspiração o processo de criação e consolidação da Horta Tudo Saudável. A SUSAN/PBH, junto com o coletivo formado por moradoras/es do Paulo VI, utilizou-se dos elementos de organização interna e da forma produtiva adotada na Tudo Saudável (que associa agrofloresta e horta), para assessorar a implementação, gestão e desenvolvimento das atividades na Coqueiro Verde.



**Figura 95. Localização da Horta Comunitária Coqueiro Verde em relação às outras hortas comunitárias pesquisadas. Elaboração do autor a partir de imagem de satélite (Google Earth, abril de 2022), em 2022.**

Segundo informações da SUSAN e AUÊ! (PBH; AUÊ!/UFMG, 2022), a Horta Coqueiro Verde (Figura 95) conta com 11 famílias da comunidade do entorno no desenvolvimento da agrofloresta com plantios e cultivos de hortaliças, plantas medicinais, aromáticas, condimentares e árvores frutíferas em uma área de 16.000 m<sup>2</sup>. Assim como na Tudo Saudável, a partir de um credenciamento de pessoas interessadas em se envolver com o plantio no espaço da horta – processo conduzido pelas/os atuais integrantes em diálogo com a SUSAN/PBH e guiado pelo regimento interno da horta –, cada integrante ou família possui um espaço interno para desenvolverem suas práticas (majoritariamente em canteiros). Essa

delimitação interna não impede que haja trocas e compartilhamento de saberes, favores e recursos materiais (como ferramentas, insumos, dentre outros) entre os integrantes, conformando um uso comum do espaço da horta. Nesse sentido, as parcerias com outras organizações e instituições também caminham para o beneficiamento da horta e seus integrantes como um todo.

As/os integrantes da Coqueiro Verde comercializam a produção no próprio espaço, assim como o autoconsumo e doações são práticas recorrentes, o que impacta na geração de renda e segurança alimentar das famílias. As práticas agrícolas agroecológicas também cumprem funções terapêuticas e medicinais, além de serem parte estruturante do trabalho de recuperação ambiental da área (o que pode ser visto na transformação do espaço da horta na figura a seguir).





**Figura 96.** Área onde foi implementada a Horta Comunitária Coqueiro Verde. Assim como na Horta Comunitária Tudo Saudável, é possível notar a transformação a partir da inserção dos cultivos na área. Elaborado pelo autor a partir de imagem de satélite (Google Earth), em 2022.

É notório ao chegar no entorno da Tudo Saudável ver que no espaço onde está localizada há uma densidade de árvores e outras espécies vegetais que destoa das outras áreas do parque, em que há predominantemente plantas rasteiras e forrageiras. Como Ângelo comenta em entrevista, *“aqui é como se fosse um núcleo arborizado. Foi um trabalho de três anos. Antes era só capim e incêndio. Além de queimar o capim, queimava as mudas das árvores também”* (2022). A partir da figura a seguir, é possível notar a transformação do espaço, de uma área com pouca diversidade biológica para um espaço notoriamente biodiversificado. Além de espécies vegetais, em visita foi possível notar diversos animais, como pássaros, borboletas, joaninhas e outros animais.





Foto antes da implementação da horta, em 2013. Fonte: MARSICANO, 2021.



Imagem de satélite (Google Earth) da área da atual Horta Comunitária Tudo Saudável em maio de 2013.



Foto da horta em 2022. Foto tirada pelo autor em visita realizada em 2022.



Imagem de satélite (Google Earth) da Horta Comunitária Tudo Saudável em março de 2022.

**Figura 97. Transformação do espaço a partir da implementação da Horta Comunitária Tudo Saudável. Elaborado pelo autor a partir de imagem de satélite (Google Earth), em 2022.**

O Parque Ecológico e Cultural Fernando Roquete Reis foi implementado oficialmente em 2005 (a partir da lei municipal nº 9.076, em janeiro de 2005) e sua gestão fica a encargo da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica da PBH. A área total do parque é de 101.919,20 m<sup>2</sup>, em que 10.000 m<sup>2</sup> foi concedida para uso da Tudo Saudável sem tempo estimado. Nessa área se encontram 04 nascentes cadastradas pela prefeitura, responsáveis pela contribuição direta do Córrego Gorduras, cuidadas principalmente pelas/os integrantes da horta. O Parque constitui-se exclusivamente para a preservação ambiental, não tendo nenhuma infraestrutura para acolher atividades de lazer e permanência das/os moradoras/es da região. Isso implica em algumas restrições de utilização da área pelas/os as/os agricultoras/es da Tudo Saudável, como uma maior restrição de construções (dada a porcentagem exigida por lei de maior permeabilidade do solo) e utilização de materiais com algum grau de poluição e contaminação, como concreto, pneus, etc. Por outro lado, a partir do trabalho que vem realizando, apresentam



uma experiência concreta de compatibilidade de práticas agroecológicas com áreas de proteção ambiental.

Na Figura 98 é possível visualizar a área total do Parque e os limites da Horta Tudo Saudável, com identificação da localização das nascentes e do córrego Gorduras. Como relatado em entrevista, após a implementação da horta, as nascentes e o córrego melhoraram em termos de quantidade e qualidade da água, em que tem influência direta dos cuidados que as/os agricultoras/es realizam da área. “Normalmente a água secava, no mês de junho e julho. Agora, o mês pode estar mais seco possível, a água continua correndo o ano todo”, como relatado por um dos integrantes.



Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (nascentes, cursos d'água, parques municipais, projeção das edificações e limites dos bairros. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitan (rodovias. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022. Projeção: SIRGAS 2000.

**Figura 98. Mapa com os limites do Parque Ecológico e Cultural Fernando Roquete Reis, área da Horta Tudo Saudável e nascentes cadastradas pela PBH. Elaboração do autor, 2022.**

O trabalho das/os agriculturas/es em relação à recuperação e manutenção das águas é fundamental para a conservação ambiental da área do parque, mas tem sido impactado por alguns casos de rompimento da rede de esgotamento sanitário da COPASA nos limites do parque. Foi relatado em entrevista que de tempos em tempos, mesmo com as manutenções da rede realizadas pela companhia de saneamento, dejetos caem nos cursos d'água e comprometem a qualidade das águas. Desejam que o serviço prestado seja mais eficaz, para que consigam manter o trabalho que vem sendo realizado – “aquela água é tão bonita, a gente vê os peixinhos nela” (fala de um dos agricultores em entrevista).

### **Da produção à destinação**

Atualmente a Horta Comunitária Tudo Saudável reúne 16 agricultoras/es urbanos, todas/os moradoras/es do Vitória e de bairros vizinhos (Jardim Vitória, Pousada Santo Antônio e Vila Maria), o que facilita os deslocamentos diários para a horta. Residir nos bairros próximos da horta também constitui parte dos critérios exigidos no regulamento interno. Boa parte das/os integrantes atuais estão desde o início da implementação, mas no decorrer tiveram algumas desistências e novas inclusões. Há, em termos quantitativos, uma equidade de gênero entre os participantes (cerca de 50% são mulheres), e em sua maioria são pessoas idosas (acima de 60 anos), mas com presença de adultos entre 30 e 50 anos (MARSICANO, 2021). Segundo pesquisa realizada por Sofia Marsicano com os integrantes da horta, em 2021, a maioria das/os agricultoras/es são aposentados, mas há uma diversidade de ocupações entre as/os integrantes, como ambulantes, engenheiros, estudantes e motoristas.

As dinâmicas de inclusão de novas/os integrantes, assim como a definição de coordenadoras/es e sub-coordenadoras/es, são regulamentadas pelo regimento interno construído em 2018. Há a rotatividade da coordenação, que fica atribuída a resolução de problemas de infraestrutura e demandas específicas do coletivo levantadas em reuniões periódicas. Além disso, é de responsabilidade da coordenação mediar os diálogos com as instituições e organizações parceiras. Em relação às/aos novas/os integrantes, existe uma lista de espera com moradoras/es da região que preencheram fichas de cadastro com interesse na participação, que são convidadas/os quando há alguma desistência. Em entrevista realizada com três das/os agricultoras/es da horta (março de 2022), foi relatado que há a necessidade de rever alguns pontos do regimento, assim como o interesse de incluir novas dinâmicas de inclusão de integrantes. A ideia é definir um período de teste para acompanhar as/os interessadas/os, *“para ver se os novos integrantes assumem ou não. Dependendo do desempenho e interesse de cada. Tem gente que quer ficar, mas não produz muito e não interage com os outros integrantes. Não cria trocas e relações”* (fala de uma das/os entrevistadas/os).



**Figura 99. Vista da Horta Tudo Saudável.  
Fotos tiradas pelo autor em visita realizada em março de 2022.**

Como mencionado, foram entrevistadas/os três das agricultoras/es, que também guiaram a visita realizada pela área total da horta. Outras/os agricultoras/es também estavam presentes, mas desenvolvendo suas atividades em seus espaços. Ao questioná-los sobre suas origens, apenas Juliano não possui um passado ligado à agricultura, que foi se envolvendo mais ativamente quando iniciou os processos formativos e as trocas de experiências na Tudo Saudável. Juliano se dedicou à outras profissões ao longo da vida, mas sempre experimentava nos quintais das residências em que morou alguns plantios, como alface e plantas aromáticas. Já Dona Maria e Seu Ângelo, desde criança tiveram contato com a agricultura, a partir das famílias que eram produtoras/es rurais em municípios do interior de Minas Gerais.

Meu contato com plantio foi praticamente no berço. Fui criado na roça, na área rural. A gente mexia com plantações, para sobrevivência. Arroz, feijão, milho, verduras, legumes no geral. Sempre gostei de horta no quintal. Sempre ter verduras e frutas variadas (Ângelo, 2022).



Isso revela que há uma diversidade de trajetórias e histórias das/os integrantes da horta que também é vista nas formas com que cada um desenvolve seus plantios. Alguns produzem seus alimentos em sistemas agroflorestais, outros combinam cultivos em canteiros com plantações direto no solo nos limites das áreas individuais, a depender das espécies cultivadas. Há também pequenas estruturas para plantas trepadeiras em meio às árvores frutíferas. Apesar de cada um cultivar em seus espaços, há muitos intercâmbios entre elas/es, seja a partir de trocas de sementes e mudas, insumos diversos, de serviços e de saberes.



**Figura 100.** Algumas áreas e formas produtivas da Tudo Saudável. Nota-se a interação entre as produções em canteiros e consórcios com outras espécies. Fotos tiradas pelo autor em visita realizada em março de 2022.





**Figura 101. Algumas áreas e formas produtivas da Tudo Saudável. É possível perceber os canteiros em meio às árvores frutíferas implementadas pelo projeto de agroflorestais urbanas. Além disso, foto à direita, há construção de algumas estruturas em madeira para apoio de cada agricultora e agricultor nas áreas individuais. Fotos tiradas pelo autor em visita realizada em março de 2022.**

Em relação aos insumos para a produção, cada um viabiliza de alguma forma a partir das necessidades específicas, mas há doações de sementes, mudas, esterco e compostos orgânicos pela SUSAN. Realizam algumas compras coletivas, a depender dos acordos e negociações que realizam internamente. Produzem adubos e compostos orgânicos a partir da mistura do esterco doado ou comprado com folhas e galhos de podas. Mesmo que esses insumos básicos para a produção estejam atendendo a produção atual, em entrevista foi relatado o desejo de buscar insumos de maior qualidade e de produzirem as próprias mudas.

Quanto à irrigação, possuem um sistema de distribuição interna por meio de mangueiras conectadas à uma caixa d'água abastecida pela rede de fornecimento da COPASA. Gostariam de viabilizar outras formas de armazenamento e distribuição de água, como águas de chuva e poço artesiano, mas ainda não conseguiram se organizar para solicitar o licenciamento ambiental e recursos financeiros para compra dos materiais necessários.



**Figura 102. Agricultoras/es da Tudo Saudável guiando e mostrando as áreas de cultivos em visita realizada em março de 2022. Fotos tiradas pelo autor, 2022.**

O objetivo de cada agricultora e agricultor da Tudo Saudável é variado, mas em sua maioria cultivam para o autoconsumo. Há algumas/ns que orientam suas produções para a comercialização, o que é fundamental para a renda familiar. Entretanto, há outras motivações ligadas ao cotidiano e às dimensões afetivas que devem ser reconhecidas e visibilizadas. Em entrevista, tiveram alguns relatos marcantes:

É uma atividade gostosa de fazer. É como se fosse um lazer. Eu gosto muito de vir aqui. Acho muito bacana as plantas germinarem e crescerem. Até chegar o ponto de dar frutos. Outras que dão frutos periodicamente, já tão adultas. Sentir aquilo ali, o cheiro das flores. Pra mim aquilo é vida. É muito importante tá num ambiente natural assim. Pra mim é fundamental. Eu venho praqui com prazer. A gente sabe que é uma atividade pesada, mas é um pesado prazeroso [...]. Eu costumo dizer que cuidar da planta é como cuidar de um filho. Seu filho nasce, você começa cuidando dele, depois ele fica mais independente. Mas ce tá sempre querendo cuidar dele. A planta é a mesma coisa. Tá querendo acompanhar ela, ver o que pode acontecer com ela. Proteger ela do sol, da chuva quando vem demais. Cuidar da fertilização do solo para ela ter uma vida saudável. Esse cuidado é muito gratificante. Cuidar da natureza, que fazemos parte dela (Angelo, 2022).



Juliano e Dona Maria complementam:

As minhas vindas aqui são prazerosas. Um momento de relaxamento. Mesmo capinando ou picando os galhos para misturar na terra, eu me sinto bem com isso (Juliano, 2022).

Antes quando não tinha essa horta, eu era muito estressada. Agora quando eu venho pra cá esqueço até de comida. Meu marido que me lembra de trazer um lanche (Dona Maria, 2022).

De forma geral, todas/os comercializam na própria horta para a vizinhança, que recorrentemente as/os procuram. Em entrevista, relataram que muitas vezes não conseguem atender a demanda da vizinhança: *“A gente não tá conseguindo produzir pra eles”*; *“Ainda sai xingando a gente. Essa horta não tem nada...”*. Além do ponto fixo na horta para a comercialização diária, quinzenalmente montam uma barraca de feira na calçada, como parte da programação do Circuito de Comercialização da Feira de Agricultura Urbana, promovido pela SUSAN/PBH. O circuito de comercialização é composto pela feira central que acontece semanalmente na rua Goiás (centro de Belo Horizonte) e pelos pontos de venda distribuídos em seis regionais da cidade (PBH, 2022). A Horta Tudo Saudável é responsável pelo ponto regional Nordeste do circuito.



Figura 103. Logo da Feira da Agricultura Urbana promovida pela SUSAN/PBH. Fonte: PBH (2022a).

Apesar de grande parte da destinação da produção da horta ser voltada para o autoconsumo, foi relatado pelas/os agricultoras/es entrevistadas/os o papel que a produção ocupa no orçamento familiar, principalmente com o que deixam de comprar nos mercados locais. *“Só de não comprar muitas coisas, já é um auxílio de renda muito importante”* (Seu

Ângelo, 2022). Dona Maria também compartilha da mesma ideia de Ângelo: *“Olha como tá o quiabo aqui! Nessa época não comprei quiabo nenhum, peguei tudo daqui. Se fosse para comprar... tá tudo muito caro”*.

### **Para seguir: desafios e desejos**

O período pandêmico ocasionou algumas limitações para a Horta Comunitária Tudo Saudável como, no início de 2020, a ausências de algumas agricultoras/es que decidiram manter o distanciamento social como medida de prevenção ao COVID-19. As medidas foram intensificadas por alguns integrantes após o falecimento de um casal que morava no bairro. Além disso, reduziram as reuniões periódicas. Entretanto, para algumas/ns, como relatado em entrevista, as atividades na horta ajudaram a se manterem ativos nesse período. Compartilharam que como tinham que ficar muito tempo isoladas/os em casa, ir para horta era uma espécie de refúgio.

A gente fazia os trabalhos aqui, então a gente tá fazendo atividade física, ao mesmo tempo tendo aquele relaxamento mental. Tinha muita pressão por conta da COVID. A gente reduzia essa pressão a partir das atividades da horta. (Ângelo, 2022).

Retomaram os trabalhos presenciais de reuniões com o decorrer da melhoria e das condições de contaminação, mas mantendo algumas medidas de cuidados. Nesse período tiveram alguns problemas na coesão do coletivo, mas foram negociando e dialogando para solução dos problemas. Entretanto, a mobilização das/os 16 integrantes em torno de questões comuns da horta ainda se apresenta como um desafio a ser superado. Como relatado por alguns integrantes: *“são pontos de vista diferentes, valores diferentes. E na hora de encaixar essas peças, dá um trabalhinho”*; *“Quanto mais gente no grupo, mais complicado. Como se fosse um condomínio. Os problemas são os mesmos”*.

Outro desafio apontado foi a dificuldade que tiveram em manter a segurança da horta. No início haviam muitos problemas com roubos de equipamentos, de materiais e dos próprios cultivos. Revezavam entre as/os integrantes para fazerem uma espécie de vigia da área, o que diminuiu esses casos. Após o cercamento da área do parque, realizado pela Fundação de Parques e Zoobotânica, estabilizaram a segurança da horta e também demarcaram o espaço, o que para as/os integrantes significou a consolidação da horta para a vizinhança. Com isso, o acesso passou a ficar restrito e passaram a ter maior controle da área.



As parcerias com o poder público, como foi caso do cercamento da área, tem se mostrado como positivo para a consolidação e desenvolvimento dos trabalhos na horta, o que é constantemente foco de atenção das/os integrantes em manter um bom relacionamento com os órgãos da prefeitura em diálogo. Um outro exemplo positivo dessas parcerias foi a construção de um espaço de apoio e convivência na horta, a partir da reforma de um container que conta com compartimentos para armazenamento de ferramentas e insumos e banheiros, além da área coberta adjacente com um fogão à lenha, mesa e área para apoiar redes de descanso.



**Figura 104.** Espaço de apoio e convivência construído a partir das parcerias. Fotos tiradas pelo autor em visita realizada em março de 2022.



**Figura 105. Espaço de apoio e convivência construído a partir das parcerias. Fotos tiradas pelo autor em visita realizada em março de 2022.**

O projeto arquitetônico desse espaço se baseou em técnicas e materiais sustentáveis, como a construção de um biodigestor para tratamento das águas provenientes dos lavatórios e bacias sanitárias. Além de ser um espaço de apoio da horta, que passou a ter um lugar mais seguro para armazenamento de materiais, é também um lugar de convivência e de encontros. Essa construção foi viabilizada pela SUSAN/PBH, SMMA e parceria com o projeto Gentiliza.

Das parcerias também merecem destaque os contatos realizados entre a Tudo Saudável com outras iniciativas de hortas comunitárias de Belo Horizonte, como a já mencionada Horta Vila Pinho e Coqueiro Verde. Além dessas, as/os integrantes mantém diálogo com a Horta Maria (horta comunitária que será apresentada a seguir), localizada no bairro São Gabriel, e da Horta Familiar do Vitória, experiência conduzida por um coletivo de moradoras/es da Ocupação Vitória, na região da Izidora (regional de norte de Belo Horizonte). Manter o contato e parcerias com outras iniciativas de agricultura urbana são consideradas ações importantes para as/os agricultoras/es da Tudo Saudável, assim como foi relatado em entrevista:

Eu acho importante essa troca de ideias. Até com relação à administração. Como eles fazem lá, o que tem dado certo e o que não tem dado certo. É com as boas experiência que a gente vai multiplicando as boas ideias. Eu acho isso muito importante. (Ângelo, 2022).

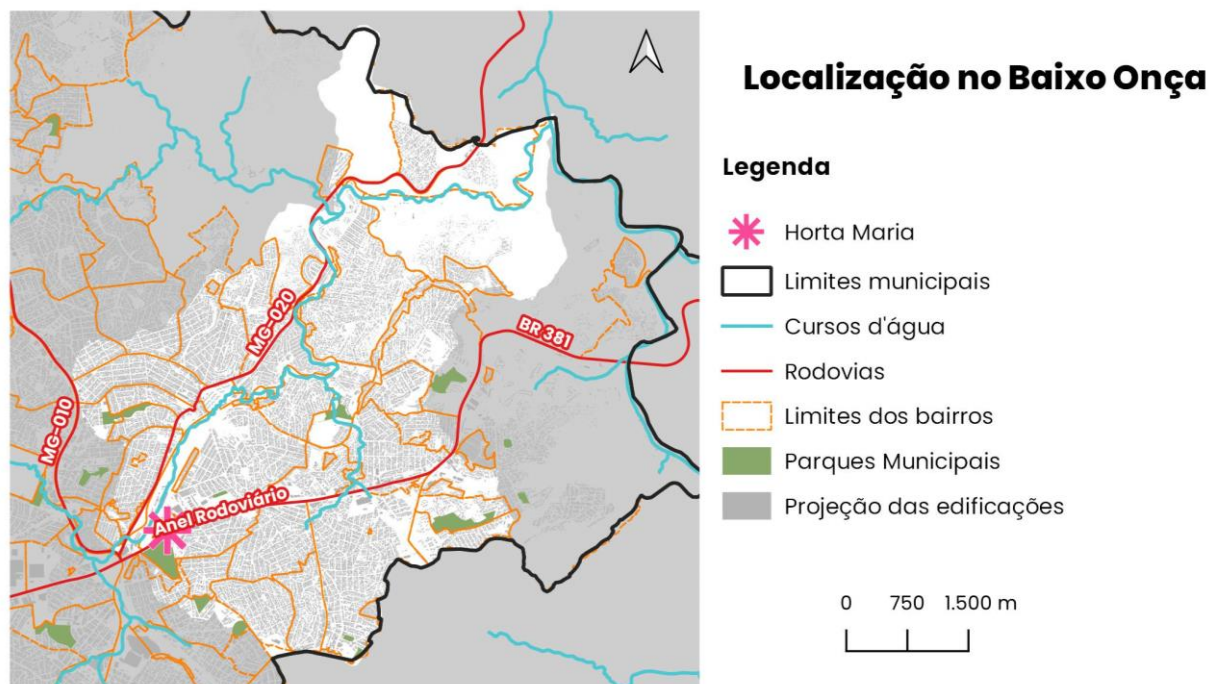
Apesar de não estarem envolvidos diretamente com o movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, as/os integrantes conhecem a proposta do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão

Onça e realizam um trabalho importante de manutenção da área de contribuição do córrego Gorduras que, como já mencionado, é contribuinte direto do Ribeirão Onça. Assim como integrantes do movimento costumam dizer, *estamos conectadas/os pelo Onça*.

Assim, a Horta Tudo Saudável e seus integrantes mostram as possibilidades que a agricultura urbana alinhada à agroecologia pode desempenhar em áreas de interesse ambiental, em que muitas vezes o uso agrícola é considerado de impacto e incompatível com a preservação de bens naturais. Além de serem compatíveis, as/os agricultoras/es evidenciam que foram agentes ativos na produção da qualidade ambiental, ao incorporarem uma biodiversidade de plantas em uma área que possui poucas espécies nativas, além da atração de outros animais. Ainda, foram responsáveis para a qualidade das águas presentes, incorporando os cuidados em suas atividades cotidianas que inspiram outros sujeitos a se relacionarem de forma cuidadosa com nascentes e córregos. Desta forma, a produção desse espaço está alinhada à vivência coletiva e de uso comum que valoriza processos compartilhados de experimentação e convivência com e a partir de bens naturais.



## Horta Maria: trabalho comunitário e apropriação do espaço



Fonte das bases cartográficas: IBGE (limites municipais); Prefeitura de Belo Horizonte (cursos d'água, parques municipais, projeção das edificações e limites dos bairros. Disponível em: [bhmap.pbh.gov.br](http://bhmap.pbh.gov.br)); Plano Metropolitano (rodovias. Disponível em: [rmbh.gov.br](http://rmbh.gov.br)). Elaboração do autor, 2022. Projeção: SIRGAS 2000.

**Figura 106. Localização da Horta Maria no Baixo Onça. Elaboração do autor, 2022.**

O trabalho realizado na Horta Maria (antiga Horta Comunitária Frutos da Terra), tem mostrado a importância de iniciativas comunitárias de agricultura urbana na apropriação de espaços ociosos dentro da cidade, em que o poder público é um importante aliado. Fruto do trabalho coletivo feminino, nos últimos dois anos a horta tem se consolidado a partir do aprendizado coletivo e das práticas de mulheres sem tradições rurais, que se pautam pela melhoria da qualidade ambiental do entorno, na busca por alimentos de qualidade e na melhoria da qualidade de suas vidas cotidianas.

A horta está localizada no bairro São Gabriel, próxima à Estação de Integração São Gabriel, em uma área de aproximadamente 1.200 m<sup>2</sup>. Nesse bairro há pouca presença de áreas verdes, devido ao processo de ocupação de indústrias e outros equipamentos ligados às atividades industriais instaladas em décadas anteriores. O bairro surgiu a partir do processo de loteamento de antigas áreas rurais, como desdobramento dos investimentos realizados pelo poder público municipal e estadual ao longo da Avenida Cristiano Machado e posteriormente nas obras de ampliação e requalificação do Anel Rodoviário (entre as décadas de 1980 e 2000).



Assim, essa região se tornou um polo econômico dinâmico de Belo Horizonte, que estimulou a criação de vários bairros (PBH, 2013). Atualmente, nessa região estão instalados centros de logísticas (principalmente o Centro de Triagem de Cartas e Encomendas do Correios) e dois grandes centros comerciais de abrangência regional, como o Minas Shopping e o Minas Casa, conectados às estações de metrô e ao sistema de ônibus de trânsito rápido (BRT) (Estação de Integração São Gabriel) – principais modais de transporte público utilizados para mobilidade da população residentes da regional Norte e Nordeste de Belo Horizonte (que inclui boa parte dos bairros que constituem o Baixo Onça). Como já mencionado no capítulo 02, nessa região o Ribeirão Onça se encontra canalizado e nesse trecho estão sendo realizados as obras de Macrodrenagem dos Ribeirão Pampulha e Onça.



**Figura 107. Localização da Horta Maria no bairro São Gabriel.**  
Elaborado pelo autor a partir da imagem de satélite do Google Earth (maio de 2022), em 2022.



**Figura 108. Visão geral da Horta Maria. Foto tirada em visita realizada em abril de 2022.**

A Horta Maria surgiu a partir da motivação de moradoras do bairro em transformar um lote vago em uma horta comunitária. O local é uma área remanescente de parcelamento, localizada ao lado de um conjunto de edifícios e uma garagem de caminhões, em que anos anteriores havia ocupações de moradias irregulares. Depois da remoção dessas famílias pela prefeitura, a área passou a ser utilizada como depósito de entulhos e outros resíduos, além da constante tentativa de reocupação do espaço pela população. Entre 2018 e 2019, uma das atuais integrantes, juntamente com outras moradoras, realizaram um levantamento de interessadas/os em integrar a iniciativa coletiva, em que foi encaminhado para a associação de moradores do bairro.



Eu não conhecia ninguém no bairro, só que eu queria desenvolver um uso aqui. Então eu precisava de alguém que fizesse contato com as pessoas do bairro. Entrei em contato com a síndica que me indicou uma moradora que além de me levar até a associação do bairro saiu pelo bairro todo distribuindo esse formulário (relato de umas das integrantes, em entrevista realizada em abril de 2022).

Outras iniciativas de ocupação desse lote já haviam ocorrido, mas sem muita adesão, o que provocou em algumas integrantes desconfiança em relação à proposta: *“Assim, na verdade eu não pus muita fé não porque muitas vezes o pessoal tentou, falaram que iam fazer alguma coisa aqui e nunca saiu. Ai, quando veio a horta, pensei que é outra coisa que provavelmente também não ia sair”* (relato de umas das integrantes, em entrevista realizada em abril de 2022).

Mesmo com as desconfianças, as atuais integrantes da horta participaram das reuniões de planejamento e implementação da horta comunitária. A princípio, eram cerca de 48 pessoas interessadas e com a desistência de boa parte chegaram a 13 pessoas em 2021. Atualmente as atividades são conduzidas principalmente por 3 moradoras do entorno - *“quem tá na luta aqui é nós três”*. Inicialmente a condução dos trabalhos seria de responsabilidade da associação de moradores, mas com o decorrer da experiência passou a ser realizada pelas três integrantes.

Após a concessão de utilização pela prefeitura, no começo de 2020, solicitaram a limpeza do terreno que contou com o apoio dos órgãos responsáveis pela limpeza urbana e também do trabalho da comunidade. Uma das integrantes relata que esperava que ao chegar no terreno, a horta já estaria implementada, *“tinha expectativa em ter uma horta bonitinha, prontinha e a gente vai vir aqui só regar e plantar. Não imaginava que seria todo esse trabalho”*. Após um período de trabalho árduo de limpeza e retirada dos entulhos, em que as integrantes seguiram após o apoio da prefeitura com alguns insumos, peneiraram as terras (como relataram) e abriram alguns canteiros para os plantios iniciais de hortaliças.

Antes de se reunirem em torno da implementação da horta, as integrantes, mesmo que vizinhas, não se conheciam. A horta então promoveu o encontro de diferentes sujeitos do bairro e contribuiu para a coesão das integrantes que, além da preocupação com a horta, participam e se mobilizam em torno de outras questões do bairro. Continuaram os trabalhos ao longo dos anos de 2020 e 2021, focadas na coesão do grupo, nos aprendizados de plantio e cultivos, e hoje tem expandido a produção. Como pode ser visto na Figura 109, o desejo de transformar o lote vago se concretizou.



**Figura 109. Transformação do espaço a partir das atividades da Horta Maria. Elaborado pelo autor a partir da imagem de satélite (Google Earth), em 2022**

Antes do envolvimento com a horta, as integrantes atuais não possuíam envolvimento com a prática agrícola. Relataram que os pais e as mães cultivavam nos quintais de suas moradias hortaliças e outras espécies alimentícias, mas que se envolviam pouco. Apenas uma das integrantes relatou que contribuía com o trabalho nas hortas dos pais e aprendeu algumas práticas de plantio, “*inclusive conversar com as plantas*”. Outra integrante compartilha: “*Meu pai, lá quando eu era criancinha, plantava cana, plantava quiabo, a gente tinha um quintal ne? Mas ele plantava e eu só desfrutava, o contato com a terra eu vim ter aqui. Eu não sabia de nada!*” (relato de uma das integrantes em entrevista – abril de 2022).



Entretanto, as integrantes buscaram formas de aprenderem sobre os princípios, fundamentos e práticas da agroecologia, que se deram principalmente a partir da participação na formação oferecida pela SUSAN/PBH, por meio da Trilha da Agroecologia. A Trilha é uma das formações ofertadas pelo Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN), sediado no Mercado Popular da Lagoinha (região central de Belo Horizonte). O objetivo é oferecer formação nos temas da agroecologia em busca de qualificar agentes multiplicadores na perspectiva de construção de uma cidade sustentável (Trilha da AgroecologiaPBH/SUSAN, 2022)<sup>94</sup>.

As agricultoras/es que integram unidades produtivas apoiadas pela SUSAN/PBH, através da sua política de fomento à agricultura urbana e agroecologia, tem preferência na formação da Trilha, a qual facilitou a participação das integrantes da Horta Maria. Além de serem apoiadas pela SUSAN, contam com o apoio e parcerias de universidades, dentre elas um grupo de professoras/es da PUC Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Unidade São Gabriel), através de disciplinas, trabalhos de conclusão de curso de alunas/os focados na horta e outras atividades.

Outra ação que as integrantes da Horta Maria participam, em parceria com o grupo AUÊ!/UFMG, é o acompanhamento realizado a partir do preenchimento das cadernetas agroecológicas. A caderneta agroecológica é um instrumento político-pedagógico elaborado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em parceria com o movimento de mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas. O objetivo das cadernetas é registrar e mensurar a produção e destinação de produtos e serviços realizados por agricultoras, como forma de visibilizar a contribuição das mulheres para a economia familiar e para reprodução dos agroecossistemas, que inclui atividades para o autoconsumo e outras atividades para a reprodução da vida (CARDOSO *et al.*, 2019). Com esse trabalho, as mulheres da Horta Maria têm compartilhado experiências com outras agricultoras de Belo Horizonte, como as que

---

94 Essa formação acontece em duas turmas a cada semestre e conta com um plano pedagógico fundamentado em metodologias participativas e aulas teóricas e práticas, baseadas na troca de conhecimentos entre especialistas e mestres do saber popular e as/os participantes. A formação é organizada em 5 eixos temáticos (introdução à agroecologia; manejo agroecológico; conservação ambiental; saúde e agroecologia; e agroecologia urbana e metropolitana), além de um eixo transversal baseado nas vivências e experiências a partir de visitas e mutirões em unidades produtivas existentes no município e na região metropolitana. De acordo com a SUSAN/PBH (2022, n.p.), “espera-se que os participantes do curso tenham um aprofundamento em temas relacionados a agricultura ecológica e urbana, tanto nos aspectos técnicos de manejo, como nas questões conceituais e filosóficas”.

participam da Horta Tudo Saudável, do COMUPRA e a Dona Vera (apresentadas anteriormente).

### **Da produção à destinação**

Atualmente as integrantes da Horta Maria se revezam nas atividades cotidianas, que se estruturam em geral nos plantios, manutenção, estruturação de canteiros, limpeza, colheita, administrativo, comunicação, captação de recursos e parcerias, além das vendas e destinação da produção. Cultivam principalmente em formatos de canteiros em um espaço de aproximadamente 1.200 m<sup>2</sup>, ainda não completamente ocupado. Por ser uma iniciativa recente, ainda estão se planejando para ampliar os canteiros, estruturar outras formas de produção e estruturação do espaço, já que ainda não contam com espaço coberto e de apoio para os trabalhos diários.



**Figura 110. Canteiros cultivados na Horta Maria. Fotos tiradas em visita realizada em abril de 2022.**



Os insumos, em sua maioria, são ofertados pela SUSAN, assim como contam com o subsídio no fornecimento de água, concessão de uso do terreno e assessoria técnica. A prefeitura doa mudas, sementes, adubos e algumas ferramentas, a depender da solicitação feita por elas. Um dos principais desafios enfrentados se relaciona com o planejamento da produção, uma vez que ainda não conseguiram equilibrar a quantidade de mudas e sementes solicitadas e as épocas de plantios/colheitas. Relatam que precisam intercalar o tempo em que são realizados os plantios, pois acabam tendo períodos de muita colheita e outros sem nenhum produto para oferecer na comercialização. Segundo uma das integrantes em entrevista, foi relatado como exemplo, que *“quando chegam, chegam duzentas mudas de alface. E aí vão florescer duzentas mudas de uma vez. Vamos ter 200 alfaces prontos e sem outras hortaliças. Aí vamos colher os alfaces e vamos passar por um ciclo sem alface de novo”*. Outra dificuldade enfrentada é com a estruturação da irrigação, pois ainda realizam com regadores e a partir de mangueiras conectadas diretamente no sistema de fornecimento de água via COPASA.



**Figura 111. Canteiros cultivados na Horta Maria. Fotos tiradas em visita realizada em abril de 2022.**

Em relação à destinação da produção, realizam a comercialização na própria horta, principalmente para moradoras/es do entorno, e vendas para restaurantes da região, quando há maior colheita de produtos. Articulada às vendas, também destinam a produção para o consumo próprio e de familiares. A renda gerada é distribuída entre as integrantes e reservam recursos para a continuidade da experiência, assim como para investimentos na infraestrutura do espaço. Realizam também uma importante ação de doação para o Banco de Alimentos de Belo Horizonte, com foco no atendimento à população em situação de vulnerabilidade social<sup>95</sup>.

### **Para seguir: desafios e desejos**

Ao questioná-las como foi o período de isolamento social em decorrência da pandemia, uma vez que as atividades da horta foram realizadas majoritariamente em um período com maior propensão do vírus, compartilharam benefícios em relação ao trabalho na horta. Algumas perderam parentes devido ao agravamento de doenças em decorrência da COVID-19 e outras tiveram problemas com a saúde mental. As atividades na horta tiveram um papel importante para a retomada de suas vidas e para a melhoria da saúde, como relatado:

Pra gente foi a melhor época. A gente estava passando por luto e depressão. Quando surgiu essa horta foi uma oportunidade e tanto da gente poder sair de dentro de casa (trecho da fala de uma das integrantes, em entrevista).

No meio da pandemia, você ouve todos os rumores, de tudo quanto é coisa horrível, aí de repente você tá ali plantando, você vê uma plantinha crescendo, você vê aquele trenzinho verde crescer, depois você vai colher, cê vai comer ou cê vai vender, alimentar alguém. Então assim, foi a melhor coisa! (trecho da fala de uma das integrantes, em entrevista)

Em relação às dificuldades, além das já mencionadas referentes à produção e à irrigação, há conflitos com a vizinhança, principalmente por algumas/ns moradoras/es colherem os

---

95 O Banco de Alimentos é um programa coordenado pela SUSAN/PBH, e é parte constituinte da política municipal de combate à insegurança alimentar da população. Seu principal objetivo é realizar doações de alimentos à instituições e organizações que produzem e distribuem refeições prontas e gratuitas para pessoas em situação de vulnerabilidade social (PBH/SUSAN, 2022b), a partir de uma rede constituída por doadoras/es e parceiros fixos, como supermercados, sacolões, centrais de distribuição, unidades produtivas da agricultura urbana, dentre outras/os. O programa já existe há 16 anos, e além das doações, realizam ações voltadas para a redução do desperdício, da promoção de atividades educativas, dos estímulos à responsabilidade social e do estabelecimento de parcerias entre governo, iniciativa privada e entidades da sociedade civil (ibidem).



alimentos sem autorização. Além disso, há a necessidade de melhorar o planejamento na organização dos tempos de dedicação, pois as integrantes possuem outras ocupações e atividades cotidianas.

Em contrapartida, demonstram muita motivação em torno da estruturação da horta, assim como em sua continuidade. Como compartilhado por elas, os focos principais atualmente são estabelecer parcerias, captar recursos e montar um fundo de emergência, para terem segurança financeira e poderem investir na infraestrutura do espaço. Sonham com um espaço coberto para servir de apoio aos trabalhos, mas também receberem as/os moradoras/es do bairro e outros visitantes, assim como realizar outras atividades comunitárias. Como relataram algumas integrantes em entrevista, desejam:

Um jardim bonito, um espaço pra gente sentar e receber as pessoas, tomar um café, ajudar as pessoas em situação de vulnerabilidade, ter outros profissionais, como psicólogos pra acolher as pessoas que ficam na rua e precisam de suporte, conversa. Que a horta fosse um lugar de referência para a vizinhança.

Tem tanto lugar vazio, tem tanta criança na rua fazendo coisa errada, mulheres, tem tanta coisa errada no mundo, que se a gente puder mostrar um pouquinho, que pode ser simples, pra poder estar ajudando essas pessoas.

Assim, os trabalhos da Horta Maria caminham para a sua consolidação, que já colhem bons frutos. Assim como relatado, esse espaço compõe parte das atividades cotidianas dessas mulheres e representam mais que uma oportunidade de geração de renda, constituindo também parte importante da qualidade de suas vidas, principalmente a partir dos benefícios para a saúde mental. A partir da identificação de uma área ociosa do bairro, puderam construir de forma coletiva um espaço vivido, centrado em seus valores de uso, que desejam que outras pessoas também possam se beneficiar.

## **Horizontes da agroecologia urbana: algumas considerações**

Essa dissertação, como vimos, provoca, de forma geral, uma reavaliação das concepções que se criaram em torno das periferias urbanas. O Baixo Onça é compreendido por muitos como um espaço periférico, que o coloca de forma subalterna aos espaços principais da cidade (principalmente da dita cidade formal), mas que se torna um espaço de representação, um espaço vivido e transformado pelas/os moradoras/es por meio das várias práticas espaciais.

Nesse território, as experiências de agricultura urbana e agroecologia apresentam diversas perspectivas para a produção dos espaços sob outras lógicas – os espaços diferenciais – que vão de encontro com as promovidas pela produção urbano-industrial. As complexidades inerentes a esse processo de produção do espaço são nítidas nas metrópoles que, por sua vez, tem um papel importante na difusão da lógica urbano-industrial para todo o território brasileiro. Esta lógica alcança virtualmente todo o território nacional e passa a operar não só como paradigma de desenvolvimento, mas também se faz sentir nas transformações dos modos de vida – cultura, lazer, trabalho, etc. Por outro lado, também se expande a politização de diferentes grupos sociais que geram a cada dia novas movimentações e articulações, seja no meio rural ou no meio urbano.

A intensificação desse processo cria tensões, mas também se criam alternativas de transformação das realidades de intensas desigualdades. Nesse sentido, as agriculturas, principalmente aquelas orientadas pela agroecologia, se expressam no território permeadas por lógicas rurais-urbanas que mostram um conjunto de práticas e valores que orientam formas de produção – incluindo as do espaço – alinhados à natureza, à solidariedade, ao trabalho justo, à apropriação comum dos recursos, dentre outros que colocam na centralidade a necessidade de uma reprodução da vida individual e coletiva adequada em oposição às características homogeneizadoras e desiguais do urbano-industrial-capitalista.

As várias experiências de agricultura urbana e agroecologia de Belo Horizonte, especialmente as do Baixo Onça, mostram possibilidades concretas dessas alternativas. Como vimos sobre os quintais agroecológicos do Ribeiro de Abreu, esses espaços estão exercendo funções importantes para a manutenção e promoção da biodiversidade e para a soberania e segurança alimentar em seus contextos urbanos, com o forte protagonismo de mulheres. Em

seu conjunto apresentam uma complexa rede de relações entre animais, plantas e humanos que contribuem significativamente para tornar o espaço urbano mais sociobiodiverso.

Mesmo que existam leituras que minimizam os benefícios dos quintais urbanos agroecológicos, sua capacidade de fornecer alimentos de qualidade e em quantidades suficientes para a população pode ser comprovada e estimulada. Além disso, a partir desses quintais muitas famílias, principalmente as de baixa renda, podem encontrar alternativas para geração de renda, segurança alimentar e nutricional, além de vários outros benefícios para a saúde individual, familiar e coletiva.

Já as hortas coletivas e comunitárias do Baixo Onça, possuem dinâmicas específicas atreladas à cada lugar, seja em relação à auto-organização dos sujeitos; ao acesso à terra e à água; à aquisição de insumos, materiais e ferramentas necessárias; ao entorno e vizinhança, dentre outras. Não só as hortas do Baixo Onça, mas como as outras tantas localizadas em várias regionais de BH, reúnem uma diversidade de sujeitos com origens diversas, assim como perspectivas, motivações e interesses, que são fundamentais para a constituição das formas e funções que esses espaços apresentam para cada indivíduo, para o coletivo, para a comunidade e para a cidade como um todo. De forma geral, podemos entender que esses espaços têm sido mediadores de um aprendizado coletivo mais amplo que caminha para a compreensão dos entraves encontrados no espaço urbano, assim como na busca de alternativas para o enfrentamento cotidiano das dificuldades. Trata-se de uma politização individual e coletiva que se apropria da cidade em busca de transformá-la por meio dos cultivos e da natureza.

Atualmente as experiências coletivas e comunitárias possuem maior visibilidade no conjunto das práticas de agricultura urbana, mas é importante visibilizar outras formas de experiências e práticas, como vimos no mapeamento das iniciativas de agricultura no Baixo Onça e as próprias experiências de quintais agroecológicos. A articulação entre essas várias formas de agricultura em contextos urbanos contribui para que no conjunto criem-se condições para que as comunidades consigam caminhar para a construção da autonomia em relação aos ganhos de soberania alimentar e preservação da biodiversidade e dos outros elementos dos territórios, assim como outras dimensões ligadas aos indivíduos e à própria cidade. Ainda, em seu conjunto, promovem pequenas ou grandes transformações nos espaços e nas relações sociais caminhando para a consolidação de refúgios do valor de uso e de embriões de uma predominância da revalorização dos usos não-produtivos (capitalistas) do espaço urbano.

Quando as experiências de agricultura urbana e agroecologia se conectam com movimentos locais e regionais, assim como com proposições mais amplas de transformação do

espaço – como a do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça, as possibilidades de ganhos de autonomia na reprodução social mais ampla das comunidades alcançam outra escala, incluindo os aspectos de infraestrutura urbana de qualidade e espaços públicos; na manutenção e preservação da qualidade ambiental em que pese o acesso amplo à natureza urbana e aos bens naturais, assim como à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente.

As experiências do Onça também provocam o reavaliar de leituras e concepções em torno da cidade e do urbano como incompatíveis com a preservação e conservação de recursos naturais e com os usos tidos como rurais, os quais conectam-se com uma naturalização do conflito e da oposição entre urbano-ambiental, assim como do urbano-natureza e urbano-rural. Essas perspectivas parecem negar o inevitável avanço do processo de urbanização e a potência da urbanidade-ruralidade enquanto relações socioespaciais que incorporam a dimensão socioambiental.

Assim, compreende-se que a agroecologia em contextos urbanos, enquanto um conjunto diverso de práticas espaciais e experiências concretas, apresenta possibilidades de transformações na ordem urbana, baseadas nos valores em construção que não desassociam reprodução da vida e manutenção da natureza, no caminho para a produção de espaços diferenciais. Acredita-se que esse conjunto de experiências apresentadas, assim como tantas outras presentes nas cidades brasileiras e no mundo, renovam e questionam as relações entre natureza e cidade, assim como ensinam a vê-las e imaginá-las a partir da biodiversidade e das águas, (re)colocando o urbano como espaço de vida e ampliando a ideia de direito à cidade, incorporando a consolidação de outros direitos fundamentais.

Entretanto, para efetivar a agricultura urbana e agroecologia como uma das alternativas possíveis é necessário superar algumas estruturas desiguais, como o alto valor e concentração de terras, assim como a pressão sobre os bens e recursos comuns da cidade. Essas disputas pelo espaço tendem a criar barreiras para o desenvolvimento das potências que essas práticas carregam.

Nessa perspectiva, é necessário ainda uma maior investigação sobre o papel da agricultura (nas mais variadas formas, como vimos) na reprodução da vida dos sujeitos, incluindo outras pessoas das comunidades, assim como as interações com a natureza urbana de cada contexto (micro, local e regional). Essa investigação deve estar atrelada aos ganhos de autonomia mais ampliados que caminham para a construção dos *comuns urbanos*. O *comum* aparece como uma reivindicação para que os bens da cidade sejam abertos ao acesso de



todas/os, assim como reconhecer o direito de autogestão em contraposição ao controle público e privado.

Esse olhar para a realidade urbana tem sido potente para articular lutas e movimentos sociais de pautas diversas em torno da instituição de uma racionalidade comum, como um princípio que conecta as realidades enfrentadas pela produção do espaço urbano e contribui para construir alianças importantes na dimensão da organização da sociedade civil. Assim, é necessário construir um entendimento coletivo de que a própria cidade é um comum, um espaço compartilhado e reivindicado por seus habitantes, que também passa por compreender as relações dialéticas entre a produção comum e a urbanização capitalista.

Nesse contexto a agricultura urbana aparece como uma das diferentes possibilidades existentes de instituição do comum no espaço urbano que também dialoga com a construção do urbano-natural, apresentado no capítulo 01. Uma primeira perspectiva que essas práticas apontam é a possibilidade de potencializar o uso social de vazios urbanos, contribuindo para reduzir a apropriação da renda fundiária urbana e dos processos especulativos alimentadores da valorização imobiliária/fundiária. Nesse sentido, é necessário conectar as práticas agrícolas e agroecológicas urbanas como formas de cumprir a função social da terra e da natureza como um todo.

Essa perspectiva do comum urbano atrelada à construção da agroecologia urbana pode viabilizar leituras e ações concretas para as regiões metropolitanas e outros contextos em que a urbanização se faz presente, explorando as conexões (ainda pouco exploradas) entre a reprodução ecológico-cultural, a função social e o valor de uso da terra e a reconfiguração dos sistemas alimentares urbanos. Para isso, é necessário avançar a constituição desse campo em conexão com práticas locais e regionais, reconhecendo as experiências já acumuladas e as perspectivas de articulação. Portanto, provocam o reavaliar e reconstruir os significados do que são o urbano e a natureza na atualidade e a encontrar formas de superação das dicotomias, o que requer uma mudança mais abrangente, principalmente no arcabouço teórico-conceitual e metodológico disponível para lidar com essas questões.

## REFERÊNCIAS

- ABA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Nota técnica - Aspectos conceituais sobre agroecologia**. Brasília: ABA Agroecologia, 2017.
- ALENCAR, Victor Gabriel de Souza Lima. **Agroecologia - para além do rural e urbano na RMBH**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design, Belo Horizonte, 2018.
- ALENCAR, Victor Gabriel de Souza Lima; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Uma exploração demográfica sobre urbanização e agriculturas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Anais do IX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Poblacion**, online, 2020.
- ALENCAR, Victor Gabriel de Souza Lima; ORNELAS, Gabriel Mattos; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Planejar para alimentar as metrópoles: a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 285–309, 2020.
- ALMADA, Emmanuel Duarte; SOUZA, Mariana Oliveira e. **Quintais: memória, resistência e patrimônio biocultural**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017.
- ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499–520, 2003.
- ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura Urbana: isto e aquilo. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (org.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de *et al.* Um Diálogo Entre a Agroecologia e a Agricultura Urbana em Regiões Metropolitanas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [s. l.], v. 13, p. 168–180, 2018.
- ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; BIAZOTI, André Ruoppolo. Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade!. *In*: , 2017, Brasília. (Associação Brasileira de Agroecologia, Org.) **Anais do VI Congresso Latino-Americano, X Congresso Brasileiro, V Seminário do DF e entorno de Agroecologia**. Brasília: Cadernos de Agroecologia, 2017.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v. 1999
- ALVES, Deise de Oliveira; MOURA, Adeildo de Quadros; SCHULTZ, Glauco. Agricultura Urbana no Brasil: um levantamento sobre a produção científica nas bases scopus e web of science. **Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**, [s. l.], v. 9, p. 160–178, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11273-020-09706->

3%0Ahttp://dx.doi.org/10.1016/j.jweia.2017.09.008%0Ahttps://doi.org/10.1016/j.energy.2020.117919%0Ahttps://doi.org/10.1016/j.coldregions.2020.103116%0Ahttp://dx.doi.org/10.1016/j.jweia.2010.12.004%0Ahttp://dx.doi.o.

AMAU. **Carta Política: 10 anos de AMAU**. Belo Horizonte: [s. n.], 2015.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Histórias de bairros de Belo Horizonte: Regional Nordeste**. Belo Horizonte: APCBH/ACAP-BH, 2008.

BARROS, Luciano Cordoval de; RIBEIRO, Paulo Eduardo de Aquino. **Barraginhas: água de chuva para todos**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. *E-book*. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/128246/1/ABC-Barraginhas-agua-de-chuva-para-todos-ed01-2009.pdf>.

BIASE, Laura De. **Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção**. 2010. 190 f. Dissertação (mestrado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”/USP, Piracicaba, 2010. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-21062010-080227/publico/Laura\\_de\\_Biase.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-21062010-080227/publico/Laura_de_Biase.pdf).

BIAZOTI, André Ruoppolo. **Engajamento político na agricultura urbana : a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura - USP., Piracicaba, 2020.

BIAZOTI, André Ruoppolo; SORRENTINO, Marcos. Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 1–20, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/GGKBgdfgtRkgGFM3FC5cZ8d/?lang=pt>.

BITTENCOURT, Rafael Reis; NASCIMENTO, Denise Morado; GOULART, Fabrício Frederico. **Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: grupo PRÁXIS - EA/UFGM, 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1uRgO057EGY59I880BfPBu8LcviBpFD2V/view>.

BOURDIEU, Pierre. Alta costura e alta cultura. *In*: BORDIEU, Pierre (org.). **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 154–161. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782002000200007&script=sci\\_arttext%0Ahttp://www.novosestudos.com.br/v1/files/uploads/contents/88/20080627\\_bourdieu\\_e\\_osexo.pdf](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782002000200007&script=sci_arttext%0Ahttp://www.novosestudos.com.br/v1/files/uploads/contents/88/20080627_bourdieu_e_osexo.pdf).

CAMPOS, Rebekah Brito Montenegro. **O outro loteador popular: os loteamentos populares associativos sob a participação e a liderança do Padre Piggi Bernareggi**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Escola de Arquitetura/UFGM, Belo Horizonte, 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de. **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná do Paraná, 2011.

CARDOSO, Elisabeth *et al.* **Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica**. Recife: FIDA, 2019.

CASADEVANTE KOIS, José Luis Fernández; MORÁN, Nerea. **Raíces en el asfalto: pasado, presente y futuro de la agricultura urbana**. 2. ed. Madri: Ecologistas en Acción, 2016. *E-book*. Disponível em: [https://raicesyafalto.files.wordpress.com/2017/09/libro\\_raices\\_en\\_el\\_asfalto-2ed.pdf](https://raicesyafalto.files.wordpress.com/2017/09/libro_raices_en_el_asfalto-2ed.pdf).

CBH VELHAS. **Catálogo de Nascentes Urbanas da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça: Projeto Hidroambiental “Elaboração de diagnósticos de nascentes urbanas na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça, em Belo Horizonte/ MG”**. Belo Horizonte: CBH Velhas, 2018. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CATALOGO.NASCENTES.01NOV.4NOV.FINAL-compressed.pdf>.

CBH VELHAS. **Plano de Manejo Comunitário de Nascentes em Ambientes Urbanos**. Belo Horizonte: CBH Velhas, 2018.

CBH VELHAS. **Projeto de valorização das nascentes urbanas**. Belo Horizonte: CBH Velhas, 2012.

CLAUSEN, Marco. **A cidade é nossa horta**. Belo Horizonte: PISEAGRAMA, 2018.

CNAU. **Carta do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana apresentada no III Encontro Nacional de Agroecologia**. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: [http://media.wix.com/ugd/a8213a\\_90a0969692ac44d2a521b0f8a0c0e314.pdf](http://media.wix.com/ugd/a8213a_90a0969692ac44d2a521b0f8a0c0e314.pdf).

COELHO, Yeska. **O que são fazendas verticais e por que viraram tendência?**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://casacor.abril.com.br/sustentabilidade/o-que-sao-fazendas-verticais/#:~:text=As fazendas verticais são capazes,produzir alimentos longe do solo.>

COMUPRA. **Financiamento colaborativo Evoe - COMUPRA**. Belo Horizonte, [s. d.]. Disponível em: <https://evoe.cc/comupra>. Acesso em: 25 abr. 2022.

COMUPRA; MOVIMENTO DEIXEM O ONÇA BEBER ÁGUA LIMPA. **Proposta de diretrizes para a Meta 2025: Nadar, Pescar e Brincar no Ribeirão Onça**. Belo Horizonte: [s. n.], 2021.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Natureza e Cidade na periferia: ampliando o direito à cidade. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (org.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 41–54.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Questão ambiental, natureza e direito à cidade. *In*: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; PINHEIRO, Valéria; NOVAES, Patrícia Ramos (org.). **Caderno de Formação: o Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNUR; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU; Observatório das Metrôpoles, 2021. p. 148–153.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Novidades e permanências na produção do espaço da metrópole: um olhar a partir de Belo Horizonte. *In*: OLIVEIRA, Fabricio Leal de *et al.* (org.). **Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 46–65.

COSTA, Geraldo Magela; SANTOS, Reinaldo Onofre dos; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespaciais da RMBH. **Revista Geografias - artigos científicos**, Belo Horizonte, v. 9, p. 1–



16, 2013.

COUTINHO, Maura Neves;; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, [s. l.], v. 07, n. 2, p. 81–97, 2011.

CURAN, Roberta Moraes; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avancados**, [s. l.], v. 35, n. 101, p. 209–224, 2021.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19–36, 2020.

DOURADO, Guilherme Mazza. Vegetação e quintais da casa brasileira. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 19, p. 83–102, 2004.

EXAME. **Maior fazenda vertical da América Latina fica em São Paulo**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://exame.com/negocios/maior-fazenda-vertical-america-latina-sao-paulo/>.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERRAZ, Thomaz Correa e Castro da Costa *et al.* **Sistema agroflorestal: uma estratégia para recuperação ambiental**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2018. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1100776>.

FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL; FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Atlas-Agro-final-web-06-09.pdf>.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba: CATIE, 2002-. ISSN 0717-6163.

GOMES, Ângela Maria da Silva. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande BH**. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós- graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GONZÁLEZ, Samuel Jaramillo. **Hacia una teoría de la renda del suelo urbano**. 2ª Yed. Bogotá: Ediciones Uniandes - Universidad de los Andes, 2009.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madri: Mundi-Prensa, 2000.

HEYNEN, Nik; KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik. **In the nature of cities: Urban political ecology and the politics of urban metabolism**. Londres; Nova York: Routledge, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2017. Pesquisa - IBGE, Brasília, 2017.

IBGE. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: Ministério da

Economia, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf).

IPES-FOOD. Da uniformidade à diversidade: uma mudança de paradigma da agricultura industrial para sistemas agroecológicos diversificados. *In*: ABA; ANA; FIOCRUZ (ORGS). (org.). **Cadernos de Estudos Saúde e Agroecologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 2019.

KAPP, Silke. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 22, p. 1–32, 2020.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACERDA, Dayse. Ações pela cidade e pelo meio ambiente. Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeirão de Abreu, Comupra, ajuda a construir uma nova realidade com iniciativas nas áreas de educação e meio ambiente e com geração de renda. **Revista Ecologia Integral**, Belo Horizonte, v. 4, n. 20, p. 7–9, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. [S. l.]: Tradução, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. 1ª ed.ed. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. 5. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do Lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, Otília B.F.; MARICATO, Ermínia; VAINER, Calos B. (org.). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 121–192.

MARSICANO, Sofia Aguiar. **A gente planta, a gente vende, a gente doa e a gente come: quem constrói a Horta Tudo Saudável-BH/MG?** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 23, p. 7–37, 1991.

MARX, Karl. **O Capital - livro I: O processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; NEAD, 2010.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; MARINHO, Marco Antônio Couto. As transformações socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *In*: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (org.). **Belo Horizonte: Transformações na ordem urbana**. Belo Horizonte: Observatório das Metrôpoles, Letra Capital, Editora PUCMINAS, 2015. p. 145–177.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. *In*: FELDMAN, Sara; FERNANDES, Ana (org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: Mutações, tensões, desafios**. Salvador: Edufba, 2007. p. 91–112.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo. **Texto para Discussão N° 281, CEDEPLAR/UFMG**, [s. l.], p. 14, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (org.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

MOREIRA, Sarah. **Caderno 01: Estado e políticas públicas**. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura urbana - conceito e definição. **Revista de Agr**, [s. l.], v. 01, p. 08–14, 2000.

MOUGEOT, Luc J. A. **Agropólis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture**. Londres; Sterling; International Development Research Centre (IDRC), 2005.

MÜLLER, Christa. Planta voce mesmo. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 09, p. 112–119, 2016.

NAGIB, Gustavo. **O espaço da agricultura urbana como ativismo: alternativas e contradições em Paris e São Paulo**. 2020. Tese (Doutorado) - Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2020. Disponível em: [http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib&db=bth&AN=92948285&site=eds-live&scope=site%0Ahttp://bimimpactassessment.net/sites/all/themes/bcorp\\_impact/pdfs/em\\_sta\\_kholder\\_engagement.pdf%0Ahttps://www.glo-bus.com/help/helpFiles/CDJ-Pa](http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib&db=bth&AN=92948285&site=eds-live&scope=site%0Ahttp://bimimpactassessment.net/sites/all/themes/bcorp_impact/pdfs/em_sta_kholder_engagement.pdf%0Ahttps://www.glo-bus.com/help/helpFiles/CDJ-Pa).

NORDER, Luiz Antonio *et al.* Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1–20, 2016.

ORNELAS, Gabriel Mattos. **Agroecologia e política: ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte (1993-2020)**. 2020. [s. l.], 2020.

ORNELAS, Gabriel Mattos. **Agroecologia e regiões metropolitanas: desafios e possibilidades para a gestão local e regional na RMBH**. 2017. - Universidade Federal de Minas Gerais, [s. l.], 2017.

PAIXÃO, Lorena Anahi Fernandes da; ALMEIDA, Marcelo Oliveira de. Agricultura urbana no Baixo Onça: cultivando uma região solidária e sustentável. **Revista Agriculturas**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 16–22, 2012.

PBH. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Circuito de Comercialização Feira da Agricultura Urbana**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/comercializacao/feiras/feira-agricultura-urbana>. Acesso em: 16 jun. 2022.

PBH. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Diagnóstico – Situação Atual e Tendências da Dinâmica Urbana**: Planos Diretores das Regiões Administrativas de Belo Horizonte. Belo Horizonte: [s. n.], 2013.

PBH. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Revista Planejar BH. **Revista da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, 2000.

PBH/SMOBI. **Plano Municipal De Saneamento De Belo Horizonte (2012/2015)**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, 2013. Disponível em:

[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/obras-e-infraestrutura/2018/documentos/volumei\\_texto\\_2012.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/obras-e-infraestrutura/2018/documentos/volumei_texto_2012.pdf). .

PBH/SUSAN. **Banco de Alimentos**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/equipamentos/banco-de-alimentos>. Acesso em: 19 jun. 2022.

PBH/SUSAN. **Trilha da Agroecologia**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/gastronomia-e-qualificacao-profissional/trilha-agroecologica>. Acesso em: 19 jun. 2022.

PBH. **Diagnóstico Propositivo do Parque do Onça**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2014.

PBH. **Memorial Descritivo Parque Linear Onça**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2014.

PBH. **Urbel promove atividade socioambiental em comunidade próxima ao Ribeirão Onça**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/urbel-promove-atividade-socioambiental-em-comunidade-proxima-ao-ribeirao-onca>. Acesso em: 18 jun. 2022.

PBH; AUÊ!/UFMG. **Unidades produtivas coletivas/comunitárias da Agricultura Urbana de Belo Horizonte/MG**. Belo Horizonte: [s. n.], 2022.

PETERSEN, Paulo. **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLANETA CAMPO. **Fazendas verticais: conheça essa tendência de produção agrícola urbana**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://planetacampo.com.br/fazendas-verticais-conheca-essa-tendencia-de-producao-agricola-urbana/>. .

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In: A COLONIALIDADE DO SABER. EUROCENTRISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS. PERSPECTIVAS LATINO- AMERICANAS*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. 2ªed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015-. ISSN 1517-543X.v. 1

RICHMOND, Matthew Aaron *et al.* Espaços Periféricos, ontem e hoje. *In: RICHMOND, Matthew Aaron et al.* (org.). **Espaços periféricos: política, violência e território nas bordas da cidade**. São Paulo: EdUFSCar; Centro de Estudos das Metrópole; Coleção Marginalia de Estudos Urbanos, 2020. p. 13–39.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes políticas para sua promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Belo Horizonte: [s. n.], 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed.ed. São Paulo: Edusp, 2020-. ISSN 1517-7793.



SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. *In*: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de (org.). **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 101–132.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **De la sociología rural a la agroecología**. [S. l.: s. n.], 2006. *E-book*. Disponível em: [http://books.google.com.co/books/about/De\\_la\\_sociología\\_rural\\_a\\_la\\_agroecolog.html?id=E8fQge42ndoC&pgis=1](http://books.google.com.co/books/about/De_la_sociología_rural_a_la_agroecolog.html?id=E8fQge42ndoC&pgis=1).

SILVA, Luís Octávio da. Os quintais e a morada brasileira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61–78, 2004.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. *In*: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979. p. 21–36.

SMMA/PBH. **Agroflorestas Urbanas - Da horta a florestas. Projeto de instalação de Agroflorestas Urbanas para recuperação de áreas verdes degradadas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/agroflorestas-urbanas>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SOJA, Edward W. Para além de Postmetropolis. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 136–167, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltão; WHITAC, Arthur Magon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez Editoria; Editora Autores Associados, 1986.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH**. 2012. - Universidade de São Paulo, [s. l.], 2012.

TOURINHO, Helena Lucia Zagury; SILVA, Maria Goreti Costa Arapiraca da. Quintais urbanos: funções e papéis na casa brasileira e amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 11, n. 3, p. 633–651, 2016.

TUPY, Igor S.; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; MELGAÇO, Luisa. Notas sobre a produção agrícola na Região Metropolitana de Belo Horizonte: para além da irrelevância, inviabilidade e incompatibilidade. **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 10, n. 3, 2015.

UFMG. **Plano Metropolitano - Macrozoneamento RMBH. Avaliação das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das Zonas de Interesse Metropolitano (Volume I)**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

VEENHUIZEN, René van. **Cities Farming for the Future: Urban Agriculture for Green and Productive Cities**. Philippines: RUAF Foundation. International Institute of Rural Reconstruction. International Development Research Centre., 2006. *E-book*. Disponível em: <http://discovery.ucl.ac.uk/1326958/>.

VELHAS, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH. **A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas**. Belo Horizonte, [s. d.]. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/a-bacia-hidrografica-do-rio-das-velhas/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 503–515, 2009.

WSTANE, Carla. **Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG**. 2021. Tese (Doutorado) - Programa de Pós- Graduação em Geografia Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Belo Horizonte, 2021.

## ANEXOS

### **ANEXO 01 – Diretrizes para a Meta 2025 do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa**

De acordo com o documento elaborado (COMUPRA; MOVIMENTO DEIXEM O ONÇA BEBER ÁGUA LIMPA, 2021), as diretrizes para a Meta 2025: Nadar, Pescar e Brincar no Ribeirão Onça, são:

1. As famílias que serão removidas de suas casas, deverão ser realocadas nas proximidades da área, respeitando o limite máximo de 5 km de distância do local de origem, conforme previsto na política de reassentamento da prefeitura de Belo Horizonte. Este processo deverá ser transparente e as famílias devem estar conscientes do local de relocação. As famílias que ainda se encontram nas áreas de risco de inundação, prevendo já as próximas chuvas e a demora até terminar o processo de desapropriação/relocação, a prefeitura deve retirá-las imediatamente, ou apresentar outras possibilidades, como a bolsa aluguel, já que pode demorar para iniciar este processo;

Subitem:

Criar mecanismos de inibição, monitoramento e controle das crescentes ocupações de área verde nas proximidades do Parque Ciliar do Ribeirão Onça. Este fenômeno descontrolado de crescimento urbano tem degradado a fauna e flora da região, alterando o microclima local. Tem também impermeabilizado o solo, impedindo que a área de recarga de pequenos córregos que alimentam o Ribeirão Onça possa cumprir com o seu papel. Além disso, o descarte irregular do esgoto destas moradias normalmente tem estes córregos como destino, poluindo assim indiretamente o Ribeirão Onça;

2. Permitir a interação da comunidade com o Parque o respeitando e conscientizando, e por parte da Prefeitura de Belo Horizonte e Estado de Minas Gerais a responsabilidade da preservação e manutenção dele, o enquadrando na categoria de área de conservação;
3. Inserir as regionais Nordeste e Norte nas discussões sobre o Parque, tornando-as co-responsáveis por ele;
4. Implementar estruturas de lazer, esportes e convivência, como quadras, ciclovia, pista de caminhada, iluminação sustentável (fotovoltaica), parquinho, academia aberta, campo de futebol e área para apresentações culturais que contenham a infraestrutura e iluminação

adequada, com a participação direta da comunidade, escolas e demais órgãos públicos que estão próximos e fazem parte da área do Parque Ciliar do Ribeirão Onça, na elaboração e execução de todos os projetos relativos a ele, junto aos órgãos competentes da PBH;

5. Municipalizar a rodovia MG-20: concluir o processo de municipalização, de acordo com o DOM, edição 3260, lei 9.689 de 14/01/2009, que autoriza o poder executivo a municipalizar a Rodovia MG-20 (classificar a via como avenida). Para que isso seja possível é necessário o término da obra de duplicação e iluminação da rodovia;
6. Construção do novo acesso para o bairro Ribeiro de Abreu e adjacências de acordo com projeto já apresentado, podendo em conjunto revê-lo e melhorá-lo sempre visando o bem estar da comunidade;
7. Implantar interceptores em toda a área de intervenção e garantir a interligação de todo o sistema de redes não só na área do parque, mas também nos bairros do entorno e toda a Bacia Hidrográfica do Ribeirão. Tal medida visa a qualidade das águas e da vida dos ribeirinhos. A Meta 2025 tem como objetivo despoluir o Ribeirão Onça, garantindo melhor saúde para todos e todas, criando a oportunidade de atrair turistas do Brasil e de outros países, gerando renda, possibilitando a criação de novas empresas voltadas para o turismo e novas oportunidades de negócios para a região;
8. Incorporar o conceito de Parque Equestre, reservando áreas destinadas à instalação de baias, tratamento dos animais e hípica. Tal demanda foi identificada em virtude do grande número de animais existentes na região;  
Subitem:  
Criar estratégias de treinamento para os carroceiros, cuidando e equipando os animais para servirem de transporte para os turistas nas margens do Ribeirão Onça, gerando mais uma fonte de renda para os carroceiros através de um trabalho mais saudável;
9. Incorporar o conceito do “Parque Ciliar”, com trilhas suspensas para a contemplação da natureza, com o objetivo de aproximar a população e o meio ambiente, promovendo o ecoturismo e a educação ambiental;  
9.1 Valorizar e conservar as belezas naturais da região, composta de corredeiras, praias, ilhas e cachoeiras;



10. Implantar edificações que “abracem” o conceito do Bairro Parque, tal qual o Conjunto Ribeiro de Abreu, que está implantado em meio a uma área de grande arborização;
11. Implementar um Centro de Referência Socioambiental e Cultural na Sede do COMUPRA (parceria COMUPRA, PBH e COPASA) que tenha como foco de atuação as questões colocadas para a região. O Centro de Referência deverá ter uma agenda de atividades compartilhada entre a prefeitura, e as organizações comunitárias e da sociedade civil que atuam na região, valorizando e dando espaço para as ações que estão em curso. Este Centro deverá contar com instalações pedagógicas sobre Educação Ambiental, Social, Étnico-Racial, Patrimonial e de Agricultura Urbana, para realização de atividades de formação sobre esses temas, como oficinas e cursos, que servirão como ferramentas de aprendizado para estudantes de todos os níveis e para que os moradores/as qualifiquem suas hortas e quintais;
12. Respeitar a vocação agrícola da área, provocando a implantação de projetos de agricultura urbana/agroecológicos, e espaços terapêuticos (plantas medicinais);
13. Criar corredores ecológicos, conectando o parque do Ribeirão Onça a outros fragmentos vegetais e parques da região, como a Comunidade Quilombola de Mangueiras, a Mata do BG, o Parque Escola Jardim Belmonte, Parque Guilherme Lage, Parque Nossa Senhora da Piedade, Mata dos Werneck;
14. Potencializar as matas ciliares do Ribeirão Onça, de forma diversificada, sob os princípios da agroecologia existente na região; utilizar sistemas agroflorestais no projeto paisagístico do Parque Ciliar;
15. Manutenção, limpeza, capina e monitoramento da Nascente Fundamental do Parque Ciliar do Ribeirão Onça;
  - 15.1. Mapear, proteger e monitorar as nascentes existentes na área de abrangência e redondezas do Parque, pelo poder público;
  - 15.2. Criar projeto de Adoção de Nascentes e cursos d’água por parte das Escolas e Comunidade;
16. Utilizar tecnologias ecológicas tais como: captação de água de chuva e permeabilização do solo e de tratamento da água do Ribeirão Onça dentro do território do Parque;

17. Implantação e construção de uma central de energia fotovoltaica na Sede do COMUPRA, para iluminação de todo o território do Parque Ciliar do Ribeirão Onça e demais praças ecológicas e trilhas que podem ser criadas, beneficiando centros de saúde, escolas e os centros comunitários e de educação já existentes na área do Parque Ciliar, proporcionando economia de energia e seguindo um projeto ecologicamente correto;
  
18. Construção do Memorial, narrando as histórias de lutas, conquistas e desafios do COMUPRA, Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, da população Ribeirinha e população quilombola;  
Subitem:  
Criar um museu sustentável, como forma de assegurar a memória local, além do memorial.
  
19. Criação de diretrizes para construção de unidades de conservação municipal que vi-sem não apenas a proteção de nascentes e seus córregos que abastecem o Ribeirão Onça, como também à biodiversidade local.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Roteiro das visitas e entrevistas realizadas nas experiências pesquisadas

Data da entrevista e visita:

Nome da iniciativa:

Quem/ns respondeu/ram:

Vínculo com a iniciativa:

Bairro:

Mídia social da iniciativa:

( ) Georreferenciamento

( ) Fotos

( ) Alguma peça gráfica ou produtos de comunicação?

### Trajetórias e histórias

1.1. Quando começou a plantar?

(se mais de uma pessoa, perguntar para cada uma)

1.2. É de BH mesmo? Onde nasceu?

1.3. Os pais eram agricultores/as? Isso influenciou? Outras pessoas influenciaram?

1.4. E no espaço em si, quando começou a plantar?

1.5. O que motivou a plantar e se envolver com a agricultura?

### Relação e envolvimento com a agroecologia:

1.6. E sobre agroecologia... já ouviu falar? Sabe o que é?

1.7. Considera que é uma iniciativa agroecológica?

1.8. Já participou de algum curso, oficina em agroecologia? Quem ofereceu?

1.9. Participa de alguma rede, articulação, organização, etc, em agroecologia e agricultura urbana?

### Da produção à destinação

#### Atividades e organização dos sujeitos

2.1. O que produz/em?

2.2. Quais atividades realizam no espaço? Plantio, criação animal, pomar, beneficiamento... e outras não relacionadas à agricultura.

2.3. Quem participa dessas atividades e como se organizam? Quantas pessoas estão envolvidas na iniciativa? (perguntar nomes e entender a natureza da mão de obra: voluntários, funcionários, famílias, etc);

2.4. Residem no local da produção: ( ) sim; ( ) não.

Se não, onde (na região; distante; outros municípios)?

#### Características do espaço:

2.5. Como definiram o espaço dedicado à produção e as formas de produzir?

2.6. É terra própria? Aluga? Tem permissão?

2.7. Qual o tamanho (consegue diferenciar o total da área produtiva)?

2.8. Tem algum problema com a acesso à água, energia elétrica, internet?

2.9. Em relação aos deslocamentos, considera satisfatórios os meios de locomoção?

2.10. Mais especificamente em relação à água, como é o acesso? De onde vem? Como fazem a irrigação? Tem algum desafio?

#### Como produzem:

2.11. De onde vem os insumos: adubos, sementes, mudas, matéria seca e outros materiais? Compra? Produz?

2.12. Como lida com os insetos e outros animais e bichos na produção? Usa caldas?

2.13. Outras práticas: compostagem? Rotação de culturas? Consórcios/SAF?

2.14. Algum desafio atual em relação à produção?

#### Destinação da produção:

2.15. Comercializa a produção? Se sim, o que e onde? Como se organiza para isso?

2.16. Contribui para a renda mensal? É a principal fonte de renda?

2.17. Você consome o que produz? Consegue dimensionar o quanto isso representa no consumo do mês? Deixa de comprar muita coisa? Complementa bem o consumo?

2.18. Realiza trocas e doações com vizinhos ou outras pessoas (família, por exemplo)?

#### **Conexões e redes**

( ) Participa da AMAU, Horizontes Agroecológicos ou SPG?

3.1. Como é a relação com os vizinhos? E com outras/os moradoras/es do bairro?

3.2. Tem parceria com alguma instituição ou organização social?



- 3.3. Acessa alguma política pública? Algum benefício do governo (prefeitura, estado ou gov. federal)?
- 3.4. Tem contato com outras/os agricultoras/es? E com outras iniciativas (comercialização, grupos, etc)?

### **Cotidiano e motivações**

- 4.1. O que o espaço representa para você?
- 4.2. Quanto tempo em média se dedica à agricultura?
- 4.3. O que motiva a trabalhar e/ou se envolver com a agricultura e/ou com a iniciativa?
- 4.4. Como se sente plantando?

### **Principais desafios, demandas atuais e desejos**

- 5.1. Durante a pandemia teve algum problema com a produção e destinação/comercialização?
- 5.2. No período de chuvas do início do ano, prejudicou muito a produção?
- 5.3. A pandemia dificultou participar de encontros e outros espaços?
- 5.4. Lida bem com a internet? Acessa pelo celular? Computador?
- 5.5. Quais as principais demandas e desafios atuais?
- 5.6. Quais são seus sonhos, desejos e planos para o futuro?

## APÊNDICE B – Termo de consentimento utilizado no trabalho

### TERMO DE CONSENTIMENTO

Este termo de consentimento de uso de imagem e informações se refere à pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia pelo pesquisador Victor Gabriel de Souza Lima Alencar, entre os anos de 2020 e 2022.

O uso de imagem e/ou depoimento e/ou dados biográficos em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação serão utilizados apenas para fins de divulgação do trabalho. Os dados fornecidos não serão utilizados em hipótese alguma para fins comerciais, utilizando-os apenas para fins de divulgação de pesquisa.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e sem limite de tempo ou número de utilizações.

#### Gerenciamento dos dados:

A entrevista poderá ser gravada e uma transcrição ser produzida para fins de análise. O acesso aos dados de áudio e a transcrição é limitado ao pesquisador, assim como o controle do uso acadêmico vinculado. Se optar por participar anonimamente, todos os registros da sua participação serão confidenciais.

Qualquer variação nas condições acima só ocorrerá com sua aprovação.

#### Consentimento para entrevista, citação e uso de imagem:

Todos ou parte dos dados da entrevista podem ser usados nos seguintes produtos da pesquisa:

- Na dissertação de mestrado, artigos e outras publicações acadêmicas;
- Em apresentações em eventos acadêmicos (como conferências, seminários e congressos).

Por favor, marque o seu acordo sobre as opções abaixo:

Concordo com que a entrevista seja gravada em áudio	
Desejo receber uma cópia da transcrição da entrevista, caso ela seja transcrita	
Eu concordo em ser anonimamente citado nos produtos da pesquisa, com identificação apenas do vínculo a instituições, grupos, coletivos e outras organizações.	
Desejo aprovar previamente os fragmentos usados para citação	

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

**Nome e assinatura da/o entrevistada/o:**

\_\_\_\_\_

**Documento (CPF ou identidade):** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Informações de contato:**

Se tiver outras dúvidas ou preocupações sobre a pesquisa, entrar em contato:

**Victor Gabriel de Souza Lima Alencar**

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais

Endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte/MG

Contatos: